



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA INTEGRADO DE DOUTORADO EM FILOSOFIA
UFPB – UFPE – UFRN**

LUCAS DA SILVA CASTRO

**MAQUIAVEL E A CORRUPÇÃO:
DOENÇA E REMÉDIO**

**JOÃO PESSOA
2012**

LUCAS DA SILVA CASTRO

MAQUIAVEL E A CORRUPÇÃO: DOENÇA E REMÉDIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integrado de Filosofia (UFPB–UFRN-UFPE), como requisito para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Filosofia Política

ORIENTADOR: Prof. Dr. Giuseppe Tosi

JOÃO PESSOA
2012

LUCAS DA SILVA CASTRO

MAQUIAVEL E A CORRUPÇÃO: DOENÇA E REMÉDIO

-

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integrado de Filosofia (UFPB–UFRN-UFPE), como requisito para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovada em ____/____/ 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giuseppe Tosi
Orientador (UFPB)

Prof. Dr. Narbal de Marsillac Fontes
Examinador (UFPB)

Prof. Dr. Fernando Magalhães
Examinador interno (UFPE)

Prof. Dr. José Antônio Martins
Examinador externo (UEM)

Prof. Dr. Carlo Gabriel Pancera
Examinador externo (UFMG)

*À minha filha Heloísa, à minha esposa, à minha
mãe e a todos aqueles que acreditam que o mundo
pode ser transformado em algo melhor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha família por ter me ajudado nessa longa jornada acadêmica; sem eles, o caminho teria sido mais difícil do que o que foi. Em especial, à minha mãe, a senhora Lucia Maria da Silva Castro, que sempre priorizou a minha formação sem medir muitos os sacrifícios para cumprir essa meta pessoal. Agradeço a todos os camaradas e companheiros do ME (Movimento Estudantil) e da Praça da Alegria, com quem desfrutei a companhia do café e do cigarro ao longo desses anos. Agradeço ao Chico, à Dona Menina e ao Pastor, funcionários da pós-graduação que sempre me trataram e me acolheram da melhor maneira possível. Agradeço ao professor Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, por ter me ensinado os primeiros passos no caminho da formação acadêmica, com quem pude aprender que educar é diferente de doutrinar. Agradeço, em especial ainda, ao professor Giuseppe Tosi, meu orientador, com quem pude compreender melhor o valor da coisa pública e, também, a maneira como as instituições republicanas devem ser dirigidas; tenho certeza de que o seu exemplo de dedicação e responsabilidade com a coisa pública será um norte para a minha atuação no desenvolvimento da vida acadêmica. Agradeço, sobretudo, à minha esposa Nathalya Moreira Lima Correa Castro, pelos cuidados, dedicação e paciência com que me ajudou a enfrentar essa longa jornada.

E embora a corrupção nela seja grande, debelai agora essa doença que nos aflige, essa raiva que nos consome, esse veneno que nos mata; e não imputeis as antigas desordens à natureza dos homens, mas aos tempos; e, como estes mudaram, podeis esperar melhor fortuna para a vossa cidade, por meio de melhores ordenações. A maldade da fortuna pode ser vencida com a prudência, pondo-se freio à ambição desses homens, anulando-se as ordenações que alimentam as facções e prendendo aqueles que não estão em conformidade com a verdadeira vida livre e civil.

(Nicolau Maquiavel. História de Florença)

RESUMO

A presente tese procurou refletir o problema da corrupção presente no pensamento político republicano do secretário da República Florentina. Para o autor, a experiência histórica da República de Roma na Antiguidade era a fonte de imitação e inspiração adequada para cumprir a meta de realização do maior sonho diurno de Maquiavel: a unificação política da Itália. Procuramos, nessa tese, reunir as várias falas de Maquiavel sobre a corrupção, focando a relação desse problema com a sua feição natural e inevitável, com o aumento da riqueza privada, com as ordenações e a construção das leis. Ao mesmo tempo, estudamos a relação entre corrupção e religião, corrupção e educação, e a relação desse problema com os contatos externos estabelecidos por uma determinada república. A partir desse percurso, podemos afirmar a tese de que Maquiavel, quando pensa a corrupção, refere-se a esta como sendo uma doença, e busca, ao mesmo tempo, os remédios para sanar esse mal. Os remédios são de naturezas diversas, como aponta o autor, entretanto exige uma ampla responsabilidade por parte dos cidadãos, para que estes, no desenrolar dos conflitos naturais e inevitáveis da república, possam forçar a aplicação desses remédios, preparando os conflitos políticos para o aperfeiçoamento da liberdade republicana.

Palavras-chave: Maquiavel. República. Corrupção. Doença. Remédio.

ABSTRACT

The present dissertation sought to reflect upon the corruption problem present in the republican thought of Florentine Republic secretary. For the author, the historical experience of Rome Republic in Antiquity was the adequate source of imitation as well as inspiration to reach Machiavelli's greatest daytime dream: the Italian political unification. In this work, we tried to reunite Machiavelli's many speeches on corruption, relating this problem to his natural and unavoidable trait, with the rising of private life, to law and order construction. At the same time, we investigated the relation between corruption and religion, as well as corruption and education and how such problems were related to external contacts set out by one specific republic. Based on this, it is possible to affirm that when Machiavelli focuses on corruption, he believes it as sickness, and then seeks the remedies to heal it. As the author points out, although such remedies are of diverse nature, they demand a high responsibility from citizens, so that, as republic natural and unavoidable conflicts develop, they are able to force the use of the remedies, preparing the political conflicts to the republic freedom enhancement.

Key-words: Machiavelli. Republic. Corruption. Sickness. Remedy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 MAQUIAVEL: ENTRE O MAQUIAVELISMO E O REPUBLICANISMO	14
3 MAQUIAVEL: REPÚBLICA POPULAR E SONHO DIURNO	35
3.1 REPÚBLICA E HISTÓRIA	36
3.2 REPÚBLICA E GOVERNO MISTO	46
3.3 POSITIVIDADE DOS CONFLITOS POLÍTICOS E REPÚBLICA POPULAR...	50
3.4 REPÚBLICA E GUARDA DA LIBERDADE	56
4 INTERPRETAÇÕES DA CORRUPÇÃO EM MAQUIAVEL	65
4.1 A CORRUPÇÃO E A SUA RAIZ MORAL	66
4.2 A CORRUPÇÃO E OS LIMITES DA AÇÃO HUMANA	72
4.3 A CORRUPÇÃO E A HERANÇA CLÁSSICA	78
4.4 A CORRUPÇÃO E O PRINCIPADO CIVIL	86
5 A CORRUPÇÃO EM MAQUIAVEL	96
5.1 A CORRUPÇÃO NATURAL E INEVITÁVEL...	99
5.2 CORRUPÇÃO E RIQUEZA PRIVADA NA REPÚBLICA	102
5.3 CORRUPÇÃO E ORDENAÇÕES: a construção da leis...	115
5.4 CORRUPÇÃO E RELIGIÃO CRISTÃ	121
5.5 CORRUPÇÃO E EDUCAÇÃO...	128
5.6 CORRUPÇÃO E CONTATOS EXTERNOS	137
6 CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

1 INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada *Maquiavel e a Corrupção: doença e remédio*, compreende a temática da corrupção, no pensamento republicano de Maquiavel, como sendo uma doença que ameaça a vida de uma república; podendo debilitar o seu corpo e promover a sua ruína. Neste sentido, em se tratando de uma enfermidade, a doença da corrupção deve ser tratada com os remédios mais adequados a sanar este mal. É comum Maquiavel perceber a república como um corpo vivo que está sujeito a doenças e que necessariamente precisa ser tratado. No último capítulo do livro III dos *Discursos*, refletindo o fato de que para uma república se manter livre é necessário, todos os dias, tomar novas providências diante de acontecimentos que necessariamente precisarão de um médico, o nosso autor aponta a compreensão do viver republicano como um corpo vivo que merece cuidados para se manter sadio:

Como já dissemos outras vezes, todos os dias necessariamente surgirão numa grande cidade acontecimentos que precisem de médico, e, se tais acontecimentos forem de grande importância, será preciso encontrar o médico mais sábio. [...] E, embora produzam maus efeitos numa república, tais doenças não são mortais, porque quase sempre se tem tempo para curá-las; mas, para as doenças que atingem o estado, não há tempo, pois estas, se não forem curadas por alguém muito prudente arruinam a cidade. (MAQUIAVEL, 2007a, p 454-455)

Maquiavel se apresenta como esse médico que procura as maneiras de remediar a doença da corrupção que atinge os governos republicanos. Essa temática – a corrupção – foi pouco refletida no conjunto da obra do autor ao longo do tempo. Quando muito, foi abordada na sua relação com outra temática considerada mais “nobre” dentro da tradição republicana: como é o caso do tema da liberdade política e dos fundamentos da república. Entretanto, mesmo não sendo uma temática muito estudada, a presença da corrupção foi e é marcante; e, ao mesmo tempo, inevitável nos governos republicanos ao longo da história Ocidental.

A despeito de sua presença inevitável em tais regimes ao longo do tempo, ameaçando a construção da liberdade política dos cidadãos republicanos, o tema da corrupção foi negligenciado entre os temas republicanos a serem estudados pelos leitores de Maquiavel. Para aqueles que sofrem os seus efeitos no cotidiano é necessário pensar, então, o problema com mais atenção e numa dimensão mais aprofundada. Essa atitude vai nos permitir refletir uma compreensão desse mal que afeta os cidadãos e ameaça a liberdade política de qualquer república; criando, ao mesmo tempo, as condições que possam orientar o lidar com e o

controle da corrupção presente nas repúblicas atuais e do futuro. Com o acúmulo do já refletido sobre o problema, podemos superar essa doença ou minimizá-la de tal forma que nos permita construir a “vida feliz”.

Embora uma interpretação do republicanismo do secretário da república Florentina não seja uma novidade, podemos dizer que esta começou a ser consolidada apenas recentemente (na segunda metade do século XX). A consolidação dessa interpretação do referido autor como pensador republicano teve como um de seus efeitos o poder de multiplicar o interesse de alguns estudiosos por vários temas inerentes a uma perspectiva republicana. Exemplo disso é que o estudo da corrupção no autor tem dado passos significativos na construção de uma interpretação mais apurada do problema. Isso aponta para a possibilidade de outros temas republicanos presentes no pensamento de Maquiavel serem estudados e poderem afirmar uma reviravolta nas interpretações que temos do autor, sobretudo na imagem hegemônica do maquiavelismo de Maquiavel, construída em larga medida pela interpretação da obra o *Príncipe*. Para que essa reviravolta possa acontecer, é necessário que os trabalhos acadêmicos sobre o autor se concentrem mais em sua produção republicana, ou seja, *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio e História de Florença*.

A presente tese trabalha com a ideia de que não existe um conceito de corrupção em Maquiavel, ou seja, que o autor não define “conceitualmente” a natureza da corrupção; por outro lado, o autor reflete os fenômenos históricos em que emergiu o problema da corrupção, presente nas experiências republicanas. Sendo assim, temos o propósito de refletir o pensamento de Maquiavel a respeito das experiências históricas que revelam a presença da corrupção em governos republicanos, a exemplo das cidades de Esparta, Roma Antiga, Florença, Veneza, etc.

A tese que emergiu dessa reflexão é a de que a característica fundamental do pensamento de Maquiavel diz respeito ao fato de que este procura não apenas compreender o problema da corrupção, mas também superar esse mal. Para isso, a sua reflexão sobre o problema se movimenta ao mesmo tempo num plano que é “weberianamente científico” (*wertfrei*), e em outro que é valorativo, que aponta para a preservação dos valores republicanos e para a manutenção da “boa vida”. Essa preocupação em diagnosticar a doença da corrupção e procurar os remédios para saná-la está presente em todas as temáticas estudadas pelo autor, na relação com a corrupção.

Para elucidar o ponto de vista acima, a presente tese procurou caracterizar as temáticas que apontam a amplitude da reflexão do autor sobre o problema da corrupção. São elas: a

corrupção como algo natural e inevitável; a corrupção relacionada ao aumento da riqueza privada; a corrupção e a sua relação com as ordenações jurídicas e a construção das leis; a relação entre corrupção e religião; entre corrupção e educação; e a relação entre a corrupção e os contatos externos (termo a que nos referimos hoje como relações internacionais). Portanto, a amplitude do pensamento de Maquiavel sobre a corrupção foi caracterizada na sua relação com tais temáticas.

O outro ponto abordado é que a república popular romana, com a sua intensa participação dos cidadãos nas instituições republicanas, é a referência histórica mais adequada para Maquiavel; não só como exemplo a ser seguido para a unificação da Itália, mas também naquilo que diz respeito à manutenção da liberdade política e ao controle da corrupção. Neste sentido, a república romana foi, para Maquiavel, a melhor fonte de orientação.

A presente tese vem não apenas elucidar o problema da corrupção em Maquiavel, como também refletir sobre a sua opção republicana. Nesta perspectiva, podemos evidenciar a ampliação do horizonte de compreensão sobre um autor que foi, ao longo do tempo, determinado pela identidade política do famigerado maquiavélico, difundida principalmente através de *O Príncipe*. Esta identidade agora se encontra em xeque, justamente no momento em que se multiplicam as pesquisas que apontam para esta nova interpretação do autor – a opção pelo republicanismo. É assumindo a tese de um Maquiavel republicano, desconstruindo o olhar sobre um Maquiavel defensor dos príncipes, que o presente trabalho vem a se desenvolver.

Passando pelos caminhos percorridos nos capítulos para o desenvolvimento da tese, podemos apontá-los da seguinte forma: o **primeiro** capítulo versa sobre a construção da imagem de Maquiavel ao longo do tempo, refletindo ao mesmo tempo o “maquiavelismo” de Maquiavel e, posteriormente, o fortalecimento de sua imagem republicana a partir do momento em que começa a ser construído o conceito de republicanismo, na década de setenta do século XX. Pretendemos mostrar que a valorização da feição republicana de Maquiavel é simultânea à construção do conceito de republicanismo, que só emerge em 1975, quando é lançada a obra *The Machiavelian Moment*, de Pocock, que aos poucos irá ganhar estatuto de obra paradigmática dessa tradição de pensamento político.

O **segundo** capítulo discute a concepção de república de Maquiavel, interpretada na sua relação com aquele que foi o mais importante dos seus “sonhos diurnos”, projetado e desejado no seu tempo de vida: o sonho de unificação política da Itália. A opção pela feitura do capítulo diz respeito à impossibilidade de se compreender, de maneira satisfatória, o problema da corrupção política no pensamento do autor, sem traçar uma leitura sobre a sua

concepção de república. É válido lembrar que, na medida em que esse tema da opção republicana de Maquiavel foi bem trabalhado por vários autores, procuramos apenas apresentar uma articulação entre a sua opção republicana e o seu lugar social, lugar este que possibilita e limita o horizonte de sua compreensão política. Portanto, procuramos afirmar, nesse capítulo, a compreensão da opção republicana de Maquiavel pela experiência histórica da república romana, e ao mesmo tempo mostrar que sua opção republicana é coerente com a sua busca por uma resposta eficiente à grande necessidade histórica de unificação política da Península.

O **terceiro** capítulo trata da visão de alguns dos mais importantes comentadores do republicanismo de Maquiavel que refletiram o tema específico da corrupção no autor. O capítulo pretende mostrar como o problema foi tratado, ao longo do tempo, por tais comentadores: Pocock, Skinner, Bignotto, Sasso e Antônio Martins. Procuramos refletir sobre as fontes ditas originais, utilizadas por tais autores; e mostrar que boa parte das reflexões desses autores, sobre o tema da corrupção em Maquiavel, encontra-se situada na interpretação dos capítulos 16, 17 e 18 do livro I dos *Discursos* – capítulos estes onde se encontra tematizado diretamente o problema da corrupção. No entanto, o capítulo procura mostrar que uma parte significativa dos discursos de Maquiavel sobre a corrupção está dispersa ao longo de outros capítulos da obra *Os Discursos* (em que não há alusão direta à corrupção) e, também, difusa em capítulos da obra *História de Florença*, bem como na *Arte da Guerra*. A tese exposta busca evidenciar, portanto, que a corrupção em Maquiavel deve ser compreendida levando em consideração, também, a filtragem dessas passagens a que fizemos referência, para poder perceber a abrangência do tema no pensamento do autor.

O outro ponto de vista que o capítulo procurou desenvolver é a ideia de que as interpretações da corrupção, sob a luz o pensamento do secretário da república Florentina, estiveram sempre associadas a outro tema pré-determinado: a virtude, a moral, o principado civil, a herança clássica, etc. Em tais estudos, podemos observar que muitas vezes foi dividido o foco do olhar sobre a corrupção em duas direções (exemplo: corrupção e virtude) que acabavam dividindo também os esforços de compreensão do problema; o que impediu de explorá-lo de forma mais específica.

No **quarto** capítulo, procuramos mostrar o quanto é abrangente a leitura que Maquiavel faz do problema da corrupção, e compreender a corrupção a partir da relação entre a doença e os remédios necessários a sanar esse mal; o que força o nosso olhar a pensar de maneira mais focada o problema da corrupção no pensamento republicano de Maquiavel.

Buscamos, neste capítulo, priorizar apenas a compreensão de Maquiavel sobre a temática, sem recorrer aos comentadores já trabalhados no capítulo anterior, estabelecendo, assim, um diálogo direto com o problema, segundo o nosso autor. A perspectiva desenvolvida procurou ser o mais fiel e honesto possível para expor a maneira como o este compreende a corrupção em sua abrangência. Para isso, buscamos expor a reflexão sobre a corrupção seguindo as temáticas relacionadas à mesma, e que foram sugeridas por Maquiavel ao longo da sua reflexão: a naturalidade e inevitabilidade da corrupção; a relação da corrupção com o aumento da riqueza privada; com as ordenações da república e a construção das leis; com a religião e a educação; e, como aponta o próprio autor, a relação entre a corrupção e os contatos externos (que remonta ao problema das relações internacionais).

A partir da reflexão de tais temáticas foi possível perceber que Maquiavel, em cada uma delas, sempre que fez o diagnóstico da doença da corrupção, procurou também os remédios para saná-la. Neste sentido, concluímos a tese de que a corrupção em Maquiavel pode ser pensada a partir da relação entre a doença e a busca pelos remédios adequados à cura dessa doença – relação esta que traduz a amplitude da visão de Maquiavel sobre a corrupção.

2 MAQUIAVEL: ENTRE O MAQUIAVELISMO E O REPUBLICANISMO.

A presente tese vem refletir e apresentar a compreensão que Maquiavel desenvolveu a respeito da presença histórica de corrupção nos governos republicanos. Desenvolver uma tese sobre o problema da corrupção em Maquiavel – tema recorrente nos regimes republicanos e digna de nota pelos pensadores da tradição republicana – tem por efeito elaborar uma compreensão do autor que não foi muito difundida entre os seus leitores e comentadores ao longo da história: a convicção de que esse autor seria de fato um pensador político assumidamente republicano.

Para o conhecimento da obra produzida por Maquiavel, interessa-nos ter consciência da relevância do fato de que, no seu tempo de vida, do ponto de vista da atuação política, o secretário da república florentina foi um republicano convicto, defensor da prioridade dessa forma de governo como sendo a mais adequada à construção da liberdade política dos cidadãos. A sua experiência política como embaixador da cidade de Florença moldou diretamente a maneira como o escritor político construiu o seu pensamento republicano.

A tese que segue, na medida em que está preocupada com o problema da corrupção em Maquiavel – problema este relacionado diretamente ao governo da república, onde a corrupção se apresenta de maneira mais acentuada –, privilegiou, necessariamente, o estudo das obras assumidamente republicanas do autor em questão: *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *História de Florença*. Isto se deu porque boa parte dos discursos de Maquiavel proferidos sobre a corrupção está concentrada de forma difusa em tais obras. Nesse enfoque, chamamos atenção para o fato de que, quando estamos preocupados em pensar as condições históricas em que foram produzidas as obras republicanas de Maquiavel, e, nestas, a própria atuação política do autor como secretário da República florentina, o que vem à tona é uma compreensão do autor como pensador convicto de que a república era a melhor forma de governo.

Contudo, é necessário voltar a lembrar que essa imagem republicana do autor não foi a mais difundida sobre ele, ao longo da história do Ocidente. Grande parte daquilo que foi produzido sobre o pensamento de Maquiavel, durante esses 500 anos de história, está concentrado em *O Príncipe*. Neste sentido, a imagem hegemonicamente construída sobre o autor, e perpetuada na longa duração, foi a do famigerado maquiavelismo de Maquiavel. Assim, podemos dizer que a construção de uma leitura interpretativa republicana de Maquiavel é algo recente; isso se comparado à diversidade de interpretações feitas sobre esse

mesmo autor que privilegiaram o estudo de *O Príncipe*¹. O questionamento que fazemos sobre a interpretação desse pensador ao longo do tempo é o porquê dessa imagem do maquiavelismo de Maquiavel se sobrepor à imagem do Maquiavel assumidamente republicano.

Para esboçar uma breve reflexão sobre a questão levantada a respeito da interpretação que se construiu sobre o autor ao longo do tempo, partiremos da seguinte perspectiva: é preciso considerar que toda mudança significativa promovida na forma como o conhecimento é produzido em uma determinada época, advém, sobretudo, de uma mudança ocorrida nos rumos da própria história vivida dos homens, naquela mesma época.

As ideias que se tornaram obsoletas, superadas pelo tempo, na incapacidade de compreender o movimento do devir, serão substituídas por novos questionamentos, novas reflexões, que permitem não só interpretar o tempo passado de forma diferente, mas também questionar de forma diferente o pensamento dos filósofos do tempo passado; elaborando novas possibilidades de compreensão que respondam ao vivido de forma mais coerente ou condizente com as transformações do devir. Neste sentido, podemos dizer que são as transformações da história vivida dos homens que forçam as modificações nas leituras que construímos sobre os autores no âmbito do próprio pensamento humano, permitindo a estes a elaboração de novas possibilidades de compreensão.

Portanto, podemos dizer que são as transformações históricas que permitem aos homens do tempo presente elaborar novas perguntas sobre o passado; no sentido de ampliar o horizonte da compreensão que temos sobre os homens de outrora. Dessa maneira, o olhar que construímos sobre o pensamento que foi produzido pelos homens num tempo passado, está diretamente relacionado às perguntas que foram feitas num tempo presente, em que está situado o intérprete da compreensão. São, portanto, os anseios dos homens no presente, da sua condição histórica e social, que permitem e legitimam as perguntas que elaboramos sobre o passado. Como escreveu Benedetto Croce (1983, p 5): “toda história é história contemporânea”.²

¹ Vinícius Soares de Campos Barros, em sua obra intitulada *Introdução a Maquiavel*, constrói um capítulo dedicado à maneira como Maquiavel havia sido interpretado na história do Ocidente, da diversidade de interpretações que se sucederam na história e de como a grande maioria delas privilegiaram a reflexão de *O Príncipe*, quase sempre deixando de lado a perspectiva republicana do autor. A consolidação dessa imagem republicana só irá acontecer no século XX. O autor mostra a construção da imagem do Maquiavel defensor dos tiranos, presente em *Henrique VIII*, de Shakespeare, e reforçada pela contra-reforma. A imagem do *Príncipe*, como sátira, emerge de leituras como as de Spinoza e Rousseau. No século XIX, Hegel e Herder viram no *Príncipe* de Maquiavel a imagem do patriota exaltado. O autor mostra, ainda, outras interpretações de Maquiavel, que em sua maioria estão concentradas em *O Príncipe*.

² “Il bisogno pratico, che è nel fondo di ogni giudizio storico, conferisce ad ogni storia il carattere di ‘storia contemporanea’, perché, per remoti e remotissimi che sembrino cronologicamente i fatti che vi entrano, essa è,

Seguindo esse raciocínio, podemos elucidar e iluminar uma reflexão a respeito da imagem que foi criada sobre o secretário da república florentina, Nicolau Maquiavel. Para isso, levantaremos as seguintes questões: por que um pensador político como Nicolau Maquiavel, que assumiu em suas obras republicanas a sua preferência³ por essa forma de regime em relação aos principados, defensor da república popular, difundiu-se pela história e ficou conhecido como um monarquista, defensor dos principados, famigerado maquiavélico? Por que somente na segunda metade do século XX, a face republicana de Maquiavel mais representativa das suas convicções políticas começou a ser elucidada?

Diante das questões levantadas acima, podemos orientar melhor a nossa reflexão, com o propósito de apontar de forma mais adequada determinadas características que dizem respeito à leitura de um Maquiavel republicano e às temáticas relacionadas a esta questão, incluindo a temática da corrupção. Se a corrupção não é a marca exclusiva das repúblicas enquanto regimes políticos, por outro lado, é nessa forma de regime, em oposição à coisa pública (*res-publica*), que ela se apresentou de forma mais nítida e ameaçadora.

Fazendo uso da hermenêutica e dos problemas de compreensão que a envolve, quando desejamos praticá-la na compreensão de um determinado autor, cabe aqui chamar atenção para um aspecto importante da obra *Verdade e Método*, de Gadamer, que pode ser útil para enfocar as questões que foram levantadas sobre a recepção e interpretação que se fez desse pensador político ao longo do tempo: Gadamer (2003) chama a atenção do intérprete, desejoso da compreensão, para a necessidade de se construir uma consciência radical da história efetual, presente e atuante em todo projeto de compreensão.

Para o autor em questão, a compreensão sempre se constrói e se atualiza enquanto um projeto lançado a partir de um diálogo que se estabelece entre a tradição que é herdada e a situação hermenêutica do intérprete desejoso de compreensão. A tradição produz um efeito sobre a compreensão, intitulado princípio da história efetual⁴. Tal efeito é produzido pelo

in realtà, storia sempre riferita al bisogno e alla situazione presente, nella quale quei fatti propagano le loro vibrazioni.” (CROCE, 1983, p. 5)

² Skinner, em sua obra *As fundações do pensamento político moderno* (1996), mostra como a tradição republicana das cidades-repúblicas da península itálica foi berço dos pensadores republicanos que discutiram muitos temas em comum. Um deles foi desenvolver uma reflexão que justificasse a sua preferência pelo regime republicano como superior e mais adequado à boa vida do que os principados. Skinner mostra como muitos dos pensadores, entre eles Maquiavel, discutiram a sua preferência pela república. Procuramos deixar claro, ao longo da tese, a preferência de Maquiavel pelo regime republicano e pela república popular, partindo daquilo que o próprio autor escreveu, mas tendo a consciência que outros pensaram essa preferência, como é o caso de Skinner.

⁴ Essa breve passagem que segue, da obra *Verdade e Método*, possibilita ao leitor refletir a consciência da história efetual enquanto consciência da situação hermenêutica do intérprete: “O interesse histórico não se volta apenas aos fenômenos históricos ou às obras transmitidas, mas tem como temática secundária o efeito dos mesmos na história (o que implica também a história da investigação [...] Novo, porém, é o fato de se precisar de

peso que os acontecimentos e as grandes obras dos pensadores, ao longo do tempo, exercem sobre a compreensão que projetamos sobre eles.

Neste sentido, podemos dizer que, ao analisarmos o problema específico da interpretação de Maquiavel e da imagem que lhe foi legada no tempo, precisamos tomar consciência desse efeito que se encontra presente na nossa compreensão, pois quando se faz referência ao secretário da república florentina, o que é automaticamente lembrado como efeito da tradição que atua na compreensão herdada sobre o autor, é a imposição do famigerado maquiavelismo de Maquiavel. E a sua obra mais difundida, *O Príncipe*, demarca-lhe uma identidade rígida presente no projeto de compreensão inicialmente lançada sobre o autor, o que geralmente tende a obscurecer a possibilidade da construção de novos horizontes de compreensão sobre este, bem como, a respeito das ideias produzidas no seu tempo de vida.

Portanto, ao contrário do tempo de vida de Maquiavel, em que este ficou conhecido por seus contemporâneos como o secretário da república florentina e difundido pelas obras escritas *Mandrágora* e *A Arte da Guerra*⁵, a tradição impôs ao nosso autor, enquanto efeito da história, a difusão do *Príncipe*⁶ e do vulgo maquiavélico⁷ como aspecto determinante na

um tal questionamento da história efetual sempre que uma obra ou uma tradição tiver de sair do lusco-fusco em que se encontra entre tradição e historiografia para o claro aberto de seu real significado. Essa sim é uma nova exigência, não a investigação mas à sua consciência metodológica – que se impõe à partir da reflexão rigorosa da consciência histórica [...] A consciência histórica deve conscientizar-se de que, na suposta imediatez com que se orienta para obra ou para a tradição, está sempre em jogo este outro questionamento, ainda que de maneira despercebida e conseqüentemente incontrolada [...] O que precisamos é apenas aprender a conhecer-nos melhor e reconhecer que os efeitos da história efetual operam em toda compreensão, estejamos ou não *conscientes* disso” (GADAMER, 1997, p. 397).

⁵ Como afirma Helton Adverse, na apresentação à edição brasileira da *Arte da Guerra* (MAQUIAVEL, 2006b): “Se pudessemos voltar no tempo para visitar Florença dos anos 1520 e lá perguntássemos por um certo Niccolò Machiavelli (ou Machiavegli, à maneira toscana) ficaríamos sabendo que se trata de um escritor de teatro e do autor de uma *Arte da Guerra*. Até então, o Maquiavel escritor político não era conhecido do grande público. Suas obras mais famosas, *O Príncipe* e *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, ainda esperariam cinco anos após a sua morte para vir a lume em 1532”.

⁶ Maurizio Viroli, em seu livro *O sorriso de Nicolau*, aponta para o desinteresse de Lorenzo de Médici pela obra *O Príncipe*, de Maquiavel, quando esta lhe fora presenteada por Francesco Vettori, com o propósito de reaver algum lugar para o amigo na cena política que este tanto amava: “Quando Francesco Vettori, que nesse ínterim se transformara no mais influente conselheiro de Lorenzo, apresentou à chefe a obra prima de Nicolau, ele se mostrou mais interessado em dois cães que acabara de receber de presente, mal lhe dando uma olhada. Lorenzo não tinha o menor interesse em ler uma obra como *O Príncipe*, e mesmo que tivesse lido, não a teria compreendido. Esse foi mais um duro golpe às esperanças de reaver um encargo político qualquer, uma nova desilusão que iria atormentar Maquiavel por muito tempo” (VIROLI, 2002, p. 191). Um pouco mais adiante, procuramos mostrar que o que está por trás do presente de Maquiavel para Lourenço de Médici vai mais além do que a mera busca por um emprego político junto à nova senhoria da cidade. E, sendo assim, podemos dizer que seria fazer uma leitura empobrecida do pensador político que foi Maquiavel, e não perceber que no *Príncipe* está depositado o seu desejo de ver a Itália Unificada; e esse desejo tem um peso maior do que a sua necessidade de preservação no governo da cidade.

⁷ Segue Viroli, em o *Sorriso de Nicolau*, refletindo a maneira como o *Príncipe* foi recepcionado pelos contemporâneos de Maquiavel, que já apontavam, desde o início de sua interpretação, para a construção de uma imagem do autor como famigerado maquiavélico: “Assim que começou a circular em cópias manuscritas, e mesmo depois de impresso, *O Príncipe* encontrou pouquíssimos leitores inteligentes que fossem capazes de compreender o seu valor. Por outro lado, aliciou muitos inimigos que o consideravam uma obra maligna,

compreensão do autor. A obra o *Príncipe* tem um efeito profundo e determinante na maneira como a tradição legou a imagem do maquiavelismo de Maquiavel.

Ora, parece interessante perceber que por trás da difusão eclipsante da obra *O Príncipe* encontra-se historicamente a construção de uma hegemonia dos governos absolutistas, das monarquias modernas, que passaram a controlar de forma paradigmática a política europeia a partir do século XV e XVI, estendendo-se até o século XVIII e XIX, em algumas regiões da Europa. Portanto, diante desse cenário histórico, é válido pensar que, numa conjuntura de expansão do regime político absolutista, a obra em questão teria encontrado terreno mais fértil para a sua difusão e conseqüente recepção, do que as outras obras do secretário da república florentina.

Sobre essa recepção de *O Príncipe*, podemos dizer também que esta obra teve de fato uma difusão privilegiada, mas é necessário lembrar que foi abertamente condenada por muitos, sobretudo pelos príncipes absolutistas – talvez por mera hipocrisia, pois não queriam que fossem desvelados os segredos da política absolutista, como fez Maquiavel. Ao mesmo tempo em que o *Príncipe* era condenado (embora lido), as outras obras republicanas de Maquiavel eram esquecidas, e só reapareceriam num período de ascensão do republicanismo e das experiências históricas republicanas.

Dessa forma, podemos dizer que a atmosfera de intolerância, tanto da Inquisição moderna em ascensão⁸, bem como do fortalecimento do absolutismo no Ocidente, não construiu terrenos propícios à difusão das obras republicanas de Maquiavel. Assim sendo, podemos dizer que refletir certos temas, como é o caso da liberdade republicana, não seria permitido em tais situações históricas; ou melhor dizendo, em sociedades que vivem sob essa forma de governo autoritário, forma esta que não permite a liberdade de pensamento político e nem está preparada para acolher a crítica aos seus atos.

inspirada pelo diabo em pessoa, na qual um escritor busca ensinar ao príncipe como conquistar e conservar o poder por meio da avareza, da crueldade e da simulação, servindo-se cinicamente da religião como instrumento para manter a docilidade dos povos. Outros reputaram à obra uma sátira, na qual o autor, fingindo ensinar o príncipe como manter seu Estado, em vez disso, revelava aos povos que o poder do príncipe é baseado na força, na crueldade e no embuste, ensinando-os assim a odiá-lo. De qualquer forma, eram poucos; a maioria julgava o *Príncipe* uma obra perversa e seu autor, como escreveu um de seus intérpretes mais obtusos, um ‘mestre do mal’.” (VIROLI, 2002, p.186).

⁸ Importante lembrar a Contra Reforma, o surgimento dos Jesuítas e o índice, que se constituía na perseguição e queima dos livros ditos proibidos pela igreja romana; acontecimentos que também contribuíram para criar essa atmosfera de intolerância por que experimentou a Europa, especialmente as cidades republicanas do centro e norte da península Itálica que foram tombando uma a uma nessa nova ordem política.

Refletindo a história a contrapelo⁹, para lembrar as teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história, buscando compreender a história dos vencidos sem que estes sejam vistos apenas como despojos dos vencedores, podemos encarar a questão dessa compreensão da imagem criada sobre o pensamento de Maquiavel com outro enfoque. Por trás da convicção republicana de Maquiavel, que foi obscurecida pela tradição ao longo da história, podemos falar das várias experiências históricas fracassadas das cidades republicanas da Península Itálica, especialmente a florentina, que não teve força suficiente para dar uma resposta eficiente rumo à construção da unificação da Itália, como tanto sonhara Maquiavel. Certamente, se estas cidades tivessem logrado êxito, a compreensão republicana do autor, e de outros pensadores do período que desenvolveram teses republicanas, teria tido mais possibilidades de se difundir. Se tais experiências lograssem êxito, a península Itálica teria não só difundido, mas ampliado significativamente a sua reflexão sobre o pensamento republicano. Com isso, queremos dizer apenas que o terreno político da história do ocidente foi mais propício à difusão de *O Príncipe* do que as obras republicanas de Maquiavel.

É necessário lembrar, então, que as monarquias absolutas criavam um terreno político propício à difusão da obra *O Príncipe*, ao ponto que a Inquisição e a Contra-Reforma lhe asseguravam a difusão do famigerado Maquiavel: novamente o difundiram, condenando-a ao Maquiavelismo. Portanto, podemos dizer que a difusão da obra não significou necessariamente uma recepção positiva por parte de seus leitores.

Ao contrário disso, é válido afirmar que a imagem de Maquiavel foi, em seu tempo de vida, construída, sobretudo, por muitos daqueles que eram contrários à sua convicção republicana popular; basta lembrar os inimigos que adquiriu, quando colocou em prática a criação do exército popular da república florentina, e a desconfiança que produzia nos senhores da cidade ao levar a cabo esse projeto que acabou sendo malogrado. Muitos dos leitores do autor, ao longo do tempo, estudaram o mesmo sem abordar a sua obra por completo. Neste sentido, podemos falar dos muitos leitores de Nicolau que pensaram *O Príncipe* sem se preocupar com a obra completa do autor.

⁹ Levar adiante a tarefa de construir a história a contrapelo significa estar atento ao fato de que “[...] os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê tem uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como a corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1996, p. 225).

Maquiavel, enquanto derrotado político, jamais pôde afirmar de fato, no seu tempo de vida, as suas convicções republicanas, no sentido de realizá-las politicamente na história. Desenvolver um olhar da história a contrapelo é um pouco fazer justiça àqueles que foram derrotados em sua atuação política, como foi o caso do nosso autor. A difusão da imagem republicana do autor seria uma necessidade de fazer justiça, por ser uma leitura condizente com as suas próprias escolhas no seu tempo de vida. E na medida em que essa imagem, de um Maquiavel republicano, vai se tornando forte o suficiente para ser perpetuada na história, o futuro pode apresentar a possibilidade de vir a relativizar ou mesmo desconstruir a imagem do maquiavelismo de Maquiavel; ou talvez as duas imagens possam continuar paralelas na história, como costuma acontecer com os grandes pensadores.

Se o leitor questionasse o exemplo de *O Príncipe* – presente de Maquiavel para Lourenço de Médici – como uma forma de relativizar a sua opção republicana, diríamos de início apenas que, com a referida obra, Maquiavel buscou um emprego junto aos novos senhores da cidade, ou mesmo uma aceitação destes diante da desconfiança gerada pela sua figura republicana (não podemos esquecer que o nosso autor afirmava não saber viver de outra arte que não fosse a política). Além disso, para o nosso autor, a casa dos Médici possuía as condições adequadas à unificação da Itália; condição necessária para a construção da vida feliz, tão sonhada por nosso autor.

A concretização do sonho diurno de Maquiavel já seria suficiente tanto para justificar o presente dado a Lourenço de Médici, bem como para justificar a opção republicana do autor pela experiência romana (tema trabalhado no próximo capítulo). Maquiavel não rejeitava a ideia de um príncipe virtuoso unificar a Itália e promover as condições para a construção de uma vida feliz – essa possibilidade não abalava a sua preferência republicana.

Maquiavel, para muitos, teria sido o primeiro cientista político do Ocidente; teria sido o primeiro a se preocupar com a política exatamente como ela é, e não como deveria ser. Essa sua perspectiva realista também contribuiu para a difusão da sua imagem de famigerado maquiavélico. Nesta perspectiva de cientista político, o autor foi capaz de buscar naquilo que realmente aconteceu, o terreno sólido para fundamentar a sua reflexão e atuação na cena política. O autor, buscando compreender “a verdade efetiva das coisas”, acabou por tirar os véus da política, deixando nua a própria atividade desta; fato este que teve efeito direto na construção de sua imagem, uma vez que essa sua atitude de procurar dizer a verdade na política desagradou a muitos.

Neste sentido é que podemos dizer que *O Príncipe* admite pelo menos duas interpretações: para os arautos da república, poderia ser muito bem interpretado como uma

obra que ensina os príncipes a dominar o poder e perpetuá-lo sobre os súditos; os príncipes, por outro lado, poderiam interpretar a obra do secretário como aquela que permite ao povo compreender como estes agem na política, no exercício de sua dominação e manutenção do seu poder. O certo é que a verdade de Maquiavel provocou muitos desgostos.

Interessante também é notar que, quando a bandeira republicana foi novamente revigorada e atualizada no contexto europeu do século XVIII, preparando as revoluções liberais e, por sua vez, materializando e perpetuando seus ideais nestes processos revolucionários, a referência política de orientação não era a tradição republicana da Península Itálica, e sim, a república liberal; república esta que tinha como fundamento político uma concepção metafísica da natureza humana. Pensar a política fundamentada na natureza humana era algo presente em autores como Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau e outros.

Entretanto, é necessário ressaltar que o liberalismo é fundamentado pela crítica que Hobbes desenvolve à antropologia da natureza política do homem, que embasa a compreensão da política em Aristóteles. O estado de natureza, para Hobbes, era representativo da liberdade negativa do homem e da ausência do direito e da política. Sua reflexão política teve como um dos fundamentos a crença numa antropologia negativa. Já os liberais desenvolveram sua reflexão política na desconstrução dessa antropologia negativa, e na construção de uma antropologia positiva; no fundamento de que, no estado de natureza, os direitos naturais devem ser preservados no processo de construção da transição para a sociedade civil.

Os republicanos liberais, não obstante todas as críticas desenvolvidas contra Hobbes, herdaram deste a concepção pública do contrato, e a ideia de uma natureza humana como fundamento da política; ainda que divergissem de Hobbes na caracterização e na valorização dessa natureza. Já para Maquiavel, a natureza humana não era determinante para pensar a política e nem para atuar politicamente, como sugere a epígrafe da presente tese. Mais adiante, veremos que o nosso autor rejeita a natureza humana como explicação fundamental para a geração da corrupção. Por enquanto, podemos lembrar a passagem¹⁰ em que o nosso

¹⁰ Refletindo essa questão no capítulo 27 do livro primeiro dos Discursos, Maquiavel interpreta o exemplo histórico em que, movido pela impetuosidade, o papa Julio II havia se direcionado, em 1515, a Pérugia, para expulsar o tirano da cidade, Giovampagolo. Movido pelo ímpeto, o papa entrou na cidade sem esperar o seu exército, tornando-se presa fácil para o tirano. Para supressa de todos os presentes, o tirano não fez o que todos esperavam que fizesse numa situação como esta. Maquiavel lança a seguinte explicação do fato: “Não era de crer que se tivesse se absterido por bondade ou que tivesse sido retido pela consciência; porque no peito de um homem facinoroso, que tinha a irmã por amante, que matara os primos e os sobrinhos para reinar, não podia pousar nenhum respeito piedoso: mas concluiu-se que os homens não sabem ser maus com honra nem bons com perfeição, e que, quando uma maldade tem em si grandeza ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la” (MAQUIAVAL, 2007a, p.90).

autor afirma que raríssimas vezes os homens sabem ser inteiramente bons ou inteiramente maus, o que nos permite refletir o lugar que a natureza humana possuía em sua reflexão política.

O interessante é também perceber que, nessa nova atualização do republicanismo do século XVIII, em sua feição liberal, “nenhum” pensador republicano dessa fase da história, que teve seu pensamento materializado nas revoluções liberais do século XVIII, fez alusão ao republicanismo de Maquiavel, ao ponto de lhes servir enquanto referência para a construção de suas perspectivas políticas republicanas. Nem mesmo Rousseau, republicano radical e fervoroso, parece ter dado a importância devida aos *Discursos* do secretário florentino sobre a Primeira Década de Tito Lívio, obra em que o nosso autor desenvolveu a sua concepção republicana de governo; não obstante o fato de que Rousseau não só conhecia os *Discursos* e a *História de Florença*, mas apresentou o *Príncipe* como sendo a obra dos republicanos. Para Rousseau, Maquiavel dava conselhos ao povo, embora fingisse dar conselhos ao príncipe.¹¹

Somente a partir da década de 1970, quando de fato começa a ser construído o recente conceito de republicanismo¹², que a especificidade da obra republicana de Maquiavel começou a ser estudada por completo. A partir de então, o autor começa a ser trabalhado numa perspectiva mais ampla. É diante dessa leitura mais abrangente que a sua perspectiva republicana passou a ser valorizada, saindo do lusco-fusco em que se encontrava. Também, não é mera coincidência o fato de que, atualmente, as repúblicas mistas de caráter democrático têm sido a referência política mais coerente para a organização dos governos nos estados ocidentais, na contemporaneidade.

¹¹ Rousseau, em sua obra *O Contrato Social*, no livro III, cap. VI, faz ressalva ao *Príncipe*, de Maquiavel, como sendo a obra dos republicanos, ao ponto em que busca salvar a imagem de Maquiavel enquanto homem bom, que até então só tivera leitores superficiais ou corrompidos. Como acreditamos que Rousseau não foi o leitor superficial nem corrompido de Maquiavel, que ele mesmo critica, é, portanto, plausível acreditar que Rousseau fez a sua opção de maneira consciente, por uma perspectiva republicana diferente daquela em que está inserido o pensador florentino, o que reforça o fato de que a perspectiva republicana de Maquiavel não foi referência para a construção do pensamento republicano liberal. Segue Rousseau: “É o que Samuel expôs vigorosamente aos hebreus, é o que Maquiavel fez ver com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. O Príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos. [...] (N. do autor) Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão; ligado, porém, à Casa dos Médici, foi forçado, durante a opressão de sua pátria, a disfarçar seu amor à liberdade. A escolha de seu execrável herói por si só manifesta suficientemente sua intenção secreta; a oposição entre as máximas de seu livro sobre o *Príncipe* e a dos *Discursos* sobre Tito Lívio e de sua *História de Florença* demonstra ainda que esse profundo político só teve até hoje leitores superficiais ou corrompidos. A corte de Roma proibiu severamente seu livro; ela é, creio firmemente, a mais bem pintada por ele” (ROUSSEAU, 1999, p.159).

¹² Marco Geuna, em sua obra intitulada *La Tradizione Repubblicana e i suoi Interpreti*, procura fazer um estudo a respeito da tradição republicana, e de como esse conceito, que é bastante recente, carece de uma melhor definição de suas famílias teóricas. O autor faz a crítica à tradição italiana, germânica e inglesa, que até o início da década de 1970 não havia feito alusão ao republicanismo enquanto conceito definido; “La fortuna del concetto di repubblicanesimo è dunque recente. Fino alla metà degli anni Settanta non si riteneva che svolgesse un ruolo particolarmente significativo nel lessico politico” (GEUNA, 1988, p. 101).

Atualmente, não se coloca mais em xeque a possibilidade de construção de uma leitura, entre outras possíveis, que aponte na direção da opção de Maquiavel pela república enquanto melhor forma de governo. Muitos foram os pensadores que desenvolveram a ideia (da qual também compartilhamos) da existência de um Maquiavel republicano, defensor da república como a melhor forma de governo. Entre estes de maior renome, podemos fazer referência a Pocock e a Skinner, na área anglo-saxônica, que foram os pioneiros; Maurizio Viroli, Gennaro Sasso, Luca Baccelli e Marco Geuna, na Itália; e Newton Bignotto, no Brasil.

Contudo, para evitar o olhar dogmático sobre a convicção política do autor, é necessário ressaltar que o fato de Maquiavel ser um republicano convicto não significa dizer que foi avesso aos principados enquanto forma de governo. Para o autor, o governo virtuoso independe de sua forma. Um príncipe virtuoso poderia unificar a Itália e apontar para a construção da vida feliz, mas o principado jamais superaria o valor da liberdade política dos cidadãos num governo republicano.

As passagens abaixo, da obra *Os Discursos*, que procura compreender em que regime político a sucessão dos governantes se faz de maneira mais adequada a escolher o melhor dirigente entre as pretensões, refletem bem a opção de nosso autor pelo regime político republicano enquanto melhor forma de governo; mais propícia a assegurar os governos virtuosos e a garantir a liberdade dos cidadãos. Sobre esse tema, aponta Maquiavel no cap. 19 do livro primeiro dos *Discursos*, a respeito da sucessão nos principados, ressaltando o fato de que depois de um príncipe excelente pode-se manter um príncipe fraco, mas depois de um fraco, não se pode manter reino algum:

Donde se pode notar que um sucessor que não tenha tanta virtù quanto o primeiro pode manter um estado graças à virtù daquele que o governou antes, sendo possível gozar os frutos do seu trabalho, mas, se ocorrer que sua vida seja longa ou que depois dele não surja outro que retome a virtù do primeiro, é necessário que tal reino se arruíne. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 77)

Logo em seguida, Maquiavel, no cap. 20 do livro I dos *Discursos*, ressalta o fato de que as repúblicas bem ordenadas possuem necessariamente sucessões virtuosas, e, por isso, são grandes as suas possibilidades de conquista e expansão; possibilidades estas que a república pode gozar mais do que os principados, porque pode escolher entre os cidadãos que pretender a direção da república, aquele de maior virtude.

Assim se vê que a sucessão de dois príncipes virtuosos – como foram Felipe da Macedônia e Alexandre – é suficiente para a conquista do mundo. Mais ainda deve realizar uma república, que pode eleger não só dois, mas infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em uma república bem ordenada. (MAQUIAVEL, 2007a, p.79)

A partir dessa reflexão sobre a interpretação do pensamento político de Maquiavel, tendo apontado inicialmente a sua convicção republicana, podemos traçar, aos poucos, os passos desse caminho de afirmação de uma nova compreensão do autor como um pensador político republicano, que acredita nesse regime como sendo a melhor forma de governo. Para o secretário da república florentina, a liberdade política republicana é indispensável à construção do bem comum, e por sua vez, do desenvolvimento das cidades em glória e riquezas.

No capítulo segundo do livro II dos *Discursos*, Maquiavel elogia a liberdade republicana e o bem comum como condições necessárias para o crescimento das cidades. Ao mesmo tempo, aponta a servidão como sendo o motivo de decadência destas mesmas cidades. Lembra que nas histórias antigas, a maioria dos povos eram tidos como livres, amantes da liberdade, e por esse motivo a defendiam com fervor. Assim o eram os toscanos, os romanos, os samnitas e muitos outros que habitavam a Itália; sendo raridade a presença dos principados nessa região, algo diferente da conjuntura política que corresponde ao tempo de vida do autor onde os principados abundavam. Na passagem abaixo, da obra e do capítulo em questão, o nosso autor elogia o bem comum, que só é observado nas repúblicas, e condena as cidades que vivem na servidão, aumentando o poder e a riqueza do príncipe, ao custo da sua estagnação:

E é fácil entender donde provém nos povos essa afeição pela vida livre, porque a experiência mostra que as cidades nunca crescem em domínio nem em riquezas, a não ser quando são livres. [...] Mas é de admirar acima de qualquer coisa a grandeza que chegou Roma depois que se libertou de seus reis. É fácil entender a razão, pois o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum. E esse bem comum só é observado nas repúblicas, porque tudo que é feito, é feito para o seu bem, e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos que por elas sejam prejudicados. O contrário ocorre onde há um príncipe, onde, no mais das vezes, o que é feito em favor do príncipe prejudica as cidades, e o que é feito em favor da cidade o prejudica. De modo que quando uma tirania se estabelece em lugar livre, o menor mal que afeta essa cidade é deixar de avançar, de crescer em poder ou riquezas; mais amiúde — aliás, sempre —, o que lhes ocorre é retrocederem. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 186-187)

Na passagem acima, Maquiavel coloca o bem comum e a liberdade como exclusividades da república, apontando a sua preferência pelos valores republicanos para o desenvolvimento e manutenção da riqueza e opulência das cidades; reflexão que deixa clara a sua opção política. Diante do que foi dito, voltaremos agora aos marcos dessa interpretação republicana do pensamento político de Nicolau Maquiavel, que começou a tomar corpo na segunda metade do século XX.

Para o pensador italiano Luca Baccelli (2003), a valorização do pensamento político da tradição republicana (especialmente a do autor em questão), que houve nas últimas décadas do século XX, deve-se, sobretudo, à obra de Pocock, intitulada *The Machiavellian Moment*, que foi publicada em 1975 e tinha como propósito buscar a reconstrução da tradição republicana como uma alternativa política, tanto em relação ao comunitarismo, como em relação ao liberalismo e ao marxismo. Para Baccelli, em *Critica del repubblicanesimo*, a narrativa de Pocock se configura como a “invenção” de uma tradição, nos dois sentidos etimológicos da palavra (*inventio*): tanto como “descoberta”, quanto como surgimento/criação de um paradigma novo e original¹³. No mesmo caminho da reflexão de Baccelli, Marco Geuna ressalva a obra de Pocock como aquela que teria inaugurado um novo paradigma historiográfico: “Ma è stata l’opera di John Pocock, *The Machiavellian Moment*, apparsa nel 1975, a rappresentare il vero punto di svolta e ad inaugurare un nuovo paradigma storiografico” (GEUNA, 1988, p. 102).

Baccelli, na obra referida acima, aponta para a interpretação de Pocock – a valorização do par virtude-corrupção como sendo a chave de interpretação de tal tradição republicana. A tese de fundo seria que a “matéria” do Estado encontra-se sujeita a um processo inevitável de corrupção, e que a sua “forma”, a virtude cívica, baseada no ideal de bem comum e do valor militar, constitui a força capaz de se opor a tal processo “natural”. A nova interpretação da tradição republicana, construída por Pocock, afirma a sua preferência pela república mista (que preserva, na sua forma de governo, a monarquia, a aristocracia e a democracia) e reconhece na *pólis* grega de Aristóteles, na concepção de que o homem é um ser político por natureza (*zoón politikón*), a matriz teórica desta tradição¹⁴. A república mista

¹³ Luca Baccelli aponta, na referência a seguir, a importância da obra de Pocock: “Uso qui ‘invenzione’ in senso etimologico, nelle due accezioni dello ‘scoprire’ testi, autori, opere e concetti trascurati dalla storiografia *mainstream* e del ‘costruire’ un paradigma interpretativo nuovo e originale. Da questo punto di vista non mi sembra esagerato paragonare il lavoro di Pocock a quello di Jean Barbeyrac che nel Settecento, con la sua introduzione alla traduzione francese del *De iure naturae et gentium* di Pufendorf ha costruito il modello giusnaturalistico-contrattualistico della filosofia politica e giuridica moderna, attribuendone la paternità a Grozio e stabilendo ascendenze e filiazioni” (BACCELLI, 2003, p.4).

¹⁴ Segue Baccelli, discutindo a respeito daquela que seria a matriz teórica do republicanismo na obra de Pocock, o aristotelismo: “È evidente che questa interpretazione di Pocock riposa su una specifica premessa: i teorici

seria, portanto, a forma mais adequada à manutenção e à afirmação da virtude republicana, ao longo do tempo.

Não obstante o fato de Pocock ter criado um novo paradigma de interpretação da tradição republicana, permitindo-nos a compreensão de que uma nova tradição de pensamento político foi inventada, iniciando a diferenciação entre republicanismo, liberalismo e comunitarismo, Baccelli (2003) chama a atenção para o fato de o autor em questão utilizar de maneira demasiadamente ampla a sua interpretação do republicanismo, ao ponto de colocar autores bem diferentes em seu *tunnel history* explicativo. É o caso, por exemplo, de Maquiavel, que defende, entre outras perspectivas, a tese contrária tanto aos republicanos do seu tempo, bem como contrária à tradição republicana aristotélica. Tese esta que afirma a ideia de que os conflitos políticos, os tumultos em uma república, são não só inevitáveis, mas necessários à construção da liberdade política dos cidadãos – tema este que, por si só, já é suficiente para demarcar a singularidade do pensamento republicano de Maquiavel, e que será desenvolvido no próximo capítulo, que trata diretamente da opção republicana desse autor.

A interpretação de Pocock, que percebia o republicanismo como uma elaboração dos começos da Idade Moderna, inspirada no aristotelismo político, começou então a sofrer a sua fissura e, ao mesmo tempo, a sua afirmação. Podemos dizer que essa fissura começou com a crítica de Skinner ao caráter amplo do conceito de republicanismo proposto por Pocock; ao mesmo tempo, a crítica de Skinner permite firmar essa nova tradição republicana que foi aberta por Pocock, de construir o conceito de republicanismo, possibilitando os avanços futuros para uma diferenciação dentro do tema político do próprio republicanismo.

Não se trata aqui de construir o histórico do intenso debate gerado pela tese de Pocock, que posteriormente teve o efeito de colocar a necessidade de se definir melhor o conceito de republicanismo e de suas famílias. Essa tarefa foi bem trabalhada pelo pensador italiano Marco Geuna, em seu ensaio intitulado *La Tradizione repubblicana i suoi interpreti*, como mostraremos ao longo desse capítulo.

Por questões de ordem cronológica, queremos chamar a atenção para a perspectiva desenvolvida por Quentin Skinner, em sua obra *As fundações do pensamento político moderno* (1996), que se configurou como aquela que partiu da obra de Pocock, proporcionando uma reflexão que teve como efeito o início de uma diferenciação, de uma distinção firmada no interior da perspectiva republicana. Para Baccelli, em *Critica del*

repubblicani condividono la tesi dell' ética aristotélica secondo la quale l' uomo è *zoón politikón* e la *polis* la condizione necessaria dell' *eu zen*" (BACCELLI, 2003, p.5).

repubblicanesimo, Quentin Skinner diferenciou¹⁵ duas tradições de pensamento republicano: os chamados humanistas cívicos e os republicanos clássicos.

Para Skinner (1996), Maquiavel seria herdeiro direto desta última tradição de pensamento político; isto é, encontrava-se filiado ao legado do pensamento republicano clássico. Tomando a liberdade como ponto fundamental de diferenciação das duas tradições de pensamento republicano, Skinner apontou para o fato de que o secretário da república florentina estaria vinculado aos chamados ciceronianos ou republicanos clássicos – uma tradição retórica italiana que emergiu na península Itálica durante o século XIII, tomando Cícero como sua grande referência de pensador retórico e republicano.

Skinner, em *As fundações do pensamento político moderno*, fez sua reflexão baseada em uma abordagem de longa duração, buscando compreender, no estudo de vários séculos, entre outras coisas, a maneira como os retóricos (republicanos clássicos) e os escolásticos (humanistas cívicos) defenderam, cada um ao seu modo, a partir do século XIII na península itálica, o ideal de liberdade republicana. Ambas as doutrinas elaboraram as suas defesas do ideal de liberdade, ao buscarem uma justificativa legal para a construção política das cidades republicanas – cidades que procuravam afirmar não só retoricamente, mas, sobretudo, do ponto de vista legal, a sua legitimidade frente às pretensões de expansão territorial do papado e do Santo Império Romano Germânico, que não queriam perder a sua antiga influência sobre a Península Itálica. Temporalmente, a reflexão de Skinner sobre o pensamento político republicano, produzido nessa região, estende-se até o século XVI, no tempo de vida de Maquiavel, justamente quando os valores republicanos são abortados.

Para Skinner, o nosso autor havia herdado dos primeiros republicanos clássicos, da tradição retórica construída no período em questão, a afirmação da liberdade política dos cidadãos e a opção pela república como a forma de governo mais adequada a garantir essa liberdade política. Essa temática desenvolvida por Skinner será explorada no próximo capítulo, quando trato da opção republicana de Maquiavel.

Uma análise política desenvolvida no estudo de uma longa duração, como a de Skinner, que enfoca um olhar sobre vários séculos e autores diferentes, tende quase sempre a construir uma compreensão mais homogênea do período estudado, mostrando muito mais as

¹⁵ Segue Baccelli (2003, p.14), refletindo a respeito da diferenciação proporcionada por Skinner, ao tratar da tradição republicana que foi inventada por Pocock, que afirmava a sua matriz aristotélica: “L’aristotelismo informa invece il linguaggio degli umanisti civili, che vedono la politica come un fine essenziale dell’uomo *zoón politikón*. Invece, per i repubblicani classici, sostiene Skinner, la partecipazione politica è un mezzo per difendere le libertà civili, e la virtù ha, a sua volta, un significato strumentale, dato che consiste nell’insieme delle disposizioni e delle capacità necessarie per una efficace attività politica. Gli individui hanno molteplici fini, ma la condizione per realizzare questi fine è il vivere libero che trova la sua forma istituzionale nel governo libero”.

permanências da história na longa duração do que as mudanças históricas ocorridas, levando-se em consideração a observação dos fenômenos num estudo de tempo curto. Um dos limites característicos desse tipo de estudo reside no fato de se privilegiar em demasia o que se repete, muitas vezes obscurecendo as transformações sociais ocorridas em curto espaço de tempo, que só ficariam nítidas e perceptíveis no estudo da longa duração; estudo este que superaria o próprio tempo de vida de um mero indivíduo ou mesmo de uma geração.

O olhar demasiadamente amplo de Skinner permite compreender as singularidades que demarcam a historicidade de uma época, e observar como, de alguma forma, determinados pensadores foram envolvidos em certos temas comuns à própria época. A partir do seu olhar panorâmico, podemos entender, por exemplo, que tanto os retóricos e os escolásticos, bem como, posteriormente, os pensadores da própria Renascença Florentina, como é o caso de Maquiavel e Guicciardini, tiveram sua historicidade também marcada pela necessidade de preservação dos valores republicanos; e, necessariamente, da liberdade política dos cidadãos, ameaçada constantemente pelas pretensões do papado, pelo Santo Império Romano Germânico e, no tempo de vida de ambos os pensadores, pela ascensão das potências absolutistas. Neste sentido, é até natural e compreensível que vários pensadores observados ao longo de séculos possam partilhar alguns pontos de vista em comum.

Skinner, em seu olhar panorâmico, enfocando a obra de vários autores (inclusive, privilegiando o estudo dos textos que não são considerados clássicos), elucidou essas características mais gerais que demarcaram a historicidade de uma época, privilegiando mais o estudo da história das “ideias”¹⁶. Mas, por outro lado, um dos efeitos do seu olhar panorâmico foi minimizar a singularidade e a importância de Maquiavel em pensar os valores republicanos. Este último é apresentado muito mais como herdeiro de uma tradição de pensamento republicano presente na Península Itálica, há pelo menos três séculos, do que como o autor que marcou profundamente a transformação por que passou o pensamento político moderno.

¹⁶ Segue Skinner, explicando a maneira como conduziu a sua reflexão, no livro *As fundações do pensamento político moderno*: “Ao contrário, procurei não me concentrar tão exclusivamente nos maiores teóricos, preferindo enfocar a matriz mais ampla, social e intelectual, de onde nasceram suas obras. Começo discutindo o que considero ser as características mais relevantes das sociedades nas quais e para as quais eles originalmente escreveram. Pois entendo que a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão. Isso não quer dizer, porém, que eu trate essas superestruturas ideológicas como uma consequência direta de sua base social. Considero igualmente essencial levar em conta o contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos — o contexto das obras anteriores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político. Tentei, assim, escrever uma história menos concentrada nos clássicos e mais na história das ideologias, tendo por objetivo construir um quadro geral no qual possam ser situados os textos dos teóricos mais proeminentes da política”(SKINNER, 1996, p. 11).

Skinner (1996) reconhece que pelo menos em dois pontos Maquiavel se coloca de forma heterodoxa em relação à tradição republicana que teria herdado: por um lado, quando afirma que os valores do cristianismo são um dos responsáveis pela corrupção e indolência que assola a Península Itálica; por outro, quando percebe que os conflitos políticos, na perspectiva de Maquiavel, favorecem a construção da liberdade política republicana. Maquiavel, diferentemente de toda a tradição política anterior, e, também, marcando a sua singularidade em relação aos seus contemporâneos, afirma um valor positivo aos conflitos políticos, desde que estes se desenrolem dentro das regras das ordenações republicanas, evitando as disputas entre facções privadas. Essa nova perspectiva apontada por Maquiavel, em afirmar a positividade dos conflitos políticos, produz o efeito de afirmar o republicanismo em outra direção, o que para Geuna já seria suficiente para falar da existência de uma nova família republicana, em oposição às demais existentes, como mostraremos adiante.

Quando afirmamos que Skinner minimiza a relevância da singularidade do pensamento republicano do nosso pensador¹⁷, não se trata apenas de dialogar criticamente com a leitura de Skinner, mas de pensar a complexidade do próprio Maquiavel. É importante dizer que, enquanto Geuna afirma a necessidade de compreender Maquiavel pela sua excentricidade (uma leitura que valoriza a singularidade do pensamento do autor), Skinner minimiza a importância da positividade dos conflitos políticos, refletida por Maquiavel, e afirma este como herdeiro de uma tradição republicana que remonta à Roma Antiga e atualiza-se na tradição retórica a partir do século XII, tomando Cícero como a sua grande referência teórica. O problema dessa leitura que Skinner faz de Maquiavel reside justamente no fato de que essa tradição retórica que remonta a Cícero defendia a paz e a concórdia entre os cidadãos, condenando os conflitos; enquanto Maquiavel defende a positividade dos conflitos políticos, o que lhe diferencia radicalmente de outras tradições republicanas.

Para pensar a perspectiva republicana de Maquiavel, tanto em relação à tradição anterior como em relação aos seus contemporâneos, o olhar em outros pontos do seu pensamento, aprofundando a leitura e a reflexão sobre o mesmo, é de fundamental importância para nos revelar outras singularidades que demarcam a sua diferença identitária.

Marco Geuna (1988) lembra que Skinner fez do conceito de liberdade¹⁸, o conceito central para diferenciar duas tradições do pensamento republicano presentes na Península

¹⁷ Exploraremos essa questão mais adiante, no decorrer do capítulo 4.

¹⁸ Uma passagem de Marco Geuna afirma essa opção de Skinner, em pensar Maquiavel valorizando a sua continuidade com a tradição ciceroniana dos republicanos clássicos, em oposição aos aristotélicos; ao invés de valorizar a singularidade do autor e a sua descontinuidade marcada na invenção de uma nova família republicana. Segue o autor: “Quentin Skinner stesso ha fatto un tentativo di concettualizzazione della tradizione

Itálica do período: uma tradição tida como aristotélica (escolásticos), e outra, intitulada como a tradição dos republicanos clássicos (ciceronianos). Para Skinner, o secretário da república florentina partilhava da concepção de liberdade como algo em comum com a liberdade dos ciceronianos, em oposição à concepção de liberdade de matriz aristotélica, que foi atualizada pelos escolásticos. Para Skinner, ao compartilhar essa noção de liberdade com os ciceronianos, Maquiavel já se tornaria herdeiro dessa tradição de pensamento republicano. Por outro lado, na tese exposta procuramos mostrar a dificuldade de enquadrarmos Maquiavel numa corrente específica de pensamento político.

O pensador Florentino, ao defender, nos *Discursos* e na sua *História de Florença*, a ideia de que os conflitos, em uma república, favorecem a construção da liberdade política (marchando, inclusive, contra o exemplo histórico da paz duradoura construída por Veneza, cidade tão exaltada pelos contemporâneos de Maquiavel como o exemplo a ser seguido pela república Florentina para resolver as suas disputas facciosas), construiu uma diferença de perspectiva republicana tão profunda que esta já seria suficiente para falar da existência de uma concepção republicana Maquiaveliana, em oposição às demais linguagens republicanas presentes até a época em questão. Marco Geuna, em *La tradizione repubblicana e i suoi interpreti*, produziu uma interpretação republicana nova, que possibilitou demarcar a existência de uma individualização entre as teorias maquiavelianas e não maquiavelianas do republicanismo, da seguinte forma:

Le prime attribuiscono un ruolo positivo ai conflitti politici che si mantengono entro certi canali istituzionali; le seconde sono portate ad escludere il conflitto politico dalla fisiologia del corpo politico; le prime non propongono una nozione sostantiva di bene comune; le seconde ritengono che debba esistere una nozione di bene comune condivisa da tutti i cittadini; le prime vedono l'ordine politico emergere dal conflitto; le seconde delineano un ordine politico che, esclusi i conflitti, è in qualche modo da sempre fissato; le prime assumono come modello Roma, città della feconda disunione tra senato e plebe; le seconde, Venezia, città del governo stretto; le prime hanno alla loro base un'antropologia prevalentemente negativa, le seconde, un'antropologia per lo più positiva. (GEUNA, 1988, p. 119)

Marco Geuna (1988), buscando uma definição mais precisa do conceito de republicanismo, afirma a existência de uma teoria republicana de matriz maquiaveliana, em oposição às demais existentes. E a sua chave de compreensão reside exatamente na valorização positiva dos conflitos políticos e da compreensão da singularidade de Maquiavel,

repubblicana scegliendo come concetto-chiave quello de libertà. E contrapponendo il modo di intendere la libertà di Machiavelli e di alcuni repubblicani inglesi al modo de intendere la libertà proprio di Hobbes e poi della tradizione liberale". (GEUNA, 1988, p. 114)

e não no conceito de liberdade, como havia apontado Skinner. Partindo da perspectiva de Geuna (1988), podemos falar na existência de várias famílias republicanas, de uma diversidade de interpretações republicanas: uma de matriz aristotélica; outra ciceroniana, dos republicanos clássicos; uma maquiaveliana, como aponta o nosso autor; e outra, que tem a sua matriz em Platão.

Para Geuna (1988), é através da valorização positiva dos conflitos existentes em uma república, que podemos diferenciar, de forma mais precisa, o pensamento republicano de Maquiavel daquele construído pelos ciceronianos (republicanos clássicos), e perceber como o autor em questão rompe com toda uma tradição de pensamento que defende a concórdia entre os cidadãos. Nessa descontinuidade demarcada por Maquiavel, frente à tradição política anterior, alargamos o nosso horizonte de compreensão para o reconhecimento da existência de uma nova família republicana. Certamente, o nosso autor partilhava de uma concepção de liberdade com os ciceronianos, como bem confirma Skinner. Entretanto, esses republicanos clássicos afirmavam a importância da paz, em detrimento dos conflitos políticos tão valorizados por Nicolau Maquiavel. Segue Geuna (1988), a respeito da descontinuidade que o nosso autor produziu na construção do conceito republicano:

Assumere come criterio discriminante Il modo in cui viene tematizzato Il problema dell'ordine e del conflitto consente di distinguere non soltanto la teoria politica di Machiavelli e dei pensatori machiavelliani dalle teorie repubblicane di matrice aristotélica, ma anche dalle teorie repubblicane che ripropongono l'ideologia della *concordia ordinum* di matrice ciceroniana. Machiavelli elabora una teoria politica che rappresenta una discontinuità radicale anche nei confronti delle teorie repubblicane pre-umanistiche e umanistiche che, contro il pericolo costituito dall'emergere delle fazioni, riprendevano la lezione del *De officiis* e insistevano con vigore sull'importanza della concordia nella vita civile. (GEUNA, 1988, p. 120)

Diante do que foi exposto acima, podemos dizer que Marco Geuna (1988) aponta para o fato de existir uma diversidade de reflexões e experiências históricas republicanas de tal forma que o mais adequado seria falar da existência de uma linguagem republicana com a presença de várias famílias republicanas; ao invés de uma teoria republicana que construa um conceito unitário e unilateral, que é incapaz de colocar essa diversidade republicana em suas fronteiras, sem provocar injustiças. A reflexão, acima, inspira também a pensar que o mais interessante seria, em vez de construir uma teoria republicana, ou teorias republicanas que enquadrem e classifiquem a diversidade dos pensadores desta tradição política, em esquemas que, muitas vezes, obscurecem a compreensão da singularidade e diferença de cada pensador,

devemos, sobretudo, buscar compreender aquilo que os singulariza e os diferencia em relação aos outros pensadores dessa mesma tradição política.

É com esse olhar, que busca compreender a singularidade do pensamento de Maquiavel em seu tempo de vida, a singularidade de sua concepção republicana, que procuramos compreender o seu ponto de vista sobre a corrupção nos governos republicanos. Maquiavel, ao mesmo tempo em que dá continuidade a uma tradição de pensamento republicano, também difunde novas ideias e posicionamentos políticos sobre a mesma. No reconhecimento da sua complexidade e singularidade, podemos pensar um ponto de vista também singular para tal compreensão. Sobre essa perspectiva de valorizar a singularidade do republicanismo de Maquiavel, Marco Geuna faz a seguinte ressalva:

La storia delle teorie repubblicane è anche la storia di un confronto critico e di un allontanamento continuo dalle tesi di Machiavelli. Ripercorrendo la storiografia degli ultimi venticinque anni è emerso che esistono interpretazioni largamente divergenti della tradizione dell'umanesimo civico e del repubblicanesimo.[...] Mi chiedo se non sia venuto il momento di mettere in dubbio la praticabilità di queste operazioni e di riconoscere il fatto che Machiavelli eccede ogni interpretazione anche in chiave repubblicana del suo pensiero. Probabilmente nel suo pensiero esistono vettori teorici diversi, anche contraddittori gli uni con gli altri.[...] Forse si tratta di riconoscere che Machiavelli non è riducibile, è parzialmente eccentrico, rispetto al repubblicanesimo che è venuto dopo di lui. (GEUNA, 1988, p.130-131)

Seguindo esse raciocínio de Geuna (1988), seria relevante pensarmos o autor em questão a partir do seu lugar social, valorizando a sua singularidade ao longo desse estudo. Lugar este que, de alguma forma, singulariza o olhar do autor, marcando o seu horizonte de compreensão; ao mesmo tempo em que demarca o limite do visível, daquilo que é possível enxergar a partir deste lugar. Sobre a compreensão das produções do lugar, é importante chamar a atenção para a obra *A Escrita da História*, de Michel de Certeau. Entre outras coisas que envolvem o conceito, Certeau (2007) chama a atenção para o fato do que permite ou do que proíbe o lugar social do autor na sua dupla função.

Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, essa combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. [...] a história se define inteira por uma relação da linguagem com o corpo (social) e, portanto, também por sua relação com os limites que o corpo impõe, seja a maneira do lugar particular

de onde se fala, seja a maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala. [...] Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade. (CERTEAU, 2007, pag. 77)

A articulação do pensamento de Maquiavel com esse lugar social de onde ele resulta é reveladora de uma compreensão da singularidade da opção republicana do autor e de sua reflexão sobre o problema da corrupção política. Ilumina, ao mesmo tempo, a relação que existe entre o pensamento político do autor e o maior dos “sonhos diurnos”¹⁹ – que é a unificação política da Itália. Neste sentido, podemos compreender a sua opção pela república romana e pelos conflitos políticos regulados pela ordem institucional.

Contudo, é preciso ressaltar a importância da reflexão de Skinner, ao analisar as condições sociais e, principalmente, a herança cultural, que de alguma maneira refletem diretamente na construção do pensamento político de uma época. Sem esse olhar mais abrangente seria difícil compreender um autor como Maquiavel, sem correr o risco de pintar um pensador com um alto grau de originalidade que nem mesmo caberia na sua temporalidade e no seu espaço histórico. De fato, o pensador florentino é fruto do seu tempo histórico e reflete os problemas políticos da sua existência sócio-histórica, como afirmou Skinner, em sua abordagem metodológica.

Pelo que foi exposto, podemos dizer que a presente tese parte da convicção republicana de Maquiavel, de sua opção pela república como melhor forma de governo, para compreender o problema da corrupção no autor. Essa convicção começou a ser valorizada com a invenção do conceito de republicanismo, por Pocock, em 1975, que vinculou a tradição republicana recém inventada à matriz aristotélica. Skinner, focando o conceito de liberdade,

¹⁹ Ernest Bloch, em *O Princípio Esperança*, procurou, entre outras coisas, pensar a esperança associada aos sonhos diurnos de transformação da realidade em algo melhor. Para isso, procurou estabelecer uma diferenciação entre os sonhos diurnos e os noturnos. O autor faz uma crítica à psicanálise, que percebe os sonhos diurnos apenas como um princípio dos sonhos noturnos, definindo estes como sendo prolongamento daqueles. Para o autor, no **sonho diurno**, diferentemente do noturno, o ego daquele que sonha está preservado. O pensamento possui livre curso, na medida em que busca dar forma a um mundo melhor, a partir do plano da experiência e da sabedoria. A melhoria do mundo nos sonhos diurnos assume a sua forma num planejado mundo melhor, ou mesmo num mundo esteticamente elevado. Aquele que sonha reconhece como o mundo está ruim, sabendo, ao mesmo tempo, que o mundo necessita de um sonho desperto que deve ser buscado até o fim. Maquiavel, enquanto sonhou com a unificação da Itália, o que poderia tornar a vida dos italianos feliz, procurou elaborar os seus pensamentos e as suas ações políticas com essa perspectiva de quem sonha o melhoramento do mundo não apenas para si, mas para os demais. Segue Bloch (2005, p. 95-97): “Nos sonhos diurnos, os ideais assumem forma exterior imediatamente, num planejado mundo melhor ou ainda num mundo esteticamente elevado, sem desilusão. [...] É antes de tudo o interesse revolucionário, com seu conhecimento de como está ruim o mundo e seu reconhecimento do quanto poderia ser bom como um outro mundo, que necessita do sonho desperto da melhoria do mundo: ele fixa sua teoria e sua práxis de modo totalmente a-heurístico, totalmente apropriado ao tema.”

diferenciou duas tradições republicanas: a dos humanistas cívicos e a dos republicanos clássicos (ou ciceronianos), aos quais estava Maquiavel vinculado. Geuna (1988), por sua vez, diferenciou a existência de várias famílias na tradição republicana. Maquiavel, ao defender a positividade dos conflitos políticos, teria inaugurado uma nova família republicana em oposição às demais. Chamando a atenção para a compreensão da singularidade do autor, Geuna (1988) nos aponta um caminho de reflexão que nos orienta a refletir o problema da corrupção, em Maquiavel, a partir da sua singularidade; em que podemos compreender em que sentido o nosso autor dá continuidade à tradição e, ao mesmo tempo, a supera.

Passando ao caminho percorrido pelo próximo capítulo, para o desenvolvimento da tese, podemos apontá-lo da seguinte maneira: o seguinte capítulo versará sobre Maquiavel e a sua concepção de república, que é interpretada na sua relação com aquele que foi o mais importante dos seus sonhos diurnos, projetado no seu tempo de vida. A opção pela feitura do capítulo diz respeito à impossibilidade de se compreender o problema da corrupção política no pensamento do autor sem traçar uma leitura sobre a sua concepção de república.

Na medida em que esse tema foi bem trabalhado por vários autores, procuramos apenas apresentar uma articulação da opção republicana de Maquiavel com um lugar social (e, também, com o maior dos seus sonhos diurnos), no intuito de preparar o terreno, de forma mais coerente, para a investigação do problema da corrupção política. Temas como a liberdade política e os fundamentos da república foram muito bem abordados em outros estudos. Cabe, nesse próximo capítulo, compreender o porquê da opção republicana de Maquiavel pela república romana. Muitos autores fizeram a ressalva ao fato de Maquiavel preferir Roma, em detrimento de Veneza, o que chocou os contemporâneos do autor. Entretanto, a escolha do mesmo não é justificada a partir da articulação com o maior sonho diurno de Maquiavel; a sua opção não se articula com o fato de que Maquiavel estava respondendo aos anseios da sua própria existência.

3 MAQUIAVEL: REPÚBLICA POPULAR E “SONHO DIURNO”

O presente capítulo trata do tema que diz respeito diretamente à convicção política republicana de Maquiavel. Procuramos apresentar a opção do autor por essa forma específica de governo e, ao mesmo tempo, a sua preferência por uma experiência histórica republicana que realmente aconteceu – a República popular de Roma. Neste sentido, colocaremos duas questões que servirão de orientação para o desenvolvimento do presente capítulo: em que sentido podemos caracterizar, a partir do autor em questão, a singularidade do seu pensamento político, levando em consideração a sua perspectiva republicana? Como tal perspectiva se articula com aquele que foi o “maior” sonho diurno de Maquiavel durante o seu tempo de vida?

Na medida em que vários pensadores já desenvolveram suas teses sobre a existência de um Maquiavel de convicção assumidamente republicana (Skinner, Pocock, Viroli, Newton Bignotto, etc.), iremos nos concentrar prioritariamente na exposição dessa convicção de Maquiavel. Faremos o uso direto do texto original do próprio secretário da república florentina, onde essa hipótese pode ser apresentada sem a necessidade de uma exposição detalhada de tais comentadores. Já no que diz respeito ao problema específico da interpretação da corrupção em nosso autor, problema central da tese, trataremos de forma mais detalhada da perspectiva de alguns leitores de Maquiavel que se propuseram a pensar especificamente esse tema. Agora, trataremos da elucidação da singularidade da opção de Maquiavel pela república popular de Roma.

Essa singularidade deve ser compreendida no diálogo com a tradição republicana herdada por Maquiavel, bem como no diálogo com os seus próprios contemporâneos, enfocando, dessa forma, o estudo da obra do autor, no sentido em que esta responde aos problemas e anseios do seu tempo de vida; compreendendo-a a partir da ideia do próprio autor, de que a política se faz diante da necessidade que se impõe aos homens, arrastando-os para esse foco da ação política. Portanto, o problema de saber até que ponto as suas obras terão impacto, ou se tornam relevantes naquela conjuntura, será deslocado para a compreensão de como estas obras de Maquiavel estão respondendo aos problemas e anseios do seu próprio tempo de vida, independentemente da recepção que tiverem as suas ideias naquela conjuntura histórica do Renascimento Cultural. E essas respostas são, ao mesmo tempo, reveladoras de um lugar social que determina o que é percebido pelo autor, o limite do visível.

3.1 REPÚBLICA E HISTÓRIA

Maquiavel, quando discute a sua perspectiva republicana nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (2007) e em *História de Florença* (2009), tem a preocupação inicial em pensar, primeiramente, as várias experiências republicanas que aconteceram na história. Tais experiências são de fundamental importância para a compreensão da realidade política e, dessa forma, servem de fonte de orientação para a ação a ser desenvolvida na cena política. Essa necessidade fundamental que Maquiavel atribuía à história política, para se compreender os seus fenômenos e, também, para pensar os caminhos de ação política de forma coerente, já lhe acompanhara antes mesmo dele se tornar o escritor da política. A história era apresentada como a fonte de estudos mais segura para todos aqueles que desejavam pensar o poder político.

Em 1513, um pouco antes de se ver forçado a se tornar um escritor da política, por lhe ser negada a participação no governo da cidade, devido ao retorno dos Médici ao governo de Florença e, também, por não saber viver de outra arte que não fosse da própria política, o Maquiavel se mostrava cético²⁰ em relação àqueles que tratavam desta última sem prestar atenção ao que realmente aconteceu.

Neste sentido, para pensar a política era necessário pensar o que realmente aconteceu; e o que realmente aconteceu só poderia ser de domínio da história. Nessa perspectiva, a história se apresentava como o conhecimento mais adequado à cena política. Mas, é válido lembrar que, até então, o alimento da reflexão política de Maquiavel havia sido a vasta experiência adquirida com a prática política na condição de secretário da República de Florença, quando tratou de assuntos de ordem diplomática junto às grandes potências da Europa, no período que se estendeu de 1498 a 1512, data da derrocada da república florentina. Mas, o seu vasto conhecimento da história política, e a sua reflexão mais amadurecida sobre a mesma, iriam tomar corpo apenas nos anos seguintes à derrocada da República Florentina, em 1512.

²⁰ Maurizio Viroli mostra, a partir de cartas trocadas entre Maquiavel e seu amigo Vettori, que este último, partindo de uma leitura idealizada da *Política* de Aristóteles, tenta convencer o nosso autor que o poderio Suíço na Itália, construído em meio à conquista do Ducado de Milão, não deveria de fato ser temido: “Nicolau retruca, dizendo não saber se Aristóteles tinha se referido às repúblicas federadas, e que lhe interessa apenas o que racionalmente pode vir a ser, o que é e o que foi.” (VIROLI, 2002, p.173) O que racionalmente pode vir a ser é aquilo que a história já mostrou ser possível; o que é, ao virar passado, fará parte do domínio da história. E o que foi, já é história.

Depois da saída de *Palazzo Vecchio* pelas portas dos fundos, seguida da tortura e do ostracismo, como abordou Maurizio Viroli, em *O Sorriso de Nicolau*, Maquiavel iria amargar o isolamento dos anos seguintes, em Sant'Andrea, na propriedade rural que lhe foi deixada pelo pai. Era o momento em que a república decaída de Florença começou a perder um de seus ilustres políticos republicanos para a história da humanidade ganhar um de seus maiores pensadores políticos. Pensamos na imagem de Maquiavel vestido em seus antigos trajes de secretário da república, tomando nota dos grandes eventos da política e preparando o solo fértil para as grandes obras que iria escrever.

Maquiavel, em *O Príncipe*, a sua primeira obra de caráter político, aquela que seria a mais difundida ao longo do tempo (escrita em 1513, em meio ao sofrimento que se desdobrou com a derrocada da liberdade política da república florentina, e em meio à esperança de retorno ao governo da cidade), reafirmava a sua preocupação de ver, na compreensão da história das experiências políticas do passado, um fundamento e, ao mesmo tempo, uma utilidade, para respectivamente desenvolver uma compreensão e uma ação política realista.

Neste sentido, Maquiavel está preocupado com a “verdade efetiva da coisa”, rejeitando qualquer concepção de governo que tome a política de forma idealizada, sem que aquele modo de vida tenha sido experimentado na história – vendo, naqueles que procuram adaptar tais modelos na história, um inevitável caminhar para a ruína na cena política. Sobre esse tema, o pensador faz uma reflexão no capítulo XV de *O Príncipe*, intitulado *As qualidades pelas quais os homens, sobretudo os príncipes, são louvados ou vituperados*, apresentando essa marca indispensável da história para compreender a política e nela agir:

Mas, como tenho a intenção de escrever algo útil para quem a queira entender, pareceu-me conveniente ir atrás da verdade efetiva da coisa, em vez da imaginação. Muitos imaginaram repúblicas ou principados que nunca se viu nem se soube que fossem verdadeiros por serem tão diverso de como se vive para como se deveria viver. Aquele que deixa o que se faz pelo que se deveria fazer aprende a se arruinar em vez de se preservar. (MAQUIAVEL, 1996a, pag. 77)

Para compreender “a verdade efetiva da coisa” é necessário o estudo daquilo que realmente aconteceu. A história é apresentada como a ferramenta epistêmica²¹ mais segura para a compreensão da política, o remédio adequado para o distanciamento dos modelos

²¹ Partilhamos da concepção desenvolvida por Patrícia Fontoura Aranovich, em sua obra *História e Política em Maquiavel*, que compreende a história enquanto conhecimento indispensável ao pensamento político: “O que guia essa perspectiva é a ideia de que, em Maquiavel, política e história não podem ser separadas, porque se o forem, serão insuficientes para a compreensão da realidade. Ou seja, a história é a única realidade e qualquer pensamento político deve ser nela fundado sob pena de se tornar fantasmagórico.” (ARANOVICH, 2007, p. 28)

idealizadores, presentes na filosofia política grega de Platão²². Maquiavel faz ressalva ao fato de que, uma vez que a ação política dos homens está centrada em como a política deveria ser, e não em como ela é, estes estão necessariamente promovendo a sua própria ruína, ao seguirem tais modelos. Em Maquiavel, a história política é apresentada não somente como uma ferramenta epistêmica necessária à compreensão da política, mas ela possui também uma utilidade: é digna de imitação e orienta uma forma de conduta na vida política – uma ética.

O secretário, fazendo uma crítica à maneira como os governantes conduziam a política em seu tempo, vê, na ausência de reflexão sobre a história dos antigos, e, também, na falta de imitação destes, uma das comprovações da ausência de virtude daqueles que desejam governar os povos no presente, seja nas experiências republicanas ou nos principados. Sobre o tema, Maquiavel elabora essa crítica aos homens do tempo presente que não buscam uma utilidade na história, ou seja, uma possibilidade de imitação.

E creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo, ou do mal que um ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto do fato de não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não se extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm. Motivo por que infinitas pessoas que as lêem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente. (MAQUIAVEL, 2007a, pag. 7)

Essa perspectiva epistêmica, de pensar a política através dos fenômenos da história, não é algo singular ao pensamento do secretário florentino; está presente de forma marcante em historiadores da tradição política italiana da Antiguidade (Políbio e Tito Lívio são os exemplos de maior referência para o nosso autor), bem como, em republicanos que viveram o período de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Maquiavel é herdeiro de uma tradição humanista que vincula a história ao pensamento político, assim como outros pensadores de sua época, como é o caso Francesco Guicciardini.

O pensamento político construído na Grécia Antiga, que foi originário da tradição filosófica, mais precisamente de autores como Platão e Aristóteles, não deu importância devida à história enquanto conhecimento necessário à compreensão da atividade política. Ainda que a Grécia Antiga tenha nos legados os primeiros historiadores do Ocidente, como é

²² Já Aristóteles não pensava a política a partir da construção de modelos idealizados, como fez Platão, e, por isso, podemos incluir o filósofo na tradição do realismo político; contudo, o seu realismo é diferente do de Maquiavel, entre outras coisas, pela diferente valorização que os dois pensadores atribuem ao estudo da história para pensar a política.

o caso de Heródoto e Tucídides, que pensaram a política ao tematizarem as guerras travadas pelos gregos na Antiguidade, a história não foi um conhecimento indispensável ao pensamento da filosofia política. Este tipo de conhecimento era mesmo dispensável para o bom funcionamento de tal atividade. A verdade, na Grécia Antiga, tão elogiada por Platão como a meta a ser seguida na formação do político, não poderia ser conhecida por um tipo de conhecimento cujo objeto de estudo é o devir humano – devir que está sempre em transformação, mas nunca é. Neste sentido, podemos dizer que a experiência histórica traduzida pelo estudo dos fenômenos da história política durante a Antiguidade Clássica foi quase sempre obra dos historiadores, e não dos filósofos. Aristóteles, na *Constituição de Atenas*, vai utilizar amplamente os exemplos históricos, mas somente a filosofia moderna vai dar um *status* filosófico à história.

Portanto, uma das questões significativas a serem ressaltadas sobre as diferenças marcantes presentes na maneira como Maquiavel pensa a política associada à história, diz respeito ao fato de que, na Grécia Antiga, tais autores pensaram a política em termos de teoria do conhecimento, e a história não aparece vinculada aos seus escritos políticos. Um dos grandes elogios que Nietzsche faz sobre a sabedoria dos gregos, em detrimento dos decadentes modernos, reside justamente no fato de que os gregos se ocuparam com o presente e buscaram vivê-lo por inteiro. O efeito dessa perspectiva residia no fato de que a sua sabedoria não precisava do conhecimento histórico²³.

Pensar a política em termos de teoria do conhecimento foi uma marca também presente na tradição política hegemônica durante a Idade Moderna. Autores como Thomas Hobbes, Locke e Rousseau, quando desenvolverem suas reflexões políticas, não se

²³ Nietzsche, em sua obra intitulada *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, vai desenvolver uma crítica à modernidade cristã e cientificista, em oposição à sabedoria dos gregos antigos. Na modernidade, sabedoria é sinônimo de cultura histórica. Ser sábio é ter cultura histórica. O autor desenvolve a sua crítica ao excesso de cultura histórica existente na modernidade cristã. Um aspecto da crítica desenvolve essa reflexão sobre os gregos, que podiam pensar o novo e propor algo original a partir do esquecimento; ao contrário das enciclopédias ambulantes da modernidade. Sobre a sabedoria e cultura dos gregos, o autor faz a seguinte ressalva: “Tomemos como exemplo um grego que passasse por perto desta cultura. Ele perceberia que para os homens modernos cultos e cultura histórica parecem tão conectados como se fossem uma só coisa e fossem diferentes apenas pelo número de palavras. Ele pronunciaria então sua sentença: alguém pode ser muito culto e, no entanto, não ter necessariamente nenhuma cultura histórica; então acreditaria não ter ouvido direito e balançaria a cabeça em sinal de desaprovação. Aquele pequeno povozinho de um passado não muito distante — tenho em vista aqui justamente os gregos — conservara teimosamente, no período de sua mais grandiosa força um sentido a-histórico; se um homem sintonizado com o seu tempo precisasse voltar aquele mundo como que por um passe de mágica ele talvez achasse os gregos muito ‘incultos’ através do que o segredo tão penosamente escondido da cultura moderna seria exposto publicamente ao ridículo: pois nós modernos não temos absolutamente nada que provenha de nós mesmos: somente na medida que nós entulhamos e apinhamos com épocas, hábitos, artes, filosofias, religiões, conhecimentos alheios, tornando-nos dignos de consideração, a saber, enciclopédias ambulantes, com o que talvez um antigo heleno extraviado em nosso tempo nos dirigisse a palavra” (NIETZSCHE, 2003, p.35).

preocuparam em fundamentar o seu pensamento no estudo das experiências históricas da humanidade. Ao contrário, partiram hipoteticamente para o mais primitivo, no sentido de explicar a origem – a compreensão de um estado de natureza do homem, que seria o mais remoto e capaz de fundamentar uma explicação da política. Mesmo Rousseau, quando pensou *Os Fundamentos e a Origem da Desigualdade entre os homens* (1998), através de um processo histórico hipotético da humanidade, tomou a história como teoria do conhecimento e não se preocupou com as experiências históricas das sociedades humanas que realmente aconteceram.

Outro exemplo significativo dessa forma de pensar a política sem o auxílio da história é perceptível em Kant, que, em sua *Idéia de História Universal de um ponto de vista cosmopolita*, toma a história meramente a partir das ideias, e vê nesta o caminhar para o desenvolvimento da disposição mais natural do homem – a razão. Para explicar esse desenvolvimento, Kant faz alusão à existência da “insociável sociabilidade” humana, que ao culminar na guerra, fazendo com que os homens experientes sofram danos e perdas, constrói, por meio de um propósito da própria natureza, o aprimoramento²⁴ moral, jurídico e político da humanidade. Nesse processo, o autor sequer faz alguma referência às experiências históricas por que passou a humanidade, como por exemplo, uma guerra em particular. Isto porque está pensando o caminhar da humanidade para a construção de um direito cosmopolita, capaz de superar o problema do estado de natureza de Leviatã, em que persistem as relações entre os estados modernos.

Somente a partir da *Filosofia da História*, de Hegel, anunciadora do historicismo do século XIX, a história será restituída na sua relação de proximidade com a filosofia política. Mesmo pensando a história como o palco de desenvolvimento do espírito absoluto que se realiza no mundo, atribuindo mais importância a este do que aos fenômenos da história política, Hegel é capaz de perceber as diferenças históricas por que passou tal espírito ao longo do tempo, para desenvolver uma tomada de consciência de sua essência, que é a autoconsciência de sua liberdade. Em cada etapa diferente do processo histórico, o autor vê um aprimoramento da beleza do espírito. Essas etapas não representam mais situações hipotéticas, imaginadas, mas a reflexão do autor sobre as experiências históricas das

²⁴ Na passagem a seguir, Kant toma a história de maneira apriori, procurando um fio condutor para a humanidade; e faz ressalva a esse processo oculto da natureza para o aprimoramento da espécie humana: “No homem (única criatura racional sobre a terra) aquelas disposições naturais que estão voltadas para o uso de sua razão devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo. [...] O maior problema para a espécie humana, cuja solução a natureza a obriga, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito. [...] uma constituição civil perfeitamente justa deve ser a mais elevada tarefa da natureza para a espécie humana, porque a natureza somente pode alcançar seus outros propósitos relativamente à nossa espécie por meio da solução e cumprimento daquela tarefa” (KANT, 1998, p. 11-14).

sociedades que desenvolveram o Estado, que desenvolveram uma consciência da sua liberdade. Hegel, ao abordar a diversidade dos povos, e a contribuição destes para o desenvolvimento do espírito absoluto, abre as portas do historicismo e aproxima história e filosofia política. E com o historicismo do século XIX, a história foi encarada como conhecimento indispensável à reflexão da filosofia política.

Já na tradição da Antiguidade Clássica romana, os historiadores eram prestigiados justamente pela reflexão da política, e, se consideramos Maquiavel um filósofo político da Península Itálica do início da Idade Moderna, podemos dizer que o nosso autor, quando fez da história o fundamento mais seguro para pensar a atividade política, de fato se colocou como exceção em meio aos filósofos da política que construíram suas reflexões, em outras regiões da Europa. Nesse aspecto, a tradição republicana da Península Itálica é diferente da tradição política republicana de caráter liberal, que virá em seguida com o “modelo hobbesiano”²⁵. Na primeira, as experiências históricas aparecem como ferramenta epistêmica e segura para pensar a política; na segunda, a história é vista como algo hipotético e abstrato. A história é explicada a partir de um ponto imaginário, natural, um estado de natureza que seria comum a todos os povos, mas que jamais se teve notícia da existência real desse estado.

Essa característica de pensar a política através da história é marca da tradição do pensamento político Italiano, e não apenas do autor em questão. No entanto, o que singulariza Maquiavel em relação a essa tradição de pensamento e aos seus próprios contemporâneos é o fato de que este autor vê uma possibilidade de imitação e de aprendizado com a própria história, um aspecto importante que pode mesmo orientar a prática da virtude política. No capítulo 39 do livro primeiro dos *Discursos*, o autor, refletindo a respeito do fato de que, em povos diferentes muitas vezes podem ser observados os mesmos acontecimentos, deixa essa passagem reveladora da sua singular compreensão da história:

Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos; ou, se não encontrar remédios já usados, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos. Mas, como essas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas, não são conhecidas por

²⁵ Ver: BOBBIO, N.; BOVERO, M. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

quem governa, segue-se que sempre se vêem os mesmos tumultos em todos os tempos. (MAQUIAVEL, 2007a, p.12)

Sobre esse aspecto singular do pensamento do secretário da república florentina, em que a história é vista como remédio para superar os males do presente, ou para criar novos remédios devido à semelhança da necessidade do presente com a necessidade dos acontecimentos do passado, é reveladora a querela entre Maquiavel e Francesco Guicciardini. Este pensador, aceitando a história como forma de compreensão política, critica, ao mesmo tempo, a concepção de história como imitação, desenvolvida por Maquiavel. Em seu livro *Republicanism e Realismo*, Newton Bignotto²⁶ aponta para essa diferença entre os pensadores em questão, que não só foram contemporâneos como desenvolveram uma amizade²⁷ nos últimos anos da vida de Nicolau Maquiavel.

É fato aceito que o nosso autor busca na história uma possibilidade de imitação dos feitos grandiosos dos homens do passado; que a história revela que o que aconteceu uma vez poderá acontecer novamente. Contudo, é preciso impor certos limites a essa interpretação de uma história cíclica, que sempre se repete como se fosse uma tendência “natural”, pois quando a levamos ao extremo, corremos o risco de atribuir a Maquiavel uma falta de compreensão das particularidades da história, e, sobretudo, das diferenças existentes entre o passado e o presente, como se o nosso autor não tivesse também percebido que as coisas humanas são variáveis.

Como o próprio autor faz questão de lembrar, na citação acima, quando os remédios usados no passado não são encontrados para remediar os acontecimentos do presente, será possível pelo menos pensar em novos remédios, pela semelhança dos acontecimentos. As diferenças históricas são compreendidas e refletidas pelo autor. No entanto, nos eventos

²⁶ A passagem a seguir permite ao leitor compreender que ambos os autores tratam a história de forma diferenciada quando se propõem a pensar a política e a ação na vida política: “Não há como fugir do fato de que Guicciardini abdica de um método, que parte de princípios gerais para compreender as partes, para um procedimento que pelo respeito das particularidades deixa de lado a busca das regras que unem os acontecimentos singulares [...] Guicciardini foi ele mesmo um historiador talentoso para desprezar os relatos do passado, o que ele sugere é que o aprendizado do presente não pode ser feito apenas com o passado, uma vez que não existe um fio de continuidade entre as épocas, que permita a formação de juízos sobre os dias atuais baseados apenas em fatos de outras épocas. Maquiavel, ao contrário, aposta numa natureza das coisas que permanece ao longo dos tempos, como um fundamento para um operador essencial de seu pensamento: a ideia de imitação. Para ele, isso fica visível desde o começo dos *Discorsi*, os homens devem procurar reproduzir no presente a virtù da qual foram capazes seus antepassados” (BIGNOTTO, 2006, p.184).

²⁷ Na passagem a seguir, Bignotto afirma as diferenças políticas profundas que existem entre Maquiavel e Guicciardini: “Representantes de correntes diferentes do pensamento republicano italiano, eles se exprimiram de forma rigorosa sobre temas que eram centrais nas disputas políticas de então. Divergindo no tocante aos pontos principais de uma concepção republicana da política, seriam grandes amigos e veriam juntos a chegada da catástrofe que pôs por terra a liberdade de Florença” (BIGNOTTO, 2006, p.162).

políticos, existe uma regularidade²⁸ que os aproxima, tornando-os inteligíveis, mesmo nas suas particularidades. E é possível tirar proveito do conhecimento dessa regularidade para a prática política. Neste sentido, com essa perspectiva, Maquiavel supera o mero estudo da particularidade dos eventos humanos, a sua tarefa de historiador, e, por outro lado, busca nesta regularidade presente nos acontecimentos da história uma forma de se conduzir, como se esta fosse um remédio eficaz para curar os males do presente; isto é, uma resposta filosófica para enfrentar os problemas políticos do seu tempo.

A história é um conhecimento seguro, indispensável à prática política, mas não é capaz de prever tudo; a sua fronteira e o seu limite se tornam perceptíveis exatamente onde começa a ação da *fortuna*. Maquiavel tem consciência não só das diferenças históricas existentes entre o passado e o presente, mas também que, na cena política, a *fortuna* é um aspecto fundamental que não pode ser prevista por nenhuma forma de conhecimento, nem mesmo pela história política dos homens. Pois, ao agir, modificando os rumos da vida pública, só resta ao político encará-la com *virtù*.

Nesse sentido, parece mais interessante perceber que Guicciardini, ao defender a impossibilidade de a história ser imitada, acabou por não compreender a profundidade do pensamento de nosso autor, que possui a consciência de que, para além daquilo que permanece e que pode ser previsto pela história, existe a eterna variabilidade do devir humano.

O próprio Maquiavel reconhece as dificuldades de se fazer essa imitação dos fenômenos do passado; a primeira tarefa, a compreensão da história, mesmo sendo de fundamental importância, está longe de significar uma imitação virtuosa por parte daquele que a compreende. Maquiavel, na passagem do XXV capítulo do *Príncipe*, pensando a respeito da ação da fortuna sobre os homens, fala sobre a grande dificuldade que estes possuem em tentar modificar o agir, quando novas necessidades estão postas justamente no momento em que sua roda gira contrária aos desejos humanos.

²⁸ Partilhamos, também, da interpretação que Patrícia Aranovich desenvolveu sobre a história, em Maquiavel, que diz respeito à existência de uma relação de causa e efeito, que é ao mesmo tempo circular entre as paixões dos homens e os eventos. Isso faz com que o conhecimento possa partir tanto das coisas do mundo para compreender as paixões, bem como, das paixões para compreender as coisas do mundo. Segue a autora: “A história ensina porque existe uma regularidade no comportamento humano proveniente do fato das paixões surtirem sempre os mesmos efeitos, o que poderia ser comprovado pelo conhecimento da história. Considerar, porém, que a suposição da regularidade do comportamento humano antecede a investigação da história, e que é nesta investigação que se pode comprovar essa regularidade para, a partir dela, refletir sobre o presente tendo o conhecimento do passado como guia, parece ser um processo circular [...] São esses movimentos recorrentes que tornam possível a construção de um saber que não considera os fatos históricos meramente como eventos particulares e que, portanto, em contraposição a um saber universal, não revelariam qualquer verdade.” (ARANOVICH, 2007, p.78-79)

Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder [...] Não se encontra homem tão prudente que saiba se acomodar a isso, quer por não poder se desviar daquilo que a natureza o impele, quer porque, tendo alguém prosperado num caminho, não pode resignar-se a abandoná-lo. Ora, o homem circunspecto, quando chega a ocasião de ser impetuoso, não o sabe ser, e por isso se arruína, porque, se mudasse de natureza, conforme o tempo e as coisas, não mudaria de sorte.[...] Concluo, portanto, por dizer que, modificando-se a sorte, e mantendo os homens, obstinadamente o seu modo de agir, são felizes enquanto esse modo de agir e as particularidades dos tempos concordarem. Não concordando são infelizes. (MAQUIAVEL, 1987, p.104-105)

Pelo que foi dito acima, sobre a história em Maquiavel, passamos, então, a compartilharmos de uma leitura desenvolvida por Sebastian de Grazia, em seu livro intitulado *Maquiavel no inferno*. Na obra, o autor aponta para a necessidade de se compreender um pensador que junta a imutabilidade das coisas, conforme aparece em Parmênides, à mudança permanente das coisas humanas, apontada por Anaximandro e, posteriormente, difundida por Heráclito:

Às vezes, lendo Niccolò, temos a impressão de que os homens caídos e o mundo em que habitam são sempre inevitavelmente os mesmos. Nenhuma parte integrante da natureza, inclusive a humanidade mudou de “movimento, ordem e potência em relação ao que era antigamente”. Outras vezes, lemos que as coisas estão em fluxo constante: “Os tempos e as coisas, universal e particularmente, mudam com freqüência”. De um lado Parmênides, de outro Anaximandro. O que nosso autor não explicita é que a natureza invariável mostrada pelos homens consiste na variação constante dentro de certos limites bastante amplos. Dentro desses limites não plenamente especificados, mas historicamente exemplificados, encontram-se os apetites, os humores o intelecto e outras variáveis. (GRAZIA, 1993, pag. 83)

Pelo que foi dito nessas poucas páginas, até o momento, podemos começar a questionar, entre as várias experiências históricas das repúblicas do passado, aquela que para o nosso autor seria a grande fonte de referência para a imitação daqueles que, no seu tempo de vida, colocariam-se na condição de fundar e desenvolver repúblicas duradouras – justamente numa conjuntura de fragmentação política, que era a marca característica da Península Itálica. República esta que, sendo construída, seria capaz de preservar por muitos séculos o maior bem de toda e qualquer república, que é a liberdade política dos cidadãos; e mesmo de garantir a unificação política da Itália. Certamente, estamos falando da República popular romana.

Mesmo com leituras ainda iniciais sobre o pensamento político de Maquiavel, é possível perceber a opção do nosso autor pelo exemplo histórico da república romana. Mas, o ponto crucial da interpretação será compreender porque a experiência de Roma, e não a de Veneza, é a mais adequada a uma imitação para responder aos anseios políticos do seu próprio tempo de vida; sendo que esta última, no período da existência de nosso autor, possuía mais de 400 anos de liberdade política sem interrupção – o que era digno de ser invejado e mesmo, de ser exemplo para muitas das experiências republicanas frustradas da Península Itálica que não conseguiram manter a sua liberdade política por muito tempo. O próprio Maquiavel havia sentido o gosto amargo dessa frustração, com a derrocada da república florentina, em 1512. Mesmo assim, optou pela república de Roma, e não pela de Veneza.

Defendemos a tese de que essa opção está diretamente relacionada ao maior dos sonhos diurnos de Maquiavel; aquele tipo de sonho que se constrói em estado de vigília, que quando sonhado não significa a perda do ego por parte do sujeito que o projetou. Sonho este que o acompanhou até os últimos dias de sua vida e que, no momento em que foi transformado em pensamento, em 1513, a Itália apresentava as condições adequadas à sua realização. Esse era o sonho de ver a Itália unificada politicamente, ainda que essa meta fosse realizada por um principado. Sobre o tema, afirma o nosso autor, no XXVI capítulo do *Príncipe*, intitulado “Exortação ao príncipe”, para livrar a Itália das mãos dos bárbaros:

[...] assim, presentemente, querendo-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto em que se encontra agora. Que estivesse mais escravizada que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e que houvesse enfim, suportado toda a sorte de calamidades [...] Vê-se que ela roga a Deus que envie alguém que a redima dessas crueldades e insolência dos estrangeiros. Vê-se, ainda, que se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira, uma vez que haja quem a levante. E não se vê, atualmente, em quem ela possa esperar mais do que na vossa ilustre casa, a qual, com a fortuna e valor, favorecida por Deus e pela igreja — a cuja frente está agora —, poderá constituir-se cabeça desta redenção. Isso não será muito difícil se vos voltardes ao exame das ações e vida daqueles de quem acima se fez menção [...] Não se deve, portanto, deixar passar esta ocasião a fim de fazer com que a Itália, depois de tanto tempo encontre um redentor. (MAQUIAVEL, 1987, p. 107-110)

Mostraremos, ao final do capítulo, que a preferência política de Maquiavel era por um governo republicano que pudesse cumprir essa meta histórica; no caso, a República Romana, e não a de Veneza. Entretanto, essa passagem do *Príncipe* é importante para lembrar que, segundo Maquiavel, um principado virtuoso também poderia cumprir essa

necessidade vital para a Península Itálica; necessidade essa, maior e mais importante do que a forma de governo a lhe dar cabo.

Pensamos que, nesse desejo de unificação política da Itália, podemos compreender porque Maquiavel presenteou Lourenço de Médici com *O Príncipe*. Parece ser uma compreensão mais coerente com o desejo do autor de unificação da Itália, bem como com a virtude política desenvolvida por este ao longo da sua atividade política; do que meramente a explicação de um oportunismo do autor na busca por uma imediata reinserção na vida política, nas entranhas do novo regime que se instalara com a derrocada da república. O maior dos sonhos diurnos de Maquiavel suprime a explicação de um mero imediatismo político do autor em buscar um novo cargo junto aos novos senhores da cidade.

3.2 REPÚBLICA E GOVERNO MISTO

Partindo do que foi dito acima, podemos afirmar que um ponto de vista elucidativo, portanto, será compreender a opção de Maquiavel pela república romana, articulada ao sonho diurno do autor, de unificação política da Itália. Para o nosso autor, a república romana seria a mais adequada a essa finalidade histórica e, por isso mesmo, deveria ser imitada. Para justificar a sua opção, podemos começar falando do tema das repúblicas de caráter misto, aquelas que salvaguardam, ao mesmo tempo, na sua constituição, três formas de Estado – o principado, os *optimates* e o popular²⁹.

Maquiavel havia compreendido, com o estudo da história das repúblicas, que aquelas mais duradouras, que preservaram a liberdade política dos cidadãos por mais tempo, eram repúblicas de caráter misto. Entre os seus exemplos, podemos fazer referência à experiência histórica das repúblicas de Esparta, Roma e Veneza. Esta última, no tempo de Maquiavel, já possuía quatro séculos de existência, e era o exemplo mais significativo de república pacífica e duradoura, para muitos dos republicanos contemporâneos de nosso autor.

O autor afirmava ser imprudente, para a construção de uma república, o fato de suas ordenações se organizarem em função de uma dessas formas de governo; pois, todos eles, isoladamente, poderiam degenerar para alguma forma perniciosa de governo. Neste sentido, um principado poderia se tornar facilmente uma tirania, os *optimates*, também, com facilidade se tornariam uma oligarquia (governo de poucos), e os populares, sem dificuldade, tornariam-se licenciosos. De forma isolada, cada uma dessas formas de governo, nocivamente, teriam

²⁹ Sobre a república mista como melhor forma de governo, a partir de Políbio, ver: BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1981.

uma duração efêmera. Assim percebe Maquiavel, no capítulo 2 do livro primeiro dos *Discursos*, refletindo a respeito de quantas as espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana, afirmando, conclusivamente, a prudência de numa mesma república se preservar, ao mesmo tempo, essas três formas de governo:

Digo, portanto, que todos esses modos são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons, quanto pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenaram leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram alguma que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; por que, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro. Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições, está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade. O contrário ocorreu a Sólon, que ordenou as leis em Atenas; ele, por constituir somente o estado popular, o fez de tão breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania de Pisístrato. (MAQUIAVEL, 2007a, p.17)

A história mostrou para Maquiavel que a obra de Licurgo, enquanto legislador da república mista espartana, pelas razões elucidadas acima, era mais digna de imitação do que o governo popular puro legislado por Sólon, que teve vida efêmera e logo desembocou numa tirania.

Essa ideia do nosso autor, de que estando todos os estados representados, um toma conta do outro, parece, de um ponto de vista do exercício do poder, antecipar a discussão travada na conjuntura política da Revolução Gloriosa, no século XVII, por Locke, e pelos iluministas no século XVIII, a respeito da divisão dos poderes, quando faziam a crítica aos governos absolutistas – em especial, a obra *Espírito das Leis*, de Montesquieu, que defende a máxima de que só o poder detém o poder e impede o próprio poder do abuso de poder.

A crença de Maquiavel na longevidade das repúblicas de caráter misto, em detrimento daquelas que apresentam uma única forma de governo, isoladamente, está longe de ser uma marca que singularize o pensamento do autor; pois, em seu tempo de vida, essa crença era defendida por muitos dos seus contemporâneos. Entretanto, para o nosso autor, a justificativa estava na história; e para muitos do seu tempo, era a experiência de Veneza que alimentava essa convicção. Era compreensível a admiração dos contemporâneos de Maquiavel pelas instituições da república de Veneza, pelo fato de os venezianos terem conseguido manter, por tão longo tempo, a paz duradoura da república, num período quando a maior parte delas se perdeu nos conflitos facciosos e privados, como foi o caso de Florença.

Para Skinner (1996), o fato de os venezianos terem conseguido garantir, no seu governo republicano, a liberdade política dos cidadãos, suprimindo as facções que assolavam a Itália, já atraía a atenção de muitos constitucionalistas, desde o século XIV. Skinner, seguindo os rastros de Felix Gilbert, aponta para o fato de Pier Paolo Vergeiro ter sido o primeiro a firmar uma resposta clássica a esse feito. A explicação teria sido desenvolvida numa carta ao chanceler de Veneza, em 1394, e desenvolvida, posteriormente, num *Fragmento sobre a República de Veneza*. Segue Skinner, apontando a existência desse elogio feito à República de Veneza, em sua obra *As fundações do pensamento político moderno*:

Fundava sua análise na tese de Platão, que encontramos nas Leis. Segundo a qual a melhor e mais segura forma de governo deve consistir numa combinação das três formas “puras”— resultando assim num amálgama de monarquia, aristocracia e democracia. A particular excelência da constituição de Veneza, dizia Vergeiro, decorria do seu sucesso na fusão desses três diferentes sistemas, numa forma estável de governo misto, com o Doge representando o elemento monárquico, o Senado o aristocrático e o Grande Conselho o Democrático. Concluía que foi essa clara compreensão “do que Platão dizia melhor convir às cidades” que capacitou os venezianos a conviver por tanto tempo “em paz e amizade”, e a reger seus negócios com um tal êxito que “não há cidade mais opulenta ou esplendida em toda a Itália, ou sequer no resto do mundo”. (SKINNER, 1996, p. 161; PP.103, 104)

Para Skinner, a partir do século XVI, o restante da Itália volta o olhar e desenvolve um interesse maior pela durabilidade da constituição da República de Veneza. Os florentinos, por exemplo, a partir de 1512, quando os Médici retomam o exercício do poder na cidade, vão se perguntar com mais intensidade a respeito do sucesso da constituição de Veneza, que garantiu uma paz duradoura entre os seus cidadãos. Donato Giannotti, republicano fervoroso de Florença, e amigo de Maquiavel, desenvolveu uma reflexão sobre a república mista, num tratado intitulado *Diálogo sobre a república dos Venezianos*. O tratado foi redigido no exílio, em Veneza, no ano de 1526, mas só foi publicado em 1540, quando este se encontrava novamente no exílio. Segue Skinner, fazendo um comentário à reflexão desenvolvida por Giannotti, sobre a República de Veneza:

Giannotti aqui analisa tanto a evolução quanto o gênio da constituição de Veneza entendendo que a combinação de liberdade e segurança alcançada pelos venezianos pode atribuir-se a duas causas principais. Uma é o equilíbrio entre o poder de um, o de poucos e o de muitos que se obtém combinando-se a direção dos negócios pelo Doge com o papel conferido ao Senado e ao Grande Conselho. (PP.50ss) A outra é o complexo sistema de votação adotado a fim de garantir que todo magistrado seja eleito e toda

decisão política seja tomada com o propósito de maximizar o bem comum, acima de quaisquer vantagens para alguma facção. (SKINNER, 1996, p. 162; PP. 91-17)

Podemos perceber que, mesmo com todo elogio feito pelos contemporâneos de Maquiavel à paz duradoura da República de Veneza, e apesar da complacência que os venezianos tinham consigo, quando elogiavam suas instituições republicanas, o nosso autor afirma a sua preferência pelos conflitos políticos da república popular romana, em detrimento da tão elogiada paz reinante e duradoura da república aristocrática de Veneza.

Para o nosso autor, o fato das repúblicas serem mistas era fundamental para a longevidade de suas instituições, mas além desse aspecto, se a república depositasse a guarda da sua liberdade nas mãos do povo, tornando-se uma república de caráter popular, em que os conflitos políticos fossem resolvidos nas regras institucionais (como fez Roma, ao criar os Tribunos da plebe e permitir a esta uma vida ativa politicamente, com participação decisiva no governo republicano), então, essa república seria perfeita.

No capítulo 2 do livro primeiro dos *Discursos*, Maquiavel valoriza a perfeição da república mista romana e o fato desta república ter adquirido a sua perfeição quando introduziu o governo popular em suas entranhas, inaugurando o caráter misto de sua república no momento em que criou os tribunos da plebe. Ao mesmo tempo, o autor anuncia o tema da positividade dos conflitos políticos, que iria chocar os seus contemporâneos e o diferenciar de toda uma tradição de pensamento político, ao ponto de podermos mesmo cogitar a existência de uma perspectiva republicana em Maquiavel, que por sua vez seria radicalmente diferente de todas as demais. Na passagem abaixo, dos *Discursos*, o nosso autor aponta o valor da república romana, falando a respeito da perfeição a que chegou essa república quando, através dos conflitos políticos, criou os Tribunos da Plebe, possibilitando, dessa maneira, a representação dos três governos na república mista de Roma:

Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular: motivo por que, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo sublevou-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a ceder ao povo a sua parte, e por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim se criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república visto que as três formas de governo tinham sua parte. E foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que

chegou devido a desunião entre plebe e senado, como nos próximos capítulos se profusamente se demonstrará. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 19)

No próximo tema, discutiremos com mais propriedade essa valorização que Maquiavel faz dos conflitos políticos que são naturais aos regimes republicanos, em especial, os da república romana; conflitos estes que tiveram o efeito de tornar essa república perfeita. A partir de então, todos os estados agora se encontravam institucionalizados e representados na esfera do poder republicano.

3.3 POSITIVIDADE DOS CONFLITOS POLÍTICOS E REPÚBLICA POPULAR

Para Maquiavel, a história havia mostrado que aqueles que pretendem construir repúblicas deveriam compreender que os “humores diferentes”, naturalmente existentes em qualquer cidade e, sobretudo, em qualquer governo de caráter republicano, inevitavelmente se transformarão em conflitos políticos. E, sendo assim, tais conflitos políticos, que produzem as inimizades entre os cidadãos, jamais podem ser evitados.

Nesse sentido, para encarar a política republicana com realismo, é necessário, sobretudo, procurar evitar que tais conflitos se transformem nas disputas facciosas e privadas, que degeneram e corrompem qualquer república. Dessa maneira, o governo prudente deve, necessariamente, procurar transformar os conflitos políticos em algo positivo para a república. Por outro lado, tendo em vista que esses conflitos são inevitáveis, podem, também, ser orientados para a construção da liberdade política republicana, evitando que as inimizades se transformem em disputas facciosas. Essa ideia bastante realista, de uma inevitabilidade e naturalidade dos conflitos políticos dentro de um governo republicano, foram apontadas pelo autor, no capítulo primeiro do livro VII da *História de Florença*:

Mas antes, conforme é nosso costume, gostaria de comentar que quem espera que uma república possa ser unida, muito se ilude com tal esperança. A verdade é que algumas divisões prejudicam as repúblicas enquanto outras as ajudam: as prejudiciais são as que vêm acompanhadas por facções e partidários; as proveitosas são as que se mantêm sem facções e sem partidários. Portanto, quem funda uma república, como não pode evitar que nela haja inimizades, precisa pelo menos cuidar que nela não haja facções. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 422)

Como foi elucidado acima, o nosso autor, ao defender a ideia de que os conflitos políticos podem ser positivos para a construção da liberdade política em uma república, e que,

neste sentido, a república romana, onde os conflitos foram institucionalizados, seria superior à república de Veneza, com a sua paz duradora, apontava para uma característica fundamental que diferenciava o seu pensamento republicano daquilo que foi pensado ao longo da história da humanidade sobre essa forma de governo. A positividade dos conflitos políticos é elogiada de tal forma, que é possível falar da existência de uma teoria Maquiaveliana da república, em oposição às demais existentes; pois sempre foi coerente aos pensadores políticos, ao longo do tempo, defender a paz, em vez de valorizar positivamente os conflitos políticos, que são naturais em um governo republicano.

A positividade dos conflitos políticos aparece justamente onde esses conflitos foram institucionalizados, onde os “humores diferentes”, existentes entre o povo e os grandes, serão equilibrados pelo governo misto. Para nosso autor, o povo deseja apenas não ser oprimido, ao ponto que os grandes desejam oprimir. Da institucionalização desses conflitos é gerado o equilíbrio dos humores e construídas as condições para o bom ordenamento da liberdade republicana. Se os humores, que são representantes de desejos conflitantes, não forem institucionalizados, para que os desejos possam ser desafogados, certamente os conflitos descambarão para as facções privadas e arruinarão o corpo da república, que depende do equilíbrio entre tais humores.

Para justificar a sua opção, Maquiavel começa por questionar a opinião de muitos que afirmaram que a república romana seria tumultuária e repleta de confusão, de tal forma que, se não fossem a sua boa fortuna e a *virtù* militar que pudessem corrigir os seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república existente na história da humanidade. Mas, para o nosso autor, condenar os tumultos entre os plebeus e os patrícios é justamente censurar e pôr em xeque aquele aspecto que foi a causa primeira da construção da liberdade política dos cidadãos da república de Roma. Ao contrário desse pensamento defendido pelos seus contemporâneos, afirma o nosso autor, no capítulo 4 do livro primeiro dos *Discursos*, a sua preferência pela positividade dos conflitos políticos que se desenrolam sob o controle das regras institucionais.

Portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida, se em tanto tempo, em razão de suas diferenças, não mandou para o exílio mais do que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e não condenou muitos ao pagamento de multas. E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em

desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública. [...] quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas acima citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que para aplacá-lo era preciso satisfazê-lo em alguma coisa. E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de vir a sê-lo. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 22-23)

Defender a paz social era o mais aceitável e soava também como algo coerente e prudente entre os pensadores políticos da história da humanidade. E não era diferente o imaginário político que reforçava essa opinião no tempo de Maquiavel – um período em que se preservava, na memória coletiva, o fato de que a disputa entre as facções privadas levou a liberdade política da maior parte das experiências republicanas do centro e do norte da Península Itálica à ruína, desde o século XIII³⁰, e que mais cedo ou mais tarde iriam encontrar as suas ruínas diante do avanço das *signorie* italianas. Foi o que ocorreu com Florença, uma das poucas repúblicas a resistir à ascensão dos déspotas, no século XIII, e que não iria tardar a ver no futuro a sua própria perda da liberdade política. Apesar de toda essa conjuntura desfavorável a uma defesa dos conflitos políticos, Maquiavel afirmava que as leis nascem dos tumultos existentes em uma república, e somente a partir destas pode-se construir bons exemplos e boa educação. Evidentemente, o ponto de vista se transformou em algo digno de polêmica entre os republicanos.

Florença, ao contrário de Roma Antiga, iria se tornar, depois desse período, o exemplo mais característico de como os conflitos políticos podem atuar na degeneração da liberdade política das repúblicas, destruindo as instituições que garantiam a liberdade política e abrindo caminho para a ascensão do governo dos déspotas. Maquiavel, enquanto historiador da política, tinha uma consciência aguda desse fato histórico, que foi construída pela sua

³⁰ Skinner, em *As fundações do pensamento político moderno*, mostrou como, a partir do século XIII, muitas das repúblicas da Península Itálica, gradativamente, vinham perdendo a sua liberdade política, construída ao longo do século XII, apesar das pretensões de dominação dos estados pontífices e do Santo Império Romano Germânico, que, por meio do código de Justiniano, reclamava o direito de posse sobre os territórios que gozavam de uma liberdade de fato, mas não de direito. É necessário ressaltar, ainda, que as disputas facciosas que assolaram a liberdade de tais repúblicas, ora eram alimentadas pelo papado, ora alimentadas pelo imperador, conforme o crescimento das facções políticas: “Essa passagem do governo em *liberta* ao governo a *signoria* foi consumada suave, porém rapidamente na maioria das cidades que compunham o *Regnum Italicum* — sem dúvida por estarem exauridas pelas guerras que resultavam de um quadro marcado por incessantes rixas e brigas de facções. Mas houve várias exceções importantes a essa regra. Algumas poucas cidades resistiram à ascensão dos Déspotas, com vigor e eventualmente até com êxito; nesse processo, desenvolveram uma aguda consciência do valor que merecia ser dado à independência política e ao governo republicano. [...] Mas naturalmente foi Florença a cidade que mais se empenhou em deter o avanço dos Déspotas nessa época. Como já vimos, os florentinos conseguiram fazer frente, durante todo o século XIII, a cada um dos desafios externos que puseram em xeque a sua independência” (SKINNER, 1996, pag.48). Os florentinos não iriam conseguir fazer frente, no futuro, aos problemas internos; ou seja, às facções que assolaram o governo republicano.

própria experiência de vida³¹ e pelo estudo das coisas antigas, o que foi bastante explorado em sua *História de Florença*. Priorizando o estudo das disputas entre as facções³², o autor procura contar nessa obra os vários processos históricos que interromperam de forma prematura a liberdade política dos florentinos, que jamais conseguiram construir um regime republicano duradouro.

Tratando como graves e naturais as divisões existentes nas cidades, entre os nobres e o povo, que são geralmente causadas pelo fato de que aqueles possuem o desejo de comandar o governo, enquanto estes, de não obedecer, são por isso também apresentadas pelo autor como sendo a razão da geração dos males enfrentados em uma república. Isto porque essa diversidade dos *umori* alimenta outras discórdias, que são geradas nas cidades.

Contudo, essa diversidade de humores, que torna os conflitos políticos e as inimizades algo natural e inevitável, pode produzir efeitos diferentes. E isso foi justamente o que aconteceu no caso de Roma e Florença, onde em uma, os conflitos possibilitaram à república a construção da liberdade política dos cidadãos; e, na outra experiência histórica, os conflitos descambaram para as disputas facciosas e para as guerras civis, levando a experiência republicana daquela cidade à ruína. É o que reitera o nosso autor, em sua *História de Florença*, uma concepção anteriormente já desenvolvida nos *Discursos*. Segue o nosso autor, no capítulo 1 do livro terceiro da obra em questão, refletindo a respeito dos efeitos diferentes que os conflitos políticos produziram em cada cidade:

³¹ Maquiavel, quando tinha apenas nove anos de idade, teria presenciado a exposição dos corpos assassinados dos membros da família *Pazzi* e dos seus respectivos seguidores, em praça pública, depois que estes malograram seu plano de conjuração e assassinato de Giovanni e Lorenzo, membros da família dos Médici, que haviam desde 1466 se tornado os senhores da cidade. Os Pazzi eram apoiados pelo Papa e pelo rei de Nápoles, que estavam descontentes com o crescente poder dos Medici, em Florença. Era a primeira das grandes experiências no campo das conspirações e dos conflitos de facções que marcaram a história da cidade e, certamente, a memória do nosso autor. Maquiavel presenciou as duas principais famílias florentinas resolvendo as suas inimizades de forma belicosa e por meios privados, acontecimento que marcou o pensamento político do autor, que escreveu a respeito, tanto nos *Discursos* como em *História de Florença*, onde dedicou ao episódio os dez primeiros capítulos do livro oitavo de sua obra.

³² Maquiavel, no próêmio da sua obra *História de Florença*, faz uma censura aos historiadores florentinos Lionardo d'Arezzo e messer Poggio, porque estes, se por um lado, escreveram com brilhantismo as guerras externas travadas pelos florentinos, por outro, negligenciaram as discórdias civis e as inimizades internas existentes na cidade, e que foi uma marca característica da sua história. Censurava-lhes o fato de que, na história, o que deleita ou ensina é a descrição das particularidades históricas, e para os que governam repúblicas há a lição que demonstra o motivo dos ódios e das discórdias civis, para que no perigo em que outros viveram no passado, possam encontrar os remédios adequados para enfrentar os perigos do presente. Segue Maquiavel: “E, se todo e qualquer exemplo de república comove, muito mais comovem e são úteis aqueles que lemos de nossa própria república, e se houve república em que as divisões foram notáveis, as de Florença as excedem em tudo, porque a maioria das outras repúblicas das quais se tem alguma notícia, contentou-se com uma divisão, em razão da qual, segundo os acontecimentos, ora cresceram, ora declinaram, mas Florença, não contente com uma criou muitas. [...] Mas, em Florença, primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas, e de tais divisões tiveram origem tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de família como nunca ocorreu em nenhuma cidade que se tenha memória.” (MAQUIAVEL, 2007b, p.8)

Se bem que os efeitos produzidos em cada uma das cidades foram diferentes: porque as inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a virtù militar; enquanto as de Florença a extinguiram totalmente; em Roma a igualdade entre os cidadãos levou a grandíssima desigualdade, enquanto em Florença, da desigualdade chegou-se a uma admirável igualdade. Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres. (MAQUIAVEL, 2007a, p.158)

Para Maquiavel, a república mista, ordenada de forma a garantir a liberdade política dos cidadãos, deveria conduzir as disputas naturais e inevitáveis do governo republicano dentro das regras do jogo institucional, para que estas sempre resultassem em aprimoramento da liberdade política. A experiência de Roma havia ensinado ao nosso autor que uma república popular deve também armar os seus cidadãos e lhes permitir espaços institucionais para que possam ser representados.

Roma, ao mesmo tempo em que armou os seus cidadãos, com uma ampla participação destes no exército, possibilitou-lhes um maior poder político, o que resultou na construção dos Tribunos da plebe, instituição republicana que deu vazão aos desejos do povo quando clamava por justiça, garantindo a estes alívio e desafogo³³ de determinados humores que, de alguma forma, cresciam na cidade contra algum cidadão específico. Pois, na medida em que tais humores não podem se desafogar e se aliviar por meios ordinários, nas regras do jogo institucional, acabam por se desafogarem por meios extraordinários, o que é passível de arruinar uma república; mas, ao desafogar-se por meios ordinários, de alguma maneira,

³³ Maquiavel, para abordar o tema, faz alusão ao episódio em que o nobre Coriolano, estando descontente com a criação dos Tribunos da plebe e com seu recente poder político, resolveu se vingar do povo plebeu. Roma passava por uma crise de alimentos, o que atingia principalmente a plebe com a fome. As autoridades haviam mandado buscar alimentos na Sicília, e Coriolano seria o responsável pela sua distribuição para a plebe, o que não foi feito. Quando a notícia espalhou-se, a plebe faminta resolveu desafogar a sua ira pelos meios extraordinários, mas antes que o fizesse, Coriolano fora intimado a comparecer diante dos tribunais e defender a sua causa. Sendo considerado culpado pelos Tribunos, foi executado pelo meio público, evitando a sua execução por meio faccioso. A esse respeito, Maquiavel fez a seguinte reflexão: “Acontecimento este sobre o qual se deve notar o que acima dissemos, a respeito da utilidade e da necessidade de as repúblicas, com suas leis, permitirem o desafogo da ira que o povo vota a um cidadão: porque quando não há esses modos ordinários, recorre-se aos extraordinários; e sem dúvida estes produzem efeitos bem piores que aqueles. [...] entre os antigos basta-me esse de Coriolano; e, sobre ele, que todos considerem o mal que adviria à república romana, se ele tivesse sido morto tumultuariamente: porque daí ocorreria ofensas entre particulares, ofensa que gera medo; medo que busca defesas; para a defesa arranjam-se partidários; dos partidários nascem às facções nas cidades; das facções, a sua ruína” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 34).

produz o efeito do aperfeiçoamento da liberdade política com uma maior participação popular nas decisões da república.

Pelo que foi dito, podemos afirmar que a república popular armada, de Roma Antiga, com a ordenação positiva dos conflitos políticos, estava mais adequada enquanto exemplo histórico a ser seguido para concretizar o maior sonho diurno de Maquiavel, do que a república aristocrática de Veneza. Esta última, rejeitando a participação popular nas decisões políticas, jamais conseguiu construir um exército próprio. Mesmo com a longevidade que teve, sempre recorreu aos exércitos mercenários para resolver os seus conflitos políticos; condição esta, condenada de forma unânime por todos os grandes pensadores republicanos do tempo do secretário da república florentina, que viam nesta condição a ruína de muitas repúblicas do seu tempo.

A unificação política da Itália, portanto, só poderia ser realizada com menos inconvenientes se seguisse o exemplo de Roma, ao invés do de Esparta e Veneza, que construíram repúblicas aristocráticas e duradouras, mas frágeis quando se colocaram a possibilidade de ampliar-se. Sobre esse aspecto (que será melhor trabalhado na temática da corrupção e contatos externos), afirma Maquiavel no capítulo 6 do livro 1º dos *Discursos*, refletindo a respeito da expansão militar relacionada à natureza da ordenação de um república:

Considerando, portanto tudo isso, vê-se que os legisladores de Roma precisariam ter feito uma dessas duas coisas, se quisessem que Roma permanecesse tranqüila como as repúblicas acima citadas: ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos. Mas, fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos. Mas, se o estado romano se tornasse mais tranqüilo, decorreria também o inconveniente de tornar-se mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para a grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões do tumulto, eliminaria também as razões de ampliar-se. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 29)

Maquiavel percebeu que os governos republicanos de Esparta e Veneza construíram uma paz duradoura, justamente pelo fato de não se colocar a possibilidade de expansão territorial, o que lhes permitia uma forma mais estática de organização. Quando esta possibilidade de expansão foi colocada historicamente como necessidade, exigindo uma forma mais dinâmica de organização da ordenação republicana, o seu efeito foi como veneno para ambas as repúblicas. Não se mantendo nos limites exíguos do seu território, foi como

uma preparação para a ruína de ambas. Assim, reitera Maquiavel, falando do efeito da derrota de Veneza para a Liga de Cambrai, em 1509:

Foi o que ocorreu a Esparta e a Veneza: destas, a primeira, depois de submeter toda a Grécia, mostrou num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento; porque em seguida a rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião de outras cidades, que arruinou de toda aquela república. Veneza, de modo semelhante, depois de ter ocupado grande parte da Itália — e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia —, quando precisou dar provas de suas forças, perdeu tudo numa batalha. (MAQUIAVEL, 2007a, p.31)

Apontada a república romana como o exemplo capaz de ensinar a Florença o caminho de unificação política da Península Itálica, torna-se válido discutir, na organização do governo republicano de caráter misto, a opinião de Maquiavel e a sua justificativa a respeito de qual dos estados deveria ter o peso maior nas tomadas de decisão política dentro da república. Em outras palavras, em qual dos estados deveria ser concentrado o poder de guarda da liberdade política dentro de uma república: se nos estado monárquico, nos *optimates*, ou no estado popular; ou porque não chamá-lo, democrático.

3.4 REPÚBLICA E GUARDA DA LIBERDADE

Parece coerente afirmar que, a partir do estudo dos pensadores comumente referidos nesse trabalho — e que correspondem àquela fase da história do Ocidente em que Maquiavel está inserido —, havia um consenso no que diz respeito à maneira como entendiam a natureza da liberdade política republicana; que foi construída pelas várias experiências históricas republicanas que tomaram corpo na Península Itálica, no período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna.

Este consenso também pode ser percebido em outros temas, como a opção dos autores pela república como a melhor forma de governo, e pela república de caráter misto como a forma mais adequada desse tipo de regime político. Ao observarmos, ainda, os pensadores do próprio período em questão, especialmente Maquiavel, é possível notar que este não se diferencia nem da tradição de que é herdeiro nem de seus próprios contemporâneos, ao tematizarem tal aspecto da natureza da liberdade política.

Quando a tradição republicana da Península Itálica tratava do tema, em seus escritos e em proclamações oficiais, já no final do século XIII, o que se compreendia como liberdade³⁴ era, sobretudo, a ausência de dominação externa e a autonomia dos governos para construir as suas próprias leis; o que podemos entender como a constituição do autogoverno.

Skinner, nas *Fundações do pensamento político moderno*, refletindo o tema da liberdade política, mostra como esse significado foi construído do ponto de vista dos fatos, já no século XII, quando as cidades do Norte e Centro da Itália se organizaram como repúblicas livres. Entretanto, a reflexão teórica e a construção do pensamento republicano sobre o tema da liberdade política só começam a ser desenvolvidos a partir do século XIII, quando parte das experiências republicanas malograram diante do problema do avanço das disputas entre as facções privadas. Estas eram comumente alimentadas ou pelo Sagrado Império Romano Germânico ou pelo Papado³⁵; ambos descontentes com a atmosfera de liberdade vivida pelos homens, que para aqueles não eram considerados mais do que súditos em tais cidades. Para frear os seus ímpetos, procuravam manter a sua influência, por meio do financiamento de famílias poderosas e, conseqüentemente, das facções, evitando ao mesmo tempo a construção da vida livre e o crescimento da influência do inimigo mais poderoso. Sobre esse quadro histórico, Skinner faz a seguinte referência, em sua obra citada acima:

³⁴ No século XII, as cidades (*comuni*) da Lombardia e da Toscana, entre elas Florença, obtiveram êxito não somente ao derrotarem o Imperador do Sagrado Romano Império Germânico, Federico Barbarossa, e sua sede de apropriação das riquezas dessas cidades no campo de batalha Legnano (1176), mas, sobretudo, construíram uma consciência mais profunda do que seria a liberdade política, e puderam, dessa maneira, construir todo um arcabouço ideológico que lhes permitissem fazer frente ao direito legal do Imperador sobre a região: “Depreende-se de numerosas proclamações oficiais, que seus propagandistas geralmente tinham em mente duas ideias bastante claras e distintas quando defendiam sua ‘liberdade’ contra o Império: uma era a ideia do direito a não sofrerem qualquer controle externo de sua própria vida política – ou seja, a afirmação de sua soberania; outra era a ideia do direito, conseqüentemente do primeiro, a se governarem como entendessem melhor – ou seja, a defesa de suas constituições republicanas. [...] Por liberdade eles entendiam, antes de mais nada, sua independência do Imperador, pois insistiam em que ‘desejamos aceitar a paz do Imperador’ apenas ‘na medida em que nossa liberdade se conservar inviolada’. E por liberdade também entendiam seu direito a conservar as formas vigentes de governo, pois aduziam que, embora ‘não tivessem vontade de negar ao Imperador quaisquer jurisdições antigas’, sentiam-se obrigados a insistir em que ‘não podemos em nenhuma circunstância renunciar à liberdade que herdamos de nossos ancestrais, e só a perderemos se juntos perdermos a própria vida’” (SKINNER, 1996, p. 28-29).

³⁵ Maquiavel era contrário à opinião de muitos do seu tempo que acreditavam que o bem estar das cidades italianas era oriundo da Igreja Católica Romana. Maquiavel responsabiliza a instituição por impedir que a Itália construísse uma vida feliz, que só poderia ser atingida com um processo de unificação política da Itália: o sonho diurno de Maquiavel. O nosso autor aponta duas razões que justificam sua crítica à Igreja Romana: “A primeira é que, pelos maus exemplos daquela corte, a Itália perdeu toda devoção e toda religião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas desordens; porque, assim como se pressupõe todo bem onde há religiões, pressupõe o contrário onde ela falta. Portanto, nós, italianos, temos para com a igreja e os padres essa primeira dívida, que é a de nos termos tornado sem religião e maus; mas temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É que a igreja manteve e mantém essa terra dividida. E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 54).

Durante toda a luta que travaram contra o Império, as cidades italianas tiveram como seu aliado principal o papado. Essa aliança foi selada, pela primeira vez, pelo papa Alexandre III, depois que Barbarossa se recusou a sancionar a sua elevação ao trono pontifício, em 1159. [...] Contudo, essa aliança comportava um perigo — como as cidades logo perceberam as suas próprias custas: o de que os papas comessem a aspirar a governar o *regnum italicum*. Por essa época, os papas também tinham começado a dar mais diretamente vazão a suas ambições temporais, procurando manipular as políticas internas das cidades do norte da Itália. [...] Uma maneira óbvia de se opor às pretensões da igreja ao domínio temporal era apelar para o imperador para que ele reequilibrasse a balança, demasiado favorável ao papa. (SKINNER, 34-38)

Então, aquelas cidades que resistiram ao assédio externo, nesse período, e superaram os conflitos internos entre as facções, ainda que de forma fugaz para algumas, conseguiram construir um pensamento político republicano sobre a natureza da liberdade política. Esse pensamento que se construiu tanto no plano ideológico, retórico, como no campo jurídico³⁶, buscou elaborar uma interpretação do código Justiniano que permitisse afirmar legalmente a independência e, portanto, a liberdade política das cidades diante do Sagrado Império Romano Germânico. Para Skinner (1996), duas tradições de pensamento foram diretamente responsáveis pela construção desse ideal de liberdade: a arte da retórica e a filosofia escolástica.

Havia na verdade, ao findar o século XIII, duas tradições distintas de análise política de que podiam se valer os protagonistas do governo republicano. Uma provinha do estudo da retórica, que desde a fundação das universidades italianas, no século XI, constituía um tópico fundamental do ensino, ao lado do direito e da medicina. A outra nascera do estudo da filosofia escolástica, que viera da França à Itália no final do século XIII. Ambas as tradições capacitavam os protagonistas da “liberdade” republicana a conceitualizar e defender o valor distintivo de sua experiência política e, especialmente, a

³⁶ Bartolo de Sassoferrato, no século XIV, foi o primeiro desses juristas do período a buscar uma interpretação do código de Justiniano, que, legalmente, estabelecia uma dominação do Império sobre tais cidades e, por isso, deveria ser reinterpretado com o intuito de lhes permitir a construção de uma base legal para reivindicação da suas liberdades políticas: “Ele partiu da intenção explícita de interpretar o código civil romano com o objetivo de proporcionar às comunas lombardas e toscanas uma defesa legal, e não apenas retórica, de sua liberdade contra o Império. O resultado de seus trabalhos não foi apenas o de dar início a uma revolução no estudo do direito romano (que seria consolidada, mais tarde, por seu grande discípulo Baldo, ou Baldus), mas também de avançar decididamente no rumo da ideia, que caracterizará a modernidade, de vários estados soberanos, separados entre si e independentes do Império. [...] Declara ele que, como as cidades são governadas por ‘povos livres’ que possuem seu próprio *imperium*, pode-se então dizer que elas efetivamente constituem *sibi princeps*, ou seja, *princeps* de si mesmas. (SKINNER, 1996, p.31- 33)”. E mais adiante: “Já contra as pretensões do papado de anexação das repúblicas sobre o seu domínio, Marsílio de Pádua, em *Defensor da Paz*, foi o responsável por desenvolver uma concepção contrária às suas pretensões, mostrando a incoerência em misturar o poder religioso com o político: A resposta de Marsílio consiste, em suma, na tese singela – de que os dirigentes eclesiásticos se equivocaram completamente quanto à natureza da igreja, ao supor que fosse ela uma instituição capaz de exercer qualquer tipo de poder legal, político ou alguma outra espécie de ‘jurisdição coercitiva’.” (SKINNER, 1996, p. 41). Ver: PÁDUA, Marsílio. *O defensor da paz*. Tradução e notas de José Antonio Camargo R. de Souza. Petrópolis: Vozes, 1997.

argumentar que a moléstia facciosa era passível de cura, e, portanto, a conservação da liberdade podia ser compatível com a manutenção da paz. (SKINNER, 1996, p. 49)

Quando Maquiavel iniciou a sua vida política nas instituições republicanas, aos 28 anos de idade, em 1498, logo após a derrocada política e a condenação do frei Girolamo Savonarola³⁷ à morte, havia uma tradição de pensamento republicano, anterior ao nosso autor em pelo menos três séculos, que, de alguma maneira, afetou a reflexão política do secretário da república florentina.

Já nos Quatrocentos, a cidade de Florença foi o berço do florescimento e do amadurecimento do pensamento republicano humanista, através de pensadores como Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini, que preparariam um solo fértil, criando as condições favoráveis para o surgimento das reflexões republicanas mais amadurecidas de Maquiavel e Guicciardini; ambos responsáveis pela mais intensa e influente análise do pensamento político republicano que surgiu no Ocidente Europeu, nos começos da Idade Moderna³⁸. É nesse sentido que podemos afirmar a permanência de muitos pontos de recepção que Maquiavel acaba herdando do diálogo com a tradição política republicana; mais especificamente, com os republicanos clássicos (retóricos).

Mas é válido lembrar que, a despeito de toda essa longevidade da tradição republicana, e da existência de pontos de diálogo com o autor em questão, no tocante ao tema da guarda da liberdade política em uma república mista, mais precisamente em relação a quais estados dentro de uma república de caráter misto deve estar presente a guarda da liberdade,

³⁷ Maquiavel deixou algumas imagens do frei Girolamo Savonarola; certamente, não foi um de seus choramingas, quando da queda política do frei. A partir do exemplo do frei, o nosso autor construiu a imagem do profeta desarmado, que fracassou como todos os profetas desarmados fracassaram. Maquiavel afirma como é pernicioso, para uma república, quando aquele que cria uma lei não observa a própria lei que criou. Sobre essa imagem de Savonarola, o nosso autor deixa a seguinte reflexão “Criou-se uma lei que possibilitava recurso ao povo das sentenças proferidas pelos Oito e pela *Signoria* em delitos políticos [*per casi di stato*], lei sobre a qual Savonarola pregou por muito tempo e que obteve com grande dificuldade; ocorre que, pouco depois da sua aprovação, cinco cidadãos foram condenados à morte pela *Signoria*, por delitos políticos [*per conto di stato*]; aqueles queriam recorrer, o que não lhes foi permitido, deixando-se de observar a lei. Isso prejudicou mais a reputação daquele frade do que qualquer outro acontecimento, por que, se aquele recurso era útil, ele deveria fazer que fosse observado; se não era útil, não deveria tê-lo feito aprovar.[...] E isso, pondo à mostra seu ânimo ambicioso e partidário, destruiu-lhe a reputação e causou-lhe grande má fama.” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 135)

³⁸ Skinner aponta, nesta passagem, os fenômenos históricos que estão diretamente relacionados ao surgimento daquele que teria sido o período mais intenso de florescimento do pensamento republicano moderno, que teve como palco histórico a cidade de Florença: “Mas a teoria política republicana veio realmente a florir na geração que se seguiu o retorno do Médici, em 1512. Os defensores das tradicionais liberdades florentinas foram inspirados nesse período, por três grandes considerações: a lembrança de 1494 a 1512, anos de uma bem sucedida restauração republicana; a esperança em derrubar novamente o governo dos Médici – o que se conseguiu, aliás, em 1527; e a necessidade, enquanto isso, de conservar um espírito de oposição a suas práticas alegadamente ‘despóticas’ e ‘tirânicas’. O resultado foi a mais intensa e influente análise dos princípios políticos republicanos a aparecer na Europa em princípios da modernidade” (SKINNER, 1996, p.173).

Maquiavel novamente aprofunda a singularidade de seu pensamento político e, mais uma vez, também defende uma tese chocante para muitos dos seus contemporâneos, afirmando que a guarda da liberdade deve estar depositada no povo e não nos grandes.

Maquiavel, então, afirmou a tese de que a guarda da liberdade política, em um governo republicano, a tomada das principais decisões políticas, deve estar centrada no estado popular; pois, o povo tem mais razões para manter a liberdade do que os nobres. Estes, geralmente, não se contentando com o que possuem, desejam sempre ter mais e, por isso, são muito mais propícios a criarem tumultos dentro de uma república do que o povo. Seguindo este raciocínio da prioridade do povo nas tomadas das decisões políticas, o autor novamente faz uma opção pela república popular de Roma antiga, em vez de Veneza e Esparta; pois, apesar destas últimas se mostrarem mais duradouras, a república romana se mostrou mais apta à manutenção da liberdade política, por tornar o povo guardião da mesma. O autor esboça esse raciocínio no capítulo 5 do livro I dos *Discursos*:

E, indo as razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos os objetivos dos nobres e dos plebeus [*ignobili*], veremos naquele grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viverem livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 24)

Essa predileção de Maquiavel pelo estado popular como guardião da liberdade política vai ser amplamente combatida pelo seu contemporâneo, leitor e amigo, Francesco Guicciardini. Devido às proximidades de pensamento político existentes entre ambos os pensadores, tais como, a predileção pela república como forma de governo, pela república mista como forma mais adequada desse regime político, e pela crítica severa à tirania, foram interpretados como partidários de pensamentos políticos parecidos, sem muita divergência, e até considerando mesmo a existência de uma unidade entre eles³⁹.

³⁹ Bignotto critica o ponto de vista de Ugo Spirito, que, a partir da interpretação de que há uma concordância quanto ao princípio de que os fins justificam os meios, afirma haver uma unidade entre ambos, porque essa ideia estaria no centro do pensamento político de Maquiavel. Discordando, o autor faz a seguinte consideração: “Em primeiro lugar, a tese deixa de lado o fato de que a concepção de liberdade sustentada pelos *ottimati*, e pelo autor das *considerazioni* em particular, não podia ser vista como expressão de um ponto de vista idêntico ao de Maquiavel. Considerando que essa era uma questão essencial na concepção que os dois autores tinham da política, vemos com dificuldade como encontrar unidade, quando o que constatamos é uma divergência importante quanto às questões fundamentais” (BIGNOTTO, 2006, p. 168).

Mas, como afirma Newton Bignotto, em *Republicanism e Realismo* (2006), o núcleo central do pensamento político de Guicciardini é bem diferente da perspectiva política de Maquiavel, e, por isso, desenvolveram reflexões políticas bem diferentes. Bignotto explora várias diferenças existentes entre o pensamento político dos dois pensadores; mas, o que nos interessa nesse momento é a percepção da diferença no tocante ao tema da guarda da liberdade política e, sobretudo, da preferência de Guicciardini pela unidade política e pela prudência da aristocracia em oposição à compreensão de Maquiavel de que os conflitos políticos em uma república são naturais e inevitáveis. Segue Bignotto, comentando as *considerazioni* de Guicciardini:

Sua [Guicciardini] preferência por um governo aristocrático não o cega, entretanto, para o fato de que o povo, ou a plebe como prefere, não pode ser simplesmente deixado de lado, sobretudo quando se trata de evitar discórdias internas. [...] Os fundamentos de sua política o levam a acreditar que não tem sentido escolher uma parte do corpo político para ser depositária de um bem que *a priori* interessa a todos. [...] Sem se preocupar demais, nesse contexto com a definição do que seria a prudência, ele assegura apenas que é a virtude por excelência do ator político, mas que só pode ser encontrada entre os aristocratas. Em momento algum ocorre-lhe pensar, por exemplo, que o desejo de conservação da liberdade, tal como proposto por Maquiavel, pode ser interpretado como uma forma superior de prudência. (BIGNOTTO, 2006, p.175-190)

Quando observamos o lugar social dos contemporâneos em questão, podemos apontar com mais clareza e compreender certo indicador da preferência política de ambos. Maquiavel era membro do povo – se por um lado, não passava necessidades, por outro, o dinheiro não sobrava ao pai, que, apesar de advogado, não pôde formar o filho no mesmo caminho, e com muito custo lhe permitiu o acesso aos grandes pensadores do passado e ao estudo do direito e dos autores clássicos de maneira informal; o que permitiu o desenvolvimento do talento do autor, capacitando-lhe para a construção de uma breve, porém, fecunda carreira diplomática na república florentina.

Guicciardini, ao contrário, era descendente de uma das famílias mais tradicionais da Itália e tinha consciência do mal que afligia as principais famílias florentinas, que era gerado pelas disputas facciosas, impedindo-as de construir a unidade política tão sonhada pelo autor. Ao contrário de Maquiavel, Guicciardini pôde construir uma sólida carreira de diplomata, que muitas vezes foi preservada pelo seu lugar social, pela importância da sua família. É o caso do retorno dos Médici ao poder, em 1512, quando este se preservou na cena política, mesmo com suas convicções republicanas; o que já não foi possível ao nosso autor, apesar dos seus esforços em agradar os novos senhores da cidade.

Maquiavel, em outros momentos, quando desenvolve a sua convicção republicana nos *Discursos*, também afirma muitas vezes a sua preferência por uma república de caráter popular, a sua predileção pela virtude do povo bem ordenado em detrimento dos nobres e do príncipe. Refletindo sobre o vício da ingratidão, o nosso autor aponta para o fato do príncipe ser mais ingrato do que o povo. Lembra, ao mesmo tempo, que se o objetivo de uma cidade que vive livre é manter-se livre, um dos erros fundamentais por onde se pode perder a liberdade está no fato do governo ofender aos cidadãos que deveria premiar, ou seja, suspeitar justamente daqueles cidadãos em que mais deveria confiar. E como, para nosso autor, o vício da ingratidão nasce ou da ganância ou da suspeita, ele é mais comumente praticado pelo príncipe, que tem mais razões para possuir ambos, do que pelo povo, que, geralmente, praticou-o por suspeita e não por ganância.

Nessa passagem do capítulo 29 do livro I dos *Discursos*, o nosso autor aponta essa convicção fazendo referência à república romana.

Concluindo, portanto, essas considerações, digo que, como esse vício da ingratidão decorre da ganância ou da suspeita, vê-se que os povos nunca o tiveram por ganância, e por suspeita o tiveram bem menos que os príncipes, por ter menos razão para suspeitar como abaixo se dirá. [...] Porque, visto que todos os cidadãos, nobres e não nobres, se empenhavam na guerra, sempre surgiam em Roma, com qualquer idade, tantos homens valorosos e ornados de várias vitórias que o povo não tinha motivos para duvidar de nenhum deles, por serem muitos e vigiarem-se mutuamente. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 96-98)

Estando convicto, Maquiavel, de que a república popular encontra-se numa condição de maior aptidão para fugir do vício da ingratidão para com aqueles que deveria premiar, o nosso autor, — aprofundando a sua diferença de perspectiva republicana em relação a Guicciardini e à tradição do pensamento político da península itálica —, afirmou com certo excesso de zelo (típico daqueles que se arriscam a navegar por águas jamais navegadas), a ideia chocante, inclusive para os antigos, de ser a multidão mais sábia e constante para o governo da cidade do que o príncipe. Maquiavel contesta Tito Lívio e outros historiadores, a respeito da multidão ser considerada, por estes, como inconstante e instável.

Consciente de estar navegando por novas águas, Maquiavel mostra todo o seu zelo em relação ao historiador Tito Lívio e outros historiadores, por lhes contestar a ideia de que a multidão seja inconstante e instável. Nesta passagem, o autor responsabiliza a ausência de leis que regulem os apetites dos homens como aquilo que possibilita qualquer homem a agir de forma instável e irrefreada, e não somente a multidão. A passagem do capítulo 58 do livro primeiros dos *Discursos* mostra, também, uma perspectiva de respeito à diversidade de

pensamento, tão própria da democracia que, se não podemos afirmar Maquiavel como um defensor da democracia moderna, podemos, ao menos, colocar-lhe como defensor de princípios democráticos, o direito de defender o seu ponto de vista, ainda que contrarie a todos:

Não sei se piso em terreno árduo e cheio de dificuldades, que precisarei depois abandonar com vergonha ou seguir com grandes penas, ao tentar defender algo que, como disse, é alvo da acusação de todos os escritores. Mas, seja como for, não acredito e nunca acreditarei ser defeito defender alguma opinião com razões, sem o desejo de a autoridade ou a força. Digo, portanto, de que do defeito de que os escritores acusam a multidão podem ser acusados todos os homens individualmente, e, sobretudo os príncipes, porque qualquer um que não fosse regulado pelas leis cometeria os mesmos erros que uma multidão irrefreada. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 167)

Para o nosso autor, em os *Discursos*, Tito Lívio, ao falar da multidão irrefreada e instável, condenando-a, não teve o cuidado de distinguir a multidão que é bem ordenada pelas leis (o caso da multidão em Roma), daquela que age com a ausência das leis, cometendo os piores crimes possíveis. O nosso autor lembra que, onde não há boas leis, os homens podem cometer os mesmos erros de que é acusada a multidão. Neste sentido, não se pode culpar à multidão mais do que ao príncipe, porque todos são estimulados a errar, desde que não tenham temor às leis. É esse temor e respeito às leis o mais importante para frear os ânimos daqueles que vivem juntos, seja em repúblicas ou em principados.

Onde não há boas leis, nem homens educados a respeitá-las, tanto a natureza da multidão como a do príncipe estão propícias à inconstância, pois os homens são feitos da mesma natureza, como acredita Maquiavel. Agora, para o nosso autor, a multidão conduzida por boas leis, comparada ao príncipe nas mesmas condições, é apresentada como mais prudente, mais estável e de mais juízo do que um príncipe. O secretário da república florentina chega mesmo a comparar a voz do povo à voz de Deus⁴⁰. Neste sentido, explorando essa linha de raciocínio, Maquiavel apresenta os governos dos povos como sendo superiores ao governo dos príncipes. Assim, afirma o autor, no capítulo 58 do livro I dos *Discursos*:

E isso só pode ser explicado por serem melhores os governos dos povos do que os dos príncipes. E não quero que se contraponha essa minha opinião tudo aquilo que nosso historiador diz no texto mencionado e em qualquer

⁴⁰ Em *Os Discursos*, Maquiavel afirma a superioridade do povo sobre o príncipe, em questão de prudência, estabilidade e mais juízo. Comparando a voz de Deus à voz do povo: “Mas, quanto à prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de deus, pois se vê uma universal a produzir efeitos admiráveis.” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 170)

outro; porque se forem expostas todas as desordens dos povos, todas as desordens dos príncipes, todas as glórias do povo e todas as dos príncipes, ver-se-á que o povo, em bondade e gloria, é muito superior. E, se os príncipes são superiores aos povos nas ordenações das leis, na constituição da vida civil, no estabelecimento de novos estatutos e novas ordenações, os povos são superiores na manutenção das coisas ordenadas, aumentando assim, sem dúvida, a gloria daqueles que as ordena. [...] As crueldades da multidão são com aqueles que ela teme que se apoderem do bem comum; as de um príncipe são contra aqueles que ele teme que se apoderem do seu bem próprio. Mas, a opinião contrária aos povos nasce porque dos povos todos podem falar mal sem medo, livremente, mesmo que ele reine, ao passo que dos príncipes sempre se fala com mil medos e escrúpulos. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 171-172)

Acreditamos, depois do que foi exposto ao longo do capítulo, ter ficado clara a preferência de nosso autor pela república enquanto forma de governo mais adequada à liberdade política, e pela república mista como a feição mais adequada à longevidade do regime republicano. Que tenha ficado clara, também, a opção do autor pelos conflitos políticos bem ordenados da república popular de Roma, que depositou no estado popular a guarda da sua liberdade: única experiência republicana da história capaz de servir de inspiração para a unificação política da Itália e a sua expansão territorial – o maior dos sonhos diurnos de Nicolau Maquiavel.

A liberdade política de um regime republicano pode ser ameaçada de várias maneiras. Cabe, então, a partir desse momento, discutir aquilo que considero a maior das ameaças internas que uma república pode enfrentar na construção e permanência da liberdade política de seus cidadãos nas instituições republicanas – a doença degenerativa da corrupção, que ameaça a liberdade e é geradora de muitos dos males que afetam internamente os governos republicanos. Com essa leitura, procuramos mostrar que os exemplos da república popular de Roma, com a participação intensa dos cidadãos no exercício das instituições republicanas, aparecem como os exemplos que possibilitam a construção dos remédios mais adequados ao controle da corrupção.

Passemos aos próximos capítulos, então, com o intuito de compreender em que sentido o nosso autor refletiu as várias experiências históricas republicanas relativas ao problema da corrupção política; problema este de grande importância na sua obra, mas que foi encarado, ao longo do tempo, como um problema menor pelos comentadores. O próximo capítulo abordará a maneira como alguns dos principais leitores de Maquiavel compreenderam a sua perspectiva sobre a corrupção.

4 INTERPRETAÇÕES DA CORRUPÇÃO EM MAQUIAVEL

Alguns dos principais estudiosos do pensamento político de Maquiavel, principalmente aqueles que se debruçaram a respeito dos temas que se encontram relacionados diretamente aos governos republicanos, encararam a análise do problema da corrupção política como um problema menor no conjunto do pensamento político do autor. Este seria de pouca relevância em relação aos problemas ditos mais nobres, como o da liberdade política, da virtude, da fortuna e da própria reflexão do autor a respeito dos eventos da história política. A corrupção, neste sentido, sempre foi vista à sombra de outros problemas ditos mais relevantes, mesmo a despeito de sua presença inevitável nos regimes republicanos, na história da humanidade.

Esta inevitabilidade da corrupção nos regimes republicanos deveria alertar para o fato de que se trata de um problema de primeira grandeza, que não sendo controlado com eficiência, coloca em xeque a construção da liberdade política de qualquer regime republicano. Apesar das dificuldades de tratar o tema no conjunto da obra do autor, acreditamos que um olhar mais específico sobre o problema da corrupção pode nos revelar com mais precisão a amplitude de sua reflexão, e, ao mesmo tempo, a sua importância central no pensamento político republicano de Maquiavel. Esta reflexão pode ser útil enquanto fonte de inspiração ou mesmo de orientação a todos aqueles que acreditam no combate à corrupção e, conseqüentemente, na valorização da liberdade política como um bem indispensável à vida boa – aquela maneira de viver em que os sorrisos não precisam ser falsos ou mesmo forçados, porque os homens se encontram entre iguais, podendo olhar no olho de cada um.

Antes mesmo de centrar o olhar sobre os discursos de Maquiavel, a respeito do tema em questão, passemos a discutir como alguns dos seus comentadores do republicanismo perceberam a importância do tema da corrupção política quando interpretaram o pensamento político do secretário da república florentina. Em um sentido geral, podemos dizer que em nenhum dos autores que serão abordados ao longo do capítulo – entre eles, Pocock, Newton Bignotto, Quentin Skinner, Gennaro Sasso e Antônio Martins – o problema da leitura da corrupção política em Maquiavel foi refletidamente explorado no conjunto de suas duas grandes obras de caráter republicano: *Os Discursos* e *História de Florença*.

Geralmente, a obra *Os Discursos* foi colocada no centro das reflexões dos autores sobre o problema da corrupção política – o que não poderia ter sido diferente, já que esta obra tem capítulos que abordam diretamente o problema em questão. Todavia, como os

comentadores tratavam de outros temas aparentemente “mais nobres”, o problema da corrupção política aparecia como algo à parte. Neste sentido, esse tema não foi adequadamente estudado, simplesmente, porque a sua compreensão não foi o foco principal de tais estudos. Dessa forma, podemos afirmar que grande parte dessas reflexões ficou concentrada sobre o livro primeiro dos *Discursos* de Maquiavel, mais especificamente, os capítulos 16, 17 e 18, que tematizam diretamente a corrupção.

Outro problema que emerge de tais leituras é que a brevidade com que o tema foi tratado resultou numa reflexão que não explorou a amplitude da compreensão do autor sobre essa temática. Uma das dificuldades de levar a cabo um estudo desse tipo reside justamente no fato de que uma parte significativa dos discursos de Maquiavel que foram proferidos sobre o tema está situada de maneira dispersa, espalhada em vários capítulos no conjunto de tais obras.

Podemos dizer que, nestes capítulos, a temática da corrupção não aparece diretamente. Faz-se necessário, portanto, uma filtragem das obras em questão, para refletir o problema num horizonte de compreensão mais amplo. A partir dessa filtragem é que podemos perceber a amplitude da reflexão do autor, sem correr o risco de amarrá-la a uma ideia predeterminada sobre a corrupção.

A outra obra de caráter republicano, em que o problema deve ser filtrado ao longo dos capítulos, é a *Historia de Florença*. Nesta, Maquiavel mostra, ao longo do tempo, a incapacidade dos Florentinos de construírem ordenações que lhes permitissem a transformação dos conflitos privados, facciosos, em conflitos públicos, ordenados conforme as regras da coisa pública; alimentando, dessa maneira, a liberdade política dos cidadãos para, ao mesmo tempo, garantir a construção de uma república duradoura. Assim sendo, os florentinos, como lembra Maquiavel, foram incapazes de remediar a ação da fortuna, no sentido de retardar a corrupção natural e inevitável dessa experiência republicana.

A nossa proposta de investigação é, portanto, fazer uma análise das obras em questão, partindo da compreensão de que o caminho mais adequado para uma reconstrução exaustiva do significado da corrupção, em Maquiavel, é percorrer detalhadamente o conjunto das obras republicanas, o que possibilita uma leitura mais ampla do problema.

4.1 A CORRUPÇÃO E A SUA RAIZ MORAL

Iniciaremos a nossa reflexão a respeito da interpretação do problema da corrupção, com Pocock e a sua obra *El Momento Maquiavélico*. Esta foi de grande impacto e

pioneirismo na reflexão sobre o republicanismo de Maquiavel, como apontamos inicialmente. Pocock (2008), ao abordar o pensamento republicano do secretário da república florentina, procura analisar qual a contribuição de Maquiavel para aquela etapa histórica. Para realizar essa tarefa, o autor recorreu às seguintes obras: *O Príncipe*, *Os Discursos* e *a Arte da Guerra*.

Antes de desenvolver a reflexão sobre a maneira como Pocock viu o problema da corrupção em Maquiavel, faremos uma pequena ressalva sobre a opção metodológica do autor para compreender o pensamento político de Maquiavel. Pocock busca compreender o pensamento político de Maquiavel a partir do impacto que as suas obras, ou mesmo o seu pensamento político, causaram à época histórica em que o autor está inserido.

Pocock, na passagem abaixo, orienta os leitores na maneira como abordará a reflexão sobre o que ele chama de “Momento Maquiavélico”, em que diz que não se trata de uma história de Maquiavel, nem de uma apresentação histórica do autor, mas sobre o contexto em que está inserido e sobre o seu papel em tal contexto:

El empeño de este libro es intentar aislar el “momento maquiavélico”: es decir, aislar una secuencia en el proceso continuo de la historia del pensamiento que nos parece el contexto más prometedor para tratar la contribución de Maquiavel a aquella etapa histórica. (POCOCK, 1975, p. 271)

Podemos fazer ressalvas à opção metodológica de Pocock no sentido em que o impacto do pensamento de Maquiavel àquela etapa histórica, que corresponde ao tempo de sua vida, não teve relevância. Este impacto das obras de Maquiavel, em sua própria historicidade, não poderia ser medido levando em consideração apenas o estudo das ideias do autor. Portanto, esse impacto não poderia ser medido apenas do ponto de vista daquilo que foi escrito pelo autor, mas, sobretudo, pela recepção de suas ideias por parte dos seus próprios contemporâneos.

Esse olhar, de como as obras de Maquiavel foram recepcionadas em seu tempo de vida, não emerge da reflexão de Pocock, pois este pensador se preocupa apenas com os textos políticos que foram escritos por Maquiavel; estes, por si só, não são suficientes para medir o efeito de suas ideias naquela etapa histórica. Portanto, ao contrário de Pocock, não acreditamos que o pensamento de Maquiavel tenha sido relevante em sua aplicação, durante o seu tempo de vida. Pocock, estudando apenas o pensamento de Maquiavel, não se coloca a possibilidade de pensar a relevância da história de vida desse autor para compreender o seu próprio pensamento.

Maquiavel, com as suas reflexões políticas, estava respondendo aos problemas da sua existência vivida, aos sonhos diurnos de construção de uma vida feliz, porém as suas obras não causaram, nesse período, o impacto que causariam na história posterior das sociedades humanas. Podemos dizer que algumas dessas obras circularam apenas em forma de manuscritos. Francesco Vettori, amigo do secretário e primeiro leitor do *Príncipe*, foi incapaz de reconhecer o valor da obra ainda em forma de manuscrito. Na mesma condição de manuscrito, ao recebê-lo de presente, Lourenço de Médici deu mais atenção a um casal de cães dinamarqueses, que havia recebido também de presente, do que àquela que, posteriormente, seria uma das obras mais lidas da história humana.

A obra *Os Discursos*, também em forma de manuscritos, ficou restrita aos leitores dos jardins Rucellai, onde ocorriam debates republicanos, em meio à atmosfera de intolerância política da cidade, em virtude do retorno da dominação dos Médici. Apenas a *Arte da Guerra* e a *Mandrágora* foram publicadas em seu tempo de vida. Quanto às outras obras, não estava certa ainda a sua publicação em forma de livro para a posteridade, com exceção da *História de Florença*, que possuía a sua publicação garantida⁴¹.

Quem dera os contemporâneos de Maquiavel o tivessem escutado e, de alguma forma, algumas de suas ideias pudessem ter sido praticadas naquela conjuntura política! Talvez a república florentina encontrasse outra sorte melhor. Afinal de contas, quando o nosso autor esteve mais próximo de concretizar os seus pensamentos, ao colocar em prática a construção do exército popular florentino – a fim de sanar a ruína certa das repúblicas italianas de se recorrer aos exércitos mercenários, como costumava fazer Florença –, foi insuflado contra ele o ódio e a desconfiança das famílias ilustres de cidade. E com a derrocada da república, em 1512, o que se segue é o forçoso isolamento do nosso autor e a impossibilidade de

⁴¹ Sebastián De Grazia sintetiza a situação das obras de Maquiavel em seu tempo de vida, dando-nos a ideia das dificuldades por que passaram até chegar entre nós. Maquiavel possuía consciência da existência dos leitores dos seus livros e manuscritos naquela conjuntura política, ainda que fossem poucos, e que muitas vezes não reconhecessem a grandiosidade dos manuscritos que folheavam. Mas, é preciso que se diga que o surgimento da imprensa em Florença encorajava novos esforços e possibilidades para os jovens escritores como Maquiavel: “Em Florença, a imprensa nasce na época em que Niccolò vê pela primeira vez a luz do dia. Mesmo quando rapaz, ao começar a escrever, já pensa na edição de suas obras. Tem sucesso inicial com o poema intitulado a *Primeira decenal*. O *Príncipe* e os *Discursos* não são publicados em vida, embora circulem cópias manuscritas. As referências cruzadas nas duas obras indicam que Niccolò acredita que ambas estão sendo lidas e que circulam em manuscrito ou impressas ainda durante algum tempo. O texto integral de *Mandrágora* é concluído, encenado e impresso no prazo de um ano. A primeira edição, simples, é publicada por um pequeno e desconhecido tipógrafo florentino. Poucos anos depois, a *Arte da Guerra* é impressa na edição cuidadosa dos herdeiros de Filippo Giunta, numa transação que foi promovida pelos jovens patrícios dos Orti. Nosso teatrólogo e especialista militar pode ser otimista em relação ao historiador: as *Histórias Florentinas*, subsidiadas pela clemência de Clemente VII, não teriam problemas para ser editadas e ‘entendidas melhor e a qualquer tempo’.” (GRAZIA, 1993, p.384)

vivenciar a atmosfera da vida pública que tanto amava. Fatos como esses não são relevantes para compreender o pensamento político de Maquiavel, conforme a opção metodológica de Pocock. Para este autor, a compreensão do problema da corrupção, a partir da tese de que o fundamento moral é o aspecto mais importante que foi desenvolvido por Maquiavel em suas reflexões sobre o tema, tem seu alicerce numa concepção da natureza do homem.

O autor analisa o problema da corrupção, em Maquiavel, partindo de uma concepção desta como sendo algo natural e inevitável, para construir uma concepção de fundamento moral, única capaz de colocar amarras e retardar o processo natural da corrupção. Pocock (1975) entende que, para Maquiavel, a corrupção surge a partir de um processo de decadência moral, impossível de resistir, onde a “matéria” da república – ou seja, os cidadãos – mostra-se contrária à “forma” das ordenações políticas e instituições do governo.

Na medida em que a ordem institucional se encontra enraizada na ordem moral, e esta se encontra corrompida, a boa ordem e as boas leis são incapazes de produzir o bem comum. Pelo contrário, aprofundam a ruína do governo republicano. Pocock, nesta passagem, aponta a inevitabilidade do processo da corrupção, que uma vez que entra em marcha, não pode mais ser parada.

Los mecanismos institucionales pueden reforzarse y renovarse y están en condiciones de prevenir los síntomas de la corrupción cuando ésta realmente todavía no ha comenzado, pero una vez que la corrupción ha comenzado posiblemente resulten impotentes. [...] Lo que sucede a medida que se desarrolla la corrupción, nos dice Maquiavelo, es que la materia sufre una mutación y la razón que hace que las viejas leyes pierden su eficacia cuando esto ocurre, es que una misma forma no puede ser impuesta de la misma manera a una materia diferente, como tampoco puede ser extraída de ella. (POCOCK, 1975, p. 293)

Para Pocock (1975), o problema da corrupção, em Maquiavel, não poderia ser entendido apenas como um prolongamento da fortuna; ou seja, como o prolongamento de uma sucessão irracional de atos que ferem a norma estabelecida. Porém, a despeito desta interpretação, podemos dizer que não há passagem, nas obras de Maquiavel que foram estudadas, que relacionem a análise da corrupção ao prolongamento da fortuna. Mas, uma vez trazendo a questão de Pocock para o plano moral, em que a compreensão desse autor busca fundamentar a explicação da corrupção em Maquiavel, podemos dizer que essa corrupção se realiza como decadência moral da matéria da república. Neste sentido, o que acontece é uma transformação moral da matéria da república; os cidadãos – neste caso, enquanto matéria corrompida da república – transformam as leis dessa forma de governo, que até então eram

boas, em maléficas, incompatíveis com a matéria moralmente corrompida, na nova situação em que se encontra a república.

Analisando o capítulo 17 do livro primeiro dos *Discursos*, Pocock vai afirmar que, para Maquiavel, a única raiz da corrupção é moral; que esta não possui outra causa que não seja a imoralidade generalizada dos homens. Enquanto os homens forem moralmente bons, as leis aplicadas a eles serão boas. No momento em que os homens se tornam moralmente maus, corruptos, as ordenações e as leis deixam de ser boas.

Para Pocock, quando o autor faz ressalva à existência, na cidade, de uma acentuada desigualdade entre os homens, como uma das causas da corrupção, essa desigualdade não pode ser interpretada como uma diferença de riqueza entre eles, mas, sobretudo, como uma desigualdade moral entre os cidadãos. Estes, moralmente desiguais, constituem a matéria corrompida da república. Seguindo esse raciocínio, Pocock, em *El Momento Maquiavélico*, abordando o tema da desigualdade moral como única geradora da corrupção, legou-nos a seguinte reflexão:

Pero si lo dicho constituye una manifestación del aumento de la “desigualdad” (*inequalità*), un término que em Maquiavelo no implica ni desigualdad em la riqueza ni em la autoridad política — no hay razones para suponer que Maquiavelo tuviera objeciones contra ninguna de las dos — sino una situación em la que algunos hombres dirigen su atención a otros hombres (los *particulari* de Guicciardini) cuando debieran dirigirla al bien e a la autoridad pública. [...] La corrupción surge del ascenso de las facciones y de la aparición de ciudadanos poderosos como a sus clientes; por el momento y ateniéndose a este ejemplo, sus raíces son exclusivamente morales: un cambio a peor en las costumbres romanas. (POCOCK, 2008, p. 203)

A passagem dos *Discursos*, sobre a desigualdade geradora da corrupção, é a razão de interpretações diferentes e, por vezes, contraditórias a respeito da sua natureza; encarada como desigualdade moral, política ou mesmo econômica. Evidentemente, precisamos reconhecer que o aspecto moral é relevante, no pensamento político de Maquiavel, para pensar a corrupção, mas Pocock quer atribuir a esse aspecto o papel de maior importância, o de único gerador da corrupção e, também, o único capaz de lhe impor freios e retardar o seu processo.

No entanto, não percebemos, nos *Discursos* de Maquiavel, ou em outras obras abordadas, essa hierarquia valorativa como o aspecto fundamental no autor para se pensar o problema da corrupção política. Não há esse aspecto fundamental, pelo contrário, a perspectiva que iremos desenvolver é a de que Maquiavel constrói, ao mesmo tempo, uma

leitura “realista” e outra, “moral”,⁴² no sentido valorativo a respeito do problema da corrupção política.

Podemos dizer, de antemão, que temas como o da corrupção natural inevitável, o aumento da riqueza privada, as ordenações e as leis, estão relacionados a uma concepção mais realista a respeito da corrupção em Maquiavel; enquanto os temas como a religião e a educação estão situados numa dimensão mais moral a respeito do problema. Neste sentido, nenhuma dessas esferas se sobrepõe à outra, enquanto leitura que se pretende capaz de compreender e superar o fenômeno da corrupção, apesar da maioria dos discursos do autor apontar para uma leitura realista e não moralista a respeito da geração da corrupção.

E quando apontamos a possibilidade deontológica, na perspectiva de ir além da mera compreensão dos fenômenos históricos que caracterizam a corrupção, para a superação desse mal que afeta os governos republicanos, tanto as leituras realistas, bem como as de caráter moral, são indispensáveis ao secretário para a superação de tal problema; construir os remédios adequados à doença da corrupção, como veremos melhor no próximo capítulo.

Pocock dá continuidade à sua análise da corrupção abordando a república popular dos cidadãos guerreiros, e procura desenvolver a ideia de que todos os cidadãos guerreiros necessitam de sua autonomia econômica para não se tornarem clientes de outros que são poderosos, vindo dessa forma a se corromper e corromper a república; argumento estranho que parece contradizer a perspectiva que o autor desenvolveu sobre a corrupção, em Maquiavel, de que o aumento da riqueza privada e da desigualdade entre os homens não têm importância na explicação da corrupção, pois esta é fundamentalmente de cunho moral.

Para o autor, Maquiavel não explica como a corrupção nasce nos cidadãos guerreiros de Roma Antiga. Segundo Pocock, quando se quer colocar como evidente o surgimento de uma sociologia da liberdade, que procura abranger uma concepção do papel das armas na sociedade e do viver civil, *“El concepto de corrupción tiende a reemplazar el carácter meramente aleatório de la fortuna.”* (POCOCK, 1975, p. 298). Novamente, o problema dessa afirmação de Pocock é que ela não se referencia naquilo que foi dito por Maquiavel,

⁴² Norberto Bobbio, em sua obra *O Filósofo e a Política*, discute as relações entre filosofia política e ciência política; e, a partir do conceito de filosofia empregado, as relações entre ambas as formas de conhecimento se modificam. Quando seguimos o raciocínio de Bobbio (2003), que toma como parte das relações entre ambos o seu sentido de diferenciação, podemos dizer que Maquiavel, ao tratar o tema da corrupção, posiciona-se tanto como cientista político quanto como filósofo da política. Sobre a relação entre ambas, segue Bobbio: “Observando esses diferentes tipos de relações, pode-se fazer mais uma consideração: mantendo firme o caráter não valorativo da ciência política (ou a ciência não é valorativa ou não é ciência), a maior distância entre a filosofia política e a ciência política aparece ali onde a filosofia política assume um caráter fortemente valorativo.” (BOBBIO, 2003, p.61)

pois não há, no autor, uma única passagem que afirme este ponto de vista, como mostra Bignotto.⁴³

Além do mais, a perspectiva de Pocock tem o efeito de supervalorizar, em Maquiavel, a concepção de natureza humana como fundamento para explicar tanto a geração da corrupção, como a sua superação. Mas, em Maquiavel, a concepção da natureza humana não é determinante nem para compreender a geração da corrupção e nem mesmo para fundamentar os remédios para a sua superação.

No capítulo V do livro terceiro de *História de Florença*, ao lembrar aos florentinos os malefícios provocados pelos conflitos facciosos, para que estes pudessem lhes servir de remédios para curar os conflitos que inflamavam a cidade no presente, o nosso autor vai condenar aqueles que responsabilizam a natureza humana como a responsável pela corrupção reinante na cidade; em vez de prestar atenção na ação dos tempos, pois estes é que mudaram. E a cidade, diante da mudança dos tempos, só poderia adquirir melhor fortuna construindo novas ordenações. A passagem abaixo, que será explorada no capítulo a seguir, possibilita uma reflexão de como Maquiavel encarava a natureza humana:

E, embora a corrupção nela seja grande, debelai agora essa doença que nos aflige, essa raiva que nos consome, esse veneno que nos mata; e não imputeis as antigas desordens à natureza dos homens, mas aos tempos; e, como estes mudaram, podeis esperar melhor fortuna para vossa cidade, por meio de melhores ordenações. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 168)

4.2 A CORRUPÇÃO E OS LIMITES DA AÇÃO HUMANA

Dando continuidade à reflexão sobre a relação entre a natureza humana e a corrupção, passemos ao próximo leitor do tema, em Nicolau Maquiavel – Newton Bignotto, em sua obra *Maquiavel Republicano* (1991). Apesar de não tratar especificamente da corrupção, Bignotto produziu algumas reflexões sobre o problema, que são dignas de notas. Isso porque, dos autores aqui trabalhados, este é o que dá mais atenção ao tema. O autor discute

⁴³ Bignotto (1991) critica a leitura de Pocock, que pensa a corrupção como prolongamento da fortuna, afirmando a ideia de que, na obra de Maquiavel, não há passagens que afirmem esse ponto de vista: “A corrupção tenderia, no pensamento de Maquiavel, a ocupar o lugar da ‘fortuna’ sem alterar-lhe inteiramente a significação. Podemos concordar com Pocock e dizer que para compreender a corrupção devemos partir de uma teoria da ação baseada no conceito de ‘virtù’. Mas tal ponto de partida, que tenderia a fazer da ‘fortuna’ um agente da corrupção no mundo, como pensara Políbio, não era o de Maquiavel. Ele procura mostrar, ao contrário, que a corrupção impõe limites à ação humana, que escapam a toda vontade de racionalização. Maquiavel não menciona a fortuna nos capítulos em que analisa a corrupção. Em alguns casos ele diz ser o nascimento da desigualdade o fator social que dá origem à corrupção; em outros cita a perda da ‘virtù’ militar e do sentido da dignidade da coisa pública como sendo os responsáveis. Em nenhum momento faz referência à ‘fortuna’ como sendo o agente primeiro da degeneração, preferindo apontar as desigualdades sociais como as causadoras maiores”. (BIGNOTTO, 1991, p. 204)

o problema da corrupção política, em Maquiavel, refletindo a maneira como esta impõe limites à ação dos homens na vida pública. Mas, para iniciar a sua reflexão, Bignotto (1991) faz uma leitura de como a corrupção política foi vista pelos comentadores do secretário da república florentina.

Segundo o autor, partindo do pressuposto de que toda sociedade está sujeita à corrupção, os comentadores do problema, em Maquiavel, dividiram-se em suas interpretações. Para alguns, o importante era se concentrar sobre as causas da geração da corrupção, o que deveria conduzir as reflexões em torno do estudo da natureza humana. Bignotto (1991) também não concorda com a perspectiva de explicar a corrupção, em Maquiavel, a partir da concepção da natureza humana⁴⁴, posição da qual compartilhamos. Neste sentido, ele é crítico da perspectiva desenvolvida por Pocock, que foi abordada anteriormente.

Questionando esse posicionamento, o autor afirma o ponto de vista dos intérpretes, segundo os quais, para Maquiavel, a corrupção é um dado da história, e não algo explicável pela natureza do homem, e como tal deve ser estudada; e que, partindo desse ponto de vista, é mais interessante se questionar a respeito da lógica do seu desenvolvimento histórico do que pensar as causas geradoras do problema. Bignotto (2006) concentra-se nesse ponto de vista, ao encarar o problema da corrupção a partir da dimensão histórica. Dessa forma, o autor compara as leituras de Políbio e Maquiavel a respeito da história, para afirmar as diferenças de perspectivas em ambos.

A partir da análise de uma concepção natural e inevitável da corrupção – que é comum e um dia atingirá todo e qualquer corpo político, por ser este um corpo vivo –, Bignotto (2006) vai perceber que este problema, em Maquiavel, está mais relacionado e é mais perceptível no estudo da história onde este corpo se manifesta, do que no estudo da natureza dos homens; pois é na história onde se realiza e se torna perceptível esse processo “natural e inevitável” da corrupção por que passou e passará todas as sociedades, onde a corrupção impõe limites à ação do homem, como algo insuperável.

⁴⁴ Bignotto, nesta passagem, afirma a sua leitura e ao mesmo tempo a crítica de Maquiavel à atribuição da natureza humana como algo fundamental para explicar a corrupção; ao mesmo tempo, fazendo a crítica a Mossini, que teria sido um dos autores principais ao interpretar o problema dessa maneira, afirmando a maldade natural dos homens. Segue Bignotto (1991, p.173): “como já mostramos, Maquiavel rejeita a ideia de que a maldade seja a mola principal de nossas ações, preferindo afirmar a maldade de nossas ações, preferindo enfatizar o papel de nossa natural instabilidade, manifestada em nosso desejo de mudança, em nossa sede de novidades. [...] A ‘natureza humana’ não pode, pois, ser reduzida a uma essência que, ao se manifestar, reduziria as ações humanas a uma luta sem esperanças contra a corrupção. Só podemos situá-la na origem das sociedades se levarmos em conta que a mudança é própria da política e não pode ser compreendida como movimento em direção a apenas um fim.”

Neste sentido, podemos dizer que a sua análise tem o efeito de permitir a construção de um olhar mais amplo do que a explicação da corrupção a partir de uma mera natureza humana, que restringe o foco do olhar a uma antropologia negativa do homem, como fundamento que explicaria o surgimento da corrupção. Podemos dizer que Bignotto (1991) chama atenção para o fato de ser nas particularidades da história que percebemos o desenrolar dessa naturalidade e inevitabilidade da corrupção. Seguindo esse raciocínio, afirma o autor, em *Maquiavel Republicano*:

O que emerge de suas análises é o fato inelutável da corrupção de todas as formas políticas. A corrupção é vista então como perda da virtù, num mundo que está, ele mesmo, em eterna mutação: “porque estando as coisas humanas sempre em movimento, convém que subam ou decaiam”. Este modelo, no entanto, da virtù e da corrupção só se aplica quando consideramos uma sociedade particular. É na ordem das particularidades que o fenômeno da corrupção é natural e se impõe como uma lei da natureza: na ordem do universal — no mundo como um todo —, nenhuma mudança é possível. [...] Somos levados a pensar assim que o caráter imutável do mundo significa simplesmente que o mundo sempre é dado esperar que a ação será capaz de recriar as condições necessárias para o surgimento de sociedades fortes e livres. Dado que toda república ou império, em sua particularidade, está condenada a uma existência temporal finita, a virtù poderá se desenvolver em outro povo; a decadência de uma república não é nada mais que a condição necessária para o surgimento de um novo poder. (BIGNOTTO, 1991, p. 208-209)

O que parece ser um ponto de vista meio desfocado, da análise do problema da corrupção, é que Bignotto, ao ler esse problema da naturalidade e inevitabilidade da corrupção, a partir dessa concepção histórica, e ao elaborar discursos que justificariam o seu ponto de vista, acaba concentrando a sua reflexão muito mais no estudo da história em Maquiavel do que no problema específico da corrupção. Sobre a concepção de história em Maquiavel, Bignotto procura demarcar as suas diferenças em relação tanto à concepção de história desenvolvida por Políbio, bem como à concepção de história desenvolvida na própria modernidade renascentista e humanista. Esta leitura de Bignotto acaba produzindo o efeito de perder o foco da compreensão da corrupção, em detrimento da compreensão da história.

Essa perspectiva de Bignotto toma mais corpo, na continuidade de sua reflexão, quando passa a analisar a *História de Florença*. Nesta, o autor privilegia mais o estudo da maneira como a história se apresenta, em Maquiavel, do que suas relações possíveis com o problema da corrupção. O curioso é que Bignotto afirma que o estudo da obra em questão deveria partir não da dimensão da liberdade, e sim, da corrupção.

Distanciando-se das idéias dos humanistas, Maquiavel revelava a dimensão sombria das sociedades corrompidas. A verdadeira oposição teórica, que podia ajudar na compreensão da realidade de seu tempo, era entre as sociedades livres e as sociedades corrompidas. A Florença que emerge de suas análises é uma sociedade corrompida, dominadas pelas lutas internas, e não a pátria do humanismo triunfante. Para escrever a história da cidade corrompida, dominada pelas lutas internas, e não a pátria de um humanismo triunfante; para escrever a história da cidade, era preciso partir da idéia de corrupção, não da de liberdade. (BIGNOTTO, 1991 p. 191)

Entretanto, a despeito da indicação do estudo da obra partindo da ideia da corrupção, ao comentar a obra, o que emerge diante dos olhos dos leitores é uma reflexão sobre a história em Maquiavel, e não, sobre a corrupção. Assim, afirma Bignotto, em *Maquiavel Republicano*.

A despeito do fato desse autor privilegiar o estudo da história, em detrimento do estudo da corrupção, podemos mesmo dizer que Bignotto (1991) percebeu o problema da corrupção numa dimensão até mais ampla do que outros comentadores de Maquiavel. Este faz ressalvas, também, ao papel da religião na compreensão do problema. Mas, a temática da religião, relacionada ao estudo da corrupção, que aparece de maneira sugestiva nos escritos de Maquiavel, foi pouco explorada por esse autor, que por sua vez não era desconhecedor do problema.

Veremos, no próximo capítulo, que a religião tem uma importância fundamental para o desenvolvimento da perspectiva de Maquiavel sobre o tema em estudo. Contudo, mesmo com a brevidade da reflexão de Bignotto a respeito da relação entre religião e corrupção, essa breve passagem da obra *Maquiavel Republicano* dá a dimensão da importância da religião para pensar o problema. Segue Bignotto:

Seu exemplo permite-nos concluir que a religião só é uma força ativa na vida de uma cidade quando seus habitantes ainda não se corromperam, quando as instituições são ainda suficientemente saudáveis para preservar a energia do primeiro momento. (BIGNOTTO, 1991, p.198)

Bignotto (1991) concentra-se, sobretudo, nos limites que a corrupção, enquanto fenômeno histórico, impõe à ação dos homens; e, assim, a sua leitura produz também o efeito de supervalorizar a inevitabilidade do processo de corrupção dos homens e, conseqüentemente, dos regimes políticos republicanos. É verdade que Maquiavel possui uma consciência aguda dessa inevitabilidade histórica, e que um dia todas as sociedades tendem naturalmente a se corromper; e, neste sentido, podemos dizer que Bignotto está com

a razão. A partir da análise da corrupção na história, podemos perceber os limites que esta impõe à ação dos homens, apresentando-se como algo inevitável e natural, mas que se realiza na história e não, na natureza do homem.

Essa passagem da obra *Maquiavel republicano* esclarece esse ponto de vista de Bignotto (1991), sobre o problema da inevitabilidade da corrupção, em que o autor reclama, em Maquiavel, a incapacidade deste de construir uma regra universal para combater a corrupção, quando, na verdade, o problema do combate à corrupção, no pensamento de Maquiavel, só pode ser atingido com um conjunto de medidas que vão da dimensão material e realista para o plano moral dos homens. Plano moral este que não se limita e nem se fundamenta numa concepção da natureza do homem, mas que está diretamente ligada à religião e à educação dos homens. Segue Bignotto em sua reflexão:

Incapaz de enunciar uma regra universal para o combate à corrupção nas repúblicas, nosso autor contenta-se em confessar seu próprio fracasso na tentativa de compreender os limites do esforço humano de criação contínua de liberdade. Deixando de lado as fórmulas polibianas, que reconfortam o leitor afirmando a existência de ciclos históricos bem determinados, Maquiavel confronta-nos com a indeterminação da ação humana e com nossa incapacidade de reduzi-la a um modelo inteiramente racional. Sendo um elemento constitutivo de todos os regimes, a corrupção é um limite impossível de ser transposto pelos atores políticos. (BIGNOTTO, 1991, p. 204)

A despeito da coerência do ponto de vista de Bignotto (1991), devemos fazer a seguinte ressalva: o seu ponto de vista não pode ser lido de forma extremada, no sentido de perceber apenas essa condição natural e inevitável da corrupção existente em Maquiavel. Se olharmos a corrupção, em Maquiavel, apenas por esse ângulo, corremos o risco de empobrecer a concepção desse autor sobre o problema, minimizando o peso que este possuiu em sua própria existência de vida⁴⁵. Isto porque Maquiavel se mostra, muitas vezes, preocupado em remediar, em colocar amarras e retardar esse processo de doença que pode arruinar a vida republicana.

⁴⁵ As ideias políticas não deveriam jamais ser estudadas levando em consideração apenas as ideias que foram produzidas por seus autores, como se tais ideias fossem desencarnadas da própria história de onde emergem. A existência vivida do autor possui uma relação direta com os seus escritos. No estudo da corrupção não pode ser ignorado o fato de que Maquiavel, depois da queda da república, em 1512, que foi sucedida pela prisão e pela tortura sofrida pelo secretário da república florentina, abriu-se uma devassa contra Maquiavel, mas não foi encontrado um único indício de corrupção; algo louvável para alguém que, constantemente, mexia com grandes somas de dinheiro no posto que ocupava, de embaixador da república florentina. Maquiavel sobreviveu à prisão e a história ganhou o escritor político quando Florença perdeu o político.

E se perdemos essa dimensão da busca constante do autor pelos remédios adequados ao combate da corrupção, perdemos algo de fundamental do pensamento e da atuação política de Maquiavel; pois, quando esteve na cena pública, buscou a todo instante a transformação da sua realidade e da pátria em algo melhor, em um mundo melhorado. A imagem de Maquiavel, como cidadão combativo e amante dos assuntos políticos da península, não pode ser suprimida, pois afirmar o seu engajamento político é algo condizente com aquilo que foi a vida do secretário da república florentina.

Sabemos que a crença na inevitabilidade da corrupção jamais imobilizou o autor na sua atividade política. O final da sua vida é um exemplo disso, quando vislumbrou a ruína certa da Itália, ao lado do amigo Guicciardini, diante do avanço das potências imperialistas. Foi um momento em que o autor jamais se entregou às situações adversas da península; pelo contrário, lutou com todo vigor e intensidade que lhe restavam para tentar construir uma sorte diferente para a Península Itálica.⁴⁶

Refletindo, ainda, os limites da leitura de Bignotto sobre o problema da reflexão política sobre a corrupção, em Maquiavel, fica bastante claro que, se não podemos aceitar, como Pocock, que a única causa geradora da corrupção política seja reduzida à explicação moral da natureza dos homens; por outro lado, não podemos ignorar a perspectiva de que há, em Maquiavel, toda uma preocupação em compreender como a corrupção política é gerada, ainda que essa geração não seja atribuída à natureza humana.

Todavia, é necessário esclarecer que a crítica de Bignotto à explicação da geração da corrupção, em Maquiavel, é direcionada para as concepções que explicam a geração desta a partir da natureza humana, que é algo diferente da ideia de uma corrupção natural e inevitável que se realiza na história. Essa leitura de Bignotto é condizente com o ponto de vista do próprio Maquiavel, como já foi visto. Contudo, Bignotto restringiu o foco de sua reflexão sobre a corrupção, em Maquiavel, dando importância somente à dimensão natural e inevitável da corrupção; esquecendo a sua relação com a riqueza privada e com outros temas que têm relevância direta para a compreensão do problema. Entretanto, mostraremos, no

⁴⁶ Viroli, no *Sorriso de Nicolau*, coloca um pouco da imagem de Maquiavel, daqueles seus últimos meses de vida entregues ao amor à pátria, ao maior de todos os amores. Segue Viroli, mostrando como, diferentemente da maioria dos homens, que no final da vida se recolhem e buscam o isolamento, Maquiavel viveu esse período com intensidade e em benefício da causa comum: “Em parte por ter sido arrastado pelos eventos, em parte porque aquela era sua natureza, Nicolau viveu os últimos meses de sua vida imerso na política e na guerra. Incitou príncipes e capitães de exército para que tomassem as decisões necessárias para salvar a Itália da vergonha extrema. Cavalgou, visitou tropas, preparou alojamentos, inspecionou e visitou fortificações; improvisadamente, por que não era treinado para isso, atuou como instrutor de tropas. Suplicava que um *condottiero* erguesse sua bandeira e guiasse a redenção contra os bárbaros. Demonstrou uma ternura especial por *monna Marietta*, pelos filhos e pelas criaturas frágeis e indefesas; mas tudo isso era feito enquanto se aplicava, com todas as suas forças, aos grandes assuntos do estado.” (VIROLI, 2002, p. 269)

próximo capítulo, que se Maquiavel nega a importância da natureza humana para explicar a geração da corrupção, por outro lado, o nosso autor reflete esse problema por outra via, que será apontada adiante – que é do aumento da riqueza privada que está relacionado o surgimento dos poderosos em uma república.

Além do mais, é necessário lembrar que nem Pocock nem Bignotto se propuseram a falar centralmente do problema da corrupção. Ambos estavam a falar de outras temáticas e acabaram também abordando o problema da corrupção; o que não permitiu que ambos os pensadores refletissem com mais propriedade o tema, mas não impediu a ambos de colocarem questões significativas sobre o problema, as quais permitiram o caminhar para o avanço da tese que segue. Portanto, para Bignotto, a corrupção natural e inevitável deve ser analisada na história, mas no sentido em que ela impõe limites à ação dos homens.

Partindo de outra perspectiva sobre a temática, procuramos mostrar, no próximo capítulo, que tanto o plano moral como o plano material da riqueza privada têm contribuições profundas no pensamento do secretário da república florentina sobre o problema da geração e do combate à corrupção; concepções realistas e de caráter moral que aparecem constantemente no pensamento político do autor.

4.3 CORRUPÇÃO E HERANÇA CLÁSSICA

Passemos, agora, a comentar a reflexão de Skinner em *As fundações do pensamento político moderno* (1996), a respeito do problema da corrupção em Nicolau Maquiavel. Skinner constrói a sua reflexão sobre o problema da corrupção para compreender como esta temática representa uma ameaça permanente à liberdade política dos cidadãos nos governos republicanos. Partindo dessa perspectiva, antes mesmo de refletir a contribuição de Maquiavel à temática, o autor procura perceber como os primeiros defensores da liberdade republicana, na Península Itálica, trataram do problema; e como Maquiavel, herdeiro de tais autores, dialoga com esta tradição, ao pensar o tema da corrupção.

Para o autor, os retóricos e os escolásticos, a partir do século XIII, quando afirmaram suas perspectivas políticas sobre a liberdade republicana, e sobre a maneira como esta era ameaçada, produziram, também, as suas reflexões sobre a corrupção. Neste sentido, podemos dizer que muitos dos seus temas serão retomados ao longo do tempo, sobretudo na época de Maquiavel e Guicciardini; tanto por estes como por outros autores do período. Entretanto, esta retomada, como afirma Skinner (1996), será desenvolvida de uma forma muito mais aguda do que foi pensado anteriormente.

Para Skinner (1996), a perda da liberdade política de algumas repúblicas da Península Itálica, no século XIII, diante do avanço das tiranias, permitiu a muitas das cidades que preservaram governos republicanos, a construção de uma reflexão sobre as causas geradoras e a maneira de se remediar a corrupção; o que significou pensar a perda da liberdade, com o propósito de remediar a ação dos tempos, evitando, dessa maneira, o florescimento das tiranias e dos déspotas. Em tais reflexões, retóricos e escolásticos pensaram de forma diferente o problema da corrupção.

Os retóricos⁴⁷, herdeiros diretos de Cícero e da tradição republicana de Roma, afirmavam que as disputas facciosas⁴⁸ eram o maior dos males que corrompiam a cidade, e desenvolveram a tese de que o aumento da riqueza privada estava diretamente relacionado ao aumento da corrupção em uma república, e, necessariamente, à perda da liberdade política. Os retóricos encaravam a corrupção como uma inaptidão para a vida pública, e, ao mesmo tempo, como a busca excessiva pelo aumento da riqueza privada. Com o aumento da riqueza privada, surgem os poderosos, que podem rivalizar com o poder público, seja na distribuição de privilégios e na formação dos partidários, ou mesmo na capacidade de rivalizar em armas contra o poder público da república.

Para os retóricos, a preparação para a manutenção da liberdade política e para o combate à corrupção deveria estar centrada na formação dos cidadãos virtuosos. A virtude, compreendida de maneira vaga nesses autores, como lembra Skinner, diz respeito à preparação dos homens para viver conforme a coisa pública. Isso significava negar o enriquecimento privado e se entregar à construção do bem comum. Tratava-se, sobretudo, de encontrar um ponto de unidade entre os interesses privados e os interesses dos cidadãos.

Neste sentido, os retóricos se concentravam muito mais na formação da virtude⁴⁹ dos cidadãos, que deveriam buscar a coisa pública em vez da vida privada, do que no

⁴⁷ Skinner, na obra referida, mostra como, a partir do século XII, a tradição de juristas retóricos vai surgindo em oposição aos chamados Glosadores, que defendiam a formação dos juristas apenas nos textos técnicos. Já os retóricos, além do estudo dos textos técnicos, passaram a se preocupar com a retórica clássica, e, em especial com Cícero. A partir do interesse pela poética de Cícero, não demorou muito para que estes retóricos refletissem a liberdade das cidades republicanas.

⁴⁸ Skinner, nessa passagem, aponta o diagnóstico da perda da liberdade política de algumas cidades republicanas, presentes em autores como Latini e Mussato, que vêem essa perda relacionada ao surgimento das facções e ao aumento da riqueza privada: “Esses pensadores não se contentam, porém, em meramente insistir no valor da liberdade republicana, uma vez confrontada com os despotismos que estava em franca expansão naquele tempo. Também perguntam porque os *Signori* estão conseguindo tão amplo sucesso, a tal ponto que por toda parte as contribuições tradicionais das cidades repúblicas estão sendo ameaçadas e correm o risco de se perder.[...]Uma segunda razão que esses autores propõe para a perda da liberdade cívica consiste no aumento da riqueza privada, que alguns deles chegam a considerar como a causa fundamental do facciosismo em política.” (SKINNER, 1996, p.63-64)

⁴⁹ Skinner vê nessa tradição retórica a importância da formação dos homens virtuosos em detrimento da formação das instituições. Nesse aspecto, os retóricos se preocuparam muito mais em dar conselhos aos

fortalecimento das instituições como sendo a saída adequada para o combate à corrupção. Para Skinner (1996), ao discutirem essa unidade entre os interesses do cidadão e os interesses da cidade, os humanistas italianos da Renascença construíram os alicerces, as bases para o surgimento de uma das tradições do pensamento político moderno, que se preocupou em analisar a virtude e a corrupção na vida cívica dos cidadãos. Na passagem abaixo, Skinner aponta essa diferença existente entre retóricos e escolásticos para pensar a corrupção:

Podemos dizer que, na evolução da teoria política moderna, houve duas principais linhas de abordagem desse tema. Uma delas afirma que o governo será eficiente sempre que suas instituições forem fortes, e, corrupto sempre que seu maquinário não conseguir funcionar de maneira adequada (o grande expoente dessa concepção é Hume). A outra linha entende, ao contrário, que se os homens que controlam as instituições governamentais forem corruptos, as melhores instituições possíveis não terão como moldá-los ou refreá-los, enquanto, se forem eles virtuosos, a qualidade das instituições se tornará um tópico de menor importância. Essa tradição da qual Maquiavel e Montesquieu são os maiores representantes, proclama que não é tanto o maquinário do governo, mas o próprio espírito dos governantes, do povo e das leis o que mais precisa ser defendido. E podemos dizer que os primeiros autores retóricos compartilham desse segundo ponto de vista – mais até: que foram eles que introduziram no pensamento político de começos da modernidade. (SKINNER, 1996, p. 66)

Skinner (1996) apresenta Maquiavel como o herdeiro direto dessa tradição retórica dos republicanos clássicos da península itálica e do seu diálogo com a Antiguidade Clássica Romana.

No primeiro capítulo, ao abordarmos, a partir de Marco Geuna, a existência de uma família republicana fundada pelo pensamento de Maquiavel, já discutimos a dificuldade de classificar Maquiavel numa linha de pensamento, e descartamos essa leitura que enquadra o nosso autor em uma interpretação que afirme para a herança de uma tradição bem definida de pensamento republicano.

governantes do que com a máquina institucional. Maquiavel, como herdeiro dessa tradição, teria nos legado o *Príncipe*, que Skinner o enquadra como livro de conselhos: “A outra grande preocupação desses pensadores consiste em examinar que conselhos deveriam receber os *podestà* e outros magistrados depois de devidamente eleitos e empossados. É nesse ponto que eles melhor expressam sua convicção de que o mais importante, para o bem governar, não é o maquinário institucional, mas o espírito e a perspectiva dos homens que o dirigem. [...] Dois séculos e meio depois, Maquiavel dedicou os mais célebres capítulos do *Príncipe* – aqueles que discutem ‘como um príncipe deve se comportar-se com os seus súditos’ – a um exame precisamente desses temas. Prosseguindo na trilha legada pelos pensadores que o antecederam, Maquiavel concorda que a principal questão em pauta é como o príncipe pode esperar melhor ‘conservar seu estado’ e em que medida uma atuação baseada na virtude política poderá efetivamente conduzi-lo a tal fim.” (SKINNER, 1996, p. 67-69)

Como foi dito anteriormente, seria mais adequado falar de uma teoria republicana Maquiaveliana em oposição às demais, em virtude das diferenças marcantes entre o pensamento republicano de Maquiavel e os demais pensadores republicanos do passado e do seu próprio tempo de vida. Não só a concepção de república é singular em nosso autor, como o seu horizonte de compreensão sobre a corrupção política é, também, algo diferente.

Como Skinner (1996), acreditamos que Maquiavel possui fortes relações com os retóricos; mas afirmar a proeminência das teses retóricas sobre a corrupção política, sem valorizar em Maquiavel a importância de suas reflexões sobre as instituições republicanas como algo relevante no combate à corrupção, teria o efeito de obscurecer o papel relevante que as instituições possuem, para Maquiavel, na análise e na busca pelos remédios necessários à cura da corrupção. Sem defender um grau de hierarquia que atribua uma importância em demasia a alguma esfera do pensamento de Maquiavel para pensar a corrupção, afirmamos novamente a ideia de que, em Maquiavel, a esfera realista é tão importante como complementar à esfera moral, na reflexão sobre a corrupção – tema esse, desenvolvido no próximo capítulo.

Segundo Skinner (1996), a outra tradição do pensamento que tematizou a liberdade política republicana e refletiu, também, o problema da corrupção política no contexto histórico da Península Itálica do século XIII, foi a dos **escolásticos**. Diferentemente dos retóricos, estes últimos afirmaram, a partir de uma análise da ética de Aristóteles, tomando como referência a ideia de magnanimidade, o pensamento de que o aumento da riqueza privada não tinha nada a ver com o surgimento da corrupção política; pois, para Aristóteles, a magnanimidade⁵⁰ (virtude que está associada à riqueza privada, ao ato de gastar, mas gastar conforme a reta razão) é uma das virtudes, segundo a compreensão dos escolásticos, que permitia fazer a crítica à compreensão do que os retóricos produziam, do problema da corrupção ligado ao aumento da riqueza privada.

⁵⁰ Aristóteles, no livro IV da *Ética a Nicômacos*, ao desenvolver uma reflexão sobre a liberalidade, constrói também uma compreensão sobre a magnanimidade, onde o autor procura mostrar que o gasto, ou mesmo o dispêndio de recursos feitos com magnanimidade são feitos de tal forma que não poderia se opor ou mesmo causar prejuízos a coisa pública, mas trabalhar em função do seu fomento, como lembrou os escolásticos em oposição aos retóricos. Segue Aristóteles: “Os gastos de uma pessoa magnificente são grandes e adequados; seus resultados, portanto, também deve sê-lo, pois haverá assim um grande dispêndio, condizente com seu resultado. O resultado, portanto, deve estar a altura do dispêndio, e o dispêndio deve estar a altura do resultado, ou deve até excedê-lo. [...] A magnificência é um atributo de gastos da espécie que chamamos meritório — por exemplo, os relacionados com os deuses, como oferendas votivas, templos e sacrifícios — e igualmente com qualquer das manifestações do culto religioso, e todos aqueles que são objetivo preferido da ambição associada ao espírito público, como quando as pessoas pensam que devem preparar um coro ou equipar um trirreme ou alegrar a cidade com brilhantismo.” (ARISTÓTELES, 2001, p.76)

As disputas facciosas não poderiam, dessa forma, serem atribuídas ao aumento da riqueza privada, mas, sobretudo, ao surgimento das tiranias e ao fato das instituições republicanas serem frágeis e não conseguirem barrar as disputas facciosas. Diferentemente do retóricos, os escolásticos afirmavam que somente as instituições fortes e sólidas poderiam manter a independência e o autogoverno republicano.

Neste sentido, autores como Marsílio de Pádua, em seu *Defensor da Paz* (1997), e Bartolo de Sassoferrato, fazem parte dessa tradição de pensamento aristotélico-escolástico. Sobre as diferenças de pensamento político entre ambas as tradições que pensaram o problema da corrupção política, Skinner lança o seguinte olhar:

Uma das principais preocupações desses teóricos consiste, portanto em perguntar porque o sistema de governo que eles tanto admiram se terá provado tão vulnerável em face dos déspotas. Eles praticamente nem consideram a idéia – tão proeminente nos escritos retóricos que antes examinamos – de que o aumento da riqueza privada pode ter servido de força corruptora no plano da política. Ao contrário, os escolásticos tendem a defender uma idéia que freqüentemente se considera ter se desenvolvido apenas nos inícios dos Quatrocentos – a idéia de que a riqueza privada nas palavras de Bartolo “tende a promover a virtude”, já que tende a promover a magnanimidade, que uma virtude, como concorda o próprio São Tomaz. [...] Mas, a principal diferença entre os escolásticos e os retóricos que os antecederam consiste na espécie de conselho político que uns ou outros considerem mais adequado oferecer aos governantes. Em vez disso, tendem a concentrar a atenção no maquinário de governo. Apresentam-se menos como moralistas do que como analistas políticos, voltando suas esperanças menos para a virtude dos indivíduos do que para a eficiência das instituições, como o meio mais apropriado para alcançar o bem comum e um governo pacífico. (SKINNER, 1996, p. 76-80)

Pelo que foi exposto na referência acima, a respeito das diferenças entre os retóricos e os escolásticos, parece, diferentemente de Skinner, que seria mais coerente dizer que Maquiavel, a respeito do problema da corrupção política, em vez de se vincular de forma fechada à tradição retórica, que valorizava enfaticamente a virtude dos indivíduos, desenvolve em seus escritos a mesma preocupação dos escolásticos, a respeito da eficácia das instituições para o combate à corrupção; sem rejeitar a ideia dos retóricos, de que o aumento da riqueza privada tem relevância positiva tanto no diagnóstico da compreensão sobre como a corrupção é gerada, bem como no horizonte de atuação no combate à própria corrupção dos governos republicanos, perspectiva que será desenvolvida no próximo capítulo da tese.

Não sabemos se seria possível, pelo caminho que escolhemos, nem mesmo pelo caminho traçado por Skinner, saber até que ponto Maquiavel tem consciência de beber em

ideias retóricas ou escolásticas. Nem é propósito desse trabalho desenvolver tal questão. Neste sentido, seria mais prudente dizer que muitos desses temas já haviam sido pensados antes de Maquiavel. E que este, à sua maneira, os retoma, produzindo as suas referências mais singulares ao atualizá-los.

Maquiavel não precisaria ser estudioso da escolástica para perceber a importância das instituições republicanas na preservação da liberdade política dos cidadãos e, conseqüentemente, no combate à corrupção. Nem mesmo ser estudioso dos retóricos para desenvolver a ideia de que a geração da corrupção está diretamente relacionada ao aumento da riqueza privada entre os cidadãos. Em ambas as conclusões, o autor poderia ter extraído o raciocínio da sua perspectiva, tão bem conhecida pelos seus estudiosos; para o nosso autor, a compreensão da política foi feita por um estudo profundo dos autores antigos, associado à vasta experiência da atividade política.

Contudo, é válido também lembrar que Maquiavel tinha outras possibilidades de chegar às conclusões a que também chegaram os retóricos e escolásticos por outra via, que necessariamente não elimina o seu contato com ambas as tradições do pensamento republicano.

Se Skinner tivesse explorado a importância que as instituições possuem para Maquiavel, na construção dos remédios adequados contra a corrupção, ele teria não apenas vinculado o pensamento de nosso autor como sendo herdeiro direto dos retóricos; mas também teria valorizado o seu possível vínculo com os escolásticos. Novamente, a partir de Geuna, é válido lembrar a complexidade de Maquiavel, a sua excentricidade e a dificuldade de enquadrar o seu pensamento em algum esquema de classificação. Maquiavel, por um lado, afirma a continuidade da tradição; e, por outro, aponta novidades, inovações que marcham de forma contrária à tradição.

Maquiavel conhecia muito bem os fenômenos políticos de que foi testemunha ocular, quando da sua experiência na atividade política como secretário da república florentina. Além do mais, o estudo de Maquiavel sobre o historiador Tito Lívio havia lhe permitido compreender não só o valor que o aumento da riqueza privada possui, para explicar e remediar o problema da corrupção, mas também, o valor que as instituições possuem para enfrentar essa doença; ambas as teses defendidas, respectivamente, por retóricos e escolásticos.

Skinner reconheceu o fato de que o nosso autor havia pensado o problema de uma maneira mais aguda do que os seus antecessores:

Por fim a maior parte desses pensadores retoma outra tese bem conhecida, a que atribui a perda da liberdade italiana, acima de tudo, à corrupção do povo. É Maquiavel o autor que fornece, sem sombra de dúvida, a mais rica análise desse tema. Num certo sentido tal conceito está no centro dos *Discursos* porque Maquiavel nos diz que seu principal objetivo nessa obra consiste em aconselhar “aqueles príncipes e Repúblicas que desejam conservarem-se imunes à corrupção.” [...] Como já vimos, porém, entre os primeiros humanistas não foram poucos – Leonardo Bruni em particular – os que se empenharam em assegurar que fossem devidamente considerados os interesses da comunidade como um todo não se perdendo esses em proveito dos interesses de grupo s particulares de cidadãos. Contudo, é correto dizer que os humanistas da Renascença tardia, Maquiavel em especial, revelam uma consciência mais aguda do problema, e por isso mesmo devotam à investigação de suas causas maior atenção do que seus predecessores. (SKINNER, 1996, p. 184)

Skinner (1996), quando abordou o problema da corrupção no pensamento republicano de Maquiavel, reconheceu que o autor refletiu de forma mais intensa o problema do que os seus antecessores. Chega mesmo a fazer a ressalva de que esse problema apresenta-se como um dos temas centrais dos *Discursos*. Entretanto, reconhece os capítulos 17 e 18 como sendo os capítulos centrais para estudar o problema, pois estariam desenvolvidos nestes a ideia de que a corrupção é a incapacidade das pessoas de se dedicarem ao bem comum, e a tendência em colocar os interesses privados sempre à frente dos interesses da comunidade.

Reconhecendo a importância central do problema, presente na obra republicana em questão, mas não se propondo a fazer a sua filtragem ao longo da obra, Skinner (1996) diminuiu o foco do seu olhar, e tal como outros autores a que fiz referência, acabou por perder a noção da amplitude do problema; pois, como já frisamos anteriormente, boa parte dos discursos de Maquiavel, sobre o tema em questão, encontra-se espalhado em capítulos que não tematizam diretamente o problema.

Skinner (1996) valoriza uma leitura que afirma que a corrupção, segundo Maquiavel, é gerada pelo aumento da riqueza privada. Desenvolve um olhar realista sobre o tema – vê na desigualdade de riqueza presente entre os homens de uma república, a razão para o surgimento da corrupção; justamente quando os homens poderosos, em detrimento dos homens virtuosos, ocupam as instituições republicanas propondo leis em seu benefício próprio, e não no melhoramento da comunidade. O exemplo histórico claro, em que esse processo se desenrolou, foi o final da república romana, onde os poderosos tomaram conta das instituições republicanas. Podemos dizer, também, que Skinner, ao refletir o problema da corrupção em Maquiavel, não sobrepôs a esfera realista à esfera moral, como sendo a mais importante, no autor, para a explicação da geração da corrupção, como fez Pocock.

Este último desenvolveu o raciocínio contrário, de dar prioridade ao plano moral sobre outros aspectos relevantes para pensar o tema.

Skinner (1996), tal qual Bignotto (1991), também apontou para o fato de que as relações entre a política e a religião cristã deixaram um terreno fértil ao desenvolvimento da corrupção política. Neste ponto, o autor reconhece Maquiavel como sendo inovador em relação aos seus contemporâneos; mas não explorou a relação entre a corrupção e a religião em Maquiavel; o que talvez o levasse para uma compreensão que valorizasse mais a singularidade do autor.

Já vimos, anteriormente, que Skinner (1996) minimiza a importância do secretário da república florentina e a singularidade deste naquele contexto histórico, quando o coloca como vinculado à tradição retórica de pensamento político; pois, mostraremos adiante que Maquiavel pensou a corrupção na dimensão da riqueza privada, tal qual a tradição retórica, e o valor das instituições, tal qual a tradição escolástica, aprofundando a sua reflexão em relação a ambas as tradições. Vimos, também, que a reflexão de Maquiavel sobre a corrupção poderia ter sido extraída da leitura dos antigos (como ele próprio fez referência em seus textos) e da sua vasta experiência na vida política.

Maquiavel, ao tratar especificamente do problema da relação entre religião e política, defende uma visão tão diferente dos seus contemporâneos, que a sua reflexão apresenta grande dificuldade de ser classificada entre outras correntes de pensamento. O mais interessante seria revelar a sua diferença, em vez da sua continuidade; essa parece uma perspectiva mais coerente com a amplitude do olhar do nosso autor. Skinner (1996) aponta para o fato de ser dramática, na investigação de Maquiavel, a tese de que o cristianismo tem enorme culpa na corrupção dos governos. Para o autor, essa ideia já se esboçava na convicção dos humanistas cívicos, segundo a qual se deveria repudiar o *otium*, em favor de uma leitura mais ativa dos valores humanos.

No entanto, o problema dessa leitura é que a compreensão dos humanistas cívicos, sobre o ócio e a corrupção, não foi relacionada, por Skinner, ao cristianismo, como fez o próprio Maquiavel. Os discursos de Skinner sobre o autor quase sempre minimizam a importância da singularidade do pensamento político de Maquiavel. Talvez por ter desenvolvido um estudo enfocando um longo período e vários autores ao mesmo tempo, não pôde se dedicar com mais propriedade numa compreensão mais singular do autor. Contudo, é válido dizer que o seu estudo aponta muitos caminhos de reflexão por que a presente tese percorreu, e nesse sentido lhe é devedora.

Ao fazer a crítica dos valores que a religião cristã imputou aos homens, Maquiavel não faz a crítica à religião em geral, mas especificamente ao cristianismo, que teria cultivado nos homens os valores errados. O secretário reconhece o valor da religião e a necessidade dela para a construção da manutenção da vida virtuosa. Acredita, de forma positiva, sobretudo, nos valores da antiga religião dos romanos. As passagens abaixo, retiradas da obra *As Fundações do pensamento político moderno*, são reveladoras da crítica de Maquiavel ao cristianismo. Skinner, na referida obra, afirmando o seu ponto de vista sobre a relação entre corrupção e religião cristã, em Maquiavel, aponta o seguinte ponto de vista:

Mas, na prática, a fé cristã elevou os valores errados, já que “apresentou como maior bem para o homem a humildade, a abnegação e o desdém pelas coisas desse mundo” (p. 278) O resultado desse “padrão de vida” foi tornar o mundo fraco, e oferecê-lo como “presa aos maus”(p.278). Por isso afirma sem receio que, “se alguém se perguntar como se sucedeu que os homens de outrora amassem mais a liberdade do que hoje o fazem”, teremos de responder que isso se deve “a diferença entre nossa religião e a daqueles tempos idos (p. 277). A “velha religião” glorificava as virtudes cívicas e, assim, contribuía para sustentar a liberdade política; a nossa religião “glorificou homens humildes e contemplativos”, e dessa forma contribuiu para gerar a corrupta condição em que vivemos (p. 278). (SKINNER, 1996, p.187)

Portanto, podemos dizer que a crítica de Maquiavel não é feita contra as religiões enquanto fundamento, mas, em particular, contra a religião cristã. Neste tema, Skinner (1996) finaliza a sua reflexão sobre o problema da corrupção política em nosso autor, apontando o caminho da compreensão sobre a relação entre religião cristã e corrupção, entretanto, sem desenvolver a discussão que desembocaria numa leitura que tornaria mais singular a identidade de Maquiavel naquele contexto histórico do renascimento cultural.

4.4 A CORRUPÇÃO E O PRINCIPADO CIVIL

Passemos agora à tese de doutorado de José Antônio Martins, intitulada *Os Fundamentos da República e sua Corrupção nos Discursos de Maquiavel* (2008), que trazemos para o debate porque se trata de uma das obras que compreende o problema da corrupção em Maquiavel a partir de uma ótica diferente daquelas desenvolvidas pelos autores aqui tratados. Ao interpretar o pensamento de Maquiavel sobre a corrupção, Martins percebe a desigualdade existente entre os cidadãos, que é geradora da corrupção, como sendo uma desigualdade de natureza eminentemente política. Além do mais, afirma o

principado civil como a saída adequada para uma república que se encontra corrompidíssima. Podemos dizer que esse autor se preocupa com a exposição do tema mais do que os autores que até então abordamos, mas ainda assim, percorrendo os mesmos caminhos destes, já que a sua reflexão ficou restrita aos capítulos XVI, XVII e XVIII do livro primeiro dos *Discursos*, com a novidade de lê-los associados a *O Príncipe*.

O autor busca refletir, entre outras coisas, os fundamentos necessários para livrar um regime político “corrompidíssimo” da doença da corrupção, que tomou todo o corpo de uma cidade. Essa saída do estado corrompidíssimo em que se encontra a cidade republicana se daria na manutenção de sua ordem institucional, numa condição de esta não poder voltar ao ciclo ordenado da república; a saída seria a opção da construção de um principado civil. Martins (2008) procura, com o principado civil, responder a pergunta de como poderia ordenar-se novamente uma república corrompidíssima.

Partindo de uma reflexão inspirada em Gennaro Sasso, a tese de Martins (2008) vem tratar mais especificamente do tema da corrupção em Maquiavel, levando em consideração a decadência dos regimes políticos; apontando a decadência da república para o seu movimento cíclico associado à corrupção, que inevitavelmente se desenrolará no movimento da história. Portanto, uma vez que uma república seja corrompidíssima, a única solução possível para preservar o seu ciclo político seria a construção de uma nova república ou a construção de um principado civil que garantisse a ordem institucional. Garantir essa ordem seria garantir a liberdade dos cidadãos, o que seria possível também de ser garantida na construção de um principado civil, como atesta o autor, ao interpretar o capítulo X do livro primeiro dos *Discursos*. Nesse livro, Maquiavel faz a seguinte afirmação:

E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E, realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 48)

Mais adiante, afirmaremos a tese de que, para Maquiavel, uma república corrompidíssima jamais pode retornar ao princípio do seu movimento cíclico, garantindo a saída da condição de corrupção em que se encontra por meio da ação de um príncipe virtuoso. Ao contrário, afirmamos a interpretação de que, para Maquiavel, uma república corrompidíssima necessariamente encontrará seu termo. Contudo, basta dizer que nos tempos de Rômulo a corrupção estava apenas na cabeça da república, não havia ainda se espalhado pelo restante do corpo. Nessa condição, sua virtude bastou para reordenar a

cidade. Já nos tempos de Cesar, a corrupção já havia se espalhado pelo corpo da cidade e nunca mais foi possível a Roma devolver aos cidadãos a ordem republicana, a liberdade política e o respeito às instituições da república.

Voltando à tese de Martins, o autor passa a discutir a ideia de que a garantia do *vivere libero* e do *vivere civile*, marcas características das repúblicas, estaria presente, também, nos principados civis. A partir de uma leitura de Sasso, Martins (2008) identifica os principados civis, em Maquiavel, como “civilizados”, por seu nascimento não ser fruto da violência de um usurpador, ou mesmo por não negar a naturalidade das lutas políticas como forma de preservar a liberdade por meios ordenados. Já a efetivação da corrupção, em oposição, seria o contrário⁵¹ do agir politicamente, que é próprio de um povo habituado à ação política e à disputa política que se desenvolve no campo institucional. É interessante perceber que o autor contrapõe a corrupção a esse modo de vida, e não à coisa pública (*res-publica*).

O *vivere libero* não pode ser confundido, como expõe o autor – ao comentar o capítulo XVI do livro primeiro dos *Discursos* –, com a liberdade que foi conseguida de forma acidental, mas com a liberdade consciente, fruto das disputas políticas. Essa liberdade acidental, conseguida por um fato externo, como a morte de um senhor, por exemplo, é comparada à liberdade de um animal bruto, que ao ter se tornado livre, acidentalmente, encontraria o julgo pior de um novo senhor.

Martins (2008), tendo discutido esse modo de vida livre, aponta o seu olhar, sobre Maquiavel, para uma reflexão a respeito do povo, enquanto matéria da república. A sua perspectiva foi desenvolvida a partir do capítulo XVII do livro primeiro dos *Discursos*. O autor atribui a Maquiavel uma concepção de povo enquanto substrato⁵², que uma vez

⁵¹ Na passagem a seguir, Martins (2008) aponta para o fato de a corrupção não ser marca apenas das repúblicas, mas também, de outros principados, explorando a oposição entre o *vivere civile* e a corrupção. É importante lembrar, a partir da reflexão de Skinner (1996), que retóricos e escolásticos falavam da corrupção como inaptidão para a coisa pública; Martins (2008) a opõe ao *vivere civile*. Segue o autor: “*Vivere civile* ou civilidade não é uma peculiaridade das repúblicas, já que também está presente nos principados não submetidos a regimes tirânicos, sejam eles os principados hereditários ou eclesiásticos, conforme Maquiavel os descreve no *Príncipe*. Ora, a corrupção, na medida em que é um impedimento à liberdade, não pode ser compreendida como restrição ou freio político, mas como a forma antagônica ao *vivere civile*, de modo que a efetivação da corrupção é a negação ou a destruição da possibilidade do agir político na cidade, nesse sentido a corrupção não se contrapõe a um regime particular, mas à vida política de modo geral, como negação do processo natural de luta política caracterizado pelo *vivere civile* ou o *vivere libero*. (MARTINS, 2008, p. 136)

⁵² O autor compreende o povo, em Maquiavel, como substrato, o que merece ressalvas, pelo fato de que essa compreensão força a uma leitura metafísica do povo: “Seja aqui nos *Discursos*, ou seja, no *Príncipe*, Maquiavel se refere ao povo como matéria ou como *subietto*, que é uma tradução para o toscano de *subiectum*, que por seu turno é a tradução do grego *hypokeimenon*. Tomar o povo como suporte material da cidade era uma noção que já se encontrava em Aristóteles, e foi adotada por vários pensadores como Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua e Leonardo Bruni. Para Maquiavel ocorre o mesmo. O povo é substrato sob o qual o regime se instala e depende-se da condição dessa matéria a determinação das possibilidades de mudança numa cidade.” (MARTINS, 2008, p.142)

corrompido colocaria em xeque as instituições políticas. O povo seria aquele que preservaria melhor a liberdade política, por ter um humor de quem deseja manter a sua liberdade e não, dominar a dos outros. No entanto, Martins (2008) produz uma leitura demasiadamente metafísica do povo, atribuída a um autor como Maquiavel, que quase sempre raciocina em termos de história⁵³.

Para Martins (2008), no capítulo em questão, Maquiavel volta-se para o povo como elemento fundamental e decisivo na consideração da corrupção. Os exemplos históricos que vêm à tona são o da expulsão dos reis Tarquínios de Roma e o processo histórico que deu início à construção da república romana. Estes reis foram expulsos exatamente quando a corrupção política não tinha se espalhado ainda para a matéria do corpo, mas estava apenas na cabeça. Por isso, naquela conjuntura histórica, ao ser cortada a cabeça, a república pôde organizar a sua liberdade política, dando um espaço ordenado para as disputas políticas entre os nobres e o povo; o que garantiu a liberdade política da república romana.

A partir da ideia de Maquiavel, de que uma vez a corrupção espalhada no restante do corpo, nenhuma república pode garantir a sua liberdade, o autor mostra como, num segundo momento, César pôde corromper as instituições republicanas e a vida livre da república romana, exatamente porque a matéria da república encontrava-se corrompida. Neste sentido, a república jamais pôde voltar aos canais institucionais em que os conflitos eram garantidos pelas regras do jogo. Com relação à corrupção do povo, Martins (2008) passa a comentar exatamente a passagem de Maquiavel dos *Discursos*, o qual afirma que a causa da corrupção está relacionada a uma desigualdade existente na cidade, e que, por sua vez, foi digna de interpretações diversas pelos comentadores de Maquiavel, como vimos anteriormente.

Para Pocock, trata-se de uma desigualdade que se apresenta como exclusivamente **moral**; para Skinner, uma desigualdade **econômica** que explica o controle das instituições

⁵³ É importante perceber que essa leitura metafísica do povo, enquanto substrato, inspirada em Aristóteles, deve ser relativizada para Maquiavel. O autor mostra como o povo tem naturalmente o humor de preservar a sua liberdade e não ser dominado pelos grandes. Mas isso não pode ser encarado como uma lei. O próprio Maquiavel, em *História de Florença*, mostra como o povo Florentino fugiu a essa regra, possuindo o desejo de dominar, mais do que qualquer outro povo. É sempre bom lembrar que a política, em Maquiavel e na tradição Italiana, diferentemente da grega, raciocina em termos da história do que realmente aconteceu. Segue Maquiavel, falando sobre o desejo de dominar do povo da república florentina, que marca a sua singularidade histórica, a sua diferença perante outros povos: “Em Roma, como todos sabem, depois que os reis foram expulsos, nasceu a desunião entre os nobres e a plebe, que se manteve até sua ruína; o mesmo ocorreu com Atenas e com todas as outras repúblicas que floresceram naqueles tempos. Mas, em Florença, primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas, e de tais divisões tiveram origens tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias, como nunca ocorreu em nenhuma cidade que se tenha memória. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 8)

republicanas pelos poderosos; para Sasso, fonte de inspiração de Martins, uma desigualdade muito mais **política** do que moral ou mesmo econômica. Nesse sentido, segue Martins:

A corrupção das qualidades cívicas do povo só pode ser analisada no interior do universo político. Deslocar o problema, tratando-o como uma questão autônoma no pensamento maquiaveliano, poderia dar margem a uma série de afirmações moralistas contrárias àquilo que está nos seus escritos. [...] Então, na medida em que a aristocracia se apossa do poder, a tendência é a ampliação da desigualdade política, o que pode implicar também numa concentração do poder econômico. [...] Parece que Maquiavel trabalha com o fato concreto que há uma desigualdade econômica, mas isso não deve ser um problema e nem interferir nas decisões políticas. Ou pensando por outro ângulo, em vista da desigualdade política, o problema não tem sua raiz na desigualdade econômica. A questão da desigualdade econômica não está acima do problema maior que é a desigualdade política. (MARTINS, 2008, p.143-145)

Lendo essa passagem de Martins sobre a prioridade política na explicação da desigualdade existente entre os cidadãos de uma república corrompida, parece até que este autor poderia também ter desenvolvido a ideia de que essa desigualdade, que ele afirma ser política, assim como a desigualdade social, poderia ser gerada antes de tudo pelo aumento da riqueza privada – com a aristocracia assumindo o controle político por meio do poder econômico, e não assumindo o poder econômico por meio do poder político, como sugere a interpretação desse autor sobre Maquiavel.

Martins, seguindo os passos de Sasso, optou por priorizar a política, na explicação da desigualdade existente entre os cidadãos de uma república corrompida. Na tese que desenvolvemos, pensamos a natureza da desigualdade, apontada por Maquiavel, como aquela que é gerada pelo aumento da riqueza privada por parte de alguns cidadãos que, por sua vez, tornaram-se poderosos o suficiente e podem, por meio desse poder, controlar as instituições conforme o seu interesse⁵⁴. O aumento da riqueza privada, como elemento que favorece a

⁵⁴ Mais adiante, ao discutir a ocupação das instituições republicanas pelos poderosos, Martins produziu uma leitura favorável à ideia de que o aumento da riqueza privada poderia influenciar diretamente no controle das mesmas, criando o terreno propício para a corrupção se difundir, como aconteceu no final da república romana. Esta perspectiva minimiza a força com que o autor defendeu a desigualdade como algo fundamentalmente político. Certamente, a filtragem dos discursos do autor, ao longo da obra, teria aberto a possibilidade de outra leitura, como já se configura apontada em seus escritos, ao comentar Maquiavel e o peso que a riqueza privada adquire em sua reflexão sobre a corrupção: “Retornando ao texto, perdido tal critério de escolha em função da virtù, e vigorando o poder (principalmente o poder econômico) nas escolhas, decorre que o critério principal passa a ser a capacidade dos postulantes de dispensar favores e benesses, tendo como resultado que apenas os ricos e os poderosos alcançassem os cargos da magistratura. Sendo a magistratura uma das instituições mais importantes do estado e seus integrantes os principais propositores de leis, estas não visavam mais ao bem coletivo, mas os interesses particulares, restringindo ou impedindo a inobservância das leis que garantiam o direito de todos. (MARTINS, 2008, p.155)

corrupção, foi uma tese bem difundida pelos retóricos, como mostrou Skinner, em seu comentário sobre a corrupção.

No próximo capítulo, mostraremos que a opção de Maquiavel pelo aumento da riqueza privada, para explicar a desigualdade existente entre os cidadãos, poderia ter sido construída tanto na sua relação com a tradição retórica como no seu estudo das coisas antigas, associadas à sua vasta experiência política. Procuramos reafirmar essa ideia, explorando exatamente as passagens de Maquiavel, espalhas ao longo dos *Discursos* e *História de Florença*, que não foram focadas pelos comentadores do problema da corrupção, no autor. Estes se ocuparam, sobretudo, com os capítulos situados no livro primeiro dos *Discursos*, onde Maquiavel havia escrito com um estudo profundo das coisas passadas e com uma observação apurada da sua vasta experiência política enquanto secretário da república florentina. É o caso da imagem construída por Maquiavel a respeito de Cosimo de Médici, que pôde construir uma considerável reputação por meio privado e não, público. E dessa maneira se tornar um exemplo pernicioso para a vida daquela república.

Uma vez refletida a condição do povo, enquanto matéria da república que, a partir da superação de uma situação de corrupção, pode determinar os rumos da mudança do regime político, Martins passa a refletir a corrupção relacionada às ordenações da república e à construção das leis expostas nos capítulos XVII e XVIII do livro I dos *Discursos*. Nesse, o autor expõe a ideia, bem trabalhada por Maquiavel, de que uma vez corrompida a república, com a apropriação das instituições pelos poderosos, não adianta apenas construir novas leis para combater a corrupção. É necessário, todavia, que sejam criadas novas ordenações para fundamentar e garantir o funcionamento adequado das novas leis que foram criadas com o propósito de combater a corrupção. Como as ordenações tendem a permanecer estáticas, sem acompanhar as mudanças ocorridas nas leis, essa é uma tarefa difícil de ser colocada em prática.

Uma vez tendo exposta a sua reflexão sobre a corrupção, em Maquiavel – compreendida inicialmente a partir de sua relação com os ciclos políticos por que passam ou passarão todas as repúblicas e todos os regimes políticos (uma corrupção dita natural) –, Martins seguiu o caminho da reflexão apontada pelo próprio pensador florentino, a respeito da corrupção que atinge a matéria da república. Analisando a matéria corrompida da república, Martins procurou refletir também a respeito das ordenações e, conseqüentemente, da construção das leis enquanto canal institucional por onde a corrupção pode se desenvolver.

Em seguida, Martins passa a interpretar o exemplo hipotético de que Maquiavel lança mão, para tentar explicar como é possível superar a situação de doença em que se encontra

uma república corrompidíssima. Para dificultar ainda mais a solução do problema da superação da situação em que se encontra tal governo, Maquiavel imagina uma república que não se tenha notícia, na história, de tamanho grau de corrupção em que se encontra. É curioso, nesse exemplo, ver Maquiavel abandonar os fenômenos da história política, para refletir uma situação imaginária, existente apenas no campo das ideias. A respeito dessa república corrompidíssima, Martins faz a seguinte ressalva:

Uma resposta já nos é possível constatar, pois não se pode conservar o *vivere libero* em condições de extrema corrupção, em que o povo já não mantém a civilidade, em que as leis são inadequadas e os ordenamentos não conseguem mais frear as ambições desmedidas. As condições de possibilidade para a retomada da liberdade republicana já não figuram mais no horizonte. Diante, então, dessa condição extrema, a possibilidade de retorno, de uma retomada à normalidade republicana é uma impossibilidade dentro da lógica de ação política da república, pois, com uma matéria corrompida, as leis são inadequadas e os ordenamentos políticos ineficazes e, conforme o grau de corrupção, corrompidos em suas deliberações. (MARTINS, 2008, p.157)

Martins procura, a partir dessa constatação de uma república corrompidíssima, imaginada por Maquiavel, pensar a saída dessa situação levando em consideração a ideia de que a normalidade republicana não pode ser mais alcançada, mas, em substituição a mesma, é possível construir um principado civil. Martins (2008) percebe, em sua leitura de *O Príncipe* e do capítulo X do livro I dos *Discursos*, que o principado civil seria a saída mais adequada para manter a liberdade dos cidadãos e o *vivere libero*. Este é o ponto culminante de sua reflexão. A partir de uma leitura de Sasso⁵⁵, o autor constrói uma compreensão positiva para encarar a superação da corrupção reinante na república, apontando o caminho do principado civil como saída adequada, cuja referência histórica é o cargo de ditador da antiga república romana.

Exaustivamente, Martins (2008) vai explorar, nos seus textos, essa saída política para a superação da corrupção em uma república corrompidíssima. No entanto, essa situação é imaginada por Maquiavel, e não refletida, como de costume, a partir dos fenômenos da história política. Portanto, essa situação jamais aconteceu, na medida em que as experiências históricas passadas ou desembocaram na construção de tiranias ou na dominação desse povo

⁵⁵ Aqui, Martins faz uma alusão à extensa análise feita por Sasso sobre o principado civil, como mantenedor de uma ordem próxima da republicana: “Gennaro Sasso, ao analisar a relação existente entre a república corrompida e o principado civil, apresenta uma extensa análise, que tem como alguns objetivos, entre os vários presentes no estudo, mostrar que o principado civil não é um governo de tipo tirânico, muito ao contrário, ele possui uma normalidade política impossível de ser encontrada em governos tirânicos. Outra ideia é mostrar que a origem do principado civil está na república corrompida, ou seja, a instalação do principado civil é a melhor solução ou a mais indicada por Maquiavel para uma república que chega a seu grau máximo de corrupção”. (MARTINS, 2008, p.162)

corrompido e fraco, irresoluto, por uma potência mais equilibrada que, por ventura, esteja em processo de expansão territorial, como atesta o próprio Maquiavel.

Do ponto de vista teórico, o principado civil se constitui como saída adequada à preservação da vida republicana, mas, do ponto de vista histórico, ele não foi comprovado por nenhuma evidência do passado. A outra dificuldade para a instalação do principado civil em tais condições, é que este depende da virtude e da boa vontade daquele que toma o poder enquanto príncipe, para manter a normalidade da liberdade política dos cidadãos. Esperar algo desse tipo da bondade do príncipe parece ingênuo e pouco provável. Martins (2008) explora relativamente pouco essa questão da virtude do príncipe em tais condições; por outro lado, a filtragem dos *Discursos*, em capítulos de livros posteriores àqueles trabalhados por Martins (2008), comprova como Maquiavel já previa a dificuldade de construir tal projeto de combater a corrupção, numa república em tais condições.

Maquiavel trabalha com a ideia de que os homens de uma república são feitos de tal forma, de uma mesma matéria, que é improvável que numa república desse tipo venha a habitar um homem prudente e virtuoso que ponha em prática essa ação. E se isso acontecer, de um homem virtuoso crescer em uma situação dessa maneira descrita, o seu modo de agir será digno de repúdio, e não louvado pelos homens que vivem em tal lugar.

No capítulo a seguir, pretendemos caracterizar os vários temas tomados por Maquiavel na sua relação com a corrupção, e expor a amplitude do seu olhar, sem direcioná-lo para um ponto específico – seja ele, o fundamento moral que explica a origem da corrupção; a inevitabilidade da corrupção na história, impondo limites à ação dos homens; a herança retórica na reflexão da corrupção, em Maquiavel; ou mesmo, o principado civil como saída adequada para uma república corrompidíssima.

5 A CORRUPÇÃO EM MAQUIAVEL

Para desenvolvermos a reflexão sobre o tema da corrupção em Maquiavel, enfatizando o que o próprio autor discutiu sobre o mesmo, devemos, primeiramente, fazer uma ressalva: partimos da compreensão de que não existe uma definição conceitual de corrupção, em Maquiavel. O autor não se preocupou em definir a natureza da corrupção a partir da construção de um conceito que explicasse a sua essência.

Explicar a política por meio de conceitos era prática recorrente na filosofia política até o século XVI, que se perpetuou até os dias atuais. Como já foi exposto anteriormente, a filosofia política, de Platão a Kant, não necessitava do estudo dos fenômenos políticos da história para dar coerência às suas reflexões políticas. Com um sentido a-histórico e metafísico, buscando fundamento numa antropologia filosófica da natureza do homem, a filosofia política se desenvolveu, até a Idade Moderna, preservando essa mesma característica.

Maquiavel, ao contrário, estudando os fenômenos da história – seja através das obras de autores do passado, ou mesmo da sua observação enquanto testemunha ocular privilegiada dos fenômenos políticos do seu tempo –, está preocupado com as experiências históricas, com aquilo que realmente aconteceu. Neste sentido, podemos afirmar que a transitoriedade dos fenômenos do devir humano, lugar da história dos homens, é o fundamento para a compreensão do estudo da política, desenvolvido por Maquiavel. E sendo assim, dificilmente a sua reflexão se tornaria inteligível ao ponto de se enquadrar de forma coerente nas fronteiras estáticas que demarcariam a identidade de um determinado conceito.

Na medida em que o pensador em questão não se preocupou em definir o conceito de corrupção, a estratégia para levar a cabo este estudo foi, inicialmente, localizar na obra republicana do autor os lugares onde aparece a palavra corrupção. Uma vez realizada esta primeira tarefa, foi possível fazer duas constatações fundamentais que nortearam a construção dessa tese: primeiramente, ficou perceptível que o tema da corrupção, em Maquiavel, não havia sido explorado o suficiente com relação ao conjunto dos vários discursos do autor sobre a corrupção, que se encontram dispersos em suas duas grandes obras republicanas: *Os Discursos* e *História de Florença*. Essa constatação permitiu a construção de um posicionamento crítico em relação aos autores tratados no capítulo anterior. A outra constatação foi a de que era necessário, obviamente, diante da situação exposta, propor uma leitura que levasse a cabo uma compreensão dos vários discursos de Maquiavel sobre a corrupção.

A leitura que apresentamos procurou, então, juntar as várias passagens de Maquiavel sobre a corrupção, relacionando-as aos seguintes temas: corrupção natural e inevitável; corrupção e riqueza privada; corrupção e ordenações; corrupção e religião cristã; corrupção e educação; e corrupção e contatos externos. A partir desse caminho, podemos apontar para a construção de uma leitura mais abrangente do tema da corrupção, em Maquiavel.

A tese que queremos defender é a de que, em Maquiavel, a corrupção deve ser encarada como uma doença. É bem verdade que o nosso autor não define a natureza dessa doença, mas procura sempre os remédios adequados para combatê-la. Podemos dizer que, nesse autor, há tanto uma preocupação em diagnosticar a corrupção, em compreendê-la enquanto fenômeno histórico, como há o desejo de superá-la, também enquanto fenômeno histórico, no sentido de construir a vida boa, a garantia da liberdade política dos cidadãos, enquanto condição necessária de uma república bem ordenada. Essa preocupação em fazer o diagnóstico da presença da corrupção na forma republicana, e propor os remédios para a superação da mesma, é explorada na reflexão dos temas propostos ao longo deste capítulo.

Quando faz o diagnóstico da presença da corrupção nos governos republicanos, Maquiavel procura compreender o fenômeno assim como faz o cientista político, que assumindo uma posição “avalorativa”, constrói o seu discurso procurando suprimir os juízos de valor que interferem na objetividade do mesmo. Porém, quando procura os remédios para a superação do problema da corrupção, o nosso autor assume a condição do filósofo e do educador da política, procurando formar os cidadãos preparados para assumir os valores adequados à liberdade política republicana, que dependem, sobretudo, de uma forma de conduta do cidadão em conformidade com as instituições republicanas.

Portanto, podemos falar de dois planos em que se movimenta o pensamento de Maquiavel sobre a corrupção: de um lado, **o diagnóstico realista** do cientista político que reconhece a presença da corrupção como uma doença que pode levar a república ao perecimento; e do outro, **o ponto de vista moral do filósofo** que busca construir outra forma de conduta e precisa necessariamente pensar sobre os valores de bem e mal para superar a doença da corrupção. De um ponto de vista dito mais realista, o autor pode se movimentar sem emitir juízos de valor, apenas no sentido de compreender o problema; mas, na segunda perspectiva, não sairia do lugar se abandonasse tais juízos, pois somente refletindo a partir de valores, o nosso autor pode pensar a superação da corrupção.

Podemos dizer que Maquiavel tem consciência de que o combate à corrupção não será feito com eficiência se um dos dois planos for ignorado – o diagnóstico e os remédios andam juntos. Maquiavel, que é visto como aquele que separou a política e a moral, não pode ser

visto como aquele que abandonou de forma extremada a moral para compreender e resolver os problemas políticos; mas como aquele que procurou uma ética para a política⁵⁶.

Vimos que muitas imagens rígidas de Maquiavel foram elaboradas em função de *O Príncipe*, e não numa reflexão sobre o conjunto do seu pensamento e da sua atividade política. Consciente desse problema, o propósito desse capítulo foi deixar Maquiavel expor a “sua leitura” da corrupção, sem o intermédio de um intérprete ou comentador.

É válido ressaltar que o fato de deixar o autor falar sem a presença dos intérpretes não elimina as implicações do meu lugar social e da minha reflexão republicana sobre Maquiavel, quando me proponho a expor a amplitude do olhar do autor sobre o tema. Pelo contrário, o resultado da minha operação historiográfica, o discurso materializado na presente tese é revelador desse lugar social e do limite do meu próprio horizonte de compreensão. Cada lugar social permite uma operação historiográfica diferente e a construção de um olhar também diferente.

5.1 A CORRUPÇÃO NATURAL E INEVITÁVEL

Na concepção que Maquiavel desenvolve sobre a corrupção que ameaça a construção da liberdade dos governos republicanos, em sua dimensão mais ampla, pode ser enfocada, também, a corrupção como aspecto natural e inevitável que atua em todo e qualquer tipo de regime político, independentemente da sua forma. Isto porque a geração e a corrupção, ou seja, o nascimento e a morte são condições necessárias que caracterizam o devir humano.

Essa concepção de corrupção a que nos referimos acima está presente, na tradição do pensamento grego, como condição da existência do devir. Ao falar sobre este tema, no livro VII da *República*⁵⁷, Platão define o devir como aquilo que está sujeito à geração e à corrupção, e que tudo o que nasce e perece é devir. Se a transitoriedade é a marca da existência dos homens no tempo, não seria errado pensar que assim como os homens estão sujeitos à geração e à corrupção, como qualquer coisa que tenha vida, os regimes políticos, as

⁵⁶ Neste sentido, é sugestiva a proposta de Fornazieri, de que o “eixo estruturante do pensamento político de Maquiavel” não seria a oposição entre *virtù* e *fortuna*, mas entre *virtù* e corrupção (FORNAZIERI, 2006, p. 4).

⁵⁷ O devir é apontado, por Platão, no livro VII da *República* (2000), como sendo a realidade transitória da existência; em oposição ao ser, o devir encontra-se em eterno movimento. Uma realidade acessível apenas aos sentidos, caracterizada como realidade sensível, não pode ser conhecida verdadeiramente, por não preservar a identidade. É neste sentido que o devir existe sem ser, e, por isso mesmo, não podemos conhecê-lo verdadeiramente, apenas construir opiniões sobre essa realidade; realidade transitória que abarca tudo que está sujeito à geração e à corrupção, apontando um tempo de duração inevitável e intransponível para a existência de todas as coisas que nascem e perecem. Nesse sentido, podemos identificar a corrupção do devir com essa leitura de uma corrupção natural e inevitável aos corpos que fazem parte dessa realidade transitória.

formas de governos, as civilizações chegarão um dia ao seu termo; pois estes também fazem parte do devir dos homens.

A concepção de uma corrupção natural e inevitável, elaborada na Antiguidade Clássica pelos gregos, tomou corpo e se fez presente ao longo da história do pensamento ocidental. Certamente que, no tempo de Maquiavel, ela possuía vigor. A conjuntura de crise e ebulição social da Renascença europeia favorecia a crença da existência de uma humanidade envelhecida e pronta para o juízo final, como jamais foi visto em outro período histórico⁵⁸. Não cabe aqui discutirmos o peso dessa reflexão no imaginário popular ou mesmo erudito da cidade de Florença do século XVI; mas há motivos para pensar que era uma ideia bem difundida na época, principalmente, diante do contexto de esfacelamento político da Península Itálica em meio à força nascente das potências absolutistas: basta pensar nos tons milenaristas e apocalípticos da pregação do “profeta desarmado”, Girolamo Savonarola, contemporâneo de Maquiavel⁵⁹.

Podemos dizer que a corrupção, encarada como algo natural e inevitável, tende a produzir o efeito de imobilizar as ações dos homens diante da força esmagadora da natural inevitabilidade, que é anunciada no desenrolar dos eventos históricos. Apesar de Maquiavel possuir uma consciência aguda dessa condição da corrupção, ela não atingiu o cerne de sua reflexão e, sobretudo, da sua ação de combate contra a mesma. O nosso autor não se imobilizou diante dessa condição, mas procurou nos legar a sua reflexão sobre essa característica natural da corrupção, buscando também os remédios necessários para retardar ao máximo o seu desenrolar histórico já aprazado; assim como procurou, também, os remédios contra todas as condições em que a corrupção se mostra ameaçadora da liberdade política dos cidadãos numa república.

No capítulo II do livro 1º dos *Discursos*, Maquiavel, ao refletir sobre quantas formas possuem as repúblicas e de que espécie foi a república romana, deixou um rastro do seu pensamento, que aponta para a ideia de que todas as coisas humanas tem o seu termo. O nosso autor faz alusão, na passagem abaixo, aos vários ciclos por que podem passar as repúblicas, ao longo da história, até chegar o tempo de suas ruínas e, conseqüentemente, de suas

⁵⁸ Jean Delemeau, em sua obra *História do medo no Ocidente*, discute o conceito de “Renascimento Cultural”, entendendo-o como uma resposta dada pelos homens à angústia que sentiam em meio aos medos sucessivos por que passou a civilização durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna. Entre esses medos, havia a crença de que a humanidade estava envelhecida e pronta para o juízo final. Muitas foram as correntes messiânicas que seguiram essa ideia; entre elas, o grupo dos Anabatistas, que teve força na Itália renascentista. (DELEMEAU, 1989)

⁵⁹ Ver: SAVONAROLA, Jerônimo. *Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença*. Petrópolis: Vozes, 1991.

mutações. Maquiavel, na passagem abaixo, afirma a impossibilidade de uma república fraca e irresoluta viver de forma infinita os seus ciclos:

E esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela: mas, supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 17)

A história mostrou, para Maquiavel, que uma república naturalmente corrompida, ou mesmo um governo enfraquecido, muitas vezes encontrará o seu termo ao ser conquistado por outro governo mais bem ordenado, em vez de ficar num movimento cíclico infinito. Isso porque os povos, ao constituírem Estados, não conseguem viver de forma isolada, sem contato com outros povos. Por isso, historicamente, todas as repúblicas de que se tem notícia até o tempo de Maquiavel, encontraram, por alguma razão interna, a corrupção das suas instituições republicanas, anunciando o seu próprio fim; como foi o caso de Roma. Já outras, encontraram seu fim por alguma razão externa, como foi o caso de Esparta.

Por isso, esse ciclo infinito a que as repúblicas se sucederiam só poderia ser concebido no campo das suposições; pois, o que realmente aconteceu mostra que a corrupção natural e inevitável dos Estados é a marca característica do devir dos homens, ao longo da história. Portanto, se os governos e os regimes políticos são feitos pelos homens, naturalmente mais cedo ou mais tarde estes encontrarão o seu fim.

No terreno das suposições, Maquiavel abre a perspectiva do seu pensamento para refletir a ideia de que a superação mais coerente da corrupção, em uma república corrompidíssima, é a construção do principado civil. Esta é a tese desenvolvida por Martins (2008), a partir de uma referência a Genaro Sasso, que foi exposta no capítulo anterior, segundo a qual o principado civil seria a proposta que manteria a ordem da república, preparando-a para um novo ciclo.

Contudo, pelas razões históricas que Maquiavel expõe, na passagem acima citada, o enfraquecimento da república corrompida, seguida de sua servidão diante de um Estado vizinho melhor ordenado e mais poderoso, colocarão fim à possibilidade de sucessão infinita por que passariam esses governos. Essa era uma lição da história que não poderia ser ignorada.

Maquiavel possuía uma consciência aguda do problema da inevitabilidade da corrupção, que foi desenvolvida por meio da reflexão histórica e pela sua observação dos fenômenos políticos, dos quais teve o privilégio de ser testemunha ocular. Em sua *História de Florença*, o nosso autor também desenvolveu uma reflexão fascinante sobre a relação entre esse estado de corrupção e o surgimento, nas repúblicas, do que ele chama de “famílias fatais”, que nasceram para a sua ruína. O autor marca esse período por que passam os Estados, em especial os governos republicanos, com a existência dessas “famílias fatais”, em que a ruína destas coincide naturalmente com a ruína dos governos republicanos. Para Maquiavel, a cidade de Florença havia produzido essas famílias, mais do que qualquer outra cidade com pretensões republicanas de que se tenha notícia na história:

É determinado a partir de cima que, para que nas coisas humanas nada haja de perpétuo ou quieto, em todas as repúblicas há famílias fatais, que nascem para a sua ruína. Em tais famílias a nossa república abundou mais que qualquer outra, porque não foi perturbada e afligida por uma, mas por muitas, tais como antes os Buondelmonti e os Uberti, depois os Donati e os Cerchi, e agora – ó coisa vergonhosa e ridícula! – os Richi e os Albizzi a perturbam e dividem. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 168)

A partir dessa leitura, podemos entender que as características da naturalidade e inevitabilidade fazem parte do conjunto das reflexões de Maquiavel sobre o tema mais amplo da corrupção. Entretanto, a partir dessa ideia podemos elaborar uma concepção do problema, em Maquiavel, como algo inteiramente pessimista? Limitador da ação dos homens, em que não há saída para combater e frear a corrupção? Não acreditamos que essa leitura deva prevalecer, pois sempre que pensou a corrupção, o nosso autor buscou uma forma de superá-la. Na continuidade da reflexão acima, sobre essas “famílias fatais”, cuja ruína coincide com a ruína das repúblicas, o nosso autor justifica a lembrança histórica dessas famílias para buscar um remédio para o problema das facções, que se impôs como necessidade no presente florentino. Afirma o autor:

Não vos recordamos os costumes corrompidos e as nossas divisões antigas e contínuas não para vos sobressaltar, mas para lembrar-vos as suas razões e mostrar-vos que, assim como podeis lembrá-las, nós as relembramos, e para dizer-vos que o exemplo delas não vos deve fazer duvidar de que podeis frear as de hoje. (MAQUIAVEL, 2007b, p.168)

Buscando frear a corrupção natural e inevitável da República de Florença, manifestada nas várias disputas facciosas existentes entre as famílias poderosas da cidade, Maquiavel se mostrou atuante e se colocou como capaz de superar essa necessidade que arrasta os homens

para uma atuação política em função do combate à corrupção. O autor aponta que um dos remédios necessários para a continuidade e o prolongamento dos governos republicanos, ao longo do tempo, encontra-se, sobretudo, na escolha da **república mista** como a república mais adequada à preservação da liberdade política dos cidadãos. A história ensinou a Maquiavel que, com essa forma mista, a República de Esparta, a República Romana e a República de Veneza puderam gozar de instituições duradouras.

A república mista foi discutida com mais propriedade no segundo capítulo, no sentido de compreender a opção de Maquiavel por essa forma republicana; para preservar por mais tempo a duração dos governos republicanos. Então, não cabe aqui voltarmos à questão, para que o discurso não se torne repetitivo para o leitor. Contudo, essa breve passagem dos *Discursos* aponta a preferência de Maquiavel por frear a corrupção natural e inevitável dos governos republicanos. Optando por um governo misto, e condenando uma das três formas de governo republicano isoladamente, o nosso autor faz a seguinte referência:

Digo, portanto, que todos esses modos são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons como pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenaram leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; porque, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro. (MAQUIAVEL, 2007a, p.17)

Para o autor, a república mista é aquela na qual os elementos monárquico, aristocrático e popular conseguem conviver sem que nenhum prevaleça sobre o outro, produzindo ao mesmo tempo um equilíbrio e uma durabilidade maior para a república. Neste sentido, podemos mesmo dizer que a firmeza e a estabilidade da república mista residem no fato de que, neste governo, estando as três formas de governo representadas numa só, cada uma toma conta da outra, tornando a república melhor ordenada. A partir dessa reflexão de Maquiavel, podemos reafirmar a ideia de que, sempre que o nosso autor pensou alguma maneira em que a corrupção pudesse se desenvolver, ele também pensou em alguma maneira de superar essa condição de desenvolvimento da corrupção.

No capítulo I do livro III dos *Discursos*, Maquiavel apontou outra possibilidade de prolongar a vida da república, buscando retardar o desenvolvimento natural e inevitável da corrupção, refletindo a ideia de que para que uma república, ou mesmo uma seita religiosa, possa viver durante muito tempo, elas devem se encontrar preparadas para sempre **voltar aos seus princípios** originários. Na passagem abaixo, o nosso autor reforça essa ideia, já abordada

anteriormente, de que as coisas existentes no mundo têm, necessariamente, a sua duração. E entre estas coisas mistas, as repúblicas e as seitas devem se renovar e sempre buscar uma vida saudável para os seus cidadãos, inspirando-os a seguir os exemplos virtuosos de sua história, proporcionados pelos seus princípios. Assim afirma Maquiavel:

A grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida; mas as que seguem todo o curso que lhes é ordenado pelo céu geralmente são aquelas cujo corpo não se desordena, mas se mantém de modo ordenado, sem alterações, ou, se as houver, com alterações que o tornem mais saudável, e não o danifiquem. E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram. [...] Porque todos os princípios das seitas, das repúblicas e dos reinos hão de ter em si alguma bondade, pela qual retomem o prestígio e o vigor iniciais. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 305)

Maquiavel afirma que não só a república deve se renovar a partir de uma referência presente em seus princípios, mas que essa renovação é necessária à preservação da própria vida republicana; e que, não sendo realizada, fatalmente a república irá se arruinar num breve espaço de tempo. O autor aponta para o fato de que deve existir alguma bondade no princípio das seitas e das repúblicas, incluindo os principados nessa mesma condição. E que essa bondade pode permitir que as seitas e as repúblicas possam voltar ao vigor de seus princípios. Com o tempo, essa bondade pode se corromper se não se renovar; tanto no caso das repúblicas como no caso das seitas. No caso das religiões (uma evidente alusão ao cristianismo), a renovação se dá através de uma volta ao passado, às origens, aos princípios bons que fundaram essas instituições.

Maquiavel sugere que essa modificação pode ser proporcionada pelas ordenações da república, mas ao mesmo tempo aponta para a possibilidade da vida republicana vir a se renovar por meio de algum acontecimento independente, mas que sirva de inspiração para vigorar os valores republicanos. Acontecimentos estes que podem nos levar à positividade dos conflitos políticos e à valorização da liberdade política. Mais adiante, na discussão sobre a educação e a corrupção, será desenvolvida essa reflexão sobre esse papel das ordenações, ou mesmo de algum acontecimento independente destas, que possa ser relevante para a renovação da república.

Por enquanto, fiquemos com essa perspectiva de Maquiavel, de que a república mista, ordenada com a capacidade de se renovar em função de uma volta aos seus princípios

originais e originários, é aquela que encontrará os remédios adequados para retardar a corrupção natural e inevitável, para que as repúblicas possam cumprir o que lhes foi ordenado pelo “Céu”. Nesse sentido, podemos dizer que até mesmo quando o nosso autor lida com a naturalidade e inevitabilidade da corrupção, enquanto perecimento aprazado de um regime político republicano, ele se mostra combativo, em vez de se imobilizar diante dessa limitação dos homens.

Buscando, ao mesmo tempo, compreender o diagnóstico e os remédios contra a corrupção, passemos à análise que Maquiavel elabora a respeito da relação entre corrupção e o aumento da riqueza privada. Entre as várias maneiras de que a corrupção pode se manifestar, em nenhuma outra teve tanta consideração quanto esta. Com isso, não quero hierarquizar a reflexão de Maquiavel sobre o tema, mas é preciso que se diga que a relação entre o aumento da riqueza privada e a corrupção exigiu de Maquiavel mais considerações do que qualquer outra característica.

5.2 CORRUPÇÃO E RIQUEZA PRIVADA NA REPÚBLICA

Quando observamos a sequência das passagens de Maquiavel sobre o tema da corrupção, presentes nos *Discursos*, podemos dizer que é a partir do capítulo 16, do Livro I, onde o autor começa a introduzir mais diretamente o problema da corrupção. A sua reflexão se inicia sobre o fato de que um povo, acostumado a viver sobre a autoridade de um príncipe, e que, por algum motivo, torna-se livre, dificilmente conseguirá manter a sua liberdade por muito tempo. O autor compara a existência desse povo a de um animal bruto, que embora possua natureza livre e silvestre, pelo fato de ter sido criado, e mesmo educado de forma servil, se tornará presa fácil para outro povo, melhor ordenado, que porventura tenha o desejo de dominá-lo.

Além disso, a construção da sua liberdade política ainda é mais dificultada se nesse povo a matéria estiver corrompida, isto é, se a matéria da república, que é o povo, estiver corrompida; ou mesmo, se for menor a parte boa da matéria do que a parte ruim da mesma. Nessas condições, a corrupção impede a construção da liberdade política. Neste sentido, Maquiavel faz a seguinte ressalva:

Porque um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre, como abaixo se discorrerá: por isso, o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propagada, sendo ainda maior a parte boa que a podre. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 65)

Maquiavel percebe, na história de Roma Antiga, o exemplo de dois momentos históricos significativos por que passou a república romana, o que exemplifica o ponto de vista adotado acima: o momento de sua fundação, com a derrocada da monarquia, e o momento da sua decadência, com a ascensão das facções privadas que abriram o caminho para o Império. No primeiro momento histórico, a cidade recém republicana pôde construir a sua liberdade política, porque apenas a cabeça do governo estava corrompida e ruim, enquanto a corrupção não havia se alastrado para o corpo (a matéria), ou seja, o povo. Já no segundo momento, a república não teve força para garantir a manutenção de suas instituições e a conseqüente preservação da liberdade política dos cidadãos, pois a corrupção havia se espalhado por todo o corpo da república.

Roma, no momento em que expulsou o rei Tarquínio, o Soberbo, pôde construir a sua liberdade política, pois a corrupção que atingia aqueles reis, que eram a cabeça do poder, ainda não havia se espalhado para o povo ao ponto de corromper toda a matéria da república capaz de erigir a vida livre; pois, estando o povo corrompido, nem em Roma nem em lugar algum, o viver livre poderá ser construído. Neste sentido, Maquiavel afirma que as cidades onde a matéria se encontra corrompida, como é o caso de Milão e Nápoles, não podem jamais se constituírem como cidades livres, por estarem seus cidadãos inteiramente corrompidos.

Na passagem abaixo, o autor nos legou essa reflexão que elucida bem o seu ponto de vista a respeito de como, nesse primeiro momento da história da república romana, foi possível a construção da liberdade política dos cidadãos, e ao mesmo tempo nos chamou a atenção para o fato de que, uma vez corrompidos os dirigentes do poder, essa corrupção pode se alastrar e, em poucas sucessões, tornar podre toda a matéria da república que ainda se mantinha boa:

O povo romano, como ainda não estava corrompido quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Bruto e extinto os Tarquínios, pôde conservá-la com todos aqueles modos e ordenações sobre os quais de outra vez discorremos. [...] Julgo que era necessário que ou os reis desaparecessem em Roma, ou Roma em curtíssimo tempo se tornaria fraca e de nenhum valor; porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado àqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a espalhar-se pelos membros, uma vez que estes também tivessem, teria sido impossível reformá-la. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 68-69)

Já num segundo momento histórico da república romana, o da sua decadência, em que a liberdade política estava ameaçada, não foi nunca mais possível retornar à vida livre daquela

cidade; isto porque a corrupção havia se espalhado sobre a matéria da república. Nesse momento, portanto, a incapacidade para viver conforme a coisa pública não mais estava concentrada nos governantes, mas havia se espalhado de tal forma sobre o povo, que foi impossível retomar o viver livre.

Para Maquiavel, nesse segundo momento que marcou a transição da República para o Império, as facções de Mário haviam inculcado a corrupção no povo, de tal maneira, que César, que as controlava, pôde cegar o povo, subjugando-os sem que percebessem. A partir dessa perspectiva, podemos nos questionar de que forma tais facções teriam corrompido o povo romano. Maquiavel nos leva a crer que tais facções teriam tornado-se poderosas na distribuição de privilégios, e por meio destes, adquiriram reputação e puderam ocupar as instituições e corromper os cidadãos da república. Mostraremos, adiante, exemplos desse processo.

Por enquanto, ficaremos com a ideia de Maquiavel, de que a corrupção da matéria da república aconteceu porque havia uma desigualdade existente na cidade, que Pocock interpretou como desigualdade moral, e Sasso e Martins encararam como desigualdade política. A tese que nos parece mais convincente ou adequada é a de Skinner, que afirma ser essa desigualdade de natureza econômica; mas procuramos fundamentar essa ideia de forma diferente, explorando discursos de Maquiavel que não o vinculam necessariamente à tradição retórica. Estes discursos nos levam à compreensão de que a reflexão política do autor brota do conhecimento da história dos povos antigos e da observação originada da experiência dos tempos modernos. Podemos dizer que, quando trata da desigualdade, Maquiavel está fazendo referência a uma desigualdade de riqueza reinante entre os cidadãos de uma república, e essa compreensão pode ser extraída tanto do estudo do passado quanto da observação do presente.

Na passagem abaixo, dos *Discursos*, o autor faz ressalva a essa desigualdade como uma falta de aptidão dos cidadãos para a vida livre, e afirma que se alguém, porventura, deseja acabar com essa condição propícia ao desenvolvimento da corrupção, terá que se utilizar de meios extraordinários; meios que o autor não diz diretamente quais são, mas que deixa pensar que se trata da utilização da força por meio do uso das armas. Afirma o autor:

Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provêm de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos [*grandissimi straordinari*], o que poucos sabem e querem fazer; acerca disso falaremos com mais particularidade em outro lugar. (MAQUIAVEL, 2007a, p.72)

Para o nosso autor, esse segundo momento da história romana, que corresponde ao término da vida republicana, coincide justamente com o surgimento dos poderosos em Roma. Segundo Maquiavel, no primeiro momento da história da república romana, as instituições eram boas e bem ordenadas, pois não havia grandes desigualdades entre os cidadãos na cidade, e a escolha para a ocupação dos principais postos da cidade, pelos cidadãos, era baseada na virtude destes. Só pleiteavam os cargos os cidadãos virtuosos dignos deles; os que não eram dignos temiam a rejeição ignominiosa e, por isso, não pleiteavam os cargos. Quando os poderosos passaram a abundar a república romana, as ordenações, que até então eram boas, passaram a ser perniciosas; pois estes, e não os virtuosos, passaram a pleiteá-las.

As ordenações, que raramente se modificam com o tempo, como acontece com as leis, não estavam preparadas para coibir a ação dos poderosos. Neste sentido, nenhuma lei que procurasse combater a corrupção poderia lograr êxito sem uma mudança, também, nas ordenações que fundamentam a criação de tais leis (retornaremos a esse tema mais adiante). Para o nosso autor, a prova máxima de que as ordenações romanas se tornaram perniciosas pode ser percebida nesses dois pontos principais:

A prova de que, tais ordenações, na cidade corrompida, já não eram boas está em dois pontos principais, que são a criação dos magistrados e das leis. O povo romano só concedia o consulado e os outros cargos superiores da cidade a quem os pleiteava. Essa ordenação, no princípio foi boa, porque só pleiteavam tais cargos os cidadãos que se tornaram dignos deles, e sendo ignominiosa a rejeição, para serem considerados dignos todos obravam bem. Depois, no entanto na cidade corrompida, esse modo tornou-se perniciosíssimo; porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais **virtù**, e sim pelos que tinham mais **poder**, e os não poderosos, ainda que virtuosos, abstinham-se de pleiteá-las, por medo. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 74)

Para o nosso autor, o surgimento dos poderosos se deu no momento em que os romanos passaram a se sentir seguros em relação aos seus inimigos externos, quando dominaram a Ásia e a África e impuseram o seu imperialismo por quase toda a Grécia, enriquecendo Roma com o domínio dos povos conquistados. Nesse período, os cidadãos romanos passaram a considerar a popularidade, em vez da *virtù*, como critério para a escolha do governo dos principais postos da cidade. Da popularidade, marcharam mais ainda à decadência das instituições republicanas, na substituição destes populares pelos poderosos. E quando isso aconteceu, os considerados bons ficaram excluídos da ocupação das instituições republicanas, muitas vezes por medo.

Uma vez que os cidadãos tornaram-se maus e poderosos, as ordenações se tornaram péssimas, porque facilitavam o controle destes sobre as instituições e a construção das leis. E estas eram feitas, a partir de então, não a favor da liberdade comum dos cidadãos, mas sobretudo, para o engrandecimento de seus próprios poderes e interesses.

Dessa forma, para que Roma pudesse ter garantida a preservação da liberdade política dos cidadãos, era preciso modificar as suas ordenações, as quais, feitas em um período em que os cidadãos eram virtuosos e não havia desigualdade entre eles, passaram a ser ruins quando os homens se tornaram maus e corruptos. Em Maquiavel, existem várias reflexões que relacionam o surgimento das desigualdades existente entre os homens com o aumento da popularidade dos poderosos numa república, associado ao aumento da sua riqueza privada.

Essa reflexão é inicialmente desenvolvida quando o autor interpreta de forma negativa a lei agrária retomada pelos Gracos, e que foi carregada pelos tumultos e confusões sempre que retomada em alguma época na história da cidade republicana. No momento em que a república se encontrava com a sua matéria corrompida, o resultado da retomada da lei agrária por parte dos Gracos foi a perda da liberdade política republicana. Esta lei limitava e forçava a divisão do patrimônio da nobreza, além de fechar as portas do enriquecimento dessa mesma nobreza, ao propor o acesso às terras conquistadas pela guerra apenas à plebe.

Neste sentido é que Maquiavel associa o aumento da riqueza privada à corrupção; ao mesmo tempo afirmando a ideia de que, numa república bem ordenada, deve ser rico o público, em meio à pobreza generalizada dos cidadãos. Segue o autor:

Tudo isso eu disse porque a plebe romana não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos tribunos, desejo ao qual foi forçada por necessidade; pois ela, tão logo obteve isso, começou a lutar por ambição e a querer dividir cargos e patrimônio com a nobreza como coisa mais valiosa entre os homens. Daí surgiu a doença que gerou o conflito da lei agrária, que acabou por ser a causa da destruição da república. E, como **as repúblicas bem ordenadas devem manter rico o público e pobre os seus cidadãos**, forçoso é que na cidade de Roma houvesse algum defeito nessa lei. [...] Assim, visto que os magistrados públicos não podiam remediar a situação, e como nenhuma das facções depositavam esperança neles, recorreu-se aos remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir uma cabeça que o defendesse. [...] Tais humores foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu; porque, como César assumisse o comando do partido de Mário, e Pompeu, o do partido de Sila, quando ambos entraram em luta a vitória coube a César, e ele foi o primeiro tirano de Roma; de tal modo que nunca mais a cidade foi livre. (MAQUIAVEL, 2007a, p.113 -115. **Grifos nossos**)

A Lei Agrária, ao invés de produzir o equilíbrio entre os humores discordantes na cidade, acabou por inflamá-los e transformá-los em disputas facciosas. Essa lei diminuía a riqueza dos nobres, e, além disso, impedia a estes de participar dos despojos de guerra. Ao mesmo tempo favorecia a ambição do povo e sua busca incessante pela riqueza privada; modo de vida contrário à coisa pública. A Lei Agrária retomada pelos Tribunos da Plebe, portanto, diminuía a riqueza dos poucos e propunham ao mesmo tempo, o enriquecimento do povo e o crescimento de sua ambição. Já o fortalecimento do público em meio à manutenção da pobreza dos cidadãos deveria ser um remédio adequado para reprimir os anseios por ganhos privados, por parte de uma matéria republicana que se encontrava moralmente corrompida, condição do povo romano naquela etapa histórica de Roma Antiga.

Parece adequado pensar que a manutenção do equilíbrio da república mista depende da existência de poucos ricos numa cidade, e que a sua riqueza não possa ser suficiente para rivalizar com o poder público, associado à manutenção da pobreza dos cidadãos em meio à riqueza do público. Nestas condições, a república pode manter o seu equilíbrio. Neste sentido podemos entender a crítica de Maquiavel à lei agrária, porque ela diminuía a riqueza de poucos (os nobres) e lhes aprazava a existência; e ao mesmo tempo, não fortalecia o público e incentivava a ganância do povo.

A saída para o impasse da lei agrária foi resolvida pelas disputas facciosas e privadas, o que acabou resultando no enfraquecimento e decadência da república. Mais adiante, no capítulo 16 do livro III dos *Discursos*, Maquiavel reflete a respeito do fato de que a verdadeira *virtù* dos cidadãos, numa república, deve ser procurada nos tempos difíceis – pois nos tempos fáceis, aqueles que adquirem popularidade, por meio das riquezas e da parentela, são os privilegiados e procurados para ocupar as instituições. Com essa perspectiva, o nosso autor relaciona, novamente, a corrupção ao aumento da riqueza privada e reafirma a tese de que a preservação da pobreza dos cidadãos, em oposição à riqueza do público, é um dos remédios à manutenção da vida livre. O autor procura nos lembrar de que os tempos fáceis tendem a deixar os cidadãos virtuosos indignados, por verem homens indignos, que não possuem sua mesma capacidade e virtude, ocuparem cargos iguais ou superiores aos seus. Segue o autor, refletindo sobre tais remédios para curar a doença da corrupção:

E, refletindo nos possíveis remédios para tanto, chego a dois, um é manter os cidadãos pobres, para que, com riquezas sem *virtù*, eles não se possam corromper, nem aos outros; o outro é ordenar-se de tal modo para a guerra que seja possível entrar em guerra e sempre se tenha necessidade de cidadãos bem reputados, como fizeram os romanos em seus primeiros tempos. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 375)

A tese da república bem ordenada, que é aquela que produz a manutenção da pobreza dos cidadãos em meio à riqueza do público, é retomada por Maquiavel, quando este fez referência ao exemplo histórico da pobreza de Cincinnato e de todos os cidadãos romanos de seu tempo de vida; vendo, nesta mesma pobreza, uma condição necessária e indispensável à construção da vida livre e feliz daquele período da república romana. Homens como Cincinnato eram comuns naquela etapa histórica⁶⁰, em que a matéria da república romana ainda não se encontrava corrompida.

É certo que nenhuma ordenação sustentava essa condição para produzir tal efeito. Entretanto, pela condição da pobreza, a nenhum cidadão foi barrado o caminho das honras ou de algum posto importante nas instituições romanas. Maquiavel chamava a atenção para o fato de Cincinnato ser escolhido pelo Senado para se tornar ditador de Roma, no momento em que a cidade estava em guerra; e, ainda, para o fato de que, no momento em que foi convocado, este se encontrava arando a sua pequena propriedade, que não media mais do que quatro jeiras de terra, o que aponta para o fato de um homem honrado e cheio de *virtù*, como Cincinnato, não precisar mais do que uma propriedade pequena para se alimentar. A partir desse exemplo, em que um cidadão pobre, porém virtuoso, é chamado para ocupar temporariamente o governo da república, num momento de crise, Maquiavel constrói a seguinte leitura, a respeito da *virtù* proporcionada pela igualdade reinante naqueles tempos da república romana:

Donde se vêem duas coisas notáveis: uma é a pobreza e o contentamento que nela encontravam, visto que da guerra aqueles cidadãos se satisfaziam em extrair a honra, deixando seus proveitos [*utile*] ao público. Porque se pensasse em enriquecer-se com a guerra, pouco se importariam se seus campos estavam sendo estragados. [...] Tal pobreza durou ainda até os

⁶⁰ Para Maquiavel, no livro I de sua *Arte da Guerra*, o divisor de águas entre o momento histórico em que a matéria da república romana se tornou corrompida, e aquele em que a virtude reinava entre os cidadãos, foi o fim da Guerra contra Cartago, quando o exercício da guerra em Roma se tornou arte privada. Esse momento teria sido o divisor de águas entre uma república virtuosa e uma república dos poderosos: “E digo que, Pompeu e César, e quase todos os comandantes que viveram em Roma depois da última Guerra contra Cartago, conquistaram fama de valorosos, não de bons; e os que haviam vivido antes deles conquistaram fama como valorosos e bons. Isso porque esses não tomaram o exercício da guerra como arte pessoal, e os que mencionei antes a usaram como arte sua [...] A tal evidente conjectura se chega — no que diz respeito as cidadãos grandes — quando se pensa em Régulo Atílio, que comandando os exércitos romanos na África e tendo quase vencido os cartagineses, pediu ao senado licença para voltar ao lar e cuidar de suas propriedades, que haviam sido embulhadas por seus trabalhadores. Portanto, é mais claro que o sol, que se ele tivesse usado a guerra como sua arte e se dela tivesse pensado em tirar vantagem, estando no domínio de tantas províncias não teria pedido licença para voltar e cuidar dos seus campos; porque um dia teria conquistado mais do que o preço de todos eles. Mas como esses homens bons, que não usam a guerra como arte pessoal, não querem extrair dela nada além de cansaço, perigos e glória, quando já glorioso o bastante, desejam retornar ao lar e viver de sua arte. (MAQUIAVEL, 2006. p14-15).

tempos de Paulo Emílio, que, pode se dizer, foram os únicos tempos felizes daquela república, em que continuava pobre o cidadão que enriquecia Roma com seu triunfo. E era tão prezada a pobreza, que Paulo, para prestar homenagem a quem se portava bem na guerra, deu a um de seus genros uma taça de prata. E, caso essa matéria não tivesse sido tantas vezes celebrada por outros homens, se mais nós alongássemos, poderíamos mostrar que a pobreza produz frutos muito melhores que a riqueza, e como a primeira traz honra às cidades, às províncias e às seitas, enquanto a segunda às arruinou. (MAQUIAVEL, 2007a, p.400)

Maquiavel termina a sua reflexão construindo a ideia de que a pobreza dos cidadãos produz melhores frutos do que a sua riqueza; associa à pobreza a construção da honra das cidades, das províncias e mesmo das seitas religiosas, ao ponto em que a riqueza produzirá a sua ruína⁶¹. O nosso autor compreendeu essa relação, entre corrupção e riqueza privada, não apenas fazendo referência aos acontecimentos do passado antigo, principalmente àqueles que dizem respeito à república romana. Além dessa perspectiva de historiador dos fenômenos da política, a sua concepção de que o aumento da riqueza privada contribui para o surgimento da corrupção, e que a manutenção da pobreza dos cidadãos, em meio à riqueza pública, é condição para a vida feliz, onde a liberdade pode florescer, foi desenvolvida por uma profunda observação dos fenômenos políticos vivenciados pelo autor.

A análise dos Estados que Maquiavel conheceu quando embaixador da república florentina, e a observação de homens poderosos, constituíram-se em experiências frutíferas para que o nosso autor desenvolvesse uma reflexão mais apurada sobre a relação entre riqueza privada e corrupção. Essa reflexão permite relativizar a ideia de Skinner, de que Maquiavel havia herdado da tradição retórica a tese da riqueza privada, em conformidade com a geração da corrupção.

Maquiavel, no capítulo 55 do livro I dos *Discursos*, refletindo a respeito de como é fácil conduzir as coisas nas cidades onde a multidão não é corrompida, vai apontar para o fato de que, nas províncias corrompidas do seu tempo, nenhum bem pode nascer ou mesmo ser desenvolvido, muito menos a construção de uma liberdade política republicana duradoura. O autor denuncia a presença da corrupção como sendo uma marca característica da Itália e em parte da França e Espanha, que são tidas como incapazes de proporcionar a vida boa aos seus cidadãos. O pensador florentino identifica essa ausência de bondade como uma ausência de boa religião, tão comum entre os romanos antigos, mas ausente em tais regiões europeias do seu tempo presente; tema este que retornaremos adiante para falar sobre religião e corrupção.

⁶¹ É interessante observar que este princípio é exatamente o oposto daquele do liberalismo, que propõe cidadãos ricos e um Estado pobre.

Para Maquiavel, apenas na Alemanha, que ainda não havia sido corrompida, é possível perceber a existência dessa bondade e dessa religião, graças à qual muitas repúblicas são livres e obedecem às leis, que nem mesmo de dentro, por via das facções privadas ou por meio externo, alguém pode ocupá-las ou mesmo ousar fazer isso. O mais interessante desse elogio feito à Alemanha é que Maquiavel aponta a reflexão da corrupção, também, para o plano das relações internacionais, como veremos mais adiante.

Para o nosso autor, essa bondade presente na Alemanha não se encontra apenas no esforço que cada um dos cidadãos produz no pagamento de impostos, quando se deseja fazer a guerra e todos são solicitados e contribuem cada um à sua maneira, sem terem sido obrigados; mas também, pode ser percebida na manutenção e preservação das leis que estes realizam ao longo do tempo. E isso se deve, também, ao fato de que esta região pode se manter isolada, sem se corromper no contato com os povos externos, como veremos adiante.

Outra razão dessa bondade, e que é digna de maior interesse nesse momento do nosso estudo, reside no fato de ter prevalecido, na Alemanha, a pobreza dos cidadãos, em meio à reinante riqueza do público. E que nesta região, de forma alguma, aceitou-se a presença dos ditos “gentis homens” com o seu prestígio familiar e riqueza, pois onde estes abundam não pode haver vida livre de forma alguma. Na passagem abaixo, o nosso autor reflete essa situação em que se encontrava a Alemanha:

E isso provém de duas coisas: primeiramente, o fato de não terem relações com os vizinhos, porque nem estes foram a casa daqueles, nem aqueles à casa alheia, pois se contentaram em passar com os bens, em viver dos alimentos e em vestir as lãs que lhes são dados por sua terra; por isso foi eliminada à razão para quais quer relações e, assim, o motivo de corrupção, pois não puderam pegar os costumes franceses, espanhóis ou italianos, nações estas que, em conjunto, são a corrupção do mundo. A outra razão é que as repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil homem; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes inimigos dos senhores e gentis homens que existem naquela província; e se por acaso lhes cai nas mãos alguns que sejam motivos de corrupção, eles os matam. (MAQUIAVEL, 2007a, p.161)

Maquiavel, afirmando a tese da pobreza dos cidadãos, e a consequente e reinante igualdade entre eles para a manutenção da vida livre, dá continuidade à sua reflexão, esclarecendo o que seriam esses gentis homens que estão presentes nas regiões corrompidas a que o autor faz referência; e ausentes na Alemanha, que o autor elogia. Gentis homens, para Maquiavel, são aqueles que vivem ociosos das suas rendas e de suas grandes posses, sem ter um devido cuidado em cultivar os campos, ou com qualquer outra atividade de trabalho

necessário à sobrevivência. Todos esses homens danosos ameaçam a construção de qualquer república ou liberdade política. Contudo, mais perniciosos ainda são aqueles que, além de possuírem grande fortuna, comandam de seus castelos, favorecendo o desenvolvimento da vida servil. Esses dois tipos de homens habitam em demasia o reino de Nápoles, a Lombardia, a Romagna e a cidade de Roma; razão porque em tais regiões jamais surgiu república ou vida livre, pois tais homens são inimigos de qualquer civilidade.

Maquiavel associa a presença dos *gentis homens* à corrupção e à impossibilidade do viver livre em regiões onde estes abundam. Ao falar destes tipos de homens, o nosso autor se preocupa com o fato de possivelmente ser questionado pelo leitor sobre a exceção da República de Veneza, onde o viver livre era garantido e as instituições eram sólidas e duradouras, mesmo com a presença de *gentis homens*⁶². Maquiavel aponta para o fato de que, nessa região, os nobres, os “*gentis homens*” (*gentiluomini*), são tais apenas no nome e não de fato. Isto porque os homens de Veneza não vivem ociosos em suas possessões, mas constituem as suas riquezas baseadas no comércio e nos bens chamados móveis. Os “*gentis homens*”, nas outras regiões citadas acima, são grandes proprietários de terra e possuem muitos súditos.

A partir do estudo do autor, podemos dizer que os *gentis homens*, tal qual abundaram em determinadas regiões da Itália a que Maquiavel faz referência, não tiveram uma presença marcante nas experiências republicanas por que passou a cidade de Florença; nesta cidade, os homens poderosos eram de uma condição parecida com os de Veneza, que extraíam suas riquezas baseadas no comércio e nos bens chamados móveis.

Entretanto, podemos dizer, conforme o nosso autor, que os homens poderosos, representantes de famílias poderosas, com força suficiente para ameaçar a liberdade política de uma república, e aos poucos corromper as instituições públicas com a sua capacidade de distribuir favores, estão presentes e abundaram a história de Florença, muitas vezes precipitando a sua ruína.

Maquiavel era testemunha do quanto era inconveniente e, ao mesmo tempo, digno de temor para os governantes de uma república, lidar com tais homens. Para o nosso autor, na

⁶² Nessa passagem dos *Discursos*, Maquiavel explica que esses *gentis homens*, em Veneza, só o são de nome e não de fato: “Creio que esta minha opinião, de que onde há *gentis homens* não é possível ordenar uma república, parecerá contrária à experiência da república veneziana, na qual só pode ter uma posição os que forem *gentis homens*. Ao que se responde que esse exemplo não nos contesta, porque os *gentis-homens* daquela república o são mais de nome que de fato, pois não recebem grandes rendas de suas possessões, sendo suas grandes riquezas baseadas na mercancia e em coisas móveis; ademais, nenhum deles tem castelo nem jurisdição alguma sobre homens, e o nome de gentil homem que ostentam é título de dignidade e reputação, sem se fundar em nenhuma das coisas que nas outras cidades fazem que alguns sejam chamados *gentis-homens*”. (MAQUIAVEL, 2007a, p.163).

cidade de Florença, muitas vezes os responsáveis pela preservação da vida política não atentaram para o fato de que um inconveniente, que surge numa república por meio da riqueza privada de certos poderosos, deve mais ser temporizado do que combatido por meios extraordinários, que geralmente estão acompanhados do uso da força.

Maquiavel utiliza a este respeito o exemplo histórico de Cósimo de Médici, que mostrou a falta de prudência dos governantes de Florença, que preferiram os meios extraordinários para eliminar o inconveniente proporcionado por este, em vez de temporizar o mal que o mesmo proporcionava à cidade, até que este se extinguísse ou mesmo perdesse força. O nosso autor havia percebido, diante de seus próprios olhos e por meio da memória da cidade, o quanto o enriquecimento de Cósimo de Médici e sua consequente distribuição de favores haviam feito dele alguém poderoso e capaz, por meio do seu poder econômico, de rivalizar com o poder público. Fato este que tinha o efeito de produzir incômodo naqueles que ocupavam os principais postos da cidade do governo republicano de Florença.

Mesmo Cósimo não tendo tentado nada contra o governo da cidade, a sua presença e o seu poder produziam grande desconfiança nos governantes. O início de sua vida foi marcado por muitas provações – o exílio⁶³ e o perigo de morte iminente. Mas depois de passar tais reveses, acabou por ter uma vida feliz e elevou mais ainda o nome de sua família, ao ponto em que preparava o terreno para que Florença fosse assumida pelo governo dos senhores (*Signoria*). Em sua *História de Florença*, obra escrita a pedido do papa Médici Leão X, Maquiavel deixa a sua crítica ao Cósimo de Médici nas entrelinhas do seu discurso, sem deixar de reconhecer as suas qualidades e a sua influência no seu tempo de vida. Segue o autor:

Cósimo era homem de grande prudência, de aparência austera e agradável, liberal e humano, nunca tentou coisa alguma contra o Partido nem contra o estado, mas dedicava-se a beneficiar a todos, e com sua liberalidade, a fazer

⁶³ Maquiavel, nesta passagem de sua *História de Florença*, aponta de forma mais clara as famílias que se beneficiaram do enriquecimento de Cósimo, e de como estavam ligadas a ele pelas suas necessidades, principalmente depois dos reveses por que passou, o exílio forçado, e o seu retorno para casa. Segue o autor: “Mas, passados os quarenta anos de idade, viveu feliz, a tal ponto que não só aqueles que se alinharam nas empresas públicas como também os que administraram seus tesouros por toda a Europa participaram de sua ventura: donde nasceram muitas e grandes riquezas em várias famílias de Florença, como a dos Tornabuoni, dos Benci, dos Portinari, e dos Sasseti; e, depois destes, também ficaram ricos todos aqueles que dependiam de seus conselhos e de sua fortuna” (MAQUIAVAL, 2007b, p.432). Maquiavel, ao se referir à volta de Cósimo do exílio, mostra como os meios extraordinários para resolver o incômodo causado nas repúblicas, por esse tipo de homem, eram ineficazes: “Cósimo, por outro lado, ao receber a notícia de sua reintegração, voltou a Florença. E raras foram as vezes em que um cidadão, ao voltar triunfante de uma vitória, tivesse sido recebido por sua pátria com tanta afluência do povo e com tanta demonstração de benquerença, como ele foi recebido ao voltar do exílio. E foi saudado por todos como benfeitor do povo e pai da pátria” (MAQUIAVAL, 2007b, p. 280).

de muitos cidadãos seus partidários. De modo que o seu exemplo é um fardo para os governantes, e ele achava que daquele modo, poderia viver em Florença com poder e em segurança, assim como qualquer outro ou, caso a ambição dos adversários o levassem a adotar meios extraordinários, acreditava ser capaz de sobrepujar em armas e apoios. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 262)

E mais adiante:

[...] porque Cósimo para angariar partidários em Florença e aliados fora da cidade, sempre fora extremamente liberal na distribuição de seus bens, de tal modo que não era nem pequena nem de pouca importância a soma de dinheiro de que ele era credor, por tais razões. (MAQUIAVEL, 2007a, p.441)

Para Maquiavel, estava claro que o inconveniente produzido por Cósimo não deveria ter sido combatido por aqueles que temiam o seu poder na república, através da utilização de meios extraordinários. Cósimo havia ganhado boa reputação por ter distribuído privilégios ao longo da sua vida, em Florença, o que o tornava intocável. Também, o nosso autor havia compreendido isso pelo exemplo posterior da tentativa dos Pazzi, em eliminar Giuliano de Medici e Lourenço, para destituir os herdeiros de Cósimo do controle sobre o poder político da cidade. O efeito da conspiração dos Pazzi contra o Médici, em 1478, que resultou na morte de Giuliano e no fortalecimento político de Lourenço; e resultando também na morte dos Pazzi e no aprofundamento da servidão em Florença.

A corrupção proporcionada pelos conflitos das facções privadas e poderosas de Florença – poderosas ao ponto de seu poder rivalizar com o poder público, em força e em distribuição de benefícios – poderia ser resolvida de outra maneira e ter levado à construção da liberdade política da cidade, ao invés de transformá-la em serva de uma família poderosa, como a dos Médici. Maquiavel possuía a consciência de que, quando um mal nasce numa república e não é reconhecido a tempo de ser extinto sem maiores prejuízos, o remédio mais adequado é temporizar esse mal, até que ele se torne um mal menor. Segue o autor nos *Discursos*:

Digo, portanto, que, visto ser difícil reconhecer tais males quando eles surgem – dificuldade esta causada pelo erro em que nos induzem as coisas no princípio – a decisão mais sábia, depois que eles são reconhecidos, é temporizar, e não lutar contra eles: porque, quando se temporiza, ou o mal se extingue por si mesmo ou pelo menos se dilui em tempo mais longo. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 104)

Mais adiante, ao se referir ao inconveniente causado nos governantes da república pelo poder de Cósimo de Médici, Maquiavel procura reforçar a ideia de que, para reprimir a insolência de alguém que se tornou muito poderoso em uma república, além de temporizar esse mal, é necessário que, de maneira mais segura, os governantes, em vez de se aterem aos métodos extraordinários, buscassem uma maneira de pré-ocupar os caminhos pleiteados por eles para chegar nesse tal poderio. Evidentemente que pré-ocupar esse caminho com outro cidadão capaz de pôr freio em sua ambição é um remédio mais adequado para garantir o fortalecimento das instituições republicanas. Assim afirma Maquiavel:

E, realmente em nenhuma república, muito menos nas corrompidas, haverá modo melhor, menos tumultuoso e mais fácil de opor-se à ambição de algum cidadão do que pré-ocupar os caminhos pelos quais se percebe que ele está chegando ao ponto que tem em mira. E se os adversários de Cósimo de Médici tivessem feito isso, teriam ganhado muito mais do que ganharam expulsando-o de Florença. [...] E realmente, para os cidadãos que invejavam sua grandeza teria sido muito mais fácil, muito mais honesto e muito menos perigoso, além de menos danoso para a república, pré-ocupar os caminhos pelos quais se fazia grande, do que se contrapor a ele assim, com a sua ruína, arruinar todo o restante da república. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 150)

Uma vez analisada a relação entre riqueza privada e corrupção, fica claro que, para o nosso autor, o aumento da riqueza privada favorece a corrupção, e as repúblicas bem ordenadas exaltam a pobreza dos seus cidadãos, prezando pela riqueza do público. E se o exemplo da república aristocrática de Veneza foge à regra, devemos lembrar ao leitor e dizer que, a despeito da presença dos poderosos nesta cidade, esta era uma república bem ordenada. A objeção que Maquiavel faz a Veneza diz respeito ao fato dessa república não se encontrar ordenada para cumprir a necessidade de unificação da Itália, como havia mostrado a própria história. Neste sentido, mostraremos adiante que, para Maquiavel, se a imitação de Roma era difícil de ser feita, que fosse imitada pelo menos a confederação dos antigos Etruscos.

Portanto, se uma república não conseguir evitar o surgimento dos poderosos, mantendo sempre o público rico em meio à pobreza dos cidadãos, é necessário, como vimos, prudência, por parte dos governantes, em temporizar o mau exemplo promovido pelos poderosos; ao mesmo tempo, buscando pré-ocupar os caminhos pleiteados por estes no intuito de se tornarem ainda mais poderosos.

Passemos agora ao estudo das relações entre a corrupção e a construção das leis e ordenações em um governo republicano; pois, se a república não pode evitar o surgimento dos poderosos, ela tem que ordenar as suas instituições, para que estes não venham a corrompê-las. O fato de existir os poderosos, em uma república, ainda não significa que esta seja

corrupta, entretanto, se os poderosos ocupam as instituições republicanas conforme os seus interesses, a corrupção se instala na república.

5.3 CORRUPÇÃO E ORDENAÇÕES: a construção das leis

A despeito da relevância da riqueza privada para pensar o surgimento da corrupção num governo republicano, para Maquiavel o fato de alguns homens se tornarem poderosos em uma determinada república, podendo distribuir os seus privilégios e formar os seus partidários, corrompendo o governo com seus maus exemplos, não significa ainda que essa república tenha se tornado uma república corrupta; que tenha desenvolvido essa prática ao ponto de não poder controlar mais a corrupção com a punição dos maus exemplos dos poderosos. O fato da simples existência de tais poderosos não significa ainda que a matéria da república tenha se tornado corrupta por influência destes; senão, poderíamos chegar à conclusão de que, na perspectiva de nosso autor, o poder econômico, por si só, já seria suficiente para corromper qualquer república. Entretanto, é válido ressaltar que a continuidade dos maus exemplos dos poderosos por algumas gerações seria suficiente para corromper a matéria de qualquer república.

Maquiavel lembra que o período de vida de um mau cidadão não é tempo suficiente para este corromper uma república, de tal maneira que este possa colher os frutos de sua prática. O governo sofrerá a sua influência danosa, de maneira mais imediata, apenas se a matéria da república estiver corrompida. Pois, é com o passar das gerações que a corrupção pode se desenvolver e se fazer presente, ao ponto de ameaçar a liberdade política dos cidadãos. Sobre esse tema, o autor vai refletir, no capítulo 7 do Livro III dos *Discursos*, a respeito do fato de que, quem quiser transformar uma república, deve considerar primeiramente o sujeito dela – se esse é corrupto ou não –, para agir conforme a matéria e, dessa maneira, adaptar-se aos tempos.

Pelo que devem ser consideradas duas coisas: uma é que os modos de se buscar a glória numa cidade corrompida são diferentes dos modos de uma cidade que ainda viva politicamente; outra (que é quase a mesma coisa) é que os homens, nos seus procedimentos e, sobretudo, nas grandes ações, devem se considerar os tempos e a eles se adaptar. [...] Porque um homem pode muito bem começar a corromper o povo de uma cidade com seus modos e seu mau comportamento, mas é impossível que a vida de um só homem baste para corrompê-la de tal maneira que ele mesmo colha os frutos; e, ainda que fosse possível fazê-la por dilatado tempo, seria impossível o sucesso, em razão do modo como procedem os homens, que são impacientes e não conseguem adiar por muito tempo uma paixão.[...]

Por isso, para conquistar a autoridade numa república e conformá-la malvadamente, é mister encontrar a matéria desordenada pela ação do tempo, ou seja, que, aos poucos, de geração em geração, tenha ela sido conduzida à desordem: ao que ela chegará necessariamente, caso não tenha sido – como acima discurremos – muitas vezes renovada por bons exemplos ou levada de volta aos seus princípios por boas leis. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 349-350)

Na passagem acima, Maquiavel nos convida a pensar que as ordenações jurídicas, se adaptadas aos tempos, conforme for à matéria, podem certamente frear a ambição dos poderosos, evitando seus maus exemplos, que tendem, com o passar do tempo, a corromper os cidadãos, se não encontrarem obstáculos ao seu desenvolvimento. O nosso autor já tinha chamado a atenção para o remédio de pré-ocupar os caminhos desejados pelos poderosos, por aqueles homens ditos virtuosos, como forma de lhes frear os desejos privados e a conseqüente vida corrupta. No entanto, uma medida dessas só surtiria efeito positivo para o desenvolvimento da coisa pública se fosse fundamentada na modificação das ordenações jurídicas, que são geralmente muito rígidas.

Neste sentido, podemos dizer que se as ordenações jurídicas de uma república de natureza quase sempre inflexível se tornarem obsoletas e inconvenientes para preservar a liberdade política dos cidadãos, estas devem, então, serem transformadas, buscando a sua adaptação aos tempos e à nova natureza da matéria republicana. Essa transformação deve fundamentar e acompanhar as transformações ocorridas nas leis que por ventura venham a surgir, no intuito de combater a corrupção. Portanto, para Maquiavel, somente modificando as ordenações jurídicas teremos as condições adequadas para a ação dos governantes, pois estas se transformam acompanhando as modificações ocorridas também nas leis, com o propósito de frear o ânimo dos maus cidadãos, em agir impunemente, viciando a matéria da república.

Podemos encontrar, na adaptação de tais ordenações à nova realidade, uma forma de preservar a virtude dos cidadãos, para que estes se tornem imunes à influência dos poderosos. Mas, o próprio Maquiavel reconhece o quanto é difícil que isso ocorra, pelo fato de as ordenações da república serem sempre rígidas e não se modificarem na mesma velocidade com que as leis são feitas. Uma reforma em uma ordenação é sempre mais difícil de ser realizada, ao ponto de que a criação de uma lei que busque regulamentar uma nova realidade exige menos esforços para ser criada.

Para Maquiavel, o exemplo histórico da República de Roma antiga atesta bem essa dificuldade que os homens enfrentam, quando desejam modificar as ordenações jurídicas que não se adaptarem à ação dos tempos. Como lembra o autor, no período de decadência daquela

república histórica, à medida que os poderosos iam corrompendo os cidadãos, e à medida que as leis iam surgindo em função de combater a corrupção nascente, estas mesmas leis já caíam no malogro, porque as ordenações que as fundamentavam não acompanhavam a transformação necessária para que essas novas leis surtisser um efeito positivo.

Neste sentido, as leis novas que buscavam combater a corrupção não lograram êxito, porque as ordenações nos começos da república eram boas, porque os cidadãos eram bons; quando estes se tornaram maus, as ordenações, também, se tornaram viciadas pelo controle de tais poderosos. Dessa forma, as leis que eram criadas para combater a corrupção não surtiam efeito porque as ordenações estavam viciadas.

Essas ordenações pouco ou nada variaram nos acontecimentos. Variavam as leis que refreavam os cidadãos – tal como a lei dos adúlteros, a lei suntuária, a lei da ambição e muitas outras –, à medida que os cidadãos se iam corrompendo. Mas, mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons: no entanto, de muito valeriam se, com sua inovação, também fossem formadas as ordenações. [...] Mas, depois que os cidadãos se tornaram maus, a ordenação tornou-se péssima, porque só os poderosos apresentavam leis, não em favor da liberdade comum, mas do seu poder; e contra eles ninguém podia falar, por medo daqueles: de tal modo que o povo ou era enganado ou forçado a deliberar sua própria ruína. (MAQUIAVEL, 2007 a, p. 73-74)

A passagem acima nos leva a compreender que, quando o sujeito de uma república é mau, as ordenações e os modos de vida por elas proporcionados não devem ser os mesmos modos de vida proporcionados pelas ordenações quando o sujeito da república é bom. É neste sentido que se diz que a forma não pode ser contrária à matéria da república. Mas, para Maquiavel, como havia exposto anteriormente, a renovação das ordenações jurídicas é coisa difícil de ser feita.

O nosso autor chama a atenção para o fato de que, no caso de ser descoberto o seu malefício ainda cedo, a mudança nas ordenações deve ser feitas todas de uma só vez, se isso de fato for possível; senão, tais modificações devem ser feitas aos poucos, antes que os cidadãos percebam o seu inconveniente. Para Maquiavel, ambas as coisas são quase que impossíveis. Isto porque, primeiramente, um homem prudente, capaz de dar cabo dessa necessidade, não poderia jamais nascer numa república nessa situação⁶⁴. E neste sentido, tais modificações só podem ser passíveis de realização, recorrendo-se aos métodos extraordinários

⁶⁴ Mais adiante, ao falar da relação entre educação e corrupção, nosso autor lança mão da ideia de que os homens de uma mesma república são feitos de uma mesma matéria, de tal forma que o que se pode dizer de um pode muito bem ser dito de tantos que vivam em tais condições.

– métodos estes difíceis de serem encarados por um homem bom e virtuoso, que não deseja tomar o poder pela força. Ao mesmo tempo, o autor nos lembra que um homem bom, que porventura exista numa cidade corrompidíssima, não poderia se tornar tirano, pois se tornaria conseqüentemente um homem mal. Nessa passagem, o nosso autor explica essa dificuldade de se modificar as ordenações:

Quanto a inovar tais ordenações de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil de corrigir; porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias visto que os modos ordinários são maus; mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas, tornando-se, antes de mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo. E, como a reordenação de uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom, e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um homem mau, ver-se-á que raríssimas vezes um homem bom queira tornar-se príncipe por vias más, ainda que o fim seja bom; e também é raro que um malvado tornando-se príncipe, deseje bem obrar que se lhe incuta no ânimo o bom uso da autoridade que conquistou por meios maus. (MAQUIAVEL, 2007a, p.76)

É provável que uma república, em tais condições de corrupção, quando encaramos o problema a partir do realismo histórico de Maquiavel, só teria duas saídas possíveis, apontadas pela própria experiência histórica: ou descambaria internamente numa tirania, com algum poderoso que se tornasse príncipe na cidade pelos meios extraordinários; ou, na sua possível servidão, por meio da dominação externa a ser realizada por parte de uma potência que se encontre melhor ordenada. Maquiavel possuía consciência de que o principado civil, como lembra Martins, seria a saída desejada, e, sobretudo, mais adequada à manutenção da ordem republicana; porém, pelas razões colocadas acima, é uma saída de diminuta possibilidade de aplicação na história, quando o desejo é a manutenção de uma ordem republicana. A história política havia mostrado a Maquiavel que a tirania ou a servidão finalizaria a vida republicana nessas condições.

Partindo dessa reflexão, é necessário ter em mira que as ordenações só terão efeito no combate à corrupção quando a matéria da república não está ainda inteiramente corrompida; onde a parte boa é ainda superior à parte ruim. Uma vez corrompida, a ruína da república é quase que inevitável. Por isso, torna-se necessário reconhecer o malefício em seus começos, para que a adaptação das ordenações jurídicas tenha um efeito positivo na construção das leis que desejam frear o avanço da corrupção. A República de Roma havia falhado nesse propósito, e o resultado foi a ascensão do imperador em meio à decadência do viver livre, que se encontrava esfacelado nas disputas facciosas.

Portanto, as ordenações jurídicas devem possibilitar às repúblicas e aos seus legisladores, a construção de leis que impeçam os poderosos de errar impunemente, controlando os seus apetites e humores corruptores de tais instituições e, conseqüentemente, da matéria da república que, como vimos, é constituída pelo povo. Isso porque, como lembra Maquiavel, os apetites humanos são insaciáveis, pela natureza ter lhe dado o poder de desejar todas as coisas, e a fortuna de conseguir poucas coisas desejadas, o que resulta no profundo descontentamento das mentes humanas e no tédio das coisas possuídas.

Além disso, visto que os apetites humanos são insaciáveis, porque, tendo os homens sido dotados pela natureza do poder e da vontade de desejar todas as coisas e pela fortuna de poder conseguir poucas, o resultado é o contínuo descontentamento nas mentes humanas e o fastio das coisas possuídas: o que leva a condenar os tempos presentes, a louvar os tempos passados e a desejar os tempos futuros, mesmo que a isso não sejam movidos por nenhum motivo razoável. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 180)

Outro aspecto importante que Maquiavel chama a atenção do leitor, a respeito dos poderosos, é que a república bem ordenada na construção de suas leis deve ficar sempre atenta e, sobretudo, vigilante às obras e aos conselhos produzidos pelos seus cidadãos; principalmente aqueles que geralmente procuram se mostrar, com as suas atitudes e benevolência, numa roupagem de boa fé, mas que, por trás dos seus atos supostamente bons, está escondido um princípio de tirania e servidão, mesmo que este possa ser inconsciente.

Neste sentido, o nosso autor trabalha com a ideia de que as obras dos homens reputados em uma república devem ser corrigidas e bem ordenadas segundo a coisa pública, sob a condição de não se tornar algo inconveniente e perigoso para a manutenção da liberdade republicana, caso não exista um controle adequado. E como as repúblicas bem ordenadas devem possuir cidadãos reputados, o mais importante é que tais ordenações possam orientar a construção dessas reputações por meio de obras que favoreçam a construção da coisa pública. Nestas cidades republicanas, a liberdade política e o bem comum podem ser garantidos na construção dos cidadãos virtuosos, em oposição aos poderosos, que adquiriram reputação por meios privados, algo inconveniente e perigoso para qualquer república.

Portanto, esse tipo de reputação, que tem a sua construção baseada na esfera privada, é prejudicial e deve ser condenada pelas ordenações, enquanto que a reputação baseada na coisa pública deve ser cultivada e valorizada pelas ordenações republicanas. A reputação dos cidadãos, portanto, deve se tornar algo útil, e não nocivo à liberdade política, como ocorreu com os maus exemplos de Júlio César, Cósimo de Médici e tantos outros, nocivos à coisa pública e à liberdade política republicana. No capítulo 28 do livro terceiro dos *Discursos*,

Maquiavel faz a seguinte ressalva sobre a maneira como deve ser ordenada uma república, para que os cidadãos possam construir uma reputação que seja útil à liberdade política republicana:

Por isso, é preciso examinar os modos como eles ganham reputação; e esses modos são dois: públicos ou privados. No modo público, o cidadão, aconselhando bem e agindo melhor em prol do bem comum, granjeia reputação. A essa honra os cidadãos devem encontrar todos os caminhos abertos, oferecendo-se prêmios aos conselhos e às obras, para que com eles se obtenham ordem e satisfação. E, quando for pura e simples, a reputação ganha por tais vias nunca será perigosa, mas, quando for ganha por vias privadas – o outro modo que falamos –, será perigosíssima e de todo nociva. As vias privadas consentem em fazer benefícios a este e aquele, emprestar-lhe dinheiro, casar suas filhas, defendê-lo dos magistrados, prestando favores privados semelhantes, que fazem partidários e estimulam os que são assim favorecidos a corromper o público e enfraquecer as leis. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 407)

A partir da referência acima fica claro pensar que, para Maquiavel, a república bem ordenada deve garantir que os cidadãos se tornem reputados pelo favorecimento das vias públicas, onde a satisfação dos homens encontre terreno para florescer e, ao mesmo tempo, condenar os que ganham reputação pela via privada, que é de todo nociva; maneira de garantir a liberdade política e evitar a corrupção das instituições republicanas pelos maus atos dos poderosos.

Ao retornar para o exemplo de Florença, em que a corrupção produziu mais guerras civis do que em qualquer outra república que se tenha notícia, o autor chama a atenção para a necessidade de melhorar as ordenações da cidade, com o propósito de frear a corrupção que atinge as instituições da república. Lembra aos homens de Florença que não se pode atribuir a corrupção à natureza dos homens, mas aos tempos que se modificaram e exigem boas ordenações jurídicas adaptadas à nova realidade, para conseguir frear a ambição dos homens e garantir a liberdade política do governo republicano. Maquiavel, no capítulo 5 do Livro III da *História de Florença*, retoma o debate sobre a importância de se modificar tais ordenações e adaptá-la aos novos tempos, ao ponto em que condena aqueles cidadãos de Florença que atribuem a existência da corrupção à natureza dos homens, em vez de prestar atenção em construir ordenações sólidas para combater esse mal.

Não vos recordamos os costumes corrompidos e as nossas divisões antigas e contínuas para vos sobressaltar, mas para lembrar-vos as suas razões e mostrar-vos que, assim como podeis relembra-las, nós a relembremos, e

para dizer-vos que o exemplo delas não se deve fazer duvidar que podeis frear as de hoje. [...] E esta nossa república, principalmente, apesar dos antigos exemplos que nos são adversos, pode não só manter-se unida, mas também ser reformada com bons costumes e modos civis, desde que vossas senhorias se disponham a fazê-lo. E, embora a corrupção nela seja grande, debelai agora essa doença que nos aflige, essa raiva que nos consome, esse veneno que nós mata; **e não imputeis as antigas desordens à natureza dos homens, mas aos tempos**; e, como estes mudaram, podeis esperar melhor fortuna para vossa cidade, por meio de melhores ordenações. A maldade da fortuna pode ser vencida com prudência, pondo-se freio a ambição dos homens, anulando-se as ordenações que alimentam as facções e prendendo aqueles que não estão em conformidade com a verdadeira vida livre e civil. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 168-169. **Grifos nossos**)

Maquiavel faz essa leitura de Florença um tanto quanto apelativa, apropriando-se supostamente do discurso de alguém de autoridade e prudência, que não deixa de ser ele próprio, como mentor de tais apelos feitos aos senhores da cidade, com o propósito de adaptar as ordenações da cidade aos novos tempos; o que pode permitir à Florença a construção da sua liberdade republicana. Com melhores ordenações e com a ajuda da prudência, a maldade da fortuna pode ser vencida, controlando, assim, a ambição dos homens. Portanto, a república bem ordenada deve manter o público rico e os cidadãos pobres, e, no propósito de não conseguir superar essa dificuldade, deve construir ordenações sólidas para frear o desejo dos poderosos em ocupar as instituições, utilizando-as conforme os seus interesses privados.

Uma vez refletida a relação entre a corrupção e as ordenações e construção das leis de uma república, agora passemos a discutir a relação entre corrupção e religião cristã, tema bastante desenvolvido pelo nosso autor e que merece uma atenção especial, como forma de elucidar de maneira mais coerente o problema da corrupção nos governos republicanos.

5.4 CORRUPÇÃO E RELIGIÃO CRISTÃ

Maquiavel, nos *Discursos*, ao desenvolver a sua reflexão sobre as religiões, mais especificamente na sua relação com a política, surpreendentemente não a fez com o propósito de condenar a sua interferência nos assuntos políticos. Apesar da atmosfera de liberdade religiosa, vivenciada em Florença durante o seu tempo de vida, permitir a construção dessa percepção crítica sobre as religiões, no sentido de que não havia nessa cidade um controle forte por parte da igreja romana sobre os cidadãos, podemos dizer que a crítica religiosa não foi uma opção extremada de Maquiavel; ao contrário, o nosso autor, apesar de ser crítico do cristianismo, compatibiliza o poder da república com os valores religiosos.

Marsílio de Pádua (1997) havia proposto a separação entre os assuntos religiosos e a política, ao buscar uma maior autonomia jurídica para as repúblicas, frente ao Império, e também diante das pretensões de dominação do Papado. Ao contrário, Maquiavel se mostra favorável à presença da religião na política, para ajudar na manutenção da boa vida e dos bons costumes em uma cidade. Na experiência republicana, que é digna de imitação ou mesmo de inspiração para Maquiavel, a religião não se opõe necessariamente à coisa pública, mas a sua presença ajuda na manutenção das boas leis e dos bons costumes. A presença da boa religião é percebida pelo autor como a razão da grandeza das cidades, ao ponto em que o seu desprezo é visto como a razão da sua ruína.

Para ele, a república fundada na cidade de Roma Antiga é o exemplo histórico que representa bem essa situação; pois, nesta república, a religião pagã favoreceu a manutenção da boa vida e da liberdade política dos cidadãos no governo, durante muitos séculos. Com a perspectiva de utilizar a religião como critério de comparação entre os primeiros governantes da cidade de Roma Antiga, o nosso autor defende a ideia de que Numa Pompílio, um dos míticos sete reis de Roma, teria sido um governante superior a Rômulo, porque teria sido o responsável por inserir a religião como fonte do fortalecimento dos bons costumes e das instituições romanas. Refletindo a respeito da religião dos romanos e do papel representado por Numa, como o introdutor da religião nas instituições romanas, o nosso autor faz a seguinte interpretação:

Este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo a obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civiltà*]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto **temor a Deus** quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se. [...] Numa ficaria em primeiro lugar: porque, onde há religião, facilmente se pode introduzir armas; e, onde houver armas, mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida. [...] E assim como a observância do culto divino é a razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é a razão de sua ruína. Pois, onde falta **o temor a Deus**, é preciso que o reino arruíne-se ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta de religião. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 49 -51. **Grifos nossos**)

Na passagem exposta acima, Maquiavel apresenta a religião pagã como aspecto relevante na construção da civilidade e da paz da República de Roma, e peça fundamental para a manutenção dos governos republicanos e dos bons costumes – onde ela frutifica, o bem dos cidadãos está pressuposto, e onde ela se ausenta está pressuposta a ruína dos cidadãos. Com a introdução da religião em Roma, Numa pôde preparar a cidade para construir um forte

e bem ordenado exército popular, pois a presença da boa religião é condição necessária para se introduzir armas com facilidade e prudência.

Quando estuda as religiões, o autor estabelece uma comparação entre a religião cristã e a pagã⁶⁵. Maquiavel não expõe a sua crítica ao fundamento religioso em geral, mas procura analisar os valores produzidos nos cidadãos por ambas as religiões, em sentido particular. Essa perspectiva, que busca compreender a particularidade histórica, é o que permite ao autor condenar os valores cristãos e, ao mesmo tempo, exaltar os valores pagãos, no que diz respeito à formação dos cidadãos mais adequados à liberdade republicana. Neste sentido, Maquiavel afirmava a ideia de que, se as repúblicas cristãs tivessem mantido os valores da religião pagã, os Estados cristãos seriam mais unidos e felizes do que o que são.

O nosso autor, com certo zelo, desenvolve a ideia contrária a muitos do seu tempo, de que a religião cristã e a Igreja Romana teriam favorecido o bem-estar das cidades da Península Itálica. Maquiavel procura afirmar exatamente o ponto de vista contrário a esse suposto bem-estar proporcionado pela instituição terrena, a Igreja Romana, e pelos valores proporcionados pelo cristianismo naquela etapa histórica. Por um lado, fez uma reflexão política que critica a Igreja Romana enquanto instituição terrena que nem conseguiu unificar a Itália nem permitiu sua unificação por parte de outro governo, seja principado ou república; por outro lado, fez também uma crítica, de caráter moral, contra os valores do cristianismo que a instituição terrena valorizou para a formação dos homens.

Maquiavel desenvolve duas ideias que refletem, por um lado, o enfraquecimento e a perda da religião por parte dos italianos que foram, aos poucos, tornando-se sem religião, diante dos maus exemplos da instituição terrena (a Igreja Romana). E por outro lado, a ideia marcante e chocante para aquela conjuntura, de que os valores da religião cristã, propagados pela Igreja Romana, favoreceram o enfraquecimento político da Península Itálica. A Igreja Católica, a partir de Roma, não podendo conquistar toda a península, trabalhou em função da desunião de suas cidades repúblicas, e não em função da sua unidade política; unidade esta que é a condição básica para a construção da vida feliz, tão desejada por Maquiavel. Na

⁶⁵ Guimarães, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Religião e Política em Maquiavel*, mostra, entre outras coisas, como Maquiavel faz a crítica à igreja romana enquanto instituição terrena e, ao mesmo tempo, a crítica aos valores cristãos, ao comparar o cristianismo e o paganismo: “Maquiavel opõe a religião pagã ao cristianismo. Neste último a crítica é exposta em duas frentes: de um lado, contra a Igreja Católica, de outro, aos valores cristãos. Se muitos de seus antecessores e contemporâneos ocuparam-se dos princípios e essência da religião, o florentino se interessará pelo fato religioso enquanto atividade humana. Se no primeiro caso a atenção é voltada para as transformações que a religião pode operar para mudança do homem em seu íntimo, em seu espírito, visando encontrar uma vida abençoada com a graça divina e a esperança da vida após a passagem terrena, no segundo caso, a atenção direciona-se para um enfoque tendo como pressuposto a vida coletiva, em sociedade, sob as ‘bênçãos’ do Estado” (GUIMARÃES, 2009, p.66).

passagem abaixo, o autor reflete a importância de se ter em conta a religião para bem governar, e de como a religião cristã falhou nesse aspecto, ao favorecer a ruína da Itália.

A primeira é que, pelos maus exemplos daquela corte, a Itália perdeu toda a devoção e toda a religião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas desordens; porque, assim como se pressupõe todo bem onde há religião, pressupõe o contrário onde ela falta. Portanto, nós, italianos temos para com a igreja e os padres essa primeira dívida, que é a de nos termos tornados sem religião e maus; mas, temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É que a igreja manteve e mantém essa terra dividida. E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha. (MAQUIAVEL, 2007a, p.57)

A Igreja Romana não teve força para permitir à Itália a construção da vida feliz e da unidade política; ao mesmo tempo em que não teve força para unificar politicamente a Itália, não permitiu que uma república, ou mesmo um principado virtuoso, pudesse desenvolver essa condição necessária ao fortalecimento da Península. Justamente num momento histórico de centralização do poder político, com a formação dos Estados Absolutistas por parte de vizinhos que se tornavam cada vez mais poderosos, a Igreja Católica falhou em desprezar essa necessidade imposta pela política. Nas circunstâncias de esfacelamento político, a Península se mostrou vulnerável, ou seja, uma presa fácil ao ataque das grandes potências absolutistas que se encontravam melhor ordenadas.

O nosso autor se utiliza do exemplo das religiões para fazer uma análise da conjuntura política dos governos do seu tempo, tomando a observação da religião como parâmetro para a análise da existência da corrupção reinante entre eles. Analisa a condição política da Itália e aponta para a marca da corrupção que reina nessa região, e que se faz presente, também, em outras regiões importantes da Europa. Em todas elas, a corrupção toma corpo, justamente, onde os bons costumes e a boa religião não são respeitados.

Maquiavel, no capítulo 55 do Livro I dos *Discursos*, aponta a presença da religião e do respeito aos bons costumes, em Roma Antiga e na Alemanha do seu tempo de vida, como uma condição necessária para o desenvolvimento da vida feliz nessas regiões. E, aprofundando a sua análise do problema, aponta a ausência dessa bondade religiosa, junto à presença dos maus costumes, como as condições necessárias para a corrupção se encontrar em situação reinante na Itália; e em parte, na França e na Espanha. Dessa maneira, afirma Maquiavel:

E, realmente, onde não há essa bondade, nenhum bem pode ser esperado, como não pode ser esperado nas províncias onde, nestes tempos, sê vê que são corrompidas, como a Itália, acima de todas, e também em parte a França e a Espanha. [...] Vê-se muito bem que, na Alemanha, ainda são grandes essa bondade e essa religião em seus povos, graças a que muitas repúblicas vivem livres e observam as leis de tal modo que ninguém de fora ou de dentro ousa ocupá-las. (MAQUIAVEL, 2007a, p.159)

Maquiavel parece nos apontar para a evidência de que na Alemanha, mesmo sendo de uma região cristã da Europa, a obediência à religião e aos bons costumes, que são frutos da educação, a mantém sem corrupção em meio a outras regiões cristãs consideradas pelo autor como sendo corrompidas; condição esta que torna a Alemanha um lugar difícil de ser usurpado da sua liberdade política. Ao mesmo tempo em que nas outras regiões referidas pelo autor, a desobediência religiosa e a consequente afirmação dos maus costumes são condições que demarcam o estado de corrupção que reina entre elas.

O elogio da Alemanha mostra que Maquiavel não condena de forma extremada o fundamento religioso cristão, no sentido de afirmar que todas as experiências cristãs produzem valores propensos à prática da corrupção. Neste sentido, é possível dizer que um Estado pode muito bem ser cristão e não ser corrupto. Maquiavel parece mesmo sugerir que a Alemanha não havia se contaminado com os maus exemplos da corte romana, ao ponto em que a Itália não possuiu a mesma sorte. O nosso autor, guiado pela reflexão dos fenômenos da história, pode perceber a particularidade da Alemanha, mesmo sendo uma região cristianizada. Entretanto, podemos dizer que essa condição de exceção da Alemanha não traduz de forma extremada a crítica de Maquiavel aos valores cristãos.

Para uma melhor compreensão dessa temática em Maquiavel, é importante perceber que a religião é apontada como fundamental no processo de educação dos bons costumes dos cidadãos, como mostraremos mais adiante. O nosso autor procura compreender que, diferentemente da religião pagã, o cristianismo teria educado os homens segundo os valores errados e maléficos à liberdade política republicana; valores estes que favoreceram a corrupção dos governos cristãos.

Continuando a sua leitura sobre os valores educativos produzidos pelas religiões, Maquiavel aponta para o amor que os romanos possuíam pelo viver livre, e a maneira como os povos conquistados por eles, em larga medida, eram, também, povos amantes da liberdade; prova disso é a forma fervorosa como sempre a defenderam diante do inimigo. O autor percebe que esse amor à liberdade era originário da experiência que estes tinham em compreender que o viver livre foi o responsável direto pelo crescimento opulento das cidades, em riqueza e domínio. E afirma que esse bem comum só é construído pelas repúblicas porque

todo feito nestas é para o seu bem, e não para certos particulares ou partidos que querem afirmar os seus interesses.

Numa república bem ordenada muitos são os que se beneficiam em função do bem comum. Neste sentido, ainda que alguns venham a ser prejudicados, os que se beneficiaram são tantos, que os atos praticados em função da liberdade são bem justificados. Maquiavel lembra que, se em tais repúblicas antigas os cidadãos eram amantes da sua liberdade política, isso se deve, também, ao fato da sua religião ter promovido tais valores nos cidadãos. Enquanto o cristianismo teria educado os povos de forma contrária a esse amor à liberdade.

Lembra-nos o autor que a religião antiga só beatificava aqueles homens que durante a sua vida buscavam e se cobriam das glórias mundanas, como fizeram os comandantes de muitos exércitos e tantas repúblicas ao longo da história; ao ponto em que o cristianismo valorizava nos homens a humildade e a contemplação, negando os voos livres e os impulsos dos homens cheios de atitude frente às coisas mundanas. A objeção e o desprezo diante de tais coisas eram o guia da educação cristã; enquanto o amor, a grandeza do ânimo, a força do corpo, e tudo que a favorecia eram a peça fundamental na educação dos antigos, propiciada pela sua religião.

Maquiavel chega mesmo a fazer ressalva ao fato de que quando a religião cristã afirma a força, é muito mais no intuito de suportar a força de determinadas ações que recaem sobre os homens, do que propriamente o desejo de realizá-las na história. O que valorizou o cristianismo, ao longo da história, foi o ócio em oposição à virtude, que por sua vez, acabou por corromper os costumes dos homens. Sobre essa diversidade de valores existentes entre o cristianismo e a religião pagã, que são muitas vezes conflituosos para a formação dos cidadãos, o autor faz a seguinte ressalva, nos *Discursos*:

Pensando, portanto, nas razões de que, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre nossa religião e a antiga. Porque a nossa religião, por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas, motivo porque os gentios, que as estimavam muito e viam nelas o sumo do bem, eram mais ferozes em suas ações. [...] E, embora **pareça que o mundo se efeminou e Céu se desarmou**, na verdade isso provém mais da covardia dos homens, que interpretaram a nossa religião segundo o ócio, e não segundo a virtù. Porque, se eles considerassem que a religião permite a exaltação e a defesa da pátria, veriam que ela quer que amemos e honremos, preparando-nos para sermos tais que a possamos defender. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 189-190. **Grifos nossos**).

Maquiavel, na passagem acima, chama a atenção, também, para o fato de que os homens, ao longo da história, fizeram uma interpretação errada do cristianismo; pois interpretaram essa religião produzindo uma valorização do ócio em oposição à virtude. Nesse sentido, educaram os homens com os valores errados, impedindo a formação militar para a defesa da liberdade e da Pátria. Se no tempo de Maquiavel parece que “o mundo se efeminou e o Céu se desarmou”, foi porque os homens foram formados religiosamente numa interpretação equivocada do cristianismo.

Neste sentido, é válido questionar o autor sobre a maneira como os homens deveriam ter interpretado os valores da religião cristã. No capítulo VI de *O Príncipe*, Maquiavel faz uma apologia ao Antigo Testamento e à figura de Moisés como exemplos históricos que indicam os valores militares que deveriam ser cultivados na interpretação do cristianismo. Para o nosso autor, o exemplo contrário a Moisés é o do Frei Girolamo Savonarola, que como “profeta desarmado” fracassou na construção do seu projeto republicano, na cidade de Florença. Assim Maquiavel faz a leitura dos profetas que chegaram ao poder:

Destarte todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram. Por que além do que já se disse, a natureza dos povos é vária, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas sendo difícil firmá-los na persuasão. Convém, pois, providenciar para que, quando não acreditarem mais se possa fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido fazer observar por muito tempo suas constituições se estivessem desarmados. É o que, nos tempos que correm, aconteceu ao frei Girolamo Savonarola, o qual fracassou na sua tentativa de reforma quando o povo começou a não lhe dar crédito. E ele não tinha meios para manter firmes aqueles que haviam acreditado, nem para fazer com que os incrédulos acreditassem. (MAQUIAVEL, 1987, p. 25)

Podemos dizer que a glória mundana e a virtude militar eram fundamentais para uma interpretação do cristianismo que não favorecesse o desenvolvimento da corrupção, ao ponto que o ócio e a vida privada favoreciam o desenvolvimento da corrupção. Desarmados, os italianos do tempo de Maquiavel se recorriam aos exércitos mercenários para fazer a guerra, em vez de se recorrerem à virtude militar dos cidadãos. É verdade que Maquiavel não separa religião de política, mas é também verdade que ele subordina a religião à política. Interessante a religião, quando através dela e, sobretudo, por meio do temor de Deus, é possível fortalecer as virtudes públicas e patrióticas dos cidadãos.

Aprofundando a sua reflexão, podemos dizer que o nosso autor prepara o terreno para pensar a relação entre a corrupção e a educação dos cidadãos de uma república, no sentido de que a educação é gerada pelos bons costumes e estes são frutos das boas leis e da boa religião.

Maquiavel nos leva a pensar que, se a educação é coerente com o *vivere civile* em uma determinada república, é porque os costumes ainda não estão corrompidos, e se estes não se encontram nessa condição, é porque as leis e a religião da república são condizentes e bem ordenadas, conforme os valores republicanos. Podemos mesmo dizer que a educação é termômetro, porque ela é resultado das boas leis, da boa religião e, conseqüentemente, dos bons costumes. A educação é resultado, e não geradora. Neste sentido, Maquiavel prepara o terreno da sua reflexão para pensar esse outro tema que tem relação direta com o diagnóstico da corrupção, e também, com o propósito de combater essa corrupção. Ao desenvolver esse tema, Maquiavel amplia o horizonte da sua reflexão sobre a corrupção que afeta a liberdade política das repúblicas.

4.5 CORRUPÇÃO E EDUCAÇÃO

É oportuno lembrar ao leitor que a reflexão desenvolvida por Maquiavel, a respeito da relação existente entre a corrupção e a educação republicana, assim como as outras temáticas desenvolvidas acima, relacionadas a esse tema, não foram trabalhadas por parte do autor em um capítulo específico de suas obras. É importante, também, chamar a atenção para o fato de que a reflexão de Maquiavel sobre a educação não é construída pelo olhar do autor sobre a educação escolar, ou mesmo sobre o sistema de ensino, que na sua época não existiam. Maquiavel também não é um pedagogo, não se preocupa em refletir o papel dos mestres no processo de ensino aprendizagem.

Diferentemente de outros autores, que pensaram a educação, Maquiavel não procurou fundamentar a sua perspectiva na definição da natureza do homem e, por conseguinte, na determinação da melhor forma de educá-los, conforme essa natureza; paradigma comum a vários filósofos que pensaram a educação ao longo da história do ocidente. Ao contrário desse paradigma, Maquiavel pensa, sobretudo, em uma educação responsável por difundir valores importantes à manutenção e à renovação dos governos republicanos, ou seja, em uma educação política. Esses valores são difundidos e alimentados pelos exemplos que aconteceram na vida da república, e que possuem um efeito positivo e educador sobre a formação dos homens. O autor afirma a ideia de que a boa educação é responsável direta pela formação dos valores que favorecem a construção da liberdade republicana; ao ponto em que a má educação pode destruir tais valores.

Podemos dizer, então, que quando Maquiavel fala de educação na república, ele se refere aos valores da educação que são construídos pelos exemplos históricos geralmente

situados nos princípios de tais experiências republicanas; onde alguma bondade existente naquele começo pode servir de referência para uma boa renovação da vida republicana. Segundo Helton Adverse, na apresentação à edição brasileira da *Arte da Guerra*, de Maquiavel, o nosso autor chama a atenção para o fato de que o objetivo dessa volta da república aos seus princípios é fazer frente à corrupção que ameaça todo o corpo político. Assim, o autor interpreta o episódio do general romano Fabrício, que foi discutido por Maquiavel como exemplo a ser imitado pelos cidadãos.

De acordo com Maquiavel, Fabrício está entre os raros homens que por sua virtù se tornaram exemplos para os cidadãos e dessa forma “faziam o mesmo efeito que as leis e ordens”. Os bons cidadãos desejam imitar a virtù de Fabrício, e os maus se envergonham por manter uma vida contrária a ela. Eis algo que possibilita, segundo Maquiavel, “a volta república ao seu princípio”. Ora o objetivo de retorno ao princípio é fazer frente a corrupção que ameaça todo o corpo político e a qualidade de Fabrício que pode inspirar seus concidadãos romanos é exatamente a incorruptibilidade: Enviado junto a Pirro, cujo o exército havia se estabelecido em Roma, Fabrício rejeita vender-se ao inimigo.[...] A firmeza moral de Fabrício desperta nos homens a virtù, sem a qual nenhuma comunidade política é capaz de se manter, pelo menos de se manter em liberdade. Imitar Fabrício, portanto, não é imitar seu gesto, mas conservar viva a virtude cívica de que todos os homens podem dispor, embora não no mesmo grau. (ADVERSE in MAQUIAVEL, 2006b, XXXIII)

Uma parte significativa desses exemplos históricos de valor educativo se refere tanto à construção das boas leis e ordenações jurídicas, bem como aos exemplos oriundos da própria religião. Portanto, quando Maquiavel faz referência ao tema da educação, ele está tratando da educação que proporciona a valorização das coisas divinas, ou seja, das leis divinas e, ao mesmo tempo, daquela que valoriza as leis mundanas. São essas duas instituições, a Igreja e o Estado, as responsáveis diretas por incutir nos cidadãos a boa educação; uma educação republicana, em conformidade com o regime republicano, que mantém a matéria da república em conformidade com a sua forma.

A passagem abaixo, do IV capítulo do Livro I dos *Discursos*, apesar de não tratar diretamente do tema da educação, elucida bem a maneira como Maquiavel faz referência às ordenações, às leis e à religião como sendo as instituições do governo republicano em que a educação realiza a sua forma na matéria. Ao discutir o valor positivo dos conflitos políticos existentes na república romana, o nosso autor aponta a presença da boa educação como sendo virtuosa; gerada das boas leis e geradora, por conseguinte, dos bons costumes. Afirmar Maquiavel:

E não se pode ter razão chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação das boas leis; e as boas leis dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas a liberdade pública. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 22)

Mais adiante, o nosso autor ainda afirma:

Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve a mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião e a antiga. (MAQUIAVEL, 2007a, p.189)

Maquiavel, na primeira passagem acima, mostra como a educação é fruto da boa ordenação e das boas leis, e estas são responsáveis pela construção dos valores necessários à manutenção da boa vida, que são os bons costumes. Onde estes florescem, a educação possui papel positivo na renovação e manutenção da vida republicana. Na segunda passagem do capítulo 2 do livro II da referente obra, Maquiavel relaciona a boa religião à manutenção dos bons costumes, como é o caso da liberdade republicana. Para o nosso autor, se os homens são mais amantes ou não da liberdade, a resposta a esta questão está relacionada diretamente à educação que foi proporcionada pelas leis e pela religião de uma determinada república. Portanto, podemos dizer que a educação aparece fundada tanto nos exemplos das ordenações da república como nos exemplos da religião republicana.

Podemos dizer que um dos efeitos sobre o pensamento do leitor que se depara com o estudo do capítulo I do livro III dos *Discursos*, é que Maquiavel nos possibilita pensar a respeito do valor educativo dos exemplos históricos, para a renovação e perpetuação das repúblicas, das seitas religiosas e, também, dos principados; em especial, para que estas instituições tenham uma vida duradoura o suficiente e possam cumprir aquilo que lhes foi ordenado pelo céu⁶⁶. Tratando mais especificamente das repúblicas, podemos dizer que o nosso autor afirmou, neste mesmo capítulo, que este processo histórico de retardar a

⁶⁶ Quando Maquiavel se refere à expressão “cumprir a meta que foi determinada pelo céu”, está pensando na própria naturalidade do devir. Todo corpo na condição do pertencer ao devir está sujeito à geração e à corrupção. Um corpo que foi gerado deve naturalmente se desenvolver para depois se arruinar, e, sendo assim, cumprir a meta que lhe foi determinada pelo céu. No caso desse corpo vir a perecer antes mesmo de se desenvolver, essa meta não foi cumprida. No caso dos regimes políticos, que são vistos pelo autor como corpos vivos sujeitos às doenças, pode ocorrer que uma parte destes corpos não consiga cumprir a meta que lhe foi destinada pelo céu, e possa se corromper antes mesmo que a corrupção lhe venha como algo natural e inevitável. Portanto, cumprir a meta que foi destinada pelo céu é cumprir a ordem natural da vida; do nascer, desenvolver-se, envelhecer e perecer.

corrupção natural e inevitável que um dia atingirá toda e qualquer república, deve ser realizado a partir de uma renovação produzida por uma volta aos princípios de sua formação.

O autor chama a atenção para o fato de que deve haver, no princípio das repúblicas, alguma bondade; que uma vez preservada a sua memória e o seu valor educativo para a formação dos cidadãos que desejam imitar tais exemplos, possibilita, também, a renovação e a perpetuação de tal regime ao longo do tempo. São esses bons exemplos, que geralmente se encontram nos princípios das repúblicas, que devem inspirar os homens a seguir os bons costumes e, necessariamente, respeitar a justiça e a religião. A boa educação, filha de tais exemplos, é garantia da boa vida em oposição à má educação, corruptora da memória dos bons exemplos de uma república.

Maquiavel chama a atenção para o fato de que essa volta a tais princípios pode ser realizada tanto por meio de uma prudência interna (intrínseca), realizada por força das próprias ordenações da cidade, bem como, por meio de acontecimentos independentes de tais ordenações, que podem ser tanto internos quanto externos à vida da república, e que produzem grande efeito sobre a formação dos bons costumes dos cidadãos. Mas, é válido lembrar que, quando esses acontecimentos são externos à vida da república, eles geralmente se tornam mais ameaçadores à permanência da vida republicana do que aqueles acontecimentos restritos às entranhas da república.

Quanto a esses acontecimentos externos, de forte valor educativo para a renovação das instituições republicanas, Maquiavel faz referência ao exemplo histórico porque passou a República Romana, quando esta se viu na iminência de renovar as suas instituições para não se arruinar sem cumprir o que lhe foi determinado pelo Céu. No capítulo I do livro III dos *Discursos*, o nosso autor faz referência a um acontecimento externo que marcou a história da república romana, que foi a tomada da cidade de Roma pelos Galos (que ele chama de franceses) e, logo depois, retomasse a sua liberdade para produzir uma renovação das suas instituições republicanas e, conseqüentemente, dos bons costumes. Afirma o autor:

Quanto ao primeiro caso era necessário que Roma fosse tomada pelos franceses, para renascer e, renascendo, ganhar nova vida e nova virtù; e também retomar a observância da religião e da justiça, que lá começam a macular-se. [...] Portanto, ocorreu aquele golpe extrínseco, para que todas as ordenações daquela cidade fossem retomadas, e se mostrasse aquele povo que não só era necessário manter a religião e a justiça, mas também prezar os bons cidadãos e levar mais em conta a virtù deles, em vista de suas obras, do que as vantagens pessoais de que parecessem carecer. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 306)

O exemplo histórico que permitiu a Maquiavel pensar a reflexão acima nos foi legado pelo historiador Tito Lívio, e diz respeito a um acontecimento que remonta ao período histórico em que os Galos Senones⁶⁷ atacaram a cidade de Chiusi, na Toscana, na batalha de Aillia, em 388 a.C, quando invadiram Roma Antiga. O nosso autor faz referência a este acontecimento, tanto no capítulo 28 do livro II dos *Discursos*, como também o retoma neste já citado capítulo I do livro III da referida obra. A república de Roma, a pedido do povo toscano, havia mandado os três Fábios como embaixadores da cidade, para intimar os Galos a não travar guerra contra os toscanos. Os embaixadores romanos, encontrando os franceses e os toscanos em campo de batalha, trataram de entrar em guerra contra os franceses, violando o direito “*contra jus gentium*” e a função que lhes foi atribuída pela república, já que estes não se encontravam em guerra contra os romanos.

Inconformados com a situação, os franceses haviam enviado embaixadores junto aos romanos, pedindo que lhes entregassem os três Fábios, como forma de reparação à injúria cometida. Roma não só deixou de punir os três Fábios, como forma de acalmar a ira dos franceses, mas tratou de premiá-los. Dado o retorno destes à cidade, as ordenações romanas permitiram que fossem nomeados tribunos da plebe com poder consular. Esse acontecimento teve o efeito de aumentar mais ainda a ira dos franceses. Esse mesmo acontecimento também revelava uma corrupção em marcha na cidade, que andava a premiar os maus costumes, em vez de puni-los. Por meio desse acontecimento externo, Roma quase se tornou serva, como observa Maquiavel na passagem abaixo, ao atrair para si a indignação que os franceses nutriam contra os toscanos.

Indignação que se tornou ainda maior, porque, embora os franceses mandassem embaixadores para apresentar queixa de tal injúria ao senado romano, pedindo que, como reparação do dano, lhes fossem entregues os já citados Fábios, esses não só não lhes foram entregues nem de outro modo castigados, como também, ao chegarem aos comícios foram nomeados tribunos com o poder secular. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 286)

A invasão dos Galos Senones impôs grande medo aos romanos, porque poderia ter feito de Roma uma serva; prova disso é que os romanos ficaram restritos às ruínas do

⁶⁷ O acontecimento a que Maquiavel faz referência trata-se da invasão dos Galos Senones sobre Roma, em 388 a.C. Maquiavel toma estes povos como sendo franceses que invadiram Roma e quase decretaram o fim da república. Para aqueles que questionam um anacronismo do pensamento de Maquiavel, ao se referir aos galos como se estes fossem franceses, devemos apenas lembrar ao leitor que, por mais equivocado que nosso autor possa estar, a crítica do anacronismo não cabe a ele, já que, na época de Maquiavel, não existia a noção do anacronismo. O anacronismo é uma construção da historiografia romântica do século XIX e remonta a Johann Gottfried von Herder. Utilizamos o termo “franceses” simplesmente por ser este o termo usado por Maquiavel.

Capitólio, durante o ataque francês. Mas, uma vez tendo sido expulsos, a vida da república pôde se renovar. Como lembra Maquiavel, foram renovadas todas as ordenações da velha religião, que estava, aos poucos, sendo esquecida pelos cidadãos daquela república. Ao mesmo tempo, foram punidos os Fábios, que haviam, anteriormente, sido premiados com a sua desobediência. Passou-se a venerar homens de virtude, como representava a figura de Camilo – a sua lembrança constituía um exemplo a todos aqueles que desejavam combater a inveja que se desenrolava nas instituições republicanas de Roma.

Maquiavel continua a sua reflexão lembrando a necessidade dos homens que vivem juntos em uma república, de examinarem frequentemente as suas ordenações, para poder corrigi-las e renová-las; principalmente, levando em consideração os acontecimentos extrínsecos e intrínsecos, que por sua vez podem desencadear exemplos de forte valor educativo para a renovação necessária da vida republicana. Quanto aos acontecimentos intrínsecos, que podem servir de exemplos educativos para os cidadãos de uma república, o nosso autor fez a seguinte ressalva, no capítulo I do livro III dos *Discursos*:

Quanto a estes últimos, ou provém de alguma lei que muitas vezes reveja a conduta dos homens que pertencem àquele corpo, ou de algum homem bom que surja entre eles e que, com seus exemplos e suas obras virtuosas, produza o mesmo efeito de uma ordenação. Portanto, esse bem surge nas repúblicas por *virtù* de homem ou por *virtù* de uma ordenação. Quanto a esta última, as ordenações que fizeram a república romana voltar aos seus princípios foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis contra a ambição e a insolência dos homens. Ordenações que precisam ganhar vida graças à *virtù* de um cidadão que, corajosamente, faça de tudo para pô-las em prática, contrariando o poder daqueles que as transgridem. [...] Esse retorno das repúblicas aos seus princípios também pode decorrer simplesmente da *virtù* de um homem, sem depender de nenhuma lei que incite a execuções; no entanto têm eles tal reputação e é tão alto o seu exemplo que os homens bons desejam imitá-los e os maus se envergonham de viver de modo contrário a ele. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 307-308)

Na reflexão acima, Maquiavel afirma que entre os exemplos intrínsecos de valor fundamental para a renovação da vida republicana, estão aqueles oriundos das próprias ordenações; ordenações estas que têm ainda o poder de se renovarem, preservando algum bem dos seus princípios, em meio à corrupção que se encontra em marcha. Entretanto, uma vez que os costumes começam a se corromper, e tendo a maior parte dos homens que a dirigem um modo de vida pernicioso à vida republicana, para que esta se renove de forma ordenada é necessária a existência de um homem virtuoso. Este, com a sua prudência e coragem, pode

marchar contra a autoridade dos poderosos e levar a cabo o exemplo renovador da república, utilizando-se das próprias ordenações.

Neste sentido, Maquiavel faz referência a muitas das execuções, para ele de condição extraordinária, proporcionadas pelas ordenações da república romana, que faziam sempre com que os homens renovassem aqueles princípios; como podemos fazer referência ao exemplo renovador proporcionado pelas execuções dos filhos de Bruto, do frumentário Mélio, de Mânlio Capitolino, e tantos outros nomes – acontecimentos sempre notáveis e de forte valor educativo para os cidadãos daquela república.

Interessante também, da reflexão acima, é que a volta intrínseca aos princípios renovadores da república pode ser realizada independentemente das ordenações, com algum acontecimento que possa servir de exemplo para os cidadãos. Geralmente, esse acontecimento é marcado pelo exemplo virtuoso de algum cidadão que se tornou digno de referência pelos cidadãos de uma república. Seu exemplo se torna algo digno de imitação para aqueles homens que são tidos como bons e, ao mesmo tempo, referência de vergonha para aqueles que são maus e não conseguem imitá-lo ou mesmo se inspirarem nele. Maquiavel lembra que, em Roma, homens como Décius, Régulo, Fabrício, entre outros, produziam com os seus exemplos esse efeito que era digno de imitação pelos cidadãos.

Além do mais, é necessário perceber que, para o nosso autor, esse valor educativo do retorno aos princípios da república como forma de renovar as suas ordenações, deve ser constantemente praticado como uma maneira de preservar a memória dos exemplos que se tornaram referência para a cidadania republicana. Maquiavel aponta para o fato de que a distância temporal existente entre tais exemplos pode levar os homens a esquecer o seu valor educativo. Por isso, o autor sugere que a perda da memória dos valores educativos, que é proporcionada pelos bons exemplos, equivale a um estado de corrupção e decadência dos costumes; que uma vez rareando os bons exemplos, a república pode vir a se perder com a degeneração moral de sua matéria.

Maquiavel, na passagem abaixo, aponta de forma categórica para o fato de que, num intervalo máximo de dez anos de existência entre esses exemplos, a república romana teria sempre se renovado com prudência, se os acontecimentos renovadores não tardassem para acontecer. Mas o que aconteceu naquela república foi o contrário, pois uma vez que esses exemplos foram se tornando cada vez mais raros naquele *vivere civile*, essa situação acabou por arruinar e corromper os bons costumes daquela república, como lembra o nosso autor, na passagem abaixo:

Mas, quando elas começaram a ser mais raras, começaram também a dar ensejo a corrupção dos homens, e a imposição das leis começou a ocorrer em meio a maiores perigos e tumultos. Porque, entre uma e outra das execuções de que falamos acima, deveriam passar-se, no máximo, dez anos, pois, passando esse tempo, os homens começaram a mudar os costumes e transgredir as leis, e, se nada surgir que lhes traga a punição à memória e renove o medo em seus espíritos, logo se acumularam tantos delinquentes, que já não será possível puni-los sem perigo. [...] E, se as execuções acima citadas, aliadas a esses exemplos particulares, ocorressem a cada dez anos naquela cidade, ela, necessariamente, nunca se teria corrompido: mas, como essas duas coisas começaram a rarear, também começaram a multiplicar-se as corrupções. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 308-309)

Seguindo a reflexão acima, podemos dizer que, quando foram diminuindo esses exemplos, a corrupção foi aos poucos se alastrando pela matéria da república romana. Maquiavel retoma a ideia, já trabalhada anteriormente, de que uma vez a matéria corrompida, onde a parte ruim se tornou maior que a parte boa, os exemplos que falamos acima não terão efeito positivo para os cidadãos; nem estes nem outra saída que preserve as ordenações republicanas. Assim, afirma Maquiavel no livro III da referida obra, mostrando que numa sociedade corrompida esses exemplos não surtirão efeitos positivos sobre os homens, tornando-se mesmo algo ridículo e difícil de levar a cabo:

Porque, depois de Marcos Régulo, não mais se viu exemplo semelhante: e, embora tivessem surgido os dois Catões, foi tão grande a distância entre estes e aqueles e entre um e outro destes últimos, e ficaram eles tão sós, que com seus bons exemplos não podiam fazer boa obra; sobretudo o ultimo Catão, que, encontrando grande parte da cidade corrompida, não conseguiu melhorar os cidadãos com seu exemplo. E isto basta quanto às repúblicas. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 309)

Os bons exemplos deixarão de surtir efeito positivo para a renovação republicana, em uma situação em que a maior parte da matéria se encontra corrompida, e estes, em vez de serem imitados pelos homens, serão tidos como impraticáveis ou mesmo soarem como ridículos. Pois, em uma sociedade em que a matéria está corrompida, a educação não pode jamais ser boa, pois não há nem boas leis nem boa religião em tais repúblicas; conseqüentemente, não pode haver nem bons costumes nem boa educação.

Os conflitos existentes nas sociedades corruptas são sempre facciosos e danosos à liberdade republicana; conseqüentemente, nesta condição não pode haver os bons costumes nem a boa educação. Maquiavel nos leva a entender que a ausência da boa educação é condição da presença da má educação, e, conseqüentemente, da presença da corrupção numa matéria estragada pelos maus costumes.

Portanto, para o nosso autor, a corrupção em uma república pode ser observada pela **ausência das boas leis, da boa religião** e, conseqüentemente, **da boa educação** incutida nos homens. O autor aponta para esta última como uma forma de incutir nos homens a construção dos valores necessários à boa educação e à boa vida. É possível, através da educação, transformar os conflitos em liberdade política e, ao mesmo tempo, vencer a inveja, que geralmente atrapalha as boas obras dos bons cidadãos. A educação tem, também, o papel de infundir a bondade nos homens, combatendo a inveja e a corrupção presentes nas ordenações republicanas. Segue Maquiavel, no capítulo 30 do livro III dos *Discursos*, refletindo o tema:

A inveja se extingue de outro modo quando, por violência ou por causa natural, morrem aqueles que concorrem para alcançar a mesma reputação e a mesma grandeza, aqueles que, vendo que alguém tem mais reputação que eles, nunca conseguem aplacar-se e ter paciência. E quando são homens acostumados a viver numa cidade corrompida, onde a educação não tenha neles infundido nenhuma bondade, é impossível que se retratem em razão de qualquer acontecimento; e para cumprir sua vontade e satisfazer à sua perversidade ficariam felizes com a ruína da pátria. (MAQUIAVEL, 2007a, 411)

Para Maquiavel, as repúblicas fortes e os homens excelentes, que são frutos de tais repúblicas (onde são observadas as boas leis, a boa religião e onde a educação infunde os bons costumes, em oposição à corrupção), mantêm, em qualquer circunstância, o mesmo ânimo e a mesma dignidade. Para elucidar esse ponto de vista, o nosso autor se utiliza do exemplo histórico da república romana, onde os tempos difíceis não tornavam os homens medrosos ou humildes, mas procuravam sempre manter a mesma dignidade, diante do infortúnio que ameaçava a vida republicana.

O exemplo negativo da falha da educação incutida nos homens vem, também, da república de Veneza. Nesta, os homens, animados diante da boa fortuna, iludidos pela *virtù* e pelas armas que não possuíam, passaram a menosprezar o rei da França e, ao mesmo tempo, a Igreja Romana, acreditando ser a Itália pequena para os propósitos imperialistas dos venezianos. Como a sorte havia mudado de lado, depois da derrota de 1509 para a liga de Cambrai, trataram de mandar embaixadores ao Imperador, rendendo-lhes tributos, e escreveram cartas cheias de compaixão ao Papa, para que este lhes perdoasse. De um ânimo de aspirações imperialistas, Veneza passou, logo em seguida, para o desânimo de uma condição de rebaixamento, diante do descrédito de suas forças expansionistas.

A postura de Veneza é fortemente atacada por Maquiavel, que vê nesta mudança de ânimo, diante do infortúnio, a marca da debilidade de sua educação fraca e vã, em

comparação com a educação romana. O autor mostra que, levando em consideração a educação de um homem, numa determinada república, podemos ter uma ideia da matéria presente na mesma. Fazendo ressalva a Veneza, o nosso autor afirma a ideia de que o que se diz de um homem educado dessa maneira pode muito bem ser dito de muitos que foram educados de forma débil. Assim elucida o autor, no capítulo 30 do Livro III dos *Discursos*:

Porque tornar-se insolente na boa fortuna e abjeto na má é coisa que provém do modo de proceder e da educação recebida; e esta, quando é fraca e vã, torna o homem semelhante a ela; e, quando é diferente, também torna diferente o homem, pois, fazendo-o conhecer melhor o mundo, fá-lo-á alegrar-se menos com o bem e entristecer-se menos com o mal. E aquilo que se diz de homem apenas pode ser dito de muitos que viviam numa mesma república, homens que são feitos na mesma perfeição presente no modo como ela vive. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 416)

A partir dessa leitura de Maquiavel, esboçada acima, podemos reafirmar a dificuldade de numa república corrompidíssima se encontrar um homem prudente e bondoso, capaz de pôr a cabo a construção do principado civil, que mantenha a liberdade republicana com as suas ordenações, porém sob outra forma de governo. Pois, como lembra o autor, o que pode ser dito de um homem pode ser dito de muitos de uma mesma república, formados pela mesma educação débil e vã, corruptora dos homens que constituem a matéria da república. Uma matéria corrompida por uma educação corrompida dificilmente produzirá homem prudente e dotado de virtude; ao contrário, certamente produzirá futuros tiranos.

Para finalizar o tema, gostaríamos de chamar a atenção para uma leitura que em Maquiavel está sugerida, a respeito da relação entre corrupção e relações internacionais, mais especificamente, tratando do tema da expansão territorial do governo republicano; tema este que reafirma o sonho diurno de Maquiavel, de unificar politicamente a Península Itálica.

4.6 CORRUPÇÃO E CONTATOS EXTERNOS

Para Maquiavel, os contatos externos estabelecidos por uma república podem levá-la a se corromper de duas maneiras: i) as repúblicas podem se corromper, ao adquirir os costumes de outros povos, no estabelecimento de contatos externos que seriam frutos de relações comerciais entre a república e tais povos; ii) a corrupção da república pode se revelar, na fragilidade que esta demonstra, quando se coloca a necessidade histórica de uma expansão territorial. Essa fragilidade pode ser percebida tanto nas suas ordenações, que se revelam frágeis e impróprias para enfrentarem uma situação de expansão territorial, bem como naquilo

que Maquiavel chama de vingança silenciosa de povos que foram, outrora, invadidos e com o tempo corromperam os costumes dos dominadores com os seus costumes corrompidos.

Analisando a conjuntura política da Europa, a ideia de Maquiavel, já apontada anteriormente, é a de que a Alemanha, não estabelecendo contatos comerciais com essas regiões corrompidas do continente (França, Itália e Espanha), não adquiriu os costumes corrompidos de tais povos. Com esse exemplo, Maquiavel abre uma reflexão que permite pensar a corrupção a partir das relações comerciais entre os Estados – estes, por meio do contato com outros povos que não conheciam a corrupção, podem vir a se corromperem.

Os alemães, como lembra Maquiavel, contentaram-se com o que produziam em casa, não havendo razões para manter relações comerciais com tais povos, eliminando um dos motivos de um povo vir a se corromper com os costumes de outro, por meio do contato externo. Essa passagem do capítulo 55 do Livro I dos *Discursos* reflete essa relação entre corrupção e relações internacionais, que pode ser estabelecida por meio das trocas comerciais:

E isso provém de duas coisas: primeiramente, o fato de não terem relações com os vizinhos, porque nem estes foram à casa daqueles, nem aqueles à casa alheia, pois se contentaram em passar com os bens, em viver dos alimentos e em vestir as lãs que lhe são dados por sua terra; por isso foi eliminada a razão para quais quer relações e, assim, o motivo de corrupção, pois não puderam pegar os costumes franceses, espanhóis ou italianos, nações estas que, em conjunto, são a corrupção do mundo. (MAQUIAVEL, 2007a, p.161)

A passagem de Maquiavel ilumina essa possibilidade de pensar a corrupção a partir das relações comerciais estabelecidas entre os governos, provocando as trocas entre os costumes dos povos. Maquiavel utiliza outro exemplo histórico para mostrar como um povo pode se precaver de ser contaminado pela corrupção no contato com outros povos, que é a história da república espartana. Falando da duradoura união dessa república de caráter aristocrático, o autor aborda, num primeiro momento da sua história, o fato desta ter se constituído isoladamente durante muito tempo; e, dessa maneira, mantendo-se sem contatos externos, não teve motivos para se corromper. Falando de Esparta, Maquiavel faz a seguinte ressalva na passagem abaixo:

Mas duas coisas principais causaram essa união: uma foi, serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos; outra foi que, não aceitando forasteiros em sua república, não tiveram eles ocasião para corromper-se nem para crescer tanto que ela se tornar-se insuportável aos poucos que a governavam. (MAQUIAVEL, 2007a, p.29)

A despeito das duas passagens acima, podemos perceber como, por meio de trocas comerciais, uma república pode vir a se corromper, seja através das trocas realizadas no contexto externo com outros povos, ou mesmo trazendo estes para dentro da própria cidade, pelo motivo de estabelecimento de relações comerciais.

Entretanto, podemos dizer que Maquiavel não explora essa temática tornando-a clara no sentido de explicar o porquê das relações comerciais corromperem um povo não corrupto no contato comercial com outro povo corrupto. Esta ideia é mais uma ideia extemporânea do nosso autor, que soa um pouco estranha se pensarmos no contexto histórico em que vive; onde os contatos comerciais se intensificam de modo muito rápido, produzindo a riqueza das regiões onde o comércio marítimo, sobretudo, está em desenvolvimento.

Maquiavel (2007a) aponta, também, outra maneira de uma república vir a se corromper não mais por relações comerciais, mas através da dominação de uma república sobre um povo corrompido. O nosso autor lembra que essa maneira de se corromper pode até mesmo atingir as repúblicas que foram bem ordenadas para a expansão territorial, como é o caso de Roma. Neste sentido, se Roma, que foi bem ordenada para a guerra, corre esse risco, o que poderíamos pensar sobre repúblicas que não foram preparadas bem ordenadas para a expansão territorial? No capítulo 19, do Livro II dos *Discursos*, Maquiavel discute sobre o fato de que a expansão territorial pode tanto servir de exaltação para uma república, como produzir a ruína da mesma. O nosso autor lembra as sátiras de Juvenal, que denunciavam essa vingança silenciosa de povos de costumes corrompidos, que, uma vez dominados por Roma, iam penetrando os seus costumes na república. Afirma Maquiavel:

Ademais, as conquistas muitas vezes causam danos não pequenos às repúblicas bem ordenadas, quando é conquistada uma cidade ou uma província cheia de luxos [*delizie*], e é possível adquirir os costumes do lugar por meio do convívio que se tenha com a gente de lá: foi o que ocorreu primeiro a Roma, com a conquista de Cápua, e depois a Aníbal. [...] E, de fato, semelhantes cidades ou províncias vingam-se do vencedor sem batalhas e sem sangue, porque, insinuando neles os seus maus costumes, expõem-nos a ser derrotados por qualquer um que o ataque. E Juvenal, em suas sátiras, não poderia ser considerado melhor essa parte, ao dizer que, com as conquistas de terras estranhas, estranhos costumes haviam penetrado no peito dos romanos; e, ao invés da parcimônia e de outras excelentes virtù, “gula et luxuria incubuit, victumque ulciscitur orbem”. (MAQUIAVEL, 2007a, p.254)

Na passagem acima, o nosso autor chama atenção para o fato de que, por meio de conquistas dos povos de costumes corrompidos, os conquistadores podem se corromper com os costumes destes. Mas, o interessante é perceber que, se mesmo Roma, ordenada de maneira adequada para a expansão territorial, não está livre desse tipo de corrupção, o que poderíamos

dizer das repúblicas que não foram ordenadas para suprir tal propósito, ou mesmo daquelas que se utilizam de exércitos auxiliares para cumprirem essa tarefa? Certamente, a sua expansão de território trará, também, a sua própria ruína.

Maquiavel também percebe, no estudo dos contatos belicosos existentes entre os povos, outra maneira de os governos virem a se perder e se corromper diante da força do inimigo mais forte e melhor ordenado; e, neste sentido, pôr fim à vida de uma determinada república que não foi ordenada para a expansão territorial e que a corrupção já se encontra em sua marcha natural e inevitável.

No já discutido problema de encontrar alternativa política coerente para uma república que se encontre corrompidíssima, Maquiavel sugere prestar atenção na relação existente entre a decadência da república corrompida e as relações externas entre os estados ou governos que a cercam. Se uma república pudesse viver de forma isolada de outros povos, ela poderia viver infinitamente seus ciclos de governo, o que apontaria para a possibilidade de construção do principado civil como saída interna dessa situação de corrupção em que a república se encontra.

Mas, como lembra o nosso autor, na história da humanidade não há notícia desse viver de forma isolada. Dessa maneira, é provável que essa república tão logo enfraqueça, também padeça, tornando-se presa fácil de um governo externo mais poderoso e melhor ordenado que lhe faça de serva. Essa parece ser uma leitura mais realista e sugestiva de como uma república pode chegar ao término de sua situação corrompidíssima por meio de uma invasão externa.

Outro caminho possível como saída para essa república que se encontra numa condição corrompidíssima – enquanto saída interna, porém, mais realista e possível de acontecer na história, como lembra Maquiavel –, seria alguém se tornar tirano na cidade corrompida e pôr fim a vida republicana em decadência, em vez de construir um principado civil. A passagem abaixo, dos *Discursos*, faz ressalva ao fato de uma república corrompida se tornar fraca o suficiente e ser dominada por um estado próximo, sugerindo essa relação entre a corrupção e o contato externo:

E esse é o ciclo sendo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela: mas, supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro. (MAQUIAVEL, 2007a, p. 17)

Em outro momento, também, Maquiavel sugere essa relação existente entre a corrupção e o contato externo que é realizado pelas repúblicas. Vimos, no capítulo intitulado *República popular e sonho diurno*, que quando Maquiavel fez a sua opção política pelos conflitos da república popular romana, em oposição à paz da república aristocrática de Veneza e Esparta, o ponto crucial de sua escolha residia no fato de que somente uma república como a de Roma poderia ensinar, de forma mais adequada, os caminhos da ampliação territorial e da unificação política da Itália a uma república italiana do seu tempo de vida; condição necessária à boa vida dos cidadãos da península.

Maquiavel explicou que tais repúblicas aristocráticas e duradouras se mantiveram bem quando se preservaram dentro das suas próprias fronteiras. Entretanto, quando a história colocou a necessidade ou a condição de se expandirem territorialmente, de se ampliarem, elas fracassaram e promoveram, por outro lado, as suas próprias ruínas. Portanto, quem deseja ordenar a construção de repúblicas como as de Esparta e Veneza, como bem lembra Maquiavel, deve de todo proibir estas repúblicas de fazer conquistas, ou estas se tornarão o motivo de suas ruínas. Isso, porque não foram ordenadas com esse propósito. Na passagem abaixo, o nosso autor relata o malogro revelado nas experiências históricas de Veneza e Esparta, de tentarem se expandir; e que resultou em suas ruínas:

Foi o que ocorreu a Esparta e Veneza: destas, a primeira, depois de submeter quase toda a Grécia, mostrou num mínimo acontecimento como era fraco seu fundamento; porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república. Veneza, de modo semelhante, depois de ter ocupado grande parte da Itália – e a menor parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia –, quando precisou dar provas de suas forças, perdeu tudo numa batalha. (MAQUIAVEL, 2007a, p.31)

Ambas as repúblicas citadas por Maquiavel não serviriam de exemplo para uma imitação adequada rumo à unificação da Itália. No caso de Esparta, porque não foi ordenada para o feito da expansão territorial; no caso de Veneza, além de não ter sido ordenada para essa expansão, as chances de levar a cabo um projeto como esse se tornava impossível. Com efeito, para essa, como para qualquer outra república italiana do seu tempo, era comum o recurso aos exércitos mercenários, comumente chamados por Maquiavel de exércitos auxiliares, para cumprir essa necessidade histórica tão sonhada pelo autor. Afinal de contas, Veneza havia conquistado a maior parte dos territórios com dinheiro e astúcia, e não com as suas próprias forças.

No já citado capítulo 19, do livro II dos *Discursos*, Maquiavel censura a República de Florença e Veneza, por estas buscarem a expansão territorial de uma maneira mal ordenada, baseada no dinheiro, em vez da força; e por não seguirem o exemplo romano, que mostrava o caminho adequado não só à unificação política da Itália, mas também da expansão territorial. Segue Maquiavel, exaltando o modelo romano e censurando as repúblicas que não aumentaram as suas forças porque não buscaram a expansão territorial com exércitos próprios.

E quem se governa de outra maneira não procura sua vida, mas a morte e a ruína, pois nesse caso as conquistas são danosas de mil modos e por muitas razões, porque é possível obter império, sem por isso obter forças; e quem obtém império sem forças, em conjunto, arruína-se. E não pode conquistar forças quem empobrece com as guerras, ainda que saia vitorioso, pois gasta mais com as conquistas que do aquilo que delas extrai: como ocorreu com os venezianos e os florentinos, que ficaram muito mais fracos com a conquista da Lombardia, por um, e a Toscana, por outro, do que eram quando um se contentava com o mar e o outro com seis milhas de território. Porque tudo proveio de terem desejado conquistar, mas de não terem sabido como fazê-lo: e mais reprovação merecem e menos desculpas têm porque, conhecendo o modo como os romanos fizeram tais coisa poderiam ter seguido o exemplo deles, ao passo que os romanos, sem exemplo algum e apenas guiados pela prudência souberam descobrir tais coisas por si mesmos. (MAQUIAVEL, 2007 a p. 254)

Maquiavel e outros pensadores políticos do período censuravam as repúblicas italianas por não possuírem exércitos próprios; eles percebiam nessa ausência uma das marcas da decadência Italiana e da corrupção reinantes nos governos da península. No capítulo 12 e 13 de *O Príncipe*, o nosso autor já havia tratado do problema e mostrado como são danosas as tropas auxiliares a todos aqueles que recorrem a elas. Lutando com estas, os principados e as repúblicas estão mais preparando sua ruína do que sua exaltação.

No capítulo 20 do livro II dos *Discursos*, Maquiavel retoma essa discussão de refletir os perigos que incorrem tanto aos príncipes, bem como às repúblicas que se utilizam de tropas mercenárias ou auxiliares em suas investidas bélicas. Essa reflexão de Maquiavel permite reforçar a ideia de que as repúblicas italianas do seu tempo não estavam preparadas para a unificação da Itália, nem muito menos para uma expansão territorial, pois dependiam do uso de tropas mercenárias para suas conquistas. Sobre o malefício causado por elas, Maquiavel faz a seguinte leitura:

Digo, portanto, de novo, que de todas as espécies de soldados, os auxiliares são os mais danosos: porque o príncipe ou a república que os emprega como

ajuda não tem autoridade alguma sobre eles, pois só tem autoridade quem os manda. Porque são auxiliares os soldados que te são mandados por um príncipe, como disse, sob o comando de seus capitães, sob suas insígnias e pagos por ele. [...] Portanto, um príncipe deve preferir qualquer outra medida ao recurso de levar para seu estado, para a sua defesa, milícias auxiliares, sempre que for possível confiar nelas inteiramente; porque qualquer pacto, qualquer convenção com o inimigo, por mais duros que sejam serão mais leves do que tal recurso. (MAQUIAVEL, 2007, p. 256-257)

Pelo que já foi dito, podemos reafirmar a ideia do nosso autor, de que o exemplo romano é o mais adequado à unificação da Itália e a uma preparação para a expansão territorial. Roma, portanto, era o exemplo republicano melhor ordenado para servir de orientação para a ação a ser desenvolvida no presente – uma república popular com ampla participação dos cidadãos no exército republicano. Contudo, é válido lembrar que, para Maquiavel, o sonho diurno de unificação política da Itália era mais importante do que uma expansão territorial com a construção de um império. Isso fica claro quando o autor aponta para o fato do exemplo romano ser o melhor para realizar ambas as tarefas de unificação e posterior expansão territorial, mas exalta, ao mesmo tempo, os homens do seu tempo, ao perceber que pelo menos a unificação da península pode ser realizada com outro modelo de república, que seria bem ordenada para uma unificação territorial sem pretensões imperialistas.

Entretanto, é necessário dizer que uma república que formasse uma confederação ou uma liga entre cidades republicanas poderia levar a cabo a unificação da península, como mostra o exemplo dos antigos Toscanos (etruscos) e outros povos enumerados pelo autor. Nesse modelo de formação de uma liga de cidades repúblicas, a unificação territorial é possível, mas a ordenação não está preparada para ir além, rumo a uma maior expansão territorial.

No capítulo quarto do livro II dos *Discursos*, Maquiavel reflete a ideia de que as repúblicas desenvolveram três formas de ampliar os seus territórios, ao longo da história: o exemplo romano, o grego e o das ligas entre cidades republicanas. Nesse capítulo, exalta o exemplo romano, condena o exemplo grego de se expandir criando súditos e procura valorizar o exemplo de formação de ligas entre cidades repúblicas. Considera que, se o exemplo romano é difícil de ser imitado no tempo presente pelos italianos, então que esses busquem pelo menos inspiração no exemplo dos antigos Toscanos, para levar a cabo essa unificação tão necessária à Península Itálica. O modo de proceder dos Toscanos tem a virtude de não se fazer guerra com facilidade e de manter aquilo que foi conquistado. Mas, por outro lado, tem a

fraqueza de não deliberar no tempo adequado quando se decide por uma guerra, por exemplo. Assim, afirma Maquiavel, convocando os italianos a pelo menos imitarem o exemplo dos Toscanos, já que a imitação dos romanos parece ser mais difícil:

O modo de proceder das Ligas, sobre o qual falamos, que era seguido antigamente por toscanos, aqueus e etólios, e hoje pelos suíços, é o melhor, depois do romano; porque, com ele não permite grande expansão, seguem-se dois benefícios; um é que não se entra em guerra com facilidade; outro é que se conserva com facilidade aquilo que se conquista. A razão de não ser possível a grande expansão está no fato de se ter uma república dividida [*disgiunta*] e com várias sedes, o que cria dificuldade para consultas e deliberações. [...] E, mesmo que a imitação dos romanos parecesse difícil, não parecia ser difícil imitar os antigos Toscanos, sobretudo para os toscanos de hoje. Porque, se aqueles, pelas razões aduzidas, não puderam criar um império semelhante ao de Roma, conseguiram conquistar na Itália o poder que aquele modo de proceder permitiu. (MAQUIAVEL, 2007a, p.198-200)

Com essa reflexão, Maquiavel busca, tanto no exemplo romano como no toscano, os remédios para uma unificação da Península Itálica, sem que essa venha a se corromper com os contatos externos, ao anexar às suas conquistas povos corrompidos. Infelizmente, para o autor, a Itália do seu tempo não foi capaz de imitar nem um nem outro exemplo; pelo contrário, optou pelo pior de todos, que é a utilização das tropas mercenárias ou auxiliares nas guerras. E, se a fraqueza das ordenações não lhe permitia construir exércitos próprios, foi porque também não era possível introduzi-los onde os homens estão com os costumes corrompidos. Como efeito dessa situação, a educação corrompida, que é proveniente dessa mesma condição histórica, não há possibilidade de introduzir armas com prudência e eficiência. O nosso próprio autor sentiu na pele essa situação, quando malogrou o seu projeto de construção de um exército popular na república de Florença; projeto que criou grande desconfiança nas famílias importantes de Florença. Na sua *Arte da Guerra*, Maquiavel deixa essa imagem de como não se pode introduzir armas de maneira bem ordenada onde a matéria da república está corrompida.

No livro VII da referida obra, Maquiavel fala, por meio do personagem Fabrício, dessa dificuldade de se construir um exército bem ordenado, segundo os antigos, em meio à maldade dos homens na corrompida Itália:

E nunca teria sido possível a nenhum deles, ainda que homem cheio de todas as qualidades, fazer algo de louvável em terras alheias, cheias de homens corrompidos, não habituados a obediência honesta. Na Itália, portanto, não basta saber comandar um exército constituído, mas antes é necessário saber constituí-lo e depois saber comandá-lo. [...] Mas, voltemos aos italianos, que,

por não terem príncipes sábios, não adquiriram boas ordenações, e, por não terem tido as necessidades que tiveram os espanhóis, não as adquiriram por si mesmos; e, se tornaram a vergonha do mundo. [...] Disso só se pode concluir que as costumeiras ordenações não eram e não são boas; e das novas ordenações não houve ninguém que se soubesse aproveitar. E não acrediteis jamais que se possa devolver a boa reputação aos exércitos italianos, a não ser pelas vias que mostrei e por intermédio daqueles que governam grandes estados na Itália; porque essa forma pode ser impressa nos homens simples, rudes e decentes, mas não nos maldosos, malcriados e estrangeiros. (MAQUIAVEL, 2006, p. 221-223)

Pelo que foi dito, é válido lembrar que sempre que o nosso autor fez o diagnóstico da presença da corrupção como uma doença que ameaça a vida republicana, ele procurou também os remédios para curar tal doença. No caso específico dos exércitos, é necessário lembrar que Maquiavel condena aquele que, enquanto homem privado, faz da guerra a sua arte, apontando para o fato de que devem os principados e as repúblicas condenarem esse tipo de uso privado da guerra e transformar essa arte em arte pública, controlada diretamente pelas ordenações do governo – eis o remédio contra aqueles que fazem da guerra a via privada dos seus ganhos.

No livro primeiro da Arte da Guerra, o nosso autor deixa, nas palavras de Fabrício, esse cuidado que os príncipes e as repúblicas devem ter, de transformar a guerra em arte sua.

Sobre isso digo que, sendo essa uma arte da qual os homens de qualquer tempo não podem viver honestamente, só pode ela ser usada como arte por uma república ou por um reino; e estes, quando bem ordenados, jamais consentiram que nenhum cidadão ou súdito seu fizesse da guerra arte; e nenhum homem bom jamais a exerceu como arte particular sua. (MAQUIAVEL. 2006 p. 11)

Maquiavel não desenvolveu uma reflexão mais aprofundada sobre a relação existente entre corrupção e contatos externos, porém, as suas indicações permitem problematizar a relação entre a corrupção e os contatos externos de natureza econômica, ao mesmo tempo. A partir desse autor, podemos pensar que as repúblicas que desejam se ampliar precisam estar bem ordenadas para essa tarefa, como fizeram os romanos e os toscanos; do contrário, encontrarão as suas ruínas, como os espartanos e os venezianos. Estes últimos não só não condenavam o uso dos exércitos mercenários na guerra como os utilizavam de forma recorrente. Além do mais, no caso da dominação externa é necessário prestar atenção à vingança silenciosa que povos dominados lançam sobre os costumes dos dominadores. Maquiavel não explora o tema que relaciona a corrupção aos contatos externos

suficientemente, mas, mesmo assim ele aponta caminhos que uma pesquisa futura poderá percorrer.

Se a corrupção se faz natural e inevitável, é necessário que as repúblicas construam governos mistos como remédios, para pelo menos retardá-la. Quando a corrupção tem origem na desigualdade de riqueza existente entre os cidadãos, fazendo com que os poderosos se apropriem das instituições republicanas, o remédio é justamente fazer com que o público se torne rico em meio à pobreza e igualdade entre os cidadãos. Se as ordenações e as leis já não são boas porque a matéria da república se modificou, é necessário modificar as ordenações para dar sustentação às novas leis criadas para combater a corrupção. Se a religião não produz os valores corretos, é necessária a boa religião, para juntamente com as boas leis, permitir à república uma educação adequada à coisa pública. Ao mesmo tempo, transformando a arte da guerra em algo exclusivamente sua, as repúblicas remediavam a doença oriunda da utilização dos exércitos mercenários na guerra.

Com essa exposição, pretendemos afirmar a amplitude da reflexão de Maquiavel sobre a corrupção. Se Maquiavel não optou por construir um conceito de corrupção, tal qual a filosofia costuma se movimentar, por outro lado, abriu possibilidades para se pensar o problema levando em consideração não apenas o plano realista de seu pensamento, mas também, as questões éticas que são necessárias para pensar a superação da doença da corrupção, tão comum nos governos republicanos do tempo de Maquiavel.

6 CONCLUSÃO

Na presente tese, intitulada *Maquiavel e a Corrupção: doença e remédio*, procuramos fazer uma reflexão a respeito do pensamento republicano de Nicolau Maquiavel. Aceitamos e desenvolvemos uma interpretação sobre a compreensão de que esse autor foi um pensador assumidamente de convicção republicana. Vimos, a partir do primeiro capítulo da tese, que, não obstante a convicção desse autor pela república como melhor forma de governo, a imagem perpetuada dele, ao longo do tempo, foi a do famigerado maquiavelismo. Entretanto, vimos que, a partir da década de 1970 do século XX, a imagem do Maquiavel republicano que já existia começou a se difundir no sentido de se consolidar, e por sua vez relativizar a força interpretativa de um Maquiavel defensor dos principados como a mais adequada forma de governo.

Afirmamos a interpretação de que, quando o nosso autor pensa o problema da corrupção nas experiências republicanas, ele desenvolve a sua reflexão no propósito de compreender, ao mesmo tempo, o diagnóstico da corrupção e os remédios adequados à sua superação. Buscando construir uma imagem singular do pensamento de Maquiavel, inspirada em Marco Geuna (1998; 2005), afirmamos, ao mesmo tempo, que o nosso autor pensa o problema da corrupção tanto à maneira do cientista político, procurando compreender a verdade efetiva da coisa, bem como à maneira do filósofo prático, que busca refletir, a partir dos juízos de valor, o melhoramento e a consequente transformação do mundo.

Quando definimos o terreno da filosofia, a sua essência e o seu fundamento como sendo o lugar por excelência da construção de conceitos, a muitos pensadores seria negado o estatuto de filósofo. É o caso de Platão, que não concentrou sua filosofia em construir conceitos, pensando a filosofia a partir dos diálogos sem se prender à classificação das categorias. Da mesma forma, Maquiavel por ser um pensador do devir e da história política teria também seu estatuto de filósofo questionado. Por outro lado, acreditando na ampliação do horizonte de realização da filosofia, afirmamos o ponto de vista que para além do mero problema do conhecimento, pensado pela filosofia como construção de conceitos, existe toda uma atitude filosófica que se pretende capaz de transformar a realidade em algo melhor. Essa atitude filosófica de dimensão ética, de buscar uma maneira de se conduzir no mundo e de transformá-lo em algo melhor não pode deixar de ser uma referência fundamental para a filosofia.

Maquiavel procura construir um pensamento político que lhe permita agir na cena política. Nesse sentido, a história não é vista apenas como uma forma de compreender a

realidade, mas como sendo uma fonte de inspiração para a ação política. Quando na história não forem encontrado os remédios adequados à ação política do presente, ou quando estes são encontrados, mas não podem ser aplicados por razões diversas. Só resta ao filósofo a ética como forma de conduta adequada para suportar o efeito da roda da fortuna girando ao contrário. Podemos dizer que o estatuto filosófico de Maquiavel aparece muito mais em uma preocupação ética com a ação política dos homens do que na construção de conceitos. Se Maquiavel não constrói uma definição conceitual da natureza da corrupção, é legítimo atribuímos a esse autor um conceito de corrupção sob a negação do seu estatuto filosófico? Na tentativa de construirmos esse conceito estaríamos cometendo anacronismo? A postura ética do filósofo Maquiavel trocaria essas duas questões por outra. Pensando a reflexão de Maquiavel sobre a corrupção, poderíamos nos questionar sobre quais os remédios deveríamos extrair de sua leitura para medicar a doença da corrupção nas repúblicas do presente? Essa questão sugerida da discussão sobre o estatuto filosófico do autor aponta para um caminho de reflexão que condiz com aquele que afirma uma preocupação em materializar o pensamento na transformação do mundo.

Concluimos, também, no segundo capítulo da tese, que este pensador fez a sua opção pela experiência histórica republicana de Roma Antiga, ao fazer a defesa de que a forma republicana é a melhor forma de governo, e que somente nesta pode ser garantida a liberdade política dos cidadãos. Esta experiência política, para Maquiavel, era a mais adequada a ser imitada por uma república italiana do seu tempo. Isto porque Roma se revelou, para o nosso autor, como a referência histórica mais adequada para ser imitada, e para ajudar a península a cumprir a sua maior necessidade política. Essa necessidade seria suprida com uma ampliação territorial e, neste sentido, poderia servir de exemplo a uma futura unificação política da Península Itálica. Vimos que a unificação política da Itália era o maior sonho diurno de Maquiavel, que sonhava com uma Itália forte e unida, capaz de evitar o avanço das recentes potências absolutistas em formação.

Roma era o exemplo a ser imitado por dois motivos: porque a sua forma republicana mista se apresentava como a mais duradoura ao longo da história, e porque conseguiu transformar os conflitos políticos, naturais e inevitáveis de sua república, em liberdade política com ampla participação popular nas instituições republicanas. Isto se deu porque essa república fez com que esses conflitos se desenrolassem nas regras institucionais republicanas. Ao criar os Tribunais da Plebe, construiu a instituição por meio da qual os conflitos foram canalizados nas regras da República. Neste sentido, podemos dizer que é na república popular armada de Roma, com ampla participação do povo na vida republicana, que este mesmo povo

aparece como o segmento que deve ter a responsabilidade de guardar a liberdade política. Nesse ponto, Maquiavel se mostra contrário ao próprio historiador Tito Lívio, ao valorizar a ampla participação popular na vida republicana e na guarda da liberdade; quanto mais o povo assume a responsabilidade e participa dos assuntos republicanos, mais uma república pode ser conduzida de uma forma melhor ordenada.

A opção republicana de Maquiavel pelos conflitos políticos foi uma novidade lançada pelo autor em meio a muitos pensadores republicanos que faziam o elogio da paz como sendo o alvo a ser seguido na construção de uma república bem ordenada. Ao propor a construção de regras para o desenrolar dos conflitos políticos, o nosso autor não pode ser considerado um democrata pela simples razão de não falar em democracia nos seus escritos, ou mesmo porque a Florença de sua época não vivenciou uma experiência democrática ao ponto de formar os homens em conformidade com esse valor político. Porém, a sua teoria da positividade dos conflitos políticos lança um olhar que serve de exemplo renovador, fonte de inspiração para o aprimoramento da democracia nas instituições republicanas do presente.

Maquiavel assumia a interpretação de Políbio, de que o valor da República Romana deveria ser compreendido na observação de sua constituição. Entretanto, como lembra Genaro Sasso⁶⁸, Maquiavel foi mais longe do que Políbio, ao perceber que o valor da constituição romana residia no fato desta constituição se adaptar com facilidade à mudança anunciada pelos novos tempos e pelas transformações sociais e políticas. Parece significativo pensar que essa adaptação aos novos tempos se origina justamente da positividade dos conflitos políticos, que tanto podem originar novas instituições que aperfeiçoem a república como podem renovar aquelas que já existem. Como lembra o nosso autor, a boa educação é gerada pelos bons costumes, e os bons costumes vêm das boas leis; e estas últimas são geradas pelos conflitos existentes na cidade.

Neste sentido, podemos dizer que a liberdade republicana é fruto dos conflitos políticos que são bem ordenados nas regras da coisa pública. Portanto, existe uma disputa nas entranhas da república, de onde pode emergir tanto a liberdade política como a guerra entre as facções. Essa perspectiva de Maquiavel estimula a participação do povo nas instituições

⁶⁸ Nessa passagem, Genaro Sasso explora as diferenças entre as visões de Políbio e Maquiavel, quando explicavam os motivos da grandeza da república Romana: “In Machiavelli, per contro, il critério della grandezza e l’origine dell’impero sono individuati non nell’eccellenza della costituzione, astrattamente concepita nella perfezione delle sue corrispondenze interne; ma nella sua capacità di mantenere il contatto con le cose che di continuo, mutando, propongono la loro sfida alle costruzioni politiche degli uomini. [...] In Machiavelli, il primum è individuato nelle cose e nella loro incessante mutevolezza; o, se si preferisce (ed è più giusto, senza dubbio, dire così) nella plastica capacità che la costituzione deve darsi di controllare all’origine il movimento della realtà e di fare della novità che di continuo essa introduce nel quadro delle leggi e degli ordini il fondamento sul quale riformulano se medesime” (SASSO, 1984, p. 16).

republicanas, trabalhando ao mesmo tempo a responsabilidade desse povo frente à construção da coisa pública. Maquiavel cobra dos cidadãos republicanos a necessidade de uma maior responsabilidade e participação na construção do *vivere civile*.

Podemos dizer que a democracia exige uma ampla participação dos cidadãos nos assuntos da vida política, para que possa ser realizada de uma maneira adequada e coerente com a coisa pública. A teoria da positividade dos conflitos políticos⁶⁹, em Maquiavel, pode servir de inspiração para o cumprimento dessa exigência democrática, já que a sua teoria cobra dos cidadãos a responsabilidade para o bom funcionamento da república e de suas instituições. Para Maquiavel, dependendo da participação popular e dos canais institucionais que possam disciplinar os conflitos políticos entre os cidadãos, podemos falar da presença da liberdade política ou mesmo de sua ausência. Portanto, existe uma disputa que gera a liberdade, e dessa forma, esse valor pode ser tanto alimentado como perdido, no sentido em que ele não é um atributo da natureza humana, mas é fruto de uma disputa pela condição de cidadania presente na vida republicana.

No terceiro capítulo, concluímos que os autores trabalhados ao longo da tese, naquilo que diz respeito a uma interpretação do problema específico da corrupção em Maquiavel, sempre que abordaram esse tema, o fizeram relacionando-o a outra temática republicana. Pocock (2008), enfocando o par virtude/corrupção, compreende essa doença fundamentalmente a partir de sua raiz predominantemente moral, que tem origem na natureza do homem. Skinner (1996), preocupado em opor a corrupção à liberdade republicana, afirmou a sua natureza contrária à coisa pública, ao mesmo tempo construindo uma interpretação de que Maquiavel, quando pensou a corrupção, apenas atualizou uma preocupação dos retóricos (Ciceronianos), presente na Península Itálica há pelo menos três séculos. Diferentemente de Pocock (2008), esse autor afirma a interpretação, da qual compartilhamos, de que a corrupção tem uma origem econômica.

⁶⁹ O professor José Luiz Ames, em seu trabalho intitulado *Republicanism conflitual e agonismo democrático pluralista: um diálogo entre Maquiavel e Chantal Mouffe*, discute as possíveis contribuições da teoria da positividade dos conflitos políticos de Maquiavel para a democracia contemporânea. Nestas contribuições ele aponta para o fato de o poder ser encarado como um lugar vazio, e faz ressalvas ao abandono de toda utopia e da ideia de bem comum. Afirma Ames: “Primeiro, *o poder é um lugar vazio* e, por isso, como demonstrou Claude Lefort, ‘aqueles que exercem a autoridade política nunca podem reivindicar a sua apropriação’. [...] Pelo contrário, ‘é a afirmação de um modo de coexistência, em certas fronteiras, de tal sorte que ninguém tem autoridade para decidir assuntos que dizem respeito a todos, isto é, para ocupar o lugar do poder. A coisa pública não pode ser coisa de um só ou de uma minoria’. [...] A segunda conclusão, *o abandono da utopia*: uma sociedade absolutamente livre é não a realização da perfeição humana, e sim a concretização de uma vida política degradada ao máximo. [...] Partindo da centralidade do conflito, a possibilidade de uma vida coletiva está condicionada a afirmação da política como o lugar da heterogeneidade dos desejos. Em semelhante quadro o ‘bem comum’, ou o ‘comum’ desse bem, não tem mais como ser identificado, pois ele não se coloca mais sobre o plano de um bem partilhado por todos”. (AMES, 2012, p. 17.).

Bignotto (1991), preocupado em refletir a liberdade republicana em oposição à corrupção, concentrou-se em explicar como a corrupção impõe limites à ação do homem. A presente tese concorda com o seu ponto de vista, segundo o qual a explicação da origem da corrupção, em Maquiavel, não pode ser baseada na natureza do homem. Bignotto (1991) procurou, ao mesmo tempo, compreender a manifestação da corrupção a partir de sua dimensão natural e inevitável, numa observação de como esta se revela na própria história, ao impor limites à ação dos homens. O mesmo, porém, percebeu o problema da corrupção, em Maquiavel, sob uma ótica que minimiza os esforços deste, em buscar os remédios para sanar esse mal.

Martins (2008b), preocupado em discutir os fundamentos da República, ao focar o problema da corrupção em Maquiavel, concentrou-se, principalmente, na leitura do livro primeiro dos *Discursos*. Diferentemente das visões anteriores, a sua explicação sobre a causa geradora da corrupção deve ser vista na desigualdade política existente entre os cidadãos da república. Esse autor se concentra em afirmar que a construção do principado civil seria a saída mais adequada para resolver o estado “corrompidíssimo” em que se encontra qualquer república que queira manter a sua ordem minimamente institucionalizada. Já a tese que expomos é a de que, para Maquiavel, uma vez que a república se tornou corrompidíssima, certamente encontrará a sua ruína; ou seja, a sua corrupção. Esta é provável que resulte tanto de uma invasão externa, bem como da ascensão de uma tirania oriunda das suas próprias entranhas.

Podemos dizer que a crítica elaborada na presente tese, sobre as interpretações que tais autores construíram sobre a corrupção, em Maquiavel, reside no fato de que estas não focaram suas reflexões no ponto específico da corrupção; e, talvez por isso, não buscaram reunir os vários discursos do autor, dispersos ao longo de suas obras republicanas sobre esse problema específico, para construir uma análise sobre o tema. Geralmente, as suas reflexões se localizaram nos capítulos 16, 17 e 18 do livro primeiro dos *Discursos*.

No quarto capítulo, a partir da reunião desses vários discursos de Maquiavel sobre a corrupção, e a partir da elaboração de uma proposta de leitura dos mesmos, organizados por temas, concluímos que, quando o nosso autor fala de corrupção, ele a compreende como uma doença. Maquiavel não define a natureza dessa doença, mas, a partir dos seus escritos, sabemos que ela se manifesta de várias formas; e, neste sentido, esse autor procura os remédios adequados à cura desse mal que afeta a liberdade republicana. A tese exposta é a de que, quando Maquiavel faz o diagnóstico dessa doença, ele pensa como um cientista político; e quando busca os remédios para curar essa doença, ele realiza a atividade da filosofia prática,

que busca construir a transformação da realidade em algo melhor – combater a corrupção e trabalhar para a construção da boa vida se tornaria inviável sem discutirmos os valores do bem e do mal. Sendo assim, o diagnóstico da doença da corrupção é papel da ciência, enquanto a busca dos remédios que a combatem é uma tarefa da ética.

Partindo da compreensão da corrupção como uma doença, concluímos que os remédios, apontados por Maquiavel, para combater esse mal, são de naturezas diversas. Quando fez o diagnóstico de que a corrupção, em sua dimensão mais ampla, é algo natural e inevitável a qualquer corpo vivo, a tudo que pertence ao devir, Maquiavel apontou a república mista como a forma republicana mais duradoura e mais adequada para retardar esse processo natural e inevitável que é da natureza de qualquer regime político. Quando fez o diagnóstico de que a doença da corrupção pode se originar de uma desigualdade econômica existente dentro de uma cidade, com os poderosos ocupando os postos públicos em benefício próprio, um dos remédios encontrados por nosso autor dizia respeito ao fato de que a república bem ordenada deve manter pobres os cidadãos, em meio à riqueza do público. Se esse remédio não for possível é necessária a presença de instituições bem ordenadas para frear a ambição dos ricos e impedir que estes ganhem reputação pela via privada, sempre perniciosa para a coisa pública.

É necessário lembrar que, para que as instituições de uma república se mantenham bem ordenadas e combativas à prática da corrupção, elas devem sempre se adaptar aos tempos. Se os tempos corromperam os costumes dos homens, as ordenações que até então eram boas, deixariam de sê-las. O remédio para lidar contra a ação corruptora dos tempos, sobre o costume dos homens, é que essas ordenações também se transformem, adaptando-se a estes e criando o fundamento adequado para a construção de novas leis, para que estas venham a ter o efeito desejado. Podemos concluir, ainda, que para nosso autor, a obediência às leis e à boa religião são causas diretas dos bons costumes e da boa educação. Concluímos que onde existem boas leis e boa religião, existem necessariamente os remédios adequados para sanar a corrupção reinante no uso dos exércitos mercenários, e introduzir o exército popular republicano como forma prudente e bem ordenada para uma ampliação territorial.

Para que esses remédios promovam a cura desejada é necessário que os cidadãos participem da vida republicana; pois somente por meio da positividade dos conflitos políticos, com os cidadãos assumindo as suas responsabilidades perante o *vivere civile*, que a corrupção pode ser controlada e a liberdade construída, e pode ser garantida a aplicação dos remédios a ser praticados no combate à doença da corrupção.

Um exemplo contemporâneo pode ilustrar bem essa perspectiva, de inspiração maquiaveliana, da participação popular como forma de combater a corrupção presente nos governos republicanos. Se observarmos a história da nova república brasileira, nesses vinte quatro anos de regime democrático, que se estendem de 1988 a 2012, podemos dizer que a corrupção tem sido um dos maiores obstáculos a ser superado para a construção da liberdade política dos cidadãos dessa república. Os casos de corrupção, ao longo desse período, foram muitos, e a constante falta de punição dos culpados criou um sentimento de impunidade que tem um efeito contrário ao desenvolvimento da coisa pública e da liberdade política dos cidadãos dessa jovem república. Inspirado em Maquiavel, Martins (2008)⁷⁰ afirma que casos de corrupção acontecem em qualquer instituição republicana, mas o que diferencia uma instituição corrupta de uma não corrupta é o fato de que esta última pune os corruptos, enquanto a outra os premia.

A partir das colocações de Maquiavel, poderíamos nos perguntar se nessa república a corrupção presente em muitos daqueles que a dirigem (a cabeça do corpo republicano), espalhou-se para o tronco e membros da república (a matéria, o povo). A partir de Martins (2008), poderíamos nos questionar também quais as instituições que deveriam ser reformadas nessa república; certamente, são aquelas que não conseguem punir os casos de corrupção. Esse autor se pergunta a respeito do Brasil ser, ou não, um país corrupto; e responde que sim, que esta corrupção é endêmica em nosso país; lembra-nos, todavia, que existe uma disposição para combatê-la. Estaria o autor pensando no principado civil como saída para o Brasil? A partir dos escritos de Maquiavel é difícil reconhecer o ponto limiar, a fronteira que separa uma república corrompida de uma república corrompidíssima, onde a corrupção tenha se tornada endêmica; uma república em que suas instituições podem ser renovadas de uma república onde sua ruína é coisa certa. No caso do Brasil, existem motivos para acreditar que a corrupção tão presente na cabeça que dirige o corpo da república (As instituições políticas) ainda não se alastrou para a matéria da república ao ponto de torná-la corrompidíssima. Exemplo disso é que, com o passar do tempo, a sociedade civil brasileira começou a se

⁷⁰ Em seu livro, intitulado *Corrupção*, José Antônio Martins faz uma breve análise da corrupção presente em nossa nova república 1988-2012. Apesar de responder afirmativamente à sua pergunta sobre a situação endêmica em que se encontra a corrupção em nossa realidade, esse autor trabalha com a ideia de que há, nesse país, uma disposição para combater a corrupção, ainda que muitas instituições brasileiras sejam corruptas: “Quando a corrupção passa a ser a regra da ação de um órgão, não estamos mais falando de indivíduos corruptos, pois qualquer um que for trabalhar nesse órgão cometerá atos de corrupção, porque essa é a lógica da ação nesse cargo público. Não se trata mais da ação de indivíduos, mas de órgãos corruptos de instituições públicas corruptas” (MARTINS, 2008, p.68). E mais adiante: “Retornando a pergunta que dá título a esse capítulo, o Brasil é um país corrupto? Diria que sim, pois há muita corrupção política nesse país, mas digo também que há ainda disposição para combatê-la” (*IBIDEM*, pág. 116).

organizar para combater a corrupção e deixou de esperar que esse combate fosse realizado por aqueles que deveriam levar a cabo essa tarefa – os parlamentares e o judiciário.

Podemos dizer que o projeto de lei, do qual foi julgada a legalidade e transformado em lei, intitulado “ficha limpa”, foi o que de melhor surgiu na experiência histórica da nova república brasileira para combater a corrupção. Esse projeto foi gerado pela sociedade civil organizada, quando uma ampla participação popular colheu milhares de assinaturas exigindo o impedimento da candidatura de todos os políticos que tivessem envolvimento com casos de corrupção. Somente com a ampla participação popular, com a pressão exercida pelo povo sobre os parlamentares, esse projeto pôde virar lei. E hoje a população pode comemorar o fato de que muitos dos chamados “ficha suja” estão fora do jogo político no Brasil. A positividade da lei gera na população o sentimento da responsabilidade republicana e da liberdade política dos cidadãos, mostrando que muitos projetos de lei de iniciativa popular podem ajudar a combater a corrupção.

Apesar de todas as críticas à maneira como foi construída a constituição brasileira, esta permite que essas iniciativas populares possam virar leis. É o que Maquiavel diria de uma instituição republicana que possui canais formais para desafogar o desejo do povo. Cabe ao povo assumir a responsabilidade por levar à frente essas iniciativas de cidadania. Contudo, podemos dizer que o próprio Maquiavel já previa os limites dessa ação popular. Na época em que a corrupção começou a tomar conta das instituições romanas, vimos que muitas leis foram criadas para combater a corrupção, e estas não lograram o êxito esperado justamente porque as ordenações, que são os fundamentos das leis, necessitavam também ser modificadas. Modificar as ordenações é bem mais difícil do que criar novas leis. Diríamos, a partir do nosso autor, que a lei da ficha limpa ou qualquer projeto de lei de iniciativa popular, que surja para combater a corrupção, não terá um êxito esperado se não ocorrer, também, uma modificação nas nossas ordenações. Maquiavel diria que somente uma reforma política poderia colocar as ordenações brasileiras no caminho adequado do combate à corrupção.

A partir desse autor, mais especificamente de sua reflexão sobre os poderosos se apropriarem das instituições republicanas em benefício próprio, podemos dizer que os principais postos políticos da república brasileira são controlados pelos poderosos e não, pelos virtuosos, ou mesmo por aqueles que acreditam ser a política um meio para a construção da boa vida. No Brasil, existe a compreensão generalizada de que sem dinheiro, independente de ser oriundo de uma sólida instituição partidária ou de meios privados, um candidato não pode ser eleito para cargo algum. Mesmo uma campanha de vereador numa pequena cidade do interior do Nordeste costuma custar mais do que o que esse candidato pode ganhar de salário

durante os anos de seu mandato. Como o poder econômico determina a força das campanhas, criamos as condições adequadas para o surgimento de homens como os poderosos empresários Marcos Valério e Carlinhos Cachoeira, que produziram uma influência corruptora sobre os nossos políticos. Basta lembrar a mobilização popular para que o judiciário pudesse levar a diante o julgamento do mensalão.

Neste sentido, podemos dizer que precisamos de uma reforma política que controle a influência do poder econômico sobre as campanhas políticas e garanta, ao mesmo tempo, que os pobres possam se tornar parlamentares e assumir sua responsabilidade sobre as instituições políticas da república. O estado republicano deve garantir as condições necessárias para que os pobres tenham as mesmas condições econômicas e democráticas dos poderosos, quando o propósito é se tornar um parlamentar. Maquiavel nos ensina muitos remédios para combater a corrupção em uma república, mas a participação popular nos assuntos da república, os canais institucionais abertos para o povo assumir a sua responsabilidade de cidadania, são os aspectos fundamentais para a construção da liberdade política e para o combate à doença da corrupção na república.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Maquiavel

Em italiano

MACHIAVELLI, Niccolò. **Le Istorie Fiorentine**. Terza Edizione. Firenze: Felice Le Monnier, 1857.

_____. **Lettere**, Milano: Feltrinelli, 1961.

_____. **Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio**. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1984. (I Classici della BUR)

_____. **Il Principe**. Nuova Edizione. Milano: Feltrinelli, 2006. (I Classici Universali Economica Feltrinelli)

_____. **Tutte le opere storiche, politiche e letterarie**, a cura di Alessandro Capata, Roma: Newton Compton Editori, 2011 (1998)

Em português

MAQUIAUEL, Nicolau. **O Príncipe e escritos políticos**, tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Victor Civita, 1983

_____. **Mandrágora**. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**, Tradução Sérgio Bath, Brasília: UnB, 2000.

_____. **O Príncipe**. Tradução Maria Julia Gldwasser. São Paulo: Martins Fontes. 2006a.

_____. **A Arte da Guerra**. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. **História de Florença**. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

Outros autores

ADVERSE, Helton. Apresentação, in: MAQUIAUEL, N. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

ALMEIDA NETO, Manoel de. Desejo e Esquecimento: considerações sobre a história e o tempo de Maquiavel e Nietzsche. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 5, 1995.

AMES, José Luiz. **Republicanismo conflitual e agonismo democrático pluralista: um diálogo entre Maquiavel e Chantal Mouffe**. (mimeo)

ANDRADE, S. M. Viegas. **Maquiavel: a execração da tirania**. Síntese, n.º 7, 1976.

ARANOVICH, Patrícia Fountoura. **História e política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso editoria, 2007.

ARAÚJO, Cícero. **Algumas reflexões sobre Descartes e Maquiavel**. Trans/Form/Ação, n. 17, 1994.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: UNB, 2001

_____. **Política**, São Paulo: Martins ED., 2006

BACCELLI, Luca. **Crítica del republicanismo**. Roma-Bari: Laterza, 2003

_____. **Republicanismo e Neorepublicanismo** (mimeo)

_____. Maquiavel: a tradição republicana e o estado de direito. In: COSTA Pietro- ZOLO, Danilo (orgs) **O Estado de Direito: história, teoria, crítica**. Trad.: Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, Vinicius Soares de Campos. **Introdução à Maquiavel**. Campinas-SP: Edicamp, 2004.

_____. **Dez lições sobre Maquiavel**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Preparando a República: Maquiavel e a Ditadura Romana**. Recife: UFPE, 2011 (tese do doutorado integrado em Filosofia. Orient. Prof. Fernando Magalhães)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1)

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. O conflito das liberdades: Santo Agostinho. **Síntese Nova Fase**, v. 19, n.º 58, 1992.

_____. A má fama na filosofia política: James Harrington e Maquiavel. **Discurso**, n.º 24, 1994.

_____. **O tirano e a cidade**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

_____. (org.) **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. **Republicanism e Realismo**: um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das formas de governo**, Brasília: UNB, 1981.

_____. **O filósofo e a política**. Tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BOBBIO, N. – BOVERO, M., **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOVERO, Michelangelo. Ética e política: entre maquiavelismo e Kantismo. **Lua Nova**, n.º 25, 1992.

CHABOD, Federico. **Scritti su Machiavelli**. Torino: Einaudi, 1974.

COELHO, Jonas Gonçalves. Maquiavel: o príncipe para o povo. **Leopoldianum**, Santos, v.XIX, n.º54, 1992. p. 65-69.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Maquiavel e Wittgenstein: a astúcia da linguagem. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v.1, n.º 1, 1993. p. 05-11.

CROCE, B. **La storia come pensiero e come azione**. Roma-Bari Laterza, 1983.

DAGNINO, Evelina (org.) **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DELEMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. Tradução Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**: na nova república. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUSO, Giuseppe. História conceitual como filosofia política. **Perspectiva Filosófica**. Vol. I, n. 20, 2003, pp. 151-211.

_____. Introdução. In: DUSO, Giuseppe (org.) **O Poder**: história da filosofia política moderna. Tradução Andrea Ciacchi, Giuseppe Tosi. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A transição prolongada**: o período pós-constitucional. v.2. São Paulo: Cortez, 1990.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FORNAZIERI, Aldo. **Maquiavel e o Bom governo**. São Paulo: USP, 2006. (Tese de doutorado em Ciência Política, orientador. Prof. Dr. Cláudio Vouga).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O pensamento político no Renascimento. **Documentação e atualidade política**, n.º 7, 1978.

GADAMER, Hans-George. **Verdade e Método I**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 5. ed. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GEUNA, Marco. La tradizione repubblicana e i suoi interpreti. Famiglie teoriche e discontinuità concettuali, **Filosofia Politica**, aprile 1988, p. 101-134.

_____. Machiavelli ed il ruolo dei conflitti nella vita politica. In: **Conflitti**, a cura di A. Arienzo e D. Caruso, Napoli, Dante e Descartes, 2005, pp. 15-37.

GOMES, João Carlos Lino. Ética, política e poder em Maquiavel. **Síntese**, n.º 60, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAZIA, Sebastian de. **Maquiavel no Inferno**. 2.ed. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

GUICCIARDINI, Francesco. **Ricordi**. São Paulo: Hucitec, 1995.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. Uma leitura de Maquiavel: a política e o Estado moderno. **Estudos**, vol. 1, n.º 1, 1973.

GUIMARÃES, Carlos Nunes. **Religião e Política em Maquiavel**. João Pessoa: 2009 (Dissertação de mestrado apresentada ao PPG em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do prof. Giuseppe Tosi).

JOLY, Maurice. **Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu ou a política de Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: UNESP, 2009.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. 2 ed. Tradução Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

KANT, I. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução Ricardo Terra e Rodrigo Naves, Org. Ricardo Terra: São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. **A Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro v.5, n.10, 1992. P.134-146.

LEFORT, Claude. **Le travail de l'oeuvre Machiavel**. Paris: Gallimard, 1972.

MANENT, Pierre. **Maquiavel e a fecundidade do mal**. História Intelectual do Liberalismo: dez lições. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MANSFIELD, Harvey C. **Machiavelli's virtue**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1996.

MATTINGLY, Garret. Maquiavel. **Documentação e atualidade política**, n.º 11, 1980.

MARTINS, José Antônio. **Corrupção**. São Paulo, Globo. 2008a.

_____. **Os Fundamentos da República e sua Corrupção nos Discursos de Maquiavel**. São Paulo: USP, 2008b. (Tese de doutorado USP. Orientador prof Milton Meira do Nascimento)

MIRANDA, Geraldo Mangela Carozzi de. Maquiavel e a possibilidade de pensar uma ética da flexibilidade. **Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas**, n.º 10, 1998.

MOREIRA, Marcílio Marques. O Pensamento Político de Maquiavel. **Documentação e atualidade política**, n.º 7, 19

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução Marco Antônio Casanova, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

PÁDUA, Marsílio de. **O defensor da paz**, tradução e notas de José Antonio Camargo R. de Souza, Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

PLATÃO. **A República**. 3 ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian moment**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

_____. **El momento maquiavélico**. 2 ed. Traducción de Marta Vázquez-Pimentel y Eloy García. Madrid: Tecnos, 2008.

PORTINARO, Pier Paolo. **El realismo político**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

RICCIARDI, Maurizio. A República antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno. In: DUSO, Giuseppe (org.) **O Poder: história da filosofia política moderna**. Tradução Andrea Ciacchi, Giuseppe Tosi. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

_____. **O Contrato Social**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo político**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

SASSO, Gennaro. **Studi su Machiavelli**. Napoli: Morano, 1967.

_____. **Niccolò Machiavelli**: storia del suo pensiero politico. Bologna: Il Mulino, 1980.

_____. **Niccolò Machiavelli. I** – Il pensiero politico. Bologna. Il Mulino, 1993.

SAVONAROLA, Jerônimo. **Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

STRAUSS, Leo - CROSPEY, Joseph (compiladores). **Historia de la Filosofía Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TENENTI, Alberto. La religione di Machiavelli. **Studi Storici**, anno X, 1969.

TOMMASINI, Oreste. **La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nel loro relazione col machiavellismo**. Bologna: Il Mulino, 1999. (v. 2. Primeira Parte).

VALVERDE, Antônio. A Liberdade cívica no Livro I dos Discorsi de Maquiavel. **Hipnós**, N.º 5, 1999.

VESCHIA, Renato Silva della. Maquiavel, ética e política. **Sociedade em Debate**, vol. 3, n. 1, 1997.

VILLORO, Luís. Los Dos Discursos de Maquiavelo. **Dianoia**: anuário de Filosofia, n.37, 1991. p. 337-354.

VIROLI, Maurizio. **O Sorriso de Nicolau**: história de Maquiavel. Tradução Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

_____. **Il Dio di Machiavelli e Il problema morale dell'Italia**. Roma-Bari: Laterza, 2005.